

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Valmir Mendes dos Santos Júnior

Em oposição ao Governo Vargas:  
Rede de exilados, articulações, ações e lutas

Doutorado em História

São Paulo  
2026

Valmir Mendes dos Santos Júnior

Em oposição ao Governo Vargas:  
Rede de exilados, articulações, ações e lutas

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo

2026

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

A quem devo mais do que gratidão, à pessoa que pacientemente me orientou e me inspira, minha profunda admiração e agradecimento à Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos.

Meus agradecimentos à Profa. Dra. Ismara Izepe de Souza e ao Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares, pelas valiosas sugestões apresentadas durante a banca de qualificação.

Mais do que agradecimentos, o reconhecimento pela importância de seu apoio ao longo deste processo, o meu muito obrigado pelo suporte emocional nos momentos mais conturbados à minha companheira, Alessandra Medeiros.

Aos meus filhos amados, pessoas lindas e fundamentais em minha vida, Isabela e Vinícius.

Ao meu neto, Matheus, uma luz a iluminar o meu viver.

Não poderia deixar de agradecer àquele que foi fundamental para a continuidade deste estudo, ao amigo e Prof. Alessandro Venturini, a pessoa que viabilizou a possibilidade de uma bolsa de estudos, o meu muitíssimo obrigado.

Meus mais sinceros agradecimentos aos companheiros de uma longa jornada que já perfaz vinte anos, Carlos Eduardo Lobo, Sidnei de Vares, Vanessa Bortolucce e à inspiradora Viviane de Paula.

Deixo aqui também minha menção e meus agradecimentos aos alunos dos 7º e 8º semestres de 2025 do curso de História do Centro Universitário Assunção. Em especial, ao amigo e aluno Renato Costa, que colaborou com esta empreitada.

Por fim, meu agradecimento à FUNDASP, por disponibilizar a bolsa de estudos que possibilitou a realização deste projeto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação São Paulo (FUNDASP).

## RESUMO

SANTOS JUNIOR, Valmir Mendes dos. **Em oposição ao Governo Vargas**: rede de exilados, articulações, ações e lutas.

Esta tese analisa a constituição, a atuação e os desdobramentos da Rede de exilados brasileiros organizada no exterior em oposição ao governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937–1945). Parte-se do pressuposto de que o exílio não representou uma ruptura nas ações políticas desses opositores, mas engendrou um processo de resistência e luta articulado por meio de uma rede transnacional, formada a partir de diferentes espaços do exílio, como Paris, Nova Iorque, Lisboa, Montevidéu e Buenos Aires. O trabalho enfrenta o desafio de contribuir para a historiografia ao problematizar o exílio como uma experiência política, coletiva e subjetiva, ao mesmo tempo que evidencia o caráter transnacional da oposição ao Estado Novo. A investigação fundamenta-se em um amplo e diversificado corpus documental, com destaque para correspondências, artigos de imprensa e documentos produzidos no exílio, além de biografias, escritos e periódicos, entre outros. Inicialmente, são reconstruídos aspectos do contexto político das décadas de 1920 e 1930, enfatizando a crise da hegemonia política paulista, o movimento de 1932 e a instauração do Estado Novo, atentando para os conflitos entre oligarquias regionais, novas lideranças políticas e projetos autoritários em disputa. Na sequência, por meio de estratégias prosopográficas, são identificadas as trajetórias dos integrantes da Rede de exilados, destacando vínculos políticos, sociabilidades, experiências compartilhadas e capitais simbólicos, sem atribuir a nenhum dos protagonistas a condição de liderança. Tal abordagem possibilita examinar as formas de organização, comunicação e atuação política da Rede no exterior, evidenciando suas estratégias oposicionistas, como as denúncias na imprensa internacional e as articulações diplomáticas, que buscaram enfrentar os mecanismos de vigilância e controle exercidos pelo governo Vargas. Ademais, o estudo lança luz sobre a participação feminina, frequentemente invisibilizada, mas fundamental para a manutenção das redes políticas, materiais e afetivas do exílio. Por fim, analisam-se as consequências das experiências no exílio, com foco no retorno ao Brasil, nas dificuldades de reinserção política e social e nos sentimentos de frustração, ressentimento e estranhamento diante das transformações, configurando aquilo que alguns protagonistas denominaram como um “segundo exílio”.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Rede de exilados; oposição a Getúlio Vargas; transnacionalidade; prosopografia.

## ABSTRACT

SANTOS JUNIOR, Valmir Mendes dos. **In opposition to the Vargas Government: network of exiles, articulations, actions, and struggles.**

This dissertation analyzes the constitution, actions, and developments of the network of Brazilian political exiles organized abroad in opposition to Getúlio Vargas's government during the Estado Novo (1937–1945). It is grounded on the premise that exile did not represent a rupture in the political engagement of these opponents, but rather engendered a process of resistance articulated through a transnational network formed in different spaces of exile, such as Paris, New York, Lisbon, Montevideo, and Buenos Aires. The study seeks to contribute to the historiography by problematizing exile as a political, collective, and subjective experience, while also highlighting the transnational character of the opposition to the Estado Novo.

The research is based on a broad and diverse documentary corpus, including correspondence, press articles, and documents produced in exile, as well as biographies, personal writings, and newspapers. Initially, the dissertation reconstructs key aspects of the political context of the 1920s and 1930s, emphasizing the crisis of São Paulo's political hegemony, the 1932 movement, and the establishment of the Estado Novo, paying attention to conflicts between regional oligarchies, emerging political leaders, and competing authoritarian projects. Subsequently, through prosopographical strategies, the trajectories of the members of the network of exiles are identified, highlighting political ties, sociabilities, shared experiences, and symbolic capital, without attributing a leadership role to any single protagonist.

This approach makes it possible to examine the forms of organization, communication, and political action developed by the network abroad, revealing oppositional strategies such as denunciations in the international press and diplomatic articulations aimed at confronting the mechanisms of surveillance and control exercised by the Vargas government. The study also sheds light on the participation of women, often rendered invisible but essential to the maintenance of the political, material, and affective networks of exile. Finally, the dissertation analyzes the consequences of exile experiences, focusing on the return to Brazil, the difficulties of political and social reintegration, and the feelings of frustration, resentment, and estrangement in the face of transformations in the country, configuring what some protagonists described as a "second exile."

**Keywords:** Estado Novo; network of exiles; opposition to Getúlio Vargas; transnationality; prosopography.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Viaduto do Chá.....	18
Figura 2 – Hospedaria do Imigrante.....	20
Figura 3 – Placa sobre a revitalização da Hospedaria do Imigrante.....	20
Figura 4 – Getúlio Vargas no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.....	27
Figura 5 – Manifestação em São Paulo, 1932.....	31
Figura 6 – Getúlio Vargas em momento de descontração em meio a colaboradores.....	54
Figura 7 – Viajantes em navio com destino a Paris.....	57
Figura 8 – Armando de Salles Oliveira.....	72
Figura 9 – Paulo Duarte.....	78
Figura 10 – Otávio Mangabeira.....	84
Figura 11 – Otávio Mangabeira cumprimentando Dwight D. Eisenhower, em fotografia publicada n’O <i>Globo</i> (9 ago. 1946).....	87
Figura 12 – Júlio de Mesquita Filho.....	88
Figura 13 – José Antônio Flores da Cunha.....	93
Figura 14 – Lindolfo Collor.....	99
Figura 15 – Rede de exilados.....	102
Figura 16 – Paulo Nogueira Filho.....	104
Figura 17 – Luís de Toledo Piza Sobrinho.....	106
Figura 18 – Baptista Luzardo.....	109
Figura 19 – Participação de Rosalina Coelho Lisboa na Assembleia da ONU, representando o Brasil.....	143
Figura 20 – Camadas de injustiças que atingiram os exilados.....	192

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>1 UM ENREDO ENTRELAÇADO: PALCO E PROTAGONISTAS</b> .....	15
1.1 São Paulo: entre a perda da hegemonia e a busca por representatividade.....	16
1.2 Do Estado todo poderoso para uma condição de vassalagem.....	22
1.3 Democracia no Brasil: entre esperanças e descontinuidades.....	35
1.4 Efetivação do autoritarismo: Estado Novo.....	44
<b>2 ECOS DO EXÍLIO: PROTAGONISTAS E PERCURSOS DA REDE Opositora</b> .....	57
2.1 Armando de Salles Oliveira: da construção civil à política.....	71
2.2 Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte: entre a cultura e a denúncia.....	78
2.3 Otávio Mangabeira: de diplomata a oposição.....	84
2.4 Júlio de Mesquita Filho: mídia e censura.....	87
2.5 José Antônio Flores da Cunha: gaúcho da peleia.....	92
2.6 Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor: de aliado a dissidente.....	99
2.7 Paulo Nogueira Filho: um dos filhos da oligarquia paulista.....	103
2.8 Luís de Toledo Piza Sobrinho: liberalismo sob vigilância.....	106
2.9 João Baptista Luzardo: um agente varguista.....	108
<b>3 AÇÕES E RESISTÊNCIA DOS EXILADOS</b> .....	115
3.1 Formação da Rede oposicionista no exterior.....	118
3.2 Interligação e a montagem das comunicações.....	122
3.3 Atuação da Rede de exilados.....	131
3.4 Participação feminina e os desafios da distância.....	135
3.5 Relações com a imprensa internacional.....	143
3.6 Diplomacia e vigilância externa.....	157

<b>4 MEMÓRIAS FERIDAS: CONSEQUÊNCIAS DE VIDAS NO EXÍLIO.....</b>	<b>163</b>
4.1 O retorno: encontrando um Brasil desconhecido.....	164
4.2 Futuro político: entre a reconstrução e a marginalização.....	174
4.3 Ressentimentos e arrependimentos.....	188
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>208</b>

## APRESENTAÇÃO

Como em um brechó, onde tudo já teve um consumo prévio,  
mas está disponível para a criatividade dos olhos  
de quem os vê sob outra perspectiva.  
(Ângela de Castro Gomes)

Apesar da vasta produção historiográfica dedicada ao governo de Getúlio Vargas, especialmente no que diz respeito à centralização do poder, às políticas trabalhistas e às bases institucionais do Estado Novo, determinados aspectos desse período permanecem insuficientemente explorados. Entre eles, destacam-se as experiências e as formas de atuação política dos opositores que, perseguidos pelo regime autoritário instaurado em 1937, foram compelidos ao exílio. A persistência dessas lacunas indica que, mesmo amplamente estudado, o varguismo ainda oferece possibilidades de investigação capazes de aprofundar a compreensão de seus mecanismos de poder, repressão e controle, inclusive para além das fronteiras nacionais.

A centralidade do governo Vargas no debate historiográfico também se explica por sua permanência simbólica e política na história brasileira. Muitas das decisões tomadas durante esse período, sobretudo no campo das relações entre Estado e sociedade, continuam a suscitar debates e disputas interpretativas, frequentemente mobilizadas no cenário político contemporâneo. Assim, compreender a Era Vargas implica, em certa medida, analisar processos que contribuíram para a conformação do Brasil contemporâneo e para a permanência de práticas políticas que mantêm vínculos profundos com esse passado autoritário.

Entretanto, com a atenção concentrada nas estruturas internas do regime e em suas lideranças, acabou relegada a segundo plano a análise dos sujeitos que, afastados compulsoriamente do país, buscaram reorganizar suas trajetórias políticas no exterior. Os exilados políticos do Estado Novo, embora frequentemente mencionados de forma episódica na historiografia, permanecem, em grande medida, invisibilizados enquanto grupo articulado, portador de experiências comuns e de projetos políticos próprios. Pouco se conhece sobre as condições materiais e simbólicas do exílio, as dificuldades de sobrevivência, os sentimentos de isolamento e apagamento, bem como sobre as possibilidades e os limites de ação política a partir do exterior.

Este trabalho parte do pressuposto de que o exílio não representou, para esses protagonistas, uma ruptura definitiva com a vida política, mas uma reconfiguração de suas formas de atuação. Muitos dos exilados do Estado Novo possuíam trajetória consolidada no campo intelectual e político brasileiro e, ao se estabelecerem em diferentes países, mobilizaram seus capitais culturais, redes de sociabilidade e experiências prévias para organizar uma oposição sistemática ao regime varguista. Longe de permanecer inativos, buscaram construir, a partir do exílio, estratégias destinadas a denunciar o autoritarismo do Estado Novo e a minar sua legitimidade no cenário internacional.

Nesse contexto, constituiu-se uma Rede de exilados políticos que, inicialmente articulada em Paris, expandiu-se progressivamente para outras cidades europeias e americanas, como Lisboa, Berlim, Nova Iorque, Montevidéu, Buenos Aires, entre outras. Essa Rede operava por meio de intensos fluxos de comunicação, apesar das dificuldades impostas pela vigilância, pela censura e pela interceptação de correspondências, em um período marcado pela ascensão de regimes autoritários e pelo controle rigoroso da circulação de informações. Ainda assim, os exilados lograram estabelecer canais relativamente eficazes de contato, por meio dos quais coordenaram ações políticas, publicações, denúncias e articulações diplomáticas.

Diante desse quadro, esta tese busca compreender quem foram os protagonistas dessa Rede de exilados, de que modo se articularam no exterior e quais estratégias políticas foram por eles concebidas e executadas. Interessa, sobretudo, questionar a respeito dos alcances e dos limites dessas ações oposicionistas, bem como seus efeitos concretos no enfrentamento ao governo Vargas. Ao deslocar o foco da análise para o exílio enquanto espaço de ação política, a investigação procura contribuir para uma compreensão mais ampla das formas de resistência ao Estado Novo e das dinâmicas transnacionais da oposição ao regime.

Para responder a essas questões, adota-se como principal abordagem metodológica a prosopografia, entendida como instrumento capaz de apreender trajetórias individuais em sua dimensão coletiva. A análise conjunta dos percursos dos exilados permite identificar padrões de sociabilidade, formas de articulação política e estratégias compartilhadas, bem como compreender de que maneira a experiência do exílio condicionou e, em certos casos, potencializou suas ações. O emprego desse método, somado à análise de correspondências, escritos pessoais e publicações na

imprensa, possibilita compreender aspectos ainda pouco explorados da experiência do exílio político durante o Estado Novo.

Nesse sentido, a pesquisa fundamenta-se em um amplo e diversificado conjunto de fontes, com destaque para a documentação produzida pelos próprios exilados políticos ao longo do período. Entre as fontes primárias analisadas encontram-se correspondências pessoais trocadas no exílio, cartas enviadas ao Brasil e entre diferentes núcleos da Rede oposicionista no exterior, bem como escritos autobiográficos, memórias e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. São igualmente examinados jornais e revistas editados fora do país, utilizados como instrumentos de denúncia do autoritarismo varguista e de articulação política, além de documentos oficiais produzidos por órgãos do Estado brasileiro, sobretudo aqueles relacionados à vigilância, à censura e ao controle dos exilados para além das fronteiras nacionais. Esse conjunto documental foi aliado à bibliografia especializada sobre o governo Vargas, o Estado Novo, o exílio político e as abordagens transnacionais, permitindo o diálogo entre fontes primárias e interpretação historiográfica, fundamental para a compreensão das estratégias de ação, das redes de sociabilidade e das experiências subjetivas vividas pelos opositores do regime no exílio.

Nessa perspectiva, o exílio é compreendido nesta tese não apenas como uma condição de afastamento territorial, mas como uma experiência política e subjetiva profundamente estruturante das formas de oposição ao Estado Novo. A vivência do exílio, marcada pela ruptura com o espaço nacional, pela precariedade material e pela sensação recorrente de apagamento, ensejou sentimentos duradouros, como a saudade, a frustração e o ressentimento, que atravessaram as trajetórias individuais dos exilados e influenciaram suas estratégias de ação coletiva. Longe de constituir um elemento meramente passivo ou paralisante, o ressentimento operou, em muitos casos, como fator de coesão e mobilização, contribuindo para a consolidação de uma rede de oposição politicamente ativa no exterior. Assim, ao analisar conjuntamente as articulações políticas, os mecanismos de comunicação e as experiências emocionais compartilhadas pelos exilados, este trabalho busca ampliar os questionamentos sobre a Rede de exilados do Estado Novo, a constituição de ações de resistência política e de elaboração simbólica do exílio, cujos efeitos se prolongaram para além do período de afastamento e repercutiram nas narrativas e práticas políticas do pós-exílio.

A organização desta tese reflete as escolhas analíticas e metodológicas aqui delineadas. O primeiro capítulo dedica-se à contextualização histórica e política do período que culminou na instauração do Estado Novo, com especial atenção à centralização do poder, aos mecanismos de controle e à redefinição das relações entre Estado e sociedade. O segundo capítulo apresenta os protagonistas da oposição varguista no exílio, por meio de uma abordagem prosopográfica que busca apreender suas trajetórias políticas, intelectuais e sociais, bem como os vínculos que possibilitaram a constituição da Rede de exilados.

No terceiro capítulo analisa-se de modo mais detido o funcionamento dessa Rede no exterior, seus fluxos de comunicação, suas estratégias de ação política e a vigilância exercida pelo Estado brasileiro para além das fronteiras nacionais. Por fim, o último capítulo volta-se à dimensão subjetiva do exílio, examinando os sentimentos de saudade, frustração e ressentimento produzidos pela condição de exilado e suas repercussões nas narrativas e práticas políticas do pós-exílio. Essa estrutura busca articular contexto, ação e experiência, de modo a oferecer uma interpretação integrada das formas de oposição ao Estado Novo desenvolvidas a partir do exílio.

## 1 – UM ENREDO ENTRELAÇADO: PALCO E PROTAGONISTAS

A proposta deste primeiro capítulo é rastrear o contexto político brasileiro da segunda metade da década de 1920 e das décadas de 1930 e 1940, um período em que as movimentações políticas fervilhavam, o país experimentava manifestações contra a chamada “política do café com leite”, com ações desgastadas e que apresentavam debilidades. Nessa ocasião, despontou com talento político um filho da oligarquia do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas.

Os primeiros passos de Getúlio Vargas na carreira política coincidiram com a emergência do Rio Grande do Sul no cenário nacional. A partir do triunfo do marechal Hermes da Fonseca, que governou o país no quadriênio 1910-14, graças às articulações e ao apoio dos gaúchos, o estado se projetou na Primeira República como estrela de terceira grandeza. A aliança do café com leite formada por São Paulo e Minas Gerais continuava a imperar, mas tinha de levar em conta o estado sulino, fosse como adversário, fosse integrando-o na política oligárquica, sobretudo pela indicação de nomes gaúchos aos ministérios<sup>1</sup>.

No período abordado, vários protagonistas políticos, por seus posicionamentos de oposição, tiveram de seguir para o exílio, contudo, mantiveram-se atuantes na política, organizaram-se para viabilizar ações de oposição, com o objetivo de minar o governo Vargas e, quem sabe, afastá-lo do poder.

A contextualização terá como ponto de partida o estado de São Paulo, cuja ascensão econômica o projetou a uma posição hegemônica nas decisões políticas do Brasil, a ponto de, em determinados momentos, ditar os rumos que a nação deveria seguir. Essa hegemonia não se deveu apenas à sua força econômica, marcada pela produção cafeeira, principal produto de exportação do país, que conferia aos cafeicultores um expressivo poder econômico e, por consequência, influência política. Outros fatores também foram determinantes para essa centralidade: o avanço da infraestrutura, como a construção de ferrovias que escoavam a produção agrícola e conectavam o interior paulista aos portos; a modernização administrativa do Estado, que favoreceu a organização de suas elites; a atuação de instituições formadoras de quadros jurídicos e administrativos, como a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco; a articulação eficiente de suas lideranças no cenário nacional, especialmente durante a Primeira República. Todos esses elementos reforçaram a

---

<sup>1</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29-30.

posição de São Paulo como centro irradiador de decisões econômicas e políticas no país.

Contudo, em meados da década de 1920, a disposição política que vigorava e que consistia no revezamento de governantes ora indicados por São Paulo, ora por Minas Gerais apresentava debilidades. Nesse contexto, emergiram oposições e o questionamento das práticas políticas em curso. As elites políticas regionais e grupos de militares – no caso, os tenentes – manifestavam expectativas de mudanças, reformas e renovação do sistema estabelecido. As forças políticas se moviam, os novos protagonistas ambicionavam transformações e participação no poder.

Em São Paulo, os tenentes são vistos agindo sem unidade e muitas vezes com rivalidades pessoais. Suas propostas, na fase anterior à Revolução de 30, são desarticuladas e ainda bastante próximas das apresentadas pela oligarquia dissidente: são as propostas de conteúdo liberal-democrata, mera crítica ao sistema, explicando por isso a aproximação então existente entre o grupo tenentista e a oligarquia dissidente<sup>2</sup>.

A insistência do presidente Washington Luís (1926–1930) em indicar outro candidato paulista à presidência da República provocou fortes reações de oposição, acelerando o rompimento do acordo político conhecido como “política do café com leite”, que até então alternava o poder entre paulistas e mineiros. Nesse contexto, novas gerações de políticos, em grande parte oriundas da velha oligarquia, buscavam conquistar espaço e representatividade no cenário nacional. Embora ainda sem a projeção desejada, esses grupos passaram a se articular intensamente, realizando conchavos e alianças estratégicas, aproveitando-se dos ressentimentos crescentes diante da postura centralizadora do presidente.

### **1.1 São Paulo: entre a perda da hegemonia política e a busca por representatividade**

Nos períodos abordados nesta pesquisa, os arranjos políticos vigentes estavam sendo fortemente questionados e davam sinais de esgotamento, enquanto a hegemonia paulista começava a se dissipar. Ainda assim, novas articulações ganhavam fôlego e surgiam protagonistas dispostos a explorar as brechas abertas por

---

<sup>2</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 132.

esse cenário de transição. Acompanhar as transformações econômicas e políticas em curso permite compreender melhor o contexto de atuação dessas figuras, entre as quais se destacam políticos em ascensão e herdeiros das antigas oligarquias paulistas. Muitos deles integraram, mais tarde, a Rede de exilados contrária ao Estado Novo, como é o caso de Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Paulo Duarte, entre outros.

Embora o fator econômico não tenha sido o único responsável pela ascensão política dos paulistas, ele desempenhou um papel fundamental ao fortalecer a influência exercida durante o período da chamada “política do café com leite”. A prosperidade gerada pelo setor cafeeiro contribuiu para a consolidação da hegemonia paulista no cenário político nacional.

O crescimento econômico da cidade de São Paulo esteve diretamente vinculado ao capital proveniente da produção do “vinho da Arábia”, como era conhecido o café quando suas primeiras mudas chegaram ao Brasil. A riqueza gerada por essa atividade permitiu a construção de uma infraestrutura sólida, que, por sua vez, criou as bases para o desenvolvimento industrial da cidade e ampliou seu protagonismo econômico no país.

A cidade de São Paulo já foi identificada como a *capital da solidão*<sup>3</sup>, como se referiu Roberto Pompeu de Toledo; foi e talvez ainda seja a *Pauliceia desvairada*<sup>4</sup>, de Mário de Andrade. Atualmente, apresenta-se como uma verdadeira simbiose de contrastes e matizes, resultado de uma miscelânea de culturas, cheiros, sabores e expressões artísticas. Reúne o passado e o presente, a riqueza e a pobreza, mostrando a todo momento as desigualdades, mas também carrega a esperança de oportunidades. É uma megalópole onde múltiplas realidades convivem e se entrelaçam, refletindo a complexidade de uma cidade, que nunca é uma só.

---

<sup>3</sup> TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. São Paulo: Objetiva, 2003.

<sup>4</sup> ANDRADE, Mario de. **Pauliceia desvairada**: dezembro de 1920 a dezembro de 1921. São Paulo: Casa Mayença, 1922.

Figura 1 – Viaduto do Chá



Fonte: Acervo Museu da Cidade São Paulo<sup>5</sup>

O primeiro Viaduto do Chá: estrutura de metal da Alemanha e piso de madeira

Como outras cidades que ganharam projeção, São Paulo passou por várias metamorfoses. Algumas transformações ocorreram de maneira acelerada, outras de forma lenta. A cidade esteve e está em constante movimento, recriando-se a cada momento.

São Paulo, uma cidade que tem o Viaduto do Chá<sup>6</sup>, mas cresceu a partir do capital advindo do café.

Num curto período (finais do século XIX e começo do XX), a cidade de São Paulo se consolidou como o centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. A expansão urbana da capital paulista esteve vinculada diretamente aos sucessos e às dificuldades da economia cafeeira.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Cf.: BENTLEY, Gabriel. Já imaginou o Anhangabaú sem o Viaduto do Chá? **Veja São Paulo**, 26 fev. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/memoria/ja-imaginou-o-anhangabau-sem-o-viaduto-do-cha/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>6</sup> O Viaduto do Chá foi o primeiro viaduto a ser construído em São Paulo. Para quem não conhece a cidade, esse viaduto tem em um de seus extremos o Teatro Municipal, local que marcou e marca a história cultural da cidade; já no outro extremo, a rua Direita, famosa por vários aspectos, entre eles, ali está presente o primeiro edifício construído na cidade, que hoje é gigantesca. O viaduto do Chá ganhou esse nome porque havia extensas plantações de chá-da-índia em suas proximidades. Quando foi construído, tinha uma estrutura metálica, com o passar das décadas houve a necessidade da substituição por uma de concreto.

<sup>7</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura** – História, Cidade e Trabalho. São Paulo: e-Manuscrito, 2019, p. 49.

No processo de crescimento da cidade de São Paulo, um elemento indispensável foi a presença dos imigrantes nesse dinamismo. Após a abolição da escravidão, a falta de mão de obra obrigou os cafeicultores a buscarem novos braços para os cuidados com o café. O governo do Estado de São Paulo organizou um sistema de atração de imigrantes, dinamizou uma propaganda no exterior com o intuito de atrair pessoas, solucionar o problema e manter a produção, instituindo um sistema de imigração subsidiada, familiar, em massa e contínua. Com essas ações, o estado de São Paulo passou a receber um grande número de imigrantes, que desempenharam um papel importante na formação da cultura paulista. Contribuíram com seus costumes, valores, tradições, ideias políticas e visões de mundo, enriquecendo o tecido social e cultural do território.

A chegada dos imigrantes foi transformando gradualmente o estado, especialmente a cidade de São Paulo. A cultura italiana, em particular, difundiu-se de maneira marcante, influenciando o cotidiano paulistano por meio da culinária, da música, do modo de se vestir, do sotaque e de outros aspectos culturais.

No entanto, a exploração a que muitos imigrantes eram submetidos, tanto nas lavouras de café quanto em atividades urbanas, gerou repercussões. Um exemplo disso foi a reação do governo italiano, que, ao ser alertado sobre as condições degradantes enfrentadas por seus cidadãos no Brasil, decidiu suspender o envio subsidiado de imigrantes italianos ao país.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira foi descrita nos relatórios da época pontuada de denúncias: salários reduzidos, multas, impontualidade, fraudes nos pagamentos, confisco, pesos e medidas ilegais, endividamentos nos armazéns das fazendas, disciplina coercitiva e situações de violência física contra os colonos. As revelações levaram à promulgação do Decreto Prinetti (1902), pelo qual o governo italiano proibiu a vinda de italianos com passagens subsidiadas. Consequentemente, as entradas dessa nacionalidade diminuíram, sendo compensadas pelo aumento da chegada de portugueses, espanhóis e, posteriormente, japoneses<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura** – História, Cidade e Trabalho. São Paulo: e-Manuscrito, 2019, p.63, 64.

Figura 2 – Hospedaria do Imigrante



Fonte: Museu da Imigração<sup>9</sup>

Hospedaria do Imigrante, onde eram recepcionados os imigrantes que chegavam à cidade de São Paulo. Passavam por uma triagem na qual eram realizados exames médicos, elaborados documentos de permanência no país, sendo posteriormente enviados às fazendas onde deveriam trabalhar no cuidado com o café.

Aspecto singular, a Hospedaria dos Imigrantes, criada em 1887, foi revitalizada em 1936, momento em que o estado de São Paulo era governado por Armando de Salles Oliveira, um dos protagonistas desta pesquisa, que seguiu para o exílio quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo.

Figura 3 – Placa sobre a revitalização da Hospedaria do Imigrante



Fonte: Museu da Imigração/ APESP<sup>10</sup>

Placa em comemoração à reforma realizada na Hospedaria do Imigrante em 1936.

<sup>9</sup> Cf.: TRINDADE, Henrique. Hospedaria de Histórias: As mais de 70 nacionalidades. **Museu da Imigração**, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/hospedaria-de-historias-as-mais-de-70-nacionalidades>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>10</sup> Cf.: SILVA, Thaíla Mateus da. Hospedaria de Histórias: Escola, Hospital, Restaurante ou Hospedaria? **Museu da Imigração**, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://memorialdoimigrante.org.br/en/blog/conhecendo-o-acervo/hospedaria-de-historias-escola-hospital-restaurante-ou-hospedaria>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Com a decisão do governo italiano de suspender a imigração subsidiada para o Brasil, o projeto imigrantista foi redirecionado e intensificado em outros países europeus. Uma das estratégias adotadas foi uma forte campanha de propaganda voltada, especialmente, para portugueses e espanhóis, cuja chegada ao país ajudou a suprir a escassez de mão de obra nas lavouras e nas cidades. Conjuntamente, vieram para São Paulo japoneses, sírio-libaneses, além de brasileiros que se deslocaram dentro do território e chegaram à cidade vindos de outros estados.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil, além de se dedicarem ao cultivo do café, passaram a ocupar diversas outras atividades, sobretudo nas cidades. Muitos deles compuseram a base da mão de obra da nascente indústria paulista no início do século XX. Alguns, inclusive, traziam consigo a experiência adquirida em fábricas europeias, o que os tornava especialmente valiosos para o desenvolvimento do setor industrial em São Paulo.

Em 1930, o número de trabalhadores industriais qualificados não chegava a 300 mil; e a maioria trabalhava longas horas em fábricas sujas, desprovidas de segurança, por salários irrisórios. A carência de trabalhadores nas áreas técnicas e administrativas era crucial. Muitas empresas preferiam contratar imigrantes para esses postos, fazendo pouco da ética do trabalho dos brasileiros não pertencentes à elite<sup>11</sup>.

Por ter recebido muitos imigrantes, principalmente após a abolição da escravatura, São Paulo se transformou, cresceu e, em conformidade com seu poder econômico, foi se delineando e adquirindo algumas das características que carrega mesmo na contemporaneidade. Tornou-se uma cidade cosmopolita, que traz em seu âmago uma diversidade cultural, aspecto que é facilmente perceptível ao percorrer suas ruas.

Se a cidade de São Paulo é hoje reconhecida como cosmopolita e rica em diversidade cultural, é fundamental buscar compreender, ou ao menos vislumbrar, os processos históricos que moldaram sua formação e explicam sua pujança. Algumas das respostas se encontram em seu passado, nas memórias, nas pessoas que contribuíram para essa construção, que lutaram para conquistar seu espaço e, ao mesmo tempo, impulsionaram São Paulo para que obtivesse prosperidade.

---

<sup>11</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 18.

A indústria de São Paulo nasceu à sombra dos cafezais, utilizando capitais provenientes da cafeicultura e de uma infraestrutura criada para o café. O crescimento urbano-demográfico e a indústria transformariam São Paulo, entre 1920 e 1940, a população da cidade mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes. Apesar das dificuldades enfrentadas nos finais da década de 1920 e início de 1930 (crise mundial de 1929 e a queda dos preços do café, Revolução de 1930, perda da hegemonia política da elite paulista e Movimento Constitucionalista de 1932) a cidade conviveu com a expansão da industrialização, dos setores comerciais e de serviços<sup>12</sup>.

Com a ascensão política conquistada pelos paulistas, esses impuseram seus interesses e estabeleceram as diretrizes do país por um determinado período. No entanto, uma série de fatores, como as crescentes disputas internas, o desgaste das alianças e a emergência de novos grupos políticos, acabaria por enfraquecer sua hegemonia, resultando em sua posterior queda no cenário nacional.

## 1.2 Do Estado todo poderoso para uma condição de vassalagem

As oligarquias procuram se apossar do Estado para, manipulando seus aparelhos (no plano federal, Presidência, Ministérios, Banco do Brasil, e no estadual, Presidência e Secretarias, Instituto do Café...), servir aos seus interesses de classe e usufruir, como um grupelho, de suas benesses. Por exemplo, o de não pagar impostos...<sup>13</sup>

Ao longo dos séculos, o Brasil passou por diversas transformações políticas, marcadas pela atuação de diferentes grupos sociais. Embora aqueles com maior capacidade econômica frequentemente tenham exercido influência direta ou indireta sobre os rumos políticos do país, a conquista de poder não se limitou a fatores econômicos. Elementos como alianças sociais, prestígio cultural, capital simbólico e estratégias políticas também desempenharam papéis fundamentais na construção e manutenção da influência política.

Este estudo se aterá às primeiras décadas do século XX, período em que paulistas ligados à produção cafeeira tinham influência decisiva em relação aos caminhos políticos que o país deveria seguir. Contudo, em meados da década de 1920, essa posição estava cada vez mais abalada e os ditames paulistas foram asfixiados para dar lugar a novas lideranças.

---

<sup>12</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Traços e Sons da Cidade que mais Cresce no Mundo: São Paulo de Prestes Maia e Adoniran Barbosa. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (org.). **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de (re)produção/ construção e apropriação da cidade. Salvador: Edufba, 2017, p. 105.

<sup>13</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 26.

Nossa produção para o mercado externo, nesta fase do capitalismo monopolista iniciada em 1870, mostra-se cada vez mais especializada, pois 72,5% das receitas de exportação, entre 1924 e 1929, provêm exclusivamente do café. Toda a política do governo nesse período vai se orientar, portanto, em torno dos interesses cafeicultores. A grande produção é o café, e a classe dominante do país é a que controla a sua produção e exportação<sup>14</sup>.

Em 1930, protagonistas políticos, descontentes com os desgastados jogos hegemônicos da República Velha, consideraram se unir para pôr fim ao governo oligárquico alojado no poder. A partir da união das elites políticas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, foi constituída a chamada Aliança Liberal<sup>15</sup>, que, posteriormente, formalizou a candidatura à presidência de Getúlio Vargas.

Um aspecto político de destaque nesse processo foi o apoio que a Aliança Liberal recebeu de setores das elites paulista e carioca. Alguns importantes atores políticos desses estados discordavam da indicação de Júlio Prestes à presidência e, por isso, alinharam-se à Aliança Liberal, contribuindo para o fortalecimento da oposição. O objetivo desses opositores era não apenas impedir a eleição do candidato oficial do governo, mas também, em um horizonte mais amplo, desafiar e, possivelmente, romper com o sistema político excludente então vigente.

Apesar de certa euforia em torno de uma possível vitória de Getúlio Vargas no pleito, os resultados eleitorais decepcionaram. Feita a apuração, a máquina governamental havia funcionado e o candidato do governo, Júlio Prestes, havia vencido.

Havia algo de novo no ar, dessas coisas indefinidas que momentos eleitorais muitas vezes sugerem. Mas o entusiasmo dos comícios se desfez em 1º de março. Numa eleição em que a fraude imperou de ambos os lados, o candidato do governo foi eleito presidente da República, com cerca de 1,1 milhão de votos contra 737 mil, segundo dados oficiais<sup>16</sup>.

A vitória de Júlio Prestes nas urnas gerou ampla insatisfação entre diversos setores da sociedade. Militares, políticos e civis que não aceitaram a derrota de Getúlio Vargas passaram a articular uma reação. As movimentações se

---

<sup>14</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 20.

<sup>15</sup> A Aliança Liberal, tal como se encontra expresso em sua plataforma eleitoral, tinha uma orientação radicalmente distinta e buscava transferir os conflitos sociais da esfera policial para a do direito social. WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 74-75.

<sup>16</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 38.

intensificaram, impulsionadas pelo desejo de romper com a política exclusivista que dominava o cenário nacional havia tempos. As alianças formadas nesse contexto, especialmente com o apoio de oligarquias dissidentes, foram fundamentais para consolidar a união das forças opositoras, culminando no golpe que deu início à Revolução de 1930.

A Primeira República estava encerrada, e a Revolução de 1930, como a rebelião ficou conhecida, tornou-se um marco decisivo para os historiadores – menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país<sup>17</sup>.

Após o anúncio da vitória de Júlio Prestes, muito se falou a respeito de possíveis fraudes, entretanto, ao que tudo indica, as manipulações e fraudes ocorreram dos dois lados.

No processo que levou ao fim da “política do café com leite”, um partido teve destacada participação, o Partido Democrático. Seu nascimento ocorreu em São Paulo, a partir de uma ruptura com o PRP (Partido Republicano Paulista). Os membros fundadores dessa nova representação política não aceitaram os continuísmos a que parte das oligarquias paulista e mineira se sujeitava. Nascidos sob o prisma do chamado “liberalismo democrático”, os membros da nova agremiação política logo perceberam que o processo eleitoral não permitiria resultados divergentes da política até então instituída.

Quando da ocorrência das eleições que tiveram como resultado a vitória de Júlio Prestes, membros do PD se associaram a políticos opositores de outros estados e colaboraram para o movimento de 1930. Apesar da ideia de que a democracia liberal estaria enfraquecida, muitos acreditavam na instituição de uma democracia.

No mundo dos anos 30, parecia não haver lugar para os liberais. O fenômeno da implantação de regimes autoritários começara a ocorrer na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do fascismo na Itália, em 1922. A crise aberta em 1929 iria potencializar essa tendência, na medida em que suposta agonia do capitalismo vinha acompanhada da suposta agonia de seu correlato – a liberal-democracia<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 361.

<sup>18</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 69.

Para conseguir apoio, os membros do PD fundaram um jornal, o *Diário Nacional* (DN), com a intenção de divulgar os princípios do partido e conseguir conquistar correligionários. Merece menção o fato de que protagonistas políticos ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo* pertenceram também ao PD, como foi o caso de Armando de Salles Oliveira, ou seja, havia simpatia e aproximação entre os dois jornais.

O termo “oligarquia” é usado nos jornais oposicionistas com um sentido diverso do usado pela historiografia em geral: é oligarquia o grupo que está no governo, que maneja sozinho o poder, no plano federal ou estadual. Realmente, no período estudado, de 1926 a 1930, é contra o PRP que eles se batem. É um termo com clara conotação negativa. Usam-no como uma pecha; só o emprego é considerado uma denúncia. É, portanto, um emprego bem diferente; o PD é visto como a oligarquia dissidente, parte da mesma ideologia, pois é também, fundamentalmente, parte do setor agroexportador. São, portanto, dois grupos opostos semelhantes, agindo dentro da mesma classe, que possui o predomínio do Brasil<sup>19</sup>.

O movimento que eclodiu em 1930 provocou profundas alterações políticas e fez surgir um novo arranjo. Cooperou para a aparição de uma figura astuta, um protagonista político que utilizaria diversas estratégias para se manter no poder.

O regime Vargas pôs fim à cultura política do período oligárquico da Primeira República (ou República Velha, 1889-1930), que se caracterizava por ser um sistema federativo sob o qual os estados mais ricos – todos no Centro-Sul – dirigiam o país, deixando apenas migalhas para as unidades mais pobres da federação<sup>20</sup>.

Um dos aspectos que convém mencionar é o episódio que gerou o assassinato de João Pessoa e que, de certa forma, foi o estopim da Revolução de 1930. Um crime que foi produto de interesses estaduais, somados a questões passionais, acabou sendo utilizado como um estratagema por uma oposição descontente com o sistema vigente, resultando na mudança do destino do país. O assassinato foi alardeado como um crime político e usado para a deflagração do movimento que pôs fim à “política do café com leite”.

Após o crime, rapidamente se propagandeou que o motivo não poderia ser outro senão político, e que João Pessoa havia sido assassinado a mando de

---

<sup>19</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 26.

<sup>20</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17.

Washington Luís. O motivo foi justamente por João Pessoa não compactuar com a disposição política que persistia havia décadas, estando aliado à confabulação que se organizava para resistir à continuidade de tal arranjo.

O crime foi utilizado como estratégia para se encerrar o arranjo político que se eternizava, ou seja, o que faltava para deflagrar uma ação surgiu com o assassinato de João Pessoa. A oposição se apropriou do caso, para estrategicamente impulsionar o movimento.

Devido aos rumores inevitáveis de que Washington Luís era responsável pelo ato de Dantas, o assassinato de Pessoa provocou cenas de quase tumulto em diversas partes do país. A polícia foi convocada em massa na Bahia. Em São Paulo, os policiais combateram brutalmente um protesto dos estudantes da faculdade de direito. Nas ruas do Rio de Janeiro, o deputado federal João Suassuna, o governador da Paraíba imediatamente anterior a Pessoa, e naquele momento um dos adversários políticos deste, foi morto em condições misteriosas, acusado de conluio na morte do vice-presidente de Vargas. Embora Getúlio pudesse ter encontrado alguma outra maneira de realizar suas ambições políticas, foi o assassinato de seu companheiro de chapa que inflamou as cinzas da Revolução de 1930<sup>21</sup>.

As confabulações, articulações e mudanças políticas resultantes do movimento deflagrado em 1930 foram vigorosas, suscitaram interesses e análises em diferentes perspectivas historiográficas, até mesmo sua nomenclatura, “Revolução de 1930”, mereceu abordagens diversas e opiniões divergentes.

Os partidários de Vargas alardearam o golpe que o levou ao poder chamando-o de “Revolução de 1930”. À vitória seguiu-se o que o crítico Antonio Candido chamou, com certo exagero, de uma “lufada de radicalismo intelectual e análise social”, algo que nem a banalidade da propaganda estatal podia distinguir<sup>22</sup>.

Logo após a ocorrência da Revolução de 1930, os revoltosos se apropriaram do governo e iniciaram suas tratativas. O presidente em exercício, Washington Luís, e o eleito, Júlio Prestes, foram presos e, posteriormente, “convidados” a seguir para o exílio. Com o objetivo de estabelecer uma “nova ordem” e iniciar a reorganização do governo e de suas diretrizes, Getúlio Vargas foi escolhido para assumir, provisoriamente, a presidência do país.

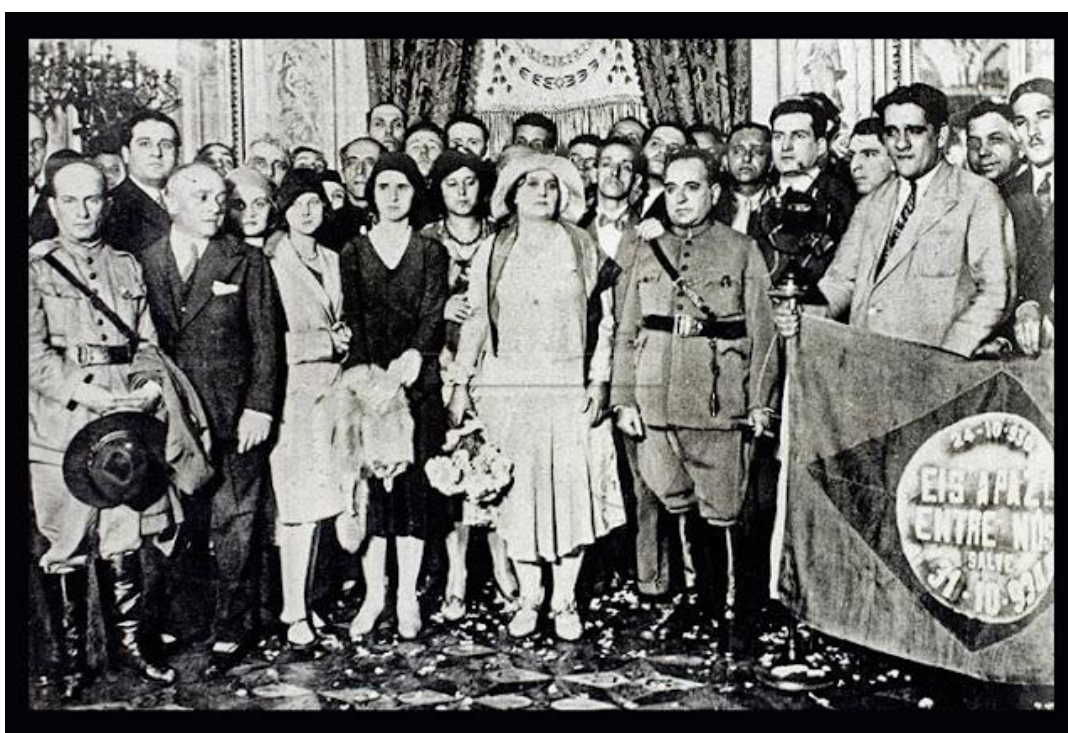
---

<sup>21</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil /1930 – 1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 31-32.

<sup>22</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19.

Um dos líderes do movimento de 1930, o político Getúlio Dornelles Vargas, havia exercido as funções de Deputado Estadual, Federal, presidente<sup>23</sup> do Estado do Rio Grande do Sul, além de ter ocupado o cargo de Ministro da Fazenda no governo do presidente deposto, Washington Luís. Apesar de seu extenso currículo e da sólida experiência política, a chegada de Vargas ao Palácio do Catete não foi um desdobramento automático. Pelo contrário, exigiu intensas articulações e alianças políticas.

Figura 4 – Getúlio Vargas no Palácio do Catete, Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Nacional<sup>24</sup>

A fotografia registra o momento de consagração do movimento vitorioso de 1930, que pôs fim à República Velha e chancelou a ascensão de Vargas como chefe do Governo Provisório. A imagem revela não apenas a centralidade política de Vargas, mas também o apoio civil e militar à nova ordem instaurada.

Entre os acordos efetuados, uma aliança com os militares era aconselhável, foi então oportuna uma aproximação com os tenentes, grupo que estava insatisfeito com os rumos políticos. Em anos anteriores, os tenentes demonstraram seus

---

<sup>23</sup> Cargo correspondente atualmente a governador do Estado, naquele período se usava o título de presidente do Estado.

<sup>24</sup> Cf.: WITTMANN, Angelina. O impacto do Nacionalismo de Getúlio Vargas no Vale do Itajaí, antiga Colônia Blumenau. **Angelina Wittmann** - Arte, Cultura, História, Antropologia, 15 jul. 2016. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2016/07/nacionalismo-no-vale-do-itajai-partir.html>. Acesso em: 13 mai. 2025.

descontentamentos através de levantes, entre eles os 18 do Forte e as Colunas Miguel Costa e Prestes. Eles reivindicavam reformas políticas, sociais e na área militar. Representavam uma força advinda da proximidade que tinham com militares de menor patente, ou seja, uma grande parte do exército se configurou numa força de apoio aos revoltosos de 1930.

Para que os militares não se tornassem um obstáculo, visando evitar reações indesejáveis, Vargas tratou de empreender uma aproximação e confortá-los com acordos políticos. Alguns foram nomeados para exercer cargos expressivos dentro do governo e até mesmo convidados a substituir governadores oposicionistas, tornando-se interventores.

Político astuto e carismático, Vargas tramou articulações e se cercou de apoiadores. Criou planejamentos para conseguir adesão, cooptou aqueles que faziam oposição à sua forma de governo. Os métodos para conseguir apoio ou aceitação de seus ditames foram diversos, desde nomeações para cargos políticos, financiamento de projetos diversos, além de ações mais drásticas como prisões e repressões. Como um protagonista de excelente *performance*, Vargas desempenhou vários papéis e atuou de forma a criar estratégias para se manter no poder.

Vargas foi tudo ao mesmo tempo: governou como ditador e como democrata; foi o reformador social e enquadrou os sindicatos com leis coercitivas; censurou a imprensa e patrocinou o cinema, o teatro, as artes plásticas, a literatura e o canto orfeônico; perseguiu os comunistas e fundou a Petrobras. Para conhecê-lo, portanto, é preciso aceitar que o reformador social e líder nacionalista foi o mesmo que manteve simpatias por regimes autoritários e perseguiu as esquerdas<sup>25</sup>.

Logo depois de assumir a presidência, Vargas, com a intenção de consolidar a vitória dos aliancistas<sup>26</sup> e ampliar sua base de poder, nomeou interventores nos estados que resistiam ao novo governo. Essa medida integrou uma estratégia política voltada à reorganização do poder regional e à cooptação das oligarquias locais, reduzindo focos de oposição e fortalecendo o controle do Executivo sobre a federação.

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 296.

<sup>26</sup> “Aliancistas” são os membros e apoiadores da Aliança Liberal, grupo político oposicionista formado por representantes das oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e parte da oligarquia paulista, juntamente com tenentes, que lançaram e apoiaram o nome de Getúlio Vargas como candidato à presidência da República em oposição a Júlio Prestes.

Alguns dos interventores não eram próximos a Vargas, mas suas nomeações configuravam uma “troca de favores”. Vargas precisava do apoio dos tenentes<sup>27</sup>, e esses haviam participado do movimento de 1930, sendo assim, foi uma forma de manter o apoio e o favorecimento daqueles que estiveram ao seu lado e se envolveram na Revolução de 1930.

Imediatamente depois de assumir o poder, Vargas tratou de pôr fim à política dos seus antecessores, a chamada “política dos governadores”. Gradualmente, foi implementando medidas de caráter centralizador que, embora inseridas em um governo provisório, já sinalizavam a intenção de continuidade no poder.

Os grupos hegemônicos paulistas que pertenceram à Aliança Liberal e que apoiaram Vargas no processo que levou ao fim da “política do café com leite” não aceitaram as práticas varguistas. O presidente havia nomeado para interventor do Estado de São Paulo um representante do grupo dos tenentes, João Alberto Lins de Barros<sup>28</sup>, ou seja, nem o próprio estado os paulistas administrariam.

“Aliança Liberal” designava a articulação das forças dissidentes, mas apontava também para um ideário político. A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário-mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Logo após a Revolução de 1930, os ânimos políticos permaneceram agitados, os “tenentes” que apoiaram o processo político que pôs fim à “política do café com leite” continuavam exaltados, diziam-se os verdadeiros revolucionários e clamavam por reformas e pelo estabelecimento de um governo forte. Alguns líderes entre os “tenentes” se uniram e criaram um grupo chamado **8 de outubro** (referência à data em que se deflagrou a Revolução de 1930). A intenção era adiar a reconstitucionalização do país e estabelecer um programa de governo. Muitas das ideias sugeridas pelo programa do grupo 8 de outubro eram ideias que estavam sendo difundidas na Europa, entre elas: o estabelecimento de um governo forte, centralizador, um intervencionismo estatal, a nacionalização de setores estratégicos para o desenvolvimento do país, estabelecimento de uma legislação trabalhista, entre outros aspectos.

<sup>28</sup> A nomeação do “tenente” João Alberto para a interventoria paulista abriu uma crise contínua entre os representantes políticos da burguesia de São Paulo e o governo central. O Estado viveu quase dois anos em aguda tensão, passando pela tentativa de sublevação da Força Pública, pela renúncia de João Alberto, pelas efêmeras interventorias de Laudo Camargo e Manoel Rabelo, pela aparente conciliação quando Pedro de Toledo assumiu o poder, até desembocar no episódio revolucionário de 1932. FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 31.

<sup>29</sup> SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 355.

Descontentes com as práticas estabelecidas, representantes políticos dos estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo organizaram-se e passaram a fazer uma oposição. No entanto, em São Paulo a resistência se intensificou, sobretudo pelas medidas tomadas em relação a esse estado. Os opositores exigiam a troca do interventor, já que Vargas havia nomeado João Alberto Lins de Barros<sup>30</sup>, e Miguel Costa para comandar a Força Pública Paulista, algo que causou profundos desgostos.

O clima de oposição ficou cada vez mais intenso, pois o interventor João Alberto defendia medidas mais centralizadoras, e um grupo de políticos paulistas, ligados ao PD (Partido Democrático) e ao PRP (Partido Republicano Paulista), reivindicava a elaboração de uma nova Constituição. Os atritos fizeram com que João Alberto fosse retirado da interventoria de São Paulo. Foi nomeado, então, Laudo Ferreira de Camargo<sup>31</sup>, supostamente mais neutro em suas ações, entretanto, as pressões políticas levaram-no à renúncia do cargo. Posteriormente, assumiu como interventor o tenente-coronel Manuel Rabelo<sup>32</sup>.

Alguns aspectos relacionados ao primeiro interventor nomeado por Getúlio Vargas são interessantes. O tenente João Alberto Lins de Barros, enquanto esteve à frente da administração do Estado de São Paulo, tomou algumas decisões e ações que foram polêmicas. Chegou a permitir que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) funcionasse, porém, deu a entender que iria perseguir aqueles que fizessem greve ou que tivessem uma aproximação com o comunismo. Algumas de suas medidas geraram descontentamento por parte dos empresários da indústria, entre elas a diminuição da carga horária de trabalho para 40 horas semanais, aumento de 5% nos salários dos operários e a ameaça de interdição nas indústrias cujos administradores não seguissem as novas normas estabelecidas.

Avaliada como “prematura e desnecessária” até mesmo por muitos elementos ditatoriais, a ocupação militar de São Paulo em outubro de 1930 por tropas federais, seguida de intromissão externa nos problemas domésticos do estado pelo Governo Provisório, convenceu boa parte da população paulista de que a ditadura tentava “despaulistizar São Paulo”,

---

<sup>30</sup> Militar e político pernambucano, participou da Revolta Paulista de 1924 e da Coluna Prestes, em 1930 foi nomeado interventor do Estado de São Paulo.

<sup>31</sup> Advogado, civil, foi nomeado interventor para o Estado de São Paulo em uma tentativa de apaziguar os ânimos paulistas, chegou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil.

<sup>32</sup> Carioca de Barra Mansa, militar, positivista e ligado às lideranças tenentistas, Manuel Rabelo, enquanto esteve à frente do governo paulista, só agravou a oposição das lideranças políticas do estado contra o governo de Getúlio Vargas.

idealizado, cada vez mais, como uma espécie de entidade personificada que representava todo o estado como “um só homem”<sup>33</sup>.

Muitos paulistas estavam convencidos de que uma nova Constituição poderia, de certa forma, limitar as ações de Vargas em relação a uma centralização política e continuidade no poder. Se elaborada e aprovada uma nova Carta Magna, as eleições seriam marcadas e, quem sabe, através de um representante/candidato influente, os paulistas poderiam voltar a ter uma participação mais efetiva no poder político do país.

Figura 5 – Manifestação em São Paulo, 1932



Fonte: Joveci de Freitas/ Estadão<sup>34</sup>

Faixas com dizeres como “São Paulo unido exige a Constituinte” e “Hoje como no passado, paulistas avante” expressam o discurso de unidade regional e de resistência ante o Governo Provisório. A mobilização antecipa a eclosão da Revolução Constitucionalista.

Por intermédio dos meios de comunicação que tinham maior amplitude na época, as rádios e os jornais, ocorria diariamente a propagação dos ideais constitucionalistas, levando ao surgimento de manifestações populares que se tornaram quase um consenso em São Paulo.

<sup>33</sup> PAULA, Jeziel de. **1932** – Imagens Construindo a História. Campinas: Editora UNIMEP, 1999, p. 279.

<sup>34</sup> Cf.: MAYRINK, José Maria. ‘Trincheiras foram a pia batismal da democracia’, afirma poeta sobre Revolução de 32. **Estadão**, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/trincheiras-foram-a-pia-batismal-da-democracia-afirma-poeta-sobre-revolucao-de-32>. Acesso em: 13 mai. 2025.

O rádio utilizado pela primeira vez em larga escala no país -, a imprensa, os oradores inflamados contribuíram para avolumar o ódio contra Getúlio, o execrável “Gegê”, ditador que pisoteara São Paulo com as botas militares e traíra os ideais democráticos<sup>35</sup>.

Com a política paulista em ebulição, as manifestações populares intensificaram-se. Jovens estudantes saíram às ruas clamando por ações do governo e, em contrapartida, a repressão aumentou, as forças públicas atuavam violentamente para dissipar os manifestantes, gerando embates violentos.

O clima político efervescente foi se constituindo, levando à ocorrência do movimento político nomeado pelos paulistas como Revolução Constitucionalista<sup>36</sup>.

Hoje em dia, usamos a palavra “revolução” com tanta frequência – referindo-nos a uma mudança na política de esportes de um governo, a uma inovação tecnológica, ou mesmo a uma nova tendência de marketing<sup>37</sup>.

Associados aos paulistas, gaúchos e mineiros reforçavam o clamor por uma nova Constituição. Entretanto, os aliados paulistas não tinham a intenção de tomar medidas extremadas. Assim que houve a “declaração de guerra” ao governo Vargas, as autoridades políticas gaúchas e mineiras se afastaram.

Com o início do conflito bélico, em 9 de julho de 1932, o governo varguista tomou uma série de medidas no intuito de manter o estado de São Paulo isolado. Cercados em todas as suas fronteiras, os paulistas não conseguiram reforços, tampouco armamentos, mas se organizaram e resistiram. A população abraçou a causa, a Escola Politécnica conseguiu criar e adaptar armamentos, desenvolveram estratégias por vezes até inusitadas<sup>38</sup>. Contudo, sem apoio, após aproximadamente três meses de conflito, sucumbiram ante as tropas varguistas.

A revolta dos paulistas se concentrava no fato de Vargas ter invalidado a Constituição de 1891, alegando que a primeira Carta Magna republicana estava defasada. No entanto, a supressão da Constituição o favoreceu, auxiliou-o no

---

<sup>35</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 63.

<sup>36</sup> Refiro-me à Revolução Constitucionalista como uma nomenclatura, não existe um consenso entre os historiadores sobre se esse movimento representou uma Revolução, para muitos se trata da exaltação do ego paulista.

<sup>37</sup> FIGES, Orlando. **A tragédia de um Povo: a Revolução Russa - 1891 – 1924**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

<sup>38</sup> Entre as estratégias desenvolvidas pelos paulistas, fato curioso foi a criação da Matraca, instrumento que reproduzia o barulho de uma metralhadora em ação, porém, somente o barulho. Haja vista a escassez de munição, a reprodução do som de uma metralhadora significava manter os inimigos afastados.

processo de centralização do poder, ajudando a suprimir as velhas práticas políticas, já que Vargas queria assegurar que os antigos governantes não voltassem à cena.

Os decretos anunciados por Vargas mostravam claramente sua disposição para permanecer no poder. Começava a tomar forma o que, mais adiante, consolidar-se-ia como um governo de caráter autoritário. Os paulistas não aceitaram tais diligências varguistas, radicalizaram em suas ações, pegaram em armas, mas foram derrotados e tiveram de aceitar os ditames do governo.

O presidente Vargas manipulou com destreza os caminhos que deveriam ser seguidos, convocou eleições e aceitou a elaboração de uma nova Constituição para o país. Por fim, um novo conjunto de leis foi aprovado, estabelecendo a realização de eleições diretas em âmbito nacional, que deveriam ocorrer em 1938.

Derrotada a revolução de 1932, Getúlio tratou de reduzir ao mínimo as medidas repressivas contra os insurgentes. Essa atitude envolvia um cálculo político, e não uma despreocupação com questões de segurança. Ao contrário, um decreto de janeiro de 1933 criou, na capital da República, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), com o objetivo de coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de comprometer “a ordem e a segurança pública”<sup>39</sup>.

O capital acumulado nas primeiras décadas do século XX possibilitou a construção de uma infraestrutura no estado de São Paulo que foi progressivamente apropriada pela indústria nascente. Embora a produção cafeeira tenha desempenhado papel importante nesse processo, outros fatores, como o crescimento urbano, o aumento da circulação de mercadorias e a chegada de imigrantes com experiência industrial, também contribuíram para o dinamismo econômico regional. No entanto, a crise de 1929, deflagrada pela queda da bolsa de Nova Iorque, expôs as vulnerabilidades estruturais da economia brasileira, ainda fortemente atrelada às oscilações do mercado externo e à monocultura de exportação, evidenciando os limites de um modelo pouco diversificado.

Uma diversificação de investimentos poderia ser interessante, e a crise compeliu empreendedores a investirem em outras áreas. Nesse contexto, um dos setores que receberam atenção e investimentos foi o industrial.

São Paulo vivia a euforia da chegada de novos tempos, com as referências da modernidade e do progresso. Nas novas avenidas da cidade, recém-iluminada pela *Light and Power*, no lugar dos antigos carros de parolha,

---

<sup>39</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 66.

tílburis e bondes de burros, eram encontrados os bondes elétricos circulando juntamente com os primeiros automóveis; os motores movimentavam as fábricas; máquinas fotográficas registravam o processo; também despontava o cinema reproduzindo na tela a vida em contínuo movimento<sup>40</sup>.

Os cafeicultores concentravam seus esforços na defesa de seus interesses, diretamente ligados à terra, à produção cafeeira, ao controle de preços e excedentes, entre outros temas que garantissem a manutenção de sua hegemonia econômica. No entanto, um novo grupo começava a ganhar força, os empresários do setor industrial, cuja expansão acelerada levava tal classe a buscar maior representatividade e influência nas decisões políticas do país.

A cidade de São Paulo contava com alicerces embrionários fundamentais para o nascimento da indústria, como energia elétrica e transporte público. Mas, naquele final de século XIX, contava com uma pequena concentração populacional, algo que mudaria desmesuradamente nas décadas seguintes. Os aspectos citados, somados ao capital gerado pela produção cafeeira, mostraram-se fundamentais para o nascimento e o crescimento do parque industrial paulista nas décadas seguintes.

O desenvolvimento industrial do Brasil passava a ser um fato inegável e “motivo de justo orgulho nacional”. Já não se tratava de examinar a conveniência ou não da implantação da indústria; defendê-la e ampará-la eram um dever tão patriótico e tão justificável quanto a proteção dispensada à lavoura<sup>41</sup>.

O PRP representava os interesses dos cafeicultores de São Paulo. Entretanto, com o crescimento industrial, empresários envolvidos nessa área, buscando espaço político e representação partidária, ingressaram nas fileiras do PD após sua criação, em 1926. Quanto ao posicionamento político dos industriais, no período anterior às eleições 1930, divulgaram um manifesto pelo jornal *Correio Paulistano* acenando com apoio ao candidato do governo Júlio Prestes:

Mal esboçada a disputa, as principais associações industriais de São Paulo lançavam um manifesto, com data de 30 de julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do *Correio Paulistano*, apoiando a candidatura de Júlio Prestes. O documento assinado, sem designação de nomes, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, Centro das Indústrias de Papelão, Centro de Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel,

---

<sup>40</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**. São Paulo: EDUSC, 2007, p. 47.

<sup>41</sup> *Idem*. **Trama e Poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 174.

Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Centro dos Industriais der Calçados de São Paulo. O apoio não ficava em uma declaração formal, mas anunciava a intenção da grande indústria de arregimentar politicamente o setor e a área sob sua influência<sup>42</sup>.

Mesmo após a Revolução de 1930, os empresários industriais não se aproximaram do governo empossado, mantiveram uma estratégica relação de respeito, mas, quando da ocorrência da Revolução Constitucionalista, em 1932, e com a criação da Frente Única Paulista (FUP, coalizão formada pelo PRP e pelo PD), os industriais paulistas ofereceram apoio financeiro à organização, que reivindicava a reconstitucionalização do país e a autonomia do Estado de São Paulo, ante a ingerência dos interventores.

O jogo do poder em São Paulo estava tenso, alguns políticos que em 1930 haviam apoiado a Aliança Liberal e a posse de Vargas romperam com o governo e, após o movimento de 1932, tiveram de aceitar a derrota da Revolução Constitucionalista. Os paulistas foram obrigados a acatar os direcionamentos instituídos pelo governo, mas Vargas soube fazer cooptações, retornou à proteção ao setor cafeicultor com a compra do café excedente, a queima de estoques e a busca pela estabilização dos preços.

### **1.3 Democracia no Brasil: entre esperanças e discontinuidades**

Após a Proclamação da República, foi instituído o presidencialismo como forma de governo, mas sem um compromisso pleno com a democracia. A Constituição de 1891 previu o voto como mecanismo de escolha dos governantes, porém, de maneira censitária e excludente, restringindo a participação política a uma parcela limitada da população. Ao longo da história, em vez de estender e consolidar práticas democráticas, no sentido de ampliar a participação da população no processo eleitoral, o país vivenciou sucessivas rupturas institucionais, alternando momentos de autoritarismo e governos que, embora formalmente ancorados na ordem constitucional, na prática subverteram os princípios republicanos e afastaram o ideal de soberania popular.

Algumas décadas após a Proclamação da República, o Brasil ainda não havia consolidado práticas democráticas. As estruturas de poder continuavam marcadas por

---

<sup>42</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 29.

momentos de autoritarismo e exclusão política. A ascensão de Getúlio Vargas ao governo provisório, em 1930, aprofundou essa tendência: ao invés de promover uma democratização, Vargas concentrou poderes, desmontou as bases do sistema político anterior e articulou mecanismos para prolongar sua permanência no poder. Assim, as primeiras décadas da República foram caracterizadas por formas de governo que, embora legitimadas pelo discurso republicano, na prática consolidaram métodos autoritários de controle político.

As atitudes de Vargas geraram o descontentamento de políticos de vários estados, sendo os núcleos centrais de oposição o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

No início de janeiro de 1932, o Partido Democrático concluiu que não apoiaria mais o Governo Provisório. No mês seguinte, essa decisão foi partilhada pela Liga da Defesa de São Paulo e por parte do PRP, o Partido Republicano Paulista. Nesse mês de maio, os três grupos aliaram-se a outros semelhantes que se opunham a Vargas no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Juntos, denominaram-se Frente única<sup>43</sup>.

Após o levante e a derrota dos paulistas no movimento denominado Revolução Constitucionalista, Vargas atuou com habilidade política, permitiu que fossem convocadas eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, ou seja, respondeu de forma a apaziguar os nervos. Contudo, muitos militares, políticos, além de civis que se envolveram no movimento de 1932 acabaram presos, tiveram seus direitos políticos cerceados e alguns foram obrigados a seguir para o exílio.

Sem dúvida, a revolução de 1932 provocou a reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu somente sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da Revolução de 30, como Artur Bernardes, Borges Medeiros, Assis Brasil, Eptácio Pessoa, por ter apoiado a causa paulista, foi alijada do processo político em curso e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas<sup>44</sup>.

Tempos depois, Vargas anistiu parte dos envolvidos no movimento de 1932. A política de anistia adotada após o conflito, embora restrita e seletiva, serviu como

---

<sup>43</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas** – Getúlio Vargas e controle social no Brasil/ 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 45.

<sup>44</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 26.

instrumento político para a construção da imagem de Vargas como figura moderadora e pacificadora. Ao favorecer determinados grupos e impor punições exemplares a outros, o governo não apenas reafirmou seu controle sobre a oposição, mas também buscou legitimar seu poder perante a sociedade, associando-se à ideia de estabilidade e defesa dos interesses nacionais. A anistia, nesse contexto, não se configurou apenas como um gesto de clemência, mas como parte de uma estratégia de consolidação da autoridade varguista.

A anistia para menos da metade dos declarados 6 mil reclusos da Ilha Grande, e da ilha menor, a das Flores, na baía de Guanabara, chegou pouco depois do término das hostilidades, em 2 de outubro de 1932. O restante dos prisioneiros de guerra foi lentamente sendo libertado nos meses seguintes. Todos, isto é, menos os que estavam a bordo do *Pedro I*. Eles foram levados para Ilha Grande em 23 de outubro, onde muitos estavam entre as centenas que o governo decidiu deportar para a Europa, principalmente para o Portugal de Salazar. Não foram poucos os banidos que pouco ou nada tinham a ver com a insurreição constitucionalista<sup>45</sup>.

Após oito meses, o país conheceu sua nova Constituição, um conjunto de leis com diferentes tendências políticas, inovadora em alguns quesitos, democrática e liberal em outros aspectos, mas também com pontos perigosos que poderiam deflagrar um autoritarismo.

A heterogeneidade da Constituição brasileira de 1934 talvez reflita a complexa composição política de sua Assembleia Constituinte, marcada pela presença de diferentes grupos e projetos de poder. De um lado, destacava-se a influência dos tenentes, defensores de um modelo mais centralizador; de outro, sobressaíam os representantes paulistas, que promoviam ideais liberais e federalistas. A convivência forçada entre essas correntes divergentes acabou por imprimir ao texto constitucional um caráter híbrido, resultado das tensões e acomodações entre forças políticas em disputa.

O texto constitucional também assegurava ao Executivo o uso de um instrumento coercitivo que trazia embutida a concessão de plenos poderes – o estado de sítio -, além de permitir a adoção da censura para todo tipo de publicação. Mesmo assim, essa era uma Constituição inovadora, que ampliava as condições para o exercício da cidadania<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas** – Getúlio Vargas e Controle Social no Brasil/ 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 53.

<sup>46</sup> SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 367.

Entre as inovações progressistas trazidas pela nova Constituição estavam: a destinação de investimentos governamentais para a educação, a aprovação do voto feminino, a criação de leis trabalhistas e a previsão de eleições diretas para a presidência. A ocorrência de eleições presidenciais diretas estava prevista para o ano de 1938, pleito do qual Vargas não poderia participar como candidato presidencial.

Em 1934, logo após a finalização dos trabalhos da Constituinte, definiu-se que não haveria tempo hábil para a realização de eleições diretas, os congressistas então decidiram pela realização de eleições indiretas para a Presidência. Getúlio Vargas candidatou-se e, com seu poder de convencimento e influência, foi eleito para um mandato de quatro anos. Empossado, Vargas manifestava seu desagrado diante da nova Constituição.

A Constituição garantia às pessoas o direito de se associarem aos sindicatos, embora não tornasse a sindicalização compulsória. Sua natureza híbrida não satisfiz ninguém; o próprio Vargas, na primeira vez em que se dirigiu ao público como chefe de Estado constitucional, não tentou esconder o desapontamento, e, em particular, disse que seria “o primeiro a revisá-la”<sup>47</sup>.

O governo de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo, adotou uma estrutura de poder fortemente centralizadora, na qual o corporativismo ocupou papel fundamental. Inspirado por modelos autoritários europeus, com maior admiração pelo fascismo italiano, o regime varguista reorganizou as relações entre capital e trabalho sob a tutela do Estado, enquadrando os sindicatos em moldes legalistas e coercitivos. A atuação sindical passou a ocorrer dentro de um sistema oficial, controlado e financiado pelo governo, que eliminava qualquer possibilidade de organização autônoma ou dissidência. Esse modelo corporativista não se restringia à mediação de conflitos laborais, mas constituía um mecanismo sofisticado de controle social e político, atrelando trabalhadores e empresários ao projeto nacional-estatista de Vargas.

Como aponta o próprio texto constitucional de 1934, embora o direito à associação sindical fosse garantido, a estrutura permitia ampla intervenção estatal, gerando um sistema de representação vertical e hierarquizada. A centralização política, a repressão aos movimentos sociais e a propaganda intensa convergiam

---

<sup>47</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 67.

nesse arranjo ideológico, tornando o corporativismo uma das engrenagens centrais da perpetuação do autoritarismo varguista.

O corporativismo, ao contrário da democracia liberal, rejeitava a noção da liberdade suprema do indivíduo; na atmosfera de uma crescente depressão mundial, e da aparente incapacidade do Brasil de responder às necessidades sociais, Vargas abraçou um modelo benevolente e intervencionista de Estado orgânico, considerando a sociedade uma coleção de grupos diferenciados e organizados hierarquicamente segundo o papel produtivo ou econômico que desempenhavam<sup>48</sup>.

A preocupação com a construção da própria imagem e com a consolidação do governo levou Vargas, já em 1931, a estruturar um sistema de propaganda política que mais tarde se institucionalizaria no Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Mais do que um simples recurso de comunicação, a propaganda tornou-se um instrumento estratégico de legitimação do regime e de mobilização da opinião pública em favor da nova ordem política.

A propaganda ganhou atenção especial e, em 1934, através do Decreto-Lei n.º 24.651, o DOP foi substituído pelo DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural). Com o DPDC, o governo passou a utilizar a propaganda como estratégia de adesão popular, no intuito de chegar a seus objetivos. Ao longo dos anos, novos órgãos de propaganda foram criados com o propósito de ampliar a divulgação dos “benefícios” promovidos pelo governo Vargas e fortalecer o controle sobre os meios de comunicação.

Entre as diversas iniciativas voltadas à promoção dos feitos do governo Vargas, houve a criação da “Hora do Brasil”, em 1935, programa radiofônico de transmissão obrigatória que, além dos feitos, também difundiu a ideologia trabalhista varguista. Por meio desse programa de rádio, a população era informada sobre os acontecimentos nacionais, enquanto as realizações de Getúlio Vargas eram simultaneamente exaltadas, reforçando sua imagem junto à opinião pública.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nestes casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente

---

<sup>48</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 51.

e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva<sup>49</sup>.

Em outra frente, a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), em 1933, representou um passo decisivo no fortalecimento dos mecanismos de controle estatal. O órgão foi aparelhado com a contratação de novos agentes, submetidos a treinamentos rigorosos e equipados com tecnologia moderna para dinamizar suas operações. Essa estruturação mostrou-se crucial em 1937, com a instauração do Estado Novo, quando a DESPS desempenhou papel central na imposição da “ordem” e na consolidação do poder governamental.

À medida que os anos foram passando e se aproximando a data marcada para ocorrência de eleições diretas, 1938, alguns nomes já surgiam como possíveis candidatos presidenciais. Em anos anteriores, Vargas havia se movimentado de forma a centralizar o poder – e, ao que tudo indicava, não era sua intenção deixar o poder político do país.

Em 1935, o país foi palco de um levante comunista que, apesar de malsucedido, ficou conhecido na história como a “Intentona Comunista”<sup>50</sup>. O episódio acabou favorecendo Vargas, que se aproveitou da situação para adotar medidas ainda mais centralizadoras, amparado no argumento de que tais ações eram necessárias para garantir a paz e a ordem no território nacional.

Num país de precária constituição do regime democrático, cujos governantes, com Getúlio em primeiro lugar, não acreditavam na possibilidade de conter o comunismo com os instrumentos da democracia, a aventura de 1935 foi um presente dos céus para os setores da cúpula civil e militar que, desde 1930, defendiam a implantação de um regime autoritário<sup>51</sup>.

Em 1937, Vargas advertiu a respeito de uma possível conspiração comunista para tomada de poder. Alegando riscos à nação, anunciou, no dia 10 de novembro, a

---

<sup>49</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998, p. 66.

<sup>50</sup> A insurreição de novembro de 1935, comumente referida como “Intentona Comunista”, não se configurou, em termos estritos, como uma revolução, mas sim como uma tentativa malsucedida de levante. Embora o termo “intentona” seja frequentemente rejeitado por setores da esquerda por carregar conotação pejorativa, especialmente por ter sido amplamente difundido pela direita civil e militar, sua utilização não é incorreta do ponto de vista etimológico. A palavra designa um plano insensato ou mal concebido, definição que parece adequada ao episódio, considerando-se a fragilidade do planejamento, a ausência de uma articulação nacional efetiva e a subestimação da capacidade de controle e repressão do governo Vargas, cujos mecanismos de vigilância e repressão revelaram-se mais penetrantes do que os insurgentes haviam previsto. FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas – O poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 75.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 76.

suspensão das eleições, fechou o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e anulou a Carta de 1934. Naquele momento, circulavam notícias relacionadas a um levante comunista, levante esse que estava descrito no chamado Plano Cohen<sup>52</sup>. Pouco depois, foi instituída uma nova Constituição, que trazia em seu bojo feições fascistas.

Em junho de 1937 o Congresso rejeitou o pedido do governo de prorrogação do estado de guerra, em vigor desde abril do ano anterior, e o governo, através do ministro da Justiça, José Carlos Macedo Soares, concedeu anistia a alguns presos políticos. Mas, poucos meses depois, a Câmara dos Deputados aprovou o retorno ao estado de guerra e suspendeu as garantias constitucionais por noventa dias. Isso porque, no dia 30 de setembro, o governo, através da imprensa, divulgou um documento, o “Plano Cohen”, relatando a preparação de uma insurreição comunista no Brasil<sup>53</sup>.

Nesse jogo político, Vargas aumentou a burocracia como forma de ter um maior controle sobre o Estado, cercou-se de colaboradores que compactuavam com sua maneira de pensar, anunciou o Estado Novo, constituindo um autoritarismo de Estado. Justificou as ações autoritárias como a única maneira de instituir mudanças no sentido de promover a modernização do país.

Embora o regime instaurado por Vargas a partir de 1937 não fosse oficialmente caracterizado como totalitário, seus opositores frequentemente o qualificavam dessa forma. Alguns exilados, ao se referirem a Vargas como um ditador totalitário, buscavam chamar a atenção para o caráter autoritário do governo e, possivelmente, conquistar a simpatia de poderosos opositores internacionais.

Embora o Brasil não tenha adotado oficialmente um regime totalitário, Vargas demonstrava apreço por algumas das práticas características desses governos. Ele chegou a se inspirar nas leis trabalhistas italianas para elaborar as normas trabalhistas brasileiras e utilizou-se de práticas de propaganda usadas de maneira eficiente pelo regime nazista, como modelo a ser seguido em sua própria estratégia de comunicação política.

---

<sup>52</sup> O Plano Cohen foi um plano fictício elaborado pelo militar Olímpio Mourão Filho. Nesse documento, afirmava-se que os comunistas estavam se organizando para tomar o poder político do país. Foi utilizado como uma das justificativas para a suspensão das eleições de 1938, contudo, o documento era falso.

<sup>53</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 34.

Nesse contexto, em 1938, foi criado o DNP (Departamento Nacional de Propaganda), órgão que substituiu o DPDC. No ano seguinte, novamente ocorreu a substituição do órgão responsável pela propaganda e foi idealizado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). No entanto, não foi uma mera substituição de órgãos de propaganda, o DIP passou a ter um maior alcance e poder, atuando em diversas áreas, a promoção e o controle dos meios de comunicação ficaram mais intensos. Com uma atuação rigorosa e abrangente em diversos setores da sociedade, o DIP conseguiu consolidar a imagem de Vargas, transformando-o em uma figura amplamente venerada por grande parte da população brasileira.

Após a criação do DIP, em 1939, o programa de rádio “Hora do Brasil”<sup>54</sup> ganhou outras atribuições. Foi introduzida na programação a divulgação de uma agenda com destaque para os pontos turísticos do país, também houve a inclusão de canções brasileiras nas transmissões diárias. Em outras palavras, oportunizou a exaltação da nação, um esforço para incutir a ideia de nacionalidade. O nacionalismo fazia parte do projeto do governo, nesse sentido, percebe-se tal estratégia através dos discursos e pronunciamentos realizados por Vargas em que exaltava a nação e sua defesa.

A parte falada da Hora do Brasil compreendia o noticiário governamental (presidência, ministério e comunicados oficiais), noticiário local (Rio de Janeiro), dos estados e municípios, noticiários enviados de Nova Iorque pela Seção Brasileira do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs - OCIAA, crônicas sobre a evolução econômica, industrial e política do país ou então sobre “aspectos fulgurantes do nosso passado, para que o brasileiro nunca esqueça as grandes datas da nacionalidade e recorde a todo momento nossos heróis, sua vida e expressão do que realizaram”<sup>55</sup>.

O esforço do governo era para estender o controle a diferentes áreas, reproduzindo práticas utilizadas nos totalitarismos europeus, como na Alemanha nazista e na Itália fascista. Depois da criação do DIP, os procedimentos se multiplicaram, a vigilância esteve cada vez mais presente, os vários censores agiram de forma a não deixar vazar nenhum tipo de informação que pudesse comprometer o governo.

---

<sup>54</sup> O programa de rádio “A Hora do Brasil” foi criado em 1935, tinha como objetivo propagandear ações governamentais e dar popularidade a Getúlio Vargas. O programa, no decorrer dos anos, foi sofrendo mudanças em sua forma e seu conteúdo. Em 1971 houve a mudança também do nome e passou a ser “A Voz do Brasil”.

<sup>55</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação** (1889-1945). São Paulo: Annablume, 2003, p. 122.

O controle rígido surtiu efeitos, a população pouco sabia de aspectos negativos promovidos pelo governo. O “todo-poderoso” Lourival Fontes, diretor do DIP, acumulou poder e atuou de forma eficiente à frente do órgão.

Apoiadas pelos serviços auxiliares (subdivididos em seis setores: Comunicações, Contabilidade, Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca e Biblioteca). Cada um desses pontos no organograma se desdobrava em tantas outras atividades quantas fossem necessárias para o andamento da máquina propagandística. A ampliação de funções levou Lourival Fontes a declarar a Vargas, no final de 1940, que 53 serviços diferentes eram desenvolvidos pelo DIP<sup>56</sup>.

Além de realizar ações populistas<sup>57</sup>, Vargas procurou diversas formas de enfraquecer a oposição. Para tanto, continuou a utilizar-se de antigas estratégias, entre outros, o expediente de tentar cooptar seus opositores permaneceu. Um dos artifícios para apaziguar as tensões com os paulistas e mantê-los sobre sua égide foi nomear Armando de Salles Oliveira como interventor no Estado.

Paulista e ligado à cúpula do jornal *O Estado de S. Paulo*, periódico em que exerceu o cargo de diretor, Salles Oliveira aos poucos foi ganhando notoriedade dentro da política do estado. Antes mesmo de ser interventor, havia se associado à Aliança Liberal e apoiou o movimento de 1930. Na Revolução Constitucionalista, teve participação destacada, aos poucos foi construindo seu prestígio, tornando-se um dos protagonistas políticos mais influentes dentro do estado, formando e participando de alianças estratégicas.

---

<sup>56</sup> SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação** (1889-1945). São Paulo: Annablume, 2003, p. 110.

<sup>57</sup> O populismo é uma categoria com sentido polissêmico e que adquiriu vários significados através da história, assim sendo, não se apresenta no singular, ou seja, existem populismos. O termo ganhou popularidade, foi utilizado para nomear práticas de diversas vertentes e pensamentos políticos, autores como Thomás Z. de Barros e Miguel Lago, alertam para as mudanças que a categoria sofreu no decorrer dos anos. Se em décadas passadas o termo era utilizado como uma forma de manifestação de apreço e proximidade a “população”, historicamente o termo adquiriu outras perspectivas, vinculando populismo a pessoa sem credibilidade. Os autores buscam definir populismo levando em consideração três aspectos: o populismo envolve um discurso que opõe o “povo” às “elites”, os “de baixo” contra os “de cima”; o populismo é esteticamente transgressivo, irreverente, culturalmente “popular”; e o populismo é uma força capaz de transformar instituições. Observando outros fatores, pode-se apontar a utilização do termo como um recurso retórico para desprestigiar adversários, a utilização do termo pela mídia de forma negativa, o popularizou como sinônimo de demagogia, manipulação, cinismo, personalismo, negativismo científico, entre outros aspectos. Contudo, a categoria populismo, é utilizada neste estudo, no sentido de se promover políticas reformistas na intenção de se conquistar apoio popular. BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

## 1.4 Efetivação do autoritarismo: Estado Novo

Depois de assumir provisoriamente o governo brasileiro em 1930, Getúlio Vargas mobilizou uma ampla gama de estratégias com o objetivo de consolidar-se no poder e prolongar sua permanência na presidência. Entre os mecanismos utilizados destacaram-se o uso intensivo da propaganda oficial, alianças políticas cuidadosamente construídas, manipulações institucionais, além do fortalecimento dos aparatos de vigilância e controle estatal. Tais práticas revelaram-se eficazes, permitindo a Vargas não apenas manter-se no cargo, mas também ampliar progressivamente sua autoridade ao longo do tempo.

No continente europeu, o autoritarismo estava cada vez mais presente. Um dos governos que inspiraram Vargas foi o italiano – Benito Mussolini controlava o Estado com “mão de ferro” e, para tanto, não poupava ações violentas. Getúlio Vargas, atento às práticas de controle utilizadas na Europa, inspirava-se e as usava em solo nacional.

Nesses moldes, foi criado o integralismo, movimento alicerçado no fascismo italiano, que tinha como um dos seus principais líderes Plínio Salgado. Esse movimento exaltava o nacionalismo e pregava a instauração de um governo forte, autoritário, com um líder máximo.

O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural que econômico. Sua ênfase estava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado nos princípios unificadores de Deus, pátria e família. O movimento acrescentava notas próprias ao anti-semitismo corrente na sociedade brasileira da época, embora assumisse formas pessoais menos ou mais virulentas<sup>58</sup>.

Nas fileiras do integralismo estavam presentes intelectuais como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. O integralismo, por meio de suas manifestações públicas, sua retórica nacionalista e estrutura organizacional, conseguiu mobilizar um número expressivo de simpatizantes em diversas regiões do país. Estimativas presentes na literatura especializada sugerem que o movimento teria alcançado centenas de milhares de adeptos, havendo autores que apontam a possibilidade de o número ter se aproximado de 800 mil filiados em âmbito nacional. Embora os dados variem conforme a fonte, é consenso que a Ação Integralista

---

<sup>58</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 71.

Brasileira representou, em seu auge, uma das maiores forças de mobilização política da década de 1930.

No auge de seu crescimento, em 1937, a Ação Integralista Brasileira chegou a reunir entre 100 mil e 200 mil adeptos em todo o país, numa população de cerca de 40 milhões de habitantes – era a face escancarada do fascismo. Menos visível, talvez, foi o movimento de aproximação com o fascismo que cresceu entre os integrantes do governo e no meio dos oficiais das Forças Armadas<sup>59</sup>.

O integralismo conseguiu adesões em várias regiões e de setores diferentes, atraiu um número significativo de pessoas advindas das classes médias urbanas, setor que tradicionalmente não tinha representatividade na política. Em seu escopo havia a presença de intelectuais, militares, profissionais liberais, que eram a favor de uma modernização e do fim da política regionalista que persistia.

Instituída enquanto partido, a AIB (Ação Integralista Brasileira) se aproximava do fascismo, entretanto, o integralismo foi considerado um movimento de extrema-direita, reacionário, conservador, mas não fascista.

José Chasin (1978) e Antonio Rago (1989) consideram a AIB como movimento de extrema direita, romântico e reacionário, mas não fascista, porque entendem que o fascismo seria uma expressão particular do estágio de desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista, que o Brasil ainda não havia atingido na década de 1930, dada a sua dependência estrutural ao centro do capitalismo. Para esses autores, além de uma análise de sua ideologia e de sua estrutura como movimento é preciso fazer uma análise do capitalismo periférico que gera movimentos sociais e políticos como o integralismo<sup>60</sup>.

Nas décadas de 1920 e 1930, viu-se o nascimento e estabelecimento de governos autoritários por toda a Europa. Nos anos de 1920, o italiano Benito Mussolini arrastava milhares de pessoas para o movimento fascista; em 1933, na Alemanha, o nazismo ascendeu, Adolf Hitler foi agraciado com a chancelaria alemã.

O autoritarismo se expandiu e ocupou parte da Europa, em 1936 estourou a Guerra Civil Espanhola, um acontecimento que deixou marcas profundas e dolorosas na Espanha. Com o término da guerra, o General Francisco Franco assumiu o poder

---

<sup>59</sup> SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 368.

<sup>60</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2 - O tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45.

e impôs um sistema autoritário, conservador e nacionalista. Ainda na Península Ibérica, em 1933, Portugal também passou a experimentar o autoritarismo com o governo de Antônio de Oliveira Salazar.

Inspirado por modelos de centralização e controle político em voga na Europa nas décadas de 1920 e 1930, especialmente aqueles observados em regimes autoritários como o fascismo italiano e o salazarismo português, Getúlio Vargas articulou, com habilidade política e censo estratégico, uma adaptação brasileira desses métodos de governança. Valendo-se de uma combinação de discurso nacionalista, apelo à ordem social, instrumentalização da propaganda oficial e repressão seletiva aos opositores, Vargas foi gradualmente consolidando as bases de um regime autoritário com características próprias. Esse processo resultou na construção de um Estado centralizador e intervencionista, que garantiu sua permanência no poder por 15 anos consecutivos, entre 1930 e 1945, moldando profundamente a estrutura política e institucional do Brasil.

No início do século XX, a industrialização europeia estava acelerada, a necessidade de áreas de dominação para obtenção de matéria-prima se tornou premente, os países europeus intensificaram suas disputas territoriais, o que causou animosidades entre as nações e configurou um dos fatores que conduziram à Primeira Guerra Mundial. Com o fim do conflito, governantes de alguns países europeus destruídos apontaram o capitalismo como um dos principais motivos geradores da guerra. As críticas se intensificaram e a busca por uma alternativa ao sistema passou a ser apregoada.

Uma possibilidade que se apresentou foi empreender uma aproximação com a Rússia. Em 1917, os russos haviam enfrentado um intenso conflito nomeado Revolução Russa e, em 1922, o país tornou-se um dos membros mais influentes da União Soviética, bloco de países que apresentava uma oportunidade de romper com o capitalismo e aceitar um novo caminho, o socialismo/comunismo.

Após a crise de 1929, num esforço para superação das dificuldades, os italianos viram no fascismo uma chance de recuperação – o intervencionismo econômico e o autoritarismo sinalizavam com possibilidades. Da mesma forma pensaram e agiram os alemães quando testemunharam nos discursos entusiasmados dos nazistas e de seu protagonista, Adolf Hitler, a oportunidade de reconquistar sua confiança, o respeito e o equilíbrio econômico que haviam perdido após a derrota na Primeira Guerra Mundial e a imposição do Tratado de Versalhes.

A economia de capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou praticamente todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado na fronteira da URSS. Esse é o motivo pelo qual a Grande Depressão de 1929-33 iria ser um marco milenar na história do antiimperialismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo<sup>61</sup>.

As ideias políticas que circulavam na Europa chegaram nas Américas. Além do integralismo, o comunismo também ganhou adeptos, entretanto, eram ideias que representavam, para alguns, algo aterrorizante e que deveria ser combatido e expurgado. O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922 e, aos poucos, foi conquistando seguidores, contudo, as dificuldades de atuação e obtenção de representatividade foram constantes, em vários momentos o partido foi colocado na ilegalidade.

Em março de 1935, foi fundada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), órgão que esteve ligado ao Partido Comunista e que, aos poucos, conseguiu adesão de um número significativo de pessoas. Uma das iniciativas que atraíram uma participação cada vez maior foram os encontros realizados por seus fundadores. Muitos dos fundadores da ANL eram tenentes que haviam participado da Revolução de 1930 e que, desgostosos com as ações promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, romperam com ele e passaram para a oposição. Nesses encontros, clamavam por ações e direitos que estavam em pauta havia muito tempo e não foram atendidos por Vargas.

Entre os principais pontos mais importantes figuravam o não reconhecimento da dívida externa, a nacionalização dos serviços públicos; a distribuição de terras; garantia dos direitos dos trabalhadores; liberdades populares, incluída a liberdade religiosa; liquidação de privilégios de raça, cor ou nacionalidade<sup>62</sup>.

Os membros da ANL eram opostos ao fascismo, contrários ao imperialismo, o que levou os membros da ANL e da AIB (Ação Integralista Brasileira) a entrarem em confronto em vários momentos. Com o crescimento do número de adeptos e ações promovidas pela ANL, o grupo passou a chamar atenção e representar uma ameaça ao governo. Rapidamente medidas foram tomadas e Vargas, valendo-se da Lei de Segurança Nacional, dissolveu a ANL.

---

<sup>61</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 202.

<sup>62</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 72.

Embora já tenha sido mencionada anteriormente, a chamada “Intentona Comunista” merece ser retomada com um pouco mais de detalhamento neste momento, uma vez que desempenhou papel central na construção do discurso de ameaça à ordem que justificou, aos olhos do governo Vargas, a implantação do Estado Novo. A maneira como o levante foi instrumentalizado politicamente revela não apenas as estratégias de legitimação do autoritarismo, mas também a forma como o regime construiu uma narrativa de medo e instabilidade para concentrar poderes e suprimir a oposição. Assim, sua retomada se faz necessária para compreender os mecanismos utilizados por Vargas para consolidar o novo regime.

No mesmo ano da criação da ANL (1935), sob a liderança de Luís Carlos Prestes se articulou uma insurreição comunista no país. Prestes, que havia sido um dos líderes da Coluna Prestes<sup>63</sup>, movimento armado que circulou pelo país combatendo tropas do governo de Arthur Bernardes, foi para o exílio, conseguindo posteriormente se transferir para a União Soviética, onde estudou, obteve treinamento e financiamento para organizar e viabilizar uma tentativa de levante contra o governo Vargas. Com apoio financeiro e logístico soviético, a insurreição foi planejada, vários agentes ligados ao governo comunista entraram clandestinamente no país com identidades trocadas, inclusive Luís Carlos Prestes, escoltado pela agente soviética Olga Benário. Assim que chegaram ao país, os envolvidos tentaram articular o levante. Essa insurreição, ocorrida em 1935, recebeu o nome de “Intentona Comunista” e configurou a única tentativa de tomada do poder por parte dos comunistas<sup>64</sup>.

Os agentes do governo tiveram previamente conhecimento da trama que estava se desenhando, e o movimento foi sufocado, ficando limitado a poucas ações. A polícia política agiu com violência, os principais envolvidos foram capturados e seus líderes tiveram destinos diversos, desde prisão e tortura até a morte.

O ano de 1937 foi marcado pelas primeiras movimentações eleitorais. Os candidatos se apresentavam, alianças políticas começavam a se articular, discutia-se nas rádios, nos jornais e nas ruas quais seriam os pretendentes para as eleições

---

<sup>63</sup> Para ver sobre, leia: AARÃO, Reis Daniel. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>64</sup> Naquela época criou-se uma “aura” em relação ao comunismo – o “perigo vermelho”. Muitos, apesar de saber do que se tratava, tinham pavor, medo e repulsa ao comunismo. Sobre esse mito, ver: FIGES, Orlando. **A tragédia de um Povo**: a Revolução Russa - 1891 – 1924. Rio de Janeiro: Record, 1996.

diretas. Entretanto, nos bastidores, Getúlio Vargas articulava sua permanência no poder.

Entre os candidatos que foram se apresentando para o pleito presidencial estava o paraibano José Américo de Almeida, escritor, chegou a ser Ministro dos Transportes de Vargas, entretanto, não contava com a simpatia do mandatário do governo. Outro candidato que se lançou foi Plínio Salgado, um dos criadores e liderança da AIB (Ação Integralista Brasileira), cuja proposta política se fundamentava na defesa de um modelo autoritário e corporativista de organização do Estado, inspirado na noção de *democracia orgânica*<sup>65</sup>. Também se apresentou para a disputa eleitoral Armando de Salles Oliveira, representante de forças políticas do estado de São Paulo, contava com apoio de políticos de outros estados e, de certa forma, mostrava-se como um opositor das ações que Vargas vinha realizando até então.

Salles Oliveira foi interventor e, posteriormente, eleito governador do Estado de São Paulo. Para articular sua candidatura, renunciou ao governo do Estado e iniciou sua campanha à presidência no final de 1936, tendo como lema “Com Armando de Salles Oliveira o Brasil continuará”, em alusão a uma obediência à Constituição e à democracia. Com o intuito de atrair mais apoio à sua candidatura, Salles Oliveira juntamente com outros políticos criaram a UDB (União Democrática Brasileira), reafirmando sua defesa à democracia e à Carta Magna. Com isso, arregimentou apoios de opositores a Vargas, entre eles o gaúcho Flores da Cunha.

As movimentações políticas em busca do cargo máximo da política nacional haviam se iniciado, as estratégias eram diversas e, ao que tudo indica, Vargas aceitava as condições da disputa, porém, ao mesmo tempo, pensava em alternativas para se manter no poder.

Uma convenção nacional em 25 de maio de 1937 apoiou formalmente o nome de José Américo, que de imediato iniciou campanha atacando as ditaduras tanto de direita quanto de esquerda. Seu adversário, o paulista Armando de Salles Oliveira, fez da falta de democracia durante o governo Vargas sua principal plataforma, atacando José Américo, a quem considerava demagogo

---

<sup>65</sup> A noção de *democracia orgânica*, defendida pelo Integralismo, constituía uma crítica à democracia liberal representativa, rejeitando o sufrágio universal, os partidos políticos e o parlamentarismo. Em seu lugar, propunha um sistema de representação corporativa e funcional no qual a sociedade seria organizada a partir de seus “corpos naturais”, como família, município e corporações profissionais, subordinados a um Estado forte, hierarquizado e centralizador. Ver: TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

em potencial. É provável que Vargas tenha aceitado a candidatura de José Américo por considerá-la fraca e talvez capaz de provocar divisão<sup>66</sup>.

As movimentações políticas realizadas por Vargas estavam cada vez mais aparentes, muitos políticos já previam um possível golpe. As confabulações não eram secretas, as intrigas eram “cochichadas ao pé do ouvido”, mas acabavam descobertas pelas indiscrições de alguns.

Previendo um golpe, Armando de Salles Oliveira escreveu um manifesto intitulado “Aos Chefes Militares do Brasil” e pediu para seus aliados políticos que tal documento chegasse às mãos dos militares. Nesse manifesto, alertava sobre um provável golpe e salientava o mal que tal ação acarretaria. O político requisitava a intervenção dos militares para impedir tal ato, mantendo assim a democracia.

A despeito das solenes e repetidas declarações do sr. presidente da República – a última das quais, feita em cerimônia pública no maior dia da Pátria, tomou o carácter de juramento de honra – afirmam os membros do primeiro círculo que o passo salvador será a prorrogação, pacífica ou violenta do mandato presidencial. Eximindo-se de apresentar argumentos dão a fórmula como já assentada sem dizerem entretanto por quem<sup>67</sup>.

O Manifesto de Armando de Salles Oliveira continha, em suas duas últimas linhas, “A nação está voltada para os seus chefes militares: suspensão, espera o gesto que mata ou a palavra que salva”. Talvez Salles Oliveira já imaginasse o que estava por vir, “o gesto que mata”. Com o apelo esperava-se apoio militar para a efetivação de uma democracia, contudo, o aspecto desconhecido por Salles Oliveira era que grupos militares estavam envolvidos e alinhados com Vargas. Em outras palavras, o apelo foi em vão.

Com o apoio de grupos influentes entre os militares, Vargas instaurou um governo autoritário e apresentou como justificativa para tal ato o combate ao comunismo, mas a verdadeira intenção era manter-se no poder. Chama atenção o fato de o Plano Cohen ter sido idealizado pelo então capitão do exército, Olímpio Mourão Filho. Na época, ligado aos integralistas, acabou confeccionando o Plano a

---

<sup>66</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 76.

<sup>67</sup> Manifesto “Aos chefes militares do Brasil”, redigido por Armando de Salles Oliveira, em 8 de novembro de 1937, com apelo aos militares para defesa da Constituição. O documento foi lido nas sessões do Congresso Nacional em 9 de novembro de 1937 (Câmara dos Deputados — João Carlos Machado; Senado Federal — Paulo Moraes de Barros), sem indicação segura de publicação em jornal na data. Baseado em relatos de estudos sobre o período.

pedido de Plínio Salgado, que dizia necessitar focar no alvo maior dos integralistas, o combate ao comunismo.

Depois de ler o plano redigido, Salgado achou muito fantasioso e o descartou. Ainda assim, Olímpio Mourão Filho resolveu mostrá-lo a um amigo militar e, algum tempo depois, o documento acabou sendo divulgado, ganhando repercussão além do círculo original. Desconhecidos os caminhos que tal plano percorreu para chegar a ser divulgado nas rádios, levanta-se a possibilidade de ter chegado às mãos do General Góis Monteiro, que então teria ordenado sua divulgação.

Como deve sido conveniente quando o capitão Olímpio Mourão Filho, integralista de carteirinha, organizou um plano de contingência da AIB para uma hipotética insurreição comunista, e de algum modo uma cópia completa foi parar nas mãos do chefe do Estado-Maior, Góis Monteiro, exibindo um apropriado nome judeu: o Plano Cohen. Góis e seus colegas militares alteraram o documento onde parecia necessário e atribuíram autoria ao Comintern. Era a parte decisiva do argumento<sup>68</sup>.

Após várias confabulações, Vargas não demorou para dar prosseguimento aos seus planos. Proferindo discursos de impacto, afirmava que o país estava correndo perigo e pediu para que fosse decretado Estado de Guerra, ação que foi prontamente aceita pelos militares e políticos. No dia 10 de novembro de 1937, foram suspensas as eleições e, logo após, instituído o que se nomeou Estado Novo.

Sobre o golpe, nos dias 9 e 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas escreveu em seu diário:

Ao regressar, já à noite, tive conhecimento de que a carta do candidato Armando Sales de Oliveira, lida na Câmara pelo deputado João Carlos Machado, fora profusamente espelhada entre os militares. Pedi ao Macedo que fosse ao Ministro da Guerra, e este ao palácio, para confirmar-me não só que a data do movimento marcado para quinta-feira, 11, já estava conhecida, como se estava fazendo um trabalho de intriga e divisão dos militares. Em vista disso, era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez. Mandeí chamar o chefe de Polícia e o ministro da Justiça. Com este e o ministro da Guerra, combinamos todas as medidas<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas** – Getúlio Vargas e controle social no Brasil / 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 150.

<sup>69</sup> VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas – Diário**. Vol. II - 1937-1942. São Paulo: Siciiano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 83.

Com o anúncio do Estado Novo, veio também a implantação de uma nova Constituição para o Brasil. Antes mesmo da ocorrência do golpe, Francisco Campos<sup>70</sup> ficara encarregado de idealizar uma nova Constituição e, dessa forma, legitimar o poder político nas mãos de Vargas. A nova Carta tinha inspiração num conjunto de leis polonesas de feições fascistas, de forma que se encaixava no governo que se iniciava. Passados alguns dias, essa nova Constituição, que recebeu o cognome “Polaca”<sup>71</sup>, entrou em vigor.

Francisco Campos plagiou de tal maneira a Constituição polonesa fascista na que ele escreveu, a Constituição de 1937, que em geral se referiam a esta como “polaca” (gíria para prostituta). Vargas jamais gostou da “polaca”, e preferia fazer exatamente como desejava, sem se importar com o documento<sup>72</sup>.

Vargas foi muito habilidoso no trato com as forças políticas “reinantes” no país, conseguiu aos poucos diminuir ou até mesmo anular tais poderes. Para tanto, usou de várias estratégias, sendo talvez a mais efetiva a proximidade com os militares. Já em 1930 os brindou com as interventorias nos Estados, no caso, os tenentes. No decorrer dos anos, não só promoveu alguns dos tenentes que participaram do movimento de 1930, como também afastou aqueles que de alguma forma tramaram contra o governo Vargas.

A participação dos tenentes rebeldes no poder subvertia a hierarquia militar e acirrava as tensões entre a baixa e a alta oficialidade iniciadas na década anterior. Além da anistia, no imediato pós-1930, Vargas promoveu vários oficiais subalternos que haviam participado da revolução. Esse foi o caso de Góis Monteiro, uma peça-chave do novo regime e que iria ter uma importante participação no golpe de 1937. Mas, para conter as insatisfações e neutralizar a oposição militar, em maio de 1931, Vargas também promoveu ao posto de general vários oficiais que não haviam participado da Revolução de 30<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Mineiro, formado em Direito, foi eleito Deputado Estadual e, posteriormente, Federal, era contra o Estado Liberal e as instituições democrático-liberais. Exerceu vários cargos políticos e foi o responsável pela elaboração da Constituição fascista de 1937, conjunto de leis que autenticavam a instauração de um governo autoritário.

<sup>71</sup> Para alguns, por ser baseada na Constituição polonesa, ou uma referência às mulheres da Europa Oriental que foram traficadas para o Brasil para se prostituírem.

<sup>72</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/ 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 151.

<sup>73</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 23.

Empossado presidente, Vargas buscou centralizar o poder e anular as ameaças. Alguns oficiais que não haviam aderido ao movimento de 1930 foram promovidos, o intuito era acalmar os ânimos e evitar reações que pudessem desestabilizar o governo em exercício. Contudo, algumas reações indesejadas aconteceram. Foi o caso de Bertoldo Klinger: promovido ao posto de general, Klinger, inimigo declarado dos tenentes anistiados por Vargas, reagiu contra o governo Vargas em prol da reconstitucionalização do país.

Como já mencionado, Vargas lançou mão de diversas estratégias para centralizar o poder e neutralizar possíveis focos de oposição. Inclusive, decisões na área econômica foram adotadas com o propósito de consolidar sua autoridade. Um dos pontos que mais incomodavam o presidente era o controle que os paulistas exerciam sobre as políticas relacionadas à produção cafeeira. Para enfraquecer essa influência, foram criados órgãos que, gradualmente, buscavam deslocar o protagonismo paulista nesse setor, medida que também impactava diretamente seu peso político.

Visando retirar das mãos de São Paulo o controle absoluto que o estado vinha exercendo sobre a política cafeeira, Vargas criou, em maio de 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC). Posição mais enérgica foi adotada em fevereiro de 1933, com a criação do Departamento nacional do Café (DNC). Enquanto o CNC era constituído por delegados dos estados produtores, os diretores do DNC eram nomeados diretamente pelo ministro da Fazenda<sup>74</sup>.

O Estado Novo representou, em certa medida, o ápice de uma política cuidadosamente construída por Vargas ao longo do tempo. Embora nem todas as ações tenham sido planejadas de forma deliberada – muitas, possivelmente, resultaram de decisões tomadas sob a pressão dos acontecimentos –, é fato que se mostraram eficazes, garantindo sua permanência no poder. Como evidenciado nos parágrafos anteriores, a aliança com os militares e os mecanismos empregados para enfraquecer as oligarquias com grande influência nas decisões políticas foram elementos fundamentais nesse processo.

Com a implantação do Estado Novo, o regime aprofundou seu caráter autoritário, desencadeando uma verdadeira perseguição aos opositores, especialmente aos comunistas e àqueles identificados como inimigos do novo

---

<sup>74</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 20-21.

governo. A repressão ganhou contornos sistemáticos, muitos foram acusados de envolvimento com o comunismo e presos, ainda que, em diversos casos, tais acusações não correspondessem à realidade. A polícia política de Vargas atuou com violência, promovendo perseguições, prisões arbitrárias e, em alguns casos, até assassinatos, consolidando um ambiente de medo e controle que sustentava o poder centralizado do regime.

Figura 6 – Getúlio Vargas em momento de descontração em meio a colaboradores



Fonte: Laércio/Folhapress<sup>75</sup>

A imagem ilustra a estabilidade com que Vargas consolidou seu domínio político após a decretação do Estado Novo, em 1937. Amparado pelas Forças Armadas e sustentado por um aparato repressivo eficaz, Vargas suspendeu as eleições de 1938 e silenciou a oposição, instaurando um sistema centralizador que eliminou os mecanismos democráticos formais sob o pretexto de restaurar a ordem nacional.

Chama atenção o jogo de poder que se estabeleceu no período em que o golpe se avizinhava, alguns tentaram estabelecer acordos e obter vantagens. Foi o caso de Plínio Salgado, que retirou sua candidatura um pouco antes do anúncio do

---

<sup>75</sup> Cf.: HISTÓRIA ILUSTRADA. Getúlio Vargas: 3 razões para amar (ou odiar) o que ele fez com o Brasil que você vive hoje. **História Ilustrada**, 27 maio 2015. Disponível em: <https://www.historiaillustrada.com.br/2015/05/getulio-vargas-amar-ou-odiar.html>. Acesso em: 13 mai. 2025.

Estado Novo. Ao que parece, Vargas havia prometido o Ministério da Educação para os integralistas, em contrapartida, os integralistas apoiaram o golpe.

Em 1º de novembro, de uma das sacadas do Palácio do Catete, Getúlio assistiu ao desfile de apoio de milhares de integralistas em sua homenagem, enquanto Plínio Salgado retirava sua candidatura, certo de que a AIB teria postos de prestígio no regime ditatorial que se anunciava<sup>76</sup>.

Entretanto, logo após a instauração do Estado Novo, Vargas colocou todos os partidos políticos na ilegalidade, não cumpriu com muitos acordos estabelecidos anteriormente. Indignados com esses procedimentos, os integralistas, que não fizeram parte do governo, articularam uma ação na qual cerca de 80 membros da AIB atacaram o Palácio da Guanabara. No entanto, essa ação não vingou, muitos foram presos, alguns mortos, outros exilados e os integralistas foram proibidos de manter sua organização, nomenclatura e de realizar manifestações políticas. Sobre o ataque ao Palácio da Guanabara, Getúlio Vargas escreveu em seu diário:

À noite, após o despacho do expediente, fui deitar-me. Não havia ainda adormecido, quando sobressaltou-me cerrada fuzilaria e descargas de metralhadoras. Era o ataque ao palácio, feito de surpresa. Tratava-se de um movimento de caráter integralista. A guarda de palácio aderiu e foi dominada. O palácio, entregue à defesa precaríssima de alguns investigadores de polícia, do oficial de serviço e das pessoas da família. Travou-se o tiroteio, que as vezes tornava-se cerrado<sup>77</sup>.

Com o estabelecimento do Estado Novo, a polícia política agiu de forma implacável, prendendo políticos que se opunham às diretrizes do novo regime. Artistas e intelectuais que expressaram resistência ao governo também foram detidos. Em resumo, aqueles que possuíam influência, popularidade e poderiam, de alguma forma, organizar uma oposição foram aprisionados, sendo muitos encaminhados a complexos prisionais como Ilha Grande, Fernando de Noronha, entre outros locais, onde seriam silenciados.

O advento do Estado Novo representou a quebra das expectativas de diversos grupos políticos que ainda acreditavam na realização das eleições de 1938. Muitos líderes foram presos, silenciados ou forçados ao exílio. Os liberais e paulistas depositavam suas esperanças na candidatura de Armando de Salles Oliveira como

---

<sup>76</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 80.

<sup>77</sup> VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas** – Diário. Vol. II - 1937-1942. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 130.

uma possível via de retorno ao protagonismo político nacional. Os integralistas, por sua vez, aguardavam a instauração de um regime que se aproximasse de suas concepções ideológicas. Já os comunistas, isolados e marginalizados, mantinham-se na clandestinidade, apostando na possibilidade de resistência e luta contra o regime autoritário.

Parte dos protagonistas políticos que conseguiram deixar o país, diante da repressão instaurada pelo Estado Novo, estabeleceu conexões no exterior. Alguns deles se dirigiram para as mesmas cidades europeias, onde passaram a articular uma oposição ao governo Vargas, mesmo a partir do exílio. Essas articulações deram origem a um grupo que, apesar da distância geográfica, buscava influenciar os rumos políticos do Brasil. Os integrantes e colaboradores desse núcleo oposicionista serão identificados e analisados no próximo capítulo.



que muitos deles apresentavam notável versatilidade e elevado grau de engajamento, desempenhando papéis relevantes nas articulações e iniciativas do grupo. Contudo, suas ações não se configuravam como formas de comando ou direção.

Ao longo da análise, será possível perceber que determinados protagonistas se destacam com maior frequência, revelando diferentes níveis de participação e influência no interior da Rede. No entanto, por se tratar de uma rede, as ações dependiam de colaborações diversas – nenhuma personalidade, isoladamente, seria capaz de realizar iniciativas contundentes ao ponto de abalar de fato o governo Vargas. O destaque será atribuído à Rede de exilados, e não apenas a um dos membros do grupo. Ou seja, não se apontará uma liderança, e sim vários atores de mérito e destaque em determinadas circunstâncias.

A afirmação de que a Rede de exilados se constituiu a partir de Paris fundamenta-se nas evidências documentais e epistolares, que revelam uma intensa troca de informações entre os exilados residentes na capital francesa e aqueles dispersos em diversos países, como Uruguai, Argentina, Portugal e Estados Unidos, entre outros países. Esse fluxo constante de comunicação se intensifica com a chegada de alguns exilados a Paris, entre eles: Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Otávio Mangabeira.

As cartas e documentos consultados indicam que a formação da Rede de exilados se consolidou a partir da capital francesa, especialmente com a chegada de figuras políticas de grande projeção no cenário brasileiro. Antes disso, embora já houvesse uma circulação de informações entre alguns exilados, como o ex-presidente Washington Luís, que se encontrava na Europa, essas trocas limitavam-se à tentativa de manter-se atualizado sobre os acontecimentos do Brasil.

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta ainda privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual o público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva. Processo identitário que se define constantemente e elimina qualquer suposição de coerência e continuidade de atitudes, sentimentos ou opiniões.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 200.

Foi com a chegada de líderes políticos com forte capital simbólico e capacidade de articulação que esse grupo disperso se transformou em uma Rede coesa, dinâmica e orientada por objetivos políticos concretos, entre eles o de desestabilizar o governo de Getúlio Vargas.

A instauração do Estado Novo, em 1937, frustrou as pretensões políticas de diversos grupos e instaurou um regime de repressão sistemática às oposições. Os comunistas foram duramente perseguidos, resultando em prisões e perseguições generalizadas. Os integralistas, embora inicialmente tenham apoiado o golpe, logo perceberam que não teriam espaço no novo governo. Ao tentarem reagir por meio de uma insurreição, foram rapidamente reprimidos pelas forças leais a Vargas, com muitos de seus membros presos e seu principal líder enviado ao exílio. No campo liberal, aqueles que se recusaram a se alinhar ao projeto autoritário varguista também foram alvo de repressão, alguns foram encarcerados, enquanto outros conseguiram negociar sua saída do país, ingressando no exílio. Já grupos políticos de menor expressão tiveram destinos variados, alguns foram silenciados pela força do regime, outros optaram por colaborar para o governo ou simplesmente se retiraram da cena política diante da nova conjuntura.

### **A prosopografia e a rede política criada por brasileiros no exílio**

Com o objetivo de responder a questionamentos relacionados a esta pesquisa, o método utilizado no estudo historiográfico será a prosopografia. Essa metodologia vem sendo aplicada para o estudo e a compreensão de grupos e redes. A palavra prosopografia teve seu primeiro uso no século XVIII, contudo, esse termo passou a ser mais empregado com os Annales, principalmente após a década de 1930. O termo mais utilizado por historiadores é biografia coletiva, talvez por isso o desconhecimento quando fazemos referência à nomenclatura prosopografia.

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada,

lugar de resistência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante<sup>81</sup>.

Pensando na justificativa para a utilização da prosopografia, esse método, entre vários aspectos, aborda dois dos mais básicos temas históricos: as origens da ação política e a análise dos agrupamentos.

Às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles<sup>82</sup>.

A prosopografia se revela uma ferramenta metodológica eficiente para o estudo de grupos históricos cuja ação coletiva depende de relações interpessoais, redes de sociabilidade e articulações políticas compartilhadas, como é o caso dos exilados brasileiros que atuaram na oposição ao governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Entre esses exilados, destacam-se aqueles cujas trajetórias políticas e intelectuais, ainda que distintas, convergiram no propósito comum de enfraquecer a legitimidade do regime varguista e de articular alternativas políticas para o Brasil.

No âmbito intelectual, Vargas buscou estabelecer vínculos estratégicos com os intelectuais brasileiros, não apenas para consolidar seu governo e neutralizar vozes críticas, mas também para mobilizar suas competências na construção de uma nova mentalidade e cultura nacionais, alinhadas aos ideais de modernização, unidade e progresso do Estado Novo. Essa articulação funcionava simultaneamente como instrumento de propaganda e controle simbólico, incorporando saberes especializados à narrativa oficial do regime.

Vargas em seu discurso, reconhece os intelectuais como agentes de um processo de transformação nacional e os constitui como atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural. A simbiose entre políticos e intelectuais, mencionada em sua fala, pode ser expressa pelo exemplo do próprio ingresso de Vargas na Academia Brasileira de Letras. Tomando esse evento como significativo e partindo da constatação

---

<sup>81</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115. Esse texto foi originalmente publicado na revista *Dædalus* (Cambridge, v. 100, n. 1, p. 46-79, Winter 1971), sob o título de "Prosopography". Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 115-116.

de que muitos intelectuais brasileiros tiveram grande aproximação com o governo durante a vigência do Estado Novo<sup>83</sup>.

Entretanto, nem todos os intelectuais aceitaram essa aproximação, alguns optaram pelo exílio e passaram a articular ações de oposição, evidenciando que o campo intelectual se configurava como arena de disputa política e cultural, na qual o controle estatal e a resistência crítica se confrontavam na definição dos rumos do projeto de nação.

Ao empregar o método prosopográfico, é possível ir além das biografias individuais<sup>84</sup>, buscando identificar padrões de origem social, formação intelectual, vínculos políticos, experiências comuns de exílio e estratégias de atuação internacional. A prosopografia permite, assim, a construção de uma análise coletiva que evidencia como esses sujeitos se organizavam enquanto grupo, quais redes internacionais frequentavam, quais meios de comunicação utilizavam e como projetavam suas ações tanto no contexto europeu quanto no brasileiro.

Entretanto, na passagem do nível micro ao macro de interpretação por meio de análise das biografias coletivas, alguns aspectos devem ser considerados quando relacionados à teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu. A biografia, de acordo com esse enfoque, não representa apenas uma pessoa singular, mas, acima de tudo, um indivíduo que concentra todas as características de um grupo, ou seja, reproduz a estrutura social<sup>85</sup>.

Esse enfoque é particularmente relevante, pois o exílio, enquanto experiência política compartilhada, não se limita ao afastamento geográfico, mas se manifesta como um espaço de rearticulação de ideias e prática política, onde os laços pessoais e institucionais tornam-se cruciais. A prosopografia oferece meios para mapear esses vínculos, captar a lógica das alianças e compreender como o grupo elaborava

---

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 83, 84.

<sup>84</sup> O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm, de certa forma, o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

<sup>85</sup> MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 11-21, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3798>. Acesso em: 21 jul. 2025.

discursos e ações de resistência, inclusive em diálogo com intelectuais e políticos estrangeiros.

Além disso, essa abordagem possibilita analisar o perfil social e político dos exilados, suas redes anteriores no Brasil, a ligação com a imprensa, partidos e universidades, bem como os instrumentos que utilizaram no exterior para difundir suas críticas ao Estado Novo, incluindo jornais, panfletos, conferências e contatos diplomáticos.

Um problema relevante diz respeito à inserção e às relações mantidas entre os indivíduos e os grupos nos contextos mais amplos de suas vivências. Partindo de um prisma antropológico, compreende-se que a construção e as relações preservadas com as instituições revelam-se de maneira complexa e dialógica. Nesse sentido, de acordo com Geertz, em “A interpretação das culturas” as ações dos indivíduos ganham significado se notadas em seu contexto cultural, onde se realizam quando aceção das interações dialógicas. As relações de interpenetração, entre o sujeito e seu meio, conduzem, sobretudo, as formas narrativas na construção biográfica, estabelecido pela produção de significado<sup>86</sup>.

A utilização da prosopografia nesse contexto permite uma compreensão mais profunda das conexões estabelecidas entre os integrantes da Rede de exilados, bem como dos elementos que favoreceram sua articulação e a elaboração de estratégias de oposição transnacional ao Estado Novo. Ao considerar a inserção desses sujeitos em contextos culturais e institucionais específicos, torna-se possível perceber como suas ações adquiriram sentido dentro de relações sociais complexas e dialógicas. Assim, seguindo a perspectiva proposta por Geertz em “A interpretação das culturas”, compreende-se que essas ações só podem ser plenamente entendidas quando situadas nos ambientes culturais que lhes conferem significado. As interações entre os exilados e o meio em que estavam inseridos não apenas moldaram suas experiências, mas também influenciaram a construção de suas trajetórias coletivas e individuais, revelando o exílio como um espaço ativo de disputa política e resistência aos regimes autoritários.

---

<sup>86</sup> PASTI, Renato; OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão. Biografia e prosopografia: investigações de trajetórias, valorização das experiências. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos, v. 10, n. 1, p. 29-44, jan./abr. 2019. Disponível em: [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/8483](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/8483). Acesso em: 22 jul. 2025.

## A formação da Rede oposicionista no exílio

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre<sup>87</sup>.

Com a instauração do Estado Novo, muitos daqueles que não compactuavam com os novos direcionamentos do governo Vargas foram presos. Aqueles que dispunham de influência política e apoio financeiro conseguiram, em alguns casos, partir para o exílio<sup>88</sup>. Essa saída, no entanto, não representou uma simples fuga, mas, antes de tudo, para alguns, uma forma possível de resistência ao regime, ainda que a distância. No exílio, enfrentaram inúmeros desafios, desde a adaptação a culturas distintas até a luta pela subsistência, já que nem todos contavam com recursos e precisaram encontrar meios alternativos para resistir às adversidades materiais do exílio.

O exílio, enquanto prática política e social, remonta a tempos antigos. Na Grécia clássica, durante o processo de consolidação da democracia, instituiu-se o ostracismo, mecanismo pelo qual indivíduos considerados uma ameaça à ordem democrática eram banidos da pólis por cerca de dez anos. No entanto, compreender o exílio não exige necessariamente um retorno à Antiguidade, trata-se de uma experiência recorrente ao longo da história, marcada por diferentes motivações, contextos e consequências.

O exílio não é um elemento alheio à história do Brasil, ao contrário, integra de maneira profunda a formação do país e de seu povo. Com a chegada dos portugueses, outros europeus também passaram a vir, movidos por diferentes interesses, entre eles, a exploração das riquezas locais. Para viabilizá-la, recorreu-se à mão de obra escravizada. Nesse processo, milhões de africanos foram trazidos à força, constituindo uma das mais dramáticas formas de exílio que marcaram o início

---

<sup>87</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46.

<sup>88</sup> “*Exílio*: 1. Expatriação, forçada ou voluntária; degredo, desterro. 2. O lugar onde reside o exilado. 3. Fig. Lugar afastado, solitário, ou desagradável de habitar.” “*Exilado*: Expatriado, desterrado, banido, degredado.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário básico da língua portuguesa - Folha/ Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 283.

da construção social brasileira. Posteriormente, ainda necessitando de mão de obra, e sobretudo após a abolição, o país passou a receber imigrantes de nacionalidades diversas, que compuseram também um leque de exilados. Ou seja, a constituição do povo brasileiro tem em suas origens o exílio.

É fundamental considerar as diversas etnias dos escravizados que chegaram ao país, assim como as diferentes nacionalidades dos imigrantes que aqui aportaram. No entanto, a abordagem adotada busca destacar o exílio em si e contribuir para sua compreensão. Tanto na escravização quanto na imigração, percebem-se as dificuldades enfrentadas, a exploração, o desrespeito e as dores vividas por aqueles que, seja à força ou por escolha própria, passaram pelo deslocamento.

Nesse sentido, o Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos<sup>89</sup>.

O exílio político é um afastamento obrigatório, somente por isso já causa sentimento de tristeza, perda, culpa, solidão e medo. Em um contexto histórico marcado pela lentidão dos deslocamentos e por limitações tecnológicas, o exílio assumia contornos particularmente penosos. As dificuldades de comunicação e o acesso restrito a notícias da terra natal intensificavam o sentimento de isolamento e saudade, tornando a experiência exílica ainda mais árdua e emocionalmente desgastante.

O exílio representava e ainda representa a travessia para o desconhecido, marcado por um rompimento abrupto com a cultura de origem e com a terra natal. As dificuldades inerentes aos deslocamentos de longa distância e a consciência, por vezes definitiva, da impossibilidade de retorno intensificavam o vínculo afetivo com os elementos da cultura de origem, os costumes, a língua, os valores, acentuando um sentimento de saudade profunda, quase sempre dolorosa.

---

<sup>89</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 117.

O exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro. Nas palavras de Wallace Stevens, o exílio é “uma mente de inverno” em que o páthos do verão e do outono, assim como potencial da primavera, estão por perto, mas são inatingíveis<sup>90</sup>.

As dificuldades de adaptação a um “novo” país, por vezes com diferenças culturais expressivas, afora questões práticas como a língua, os costumes e a culinária, configuram mais um adendo aos percalços encontrados pelos exilados. Além disso, há a questão do apagamento de identidade – dependendo de quem seja, em outro país a pessoa se torna invisível, mais um no meio da multidão, perde suas referências, inclusive do nome.

Na primeira metade do século XX, o nacionalismo estava sendo propagado, vangloriado, estimulado, promovido, criando sentimentos de valorização aos símbolos, aos heróis da nação, aos costumes, entre outros aspectos. O governo Vargas, através da propaganda<sup>91</sup>, procurou criar a ideia de brasilidade, ou seja, a valorização de adjetivos do país.

A propaganda política difundia elementos que buscavam a conformação de uma identidade nacional ou, melhor dizendo, a “invenção da brasilidade”. Para tanto, valorizaram-se histórias e tradições no sentido da edificação de uma memória nacional, somadas à construção das representações do território (“terra grandiosa e farta”, “clima ameno e sem intempéries”) e do povo, identificado como mestiço, musical (“Brasil, brasileiro, terra de samba e pandeiro”), festivo (carnaval e futebol) e alegre-feliz-sorridente<sup>92</sup>.

O anúncio do Estado Novo pôs fim às pretensões políticas dos paulistas, tornando inviável o restabelecimento da hegemonia paulista que havia marcado o período da política do café com leite. A partir daquele momento, qualquer tentativa de articulação para conter o avanço do autoritarismo se mostraria ineficaz. O regime

---

<sup>90</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 60.

<sup>91</sup> A propaganda política pode ser caracterizada como uma forma de exercício do poder, atuando no sentido de criar e difundir imagens e símbolos, visando exaltar sensibilidades, despertar sentimentos, inculcar valores e crenças. A estratégia mais frequentemente utilizada é de ordem emocional, mediante a sedução e utilizando elementos de persuasão, meios de comunicação, espetáculos festivos (comemorações, festas, construção de monumentos) e imagens teatralizadas do líder. Contudo, a propaganda política não pode ser identificada como um conjunto de meras ações de manipulações, mas sim como instrumentos mediante os quais se buscava estabelecer conexões entre os governantes e governados, o que não significa que seja unânime e passivamente aceita por todos e totalmente isenta de reações. Assim, cabe destacar que a difusão da propaganda política, visando a internalização de valores e normas impostos, não exclui possibilidades de recusa, resistências, desvios e apropriações criativas, podendo ser interpretada e apropriada de diferentes maneiras. MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma possível história do sorriso**: institucionalização, ações e representações. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 219.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 224.

ditatorial consolidou-se gradualmente, estruturando-se e fortalecendo-se a cada novo desdobramento político.

A polícia varguista começou a agir de forma violenta, protagonistas políticos opositores foram presos. Alguns dos opositores eram populares em seus estados e, naquele momento, representavam uma ameaça ao governo, por isso o encarceramento, o que impediria qualquer tipo de resistência. Muitos desses outrora aliados de Getúlio Vargas não foram poupados, e os motivos das prisões eram óbvios: não aceitavam as medidas tomadas pelo novo regime e, como eram populares politicamente, contavam com forte apoio em seus redutos.

Talvez pelo fato de serem populares em seus estados, ou até mesmo por terem sido aliados de Vargas em outros momentos, alguns obtiveram privilégios e conseguiram um abrandamento no tratamento despendido. Um desses casos foi o de Armando de Salles Oliveira, que foi preso, mas depois, diferentemente de outros que sofreram com a cólera governamental, ficou em prisão domiciliar. Sua prisão perdurou por cerca de um ano, sendo considerada relativamente branda, uma vez que pôde cumprir o cárcere em sua própria residência, um privilégio, uma alternativa menos severa, diante das duras e bem documentadas condições do sistema prisional brasileiro.

Na década de 1930, além das condições precárias dos presídios, os presos políticos enfrentavam uma questão adicional: contavam com uma atenção diferenciada, que nem sempre significava privilégios; para alguns, poderia significar maus-tratos. De qualquer forma, não se pode inferir que um cerceamento de liberdade, mesmo que seja uma prisão domiciliar, possa ser considerado bom.

POR volta de meio-dia trouxeram-nos caixões com marmitas e o almoço foi distribuído. Olhei de longe a comida feia, mas não foi o aspecto desagradável que me fez evitá-la. Reaparecera-me a inapetência, e só a vista do alimento me provocava náuseas. Voltei-me para o exterior, fui embeber-me na monotonia das ondas, até que a refeição terminasse. Espantava-me conseguir uma pessoa mastigar qualquer coisa diante das imundícies que se agitavam e decompunham na vaga de mijo. O fedor horrível, confusão de cheiros com predominância de amoníaco, já não me afligia: habituara-me a ele e envenenava-me sem perceber isto. Fumava sem descanso, e temia que me chegasse o momento de abandonar o vício<sup>93</sup>.

Mesmo aqueles que expressavam críticas moderadas ao regime eram frequentemente acusados, de maneira arbitrária, de subversão ou comunismo, sendo

---

<sup>93</sup> RAMOS, Graciliano. **Memória do Cárcere**: viagens. 45. ed. São Paulo: Record, 2011, p. 88.

lançados nas prisões como forma de intimidação e silenciamento. O objetivo do governo era claro: neutralizar qualquer voz dissonante que pudesse representar ameaça à ordem política estabelecida. Para isso, lançou mão de uma ampla gama de recursos repressivos, que iam desde o uso sistemático da violência e da censura até a disseminação de propaganda oficial e a construção de alianças por meio da concessão de cargos, favores e privilégios, como forma de cooptação e manutenção do controle sobre diferentes setores da sociedade.

No caso de Armando de Salles Oliveira, uma das figuras centrais da oposição política, sua trajetória inicial passou pela prisão domiciliar, seguida da possibilidade de partir para o exílio. Homem de amplas relações políticas e sociais, recusou-se a aceitar a nova ordem instituída pelo Estado Novo.

Vários políticos partiram para o exílio no exterior, como foi o caso de Armando de Sales Oliveira, que chegou a ser preso, Flores da Cunha e Otávio Mangabeira. Em São Paulo, passaram pela prisão Tiradentes os políticos Paulo Nogueira Filho, Antônio Pereira Lima e Antônio Carlos de Abreu Sodré. Também foram perseguidos jornalistas como Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho. Este último era proprietário do jornal O Estado de S. Paulo e um dos principais articuladores da revolução de 1932, bem como da campanha de Armando de Sales Oliveira para Presidência da República<sup>94</sup>.

Embora Armando de Salles Oliveira tivesse, em determinados momentos, apoiado Getúlio Vargas, manteve-se fiel às suas convicções políticas e morais. Sua postura evidenciou coerência e resistência diante do avanço do autoritarismo, recusando-se a submeter seus princípios às imposições do regime. Esse posicionamento marcou o fim de uma etapa de colaboração e o início de um período de afastamento e oposição ao governo. A partir desse rompimento, abriu-se também um novo cenário, no qual o exílio de diversos opositores passou a constituir um importante espaço de articulação política e intelectual contra o Estado Novo.

### **No limiar da liberdade: o exílio brasileiro sob sombras europeias**

Diante da iminência de um possível golpe de Estado, muitos brasileiros contrários ao governo Vargas tomaram iniciativas para tentar conter esse avanço. Um exemplo foi Armando de Salles Oliveira, que, em 1937, redigiu um manifesto dirigido

---

<sup>94</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 132.

aos chefes militares, com o objetivo de alertá-los sobre a ameaça de um golpe contra as instituições democráticas. No entanto, o que Salles Oliveira desconhecia era que já existia um acordo entre Vargas e os militares, um pacto que levou as Forças Armadas a ignorarem as investidas antidemocráticas do presidente, apoiando, assim, sua permanência no poder.

Gélido ou não, Vargas orquestrou com maestria os acontecimentos mediante os quais o Estado Novo se impôs. Conseguiu o apoio do comando militar e assegurou aos jornalistas, em especial aos correspondentes estrangeiros que transmitiam notícias do Brasil, que estava tudo sob controle. As eleições presidenciais foram canceladas sem a menor cerimônia, e a Constituição de 1934 foi revogada em favor de um novo documento, escrito pelo jurista ultraconservador Francisco Campos<sup>95</sup>.

Os políticos de oposição foram presos e, como mencionado anteriormente, alguns acabaram partindo para o exílio. Antes mesmo que pudessem estabelecer contatos ou articular uma reação política mais consistente, viram-se diante da realidade do desterro e das dificuldades inerentes a essa condição. Entre os inúmeros desafios enfrentados, talvez o mais significativo tenha sido aquele que começava a se delinear, ainda que nem todos percebessem sua gravidade de imediato: a proximidade do que se tornaria a Segunda Guerra Mundial.

O fascismo e o nazismo ganhavam força na Europa, articulavam-se intensamente e impunham sua influência política por meio de avanços científicos, tecnológicos e econômicos. Esses regimes passaram a ser vistos, por muitos, como modelos a serem seguidos. O antiliberalismo consolidou-se como uma orientação política concreta, enquanto doutrinas de hierarquização racial encontraram no nazismo uma de suas expressões mais radicais, despertando, como consequência, simpatias e admiração em diversos setores e países.

No mundo dos anos 30, parecia não haver lugar para os liberais. O fenômeno da implantação de regimes autoritários começara a ocorrer na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do fascismo na Itália, em 1922. A crise aberta em 1929 iria potencializar essa tendência, na medida em que a suposta agonia do capitalismo vinha acompanhada da suposta agonia do correlato – a liberal-democracia<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 82.

<sup>96</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas:** o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 69.

Esse era o cenário que os exilados brasileiros começavam a enfrentar. Muitos deles se encontravam justamente no epicentro do que se transformaria em uma das maiores tragédias da história da humanidade. Embora a guerra ainda não tivesse sido oficialmente declarada, seus preparativos já estavam em curso, e os sinais de tensão se espalhavam por toda a Europa Ocidental. As evidências eram perceptíveis, ainda que nem todos conseguissem compreendê-las em sua totalidade.

Entre os poucos brasileiros que perceberam a iminência do conflito e a escalada de práticas autoritárias e desumanas, destacou-se Lindolfo Collor, que, exilado na Alemanha, presenciou de perto as medidas repressivas do regime nazista e viu-se obrigado a organizar, com urgência, sua retirada do país. No contexto das intensas articulações políticas que marcavam a Europa às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Lindolfo Collor demonstrou grande lucidez ao analisar o cenário geopolítico do continente. Em “Europa 1939”, o autor destacou a centralidade da questão de Dantzig, então Cidade Livre sob o mandato da Liga das Nações, como um dos pontos mais sensíveis das tensões internacionais. Em suas palavras:

Os destinos do mundo dependem da sorte de Dantzig, encruzilhada de raças, ponto de intersecção do Volkstum alemão no Lebensraum da Polônia. O pouco que ainda sobrevive do tratado de Versalhes tem a sua expressão culminante no estatuto da Cidade Livre. Dantzig incorporado ao Reich hitlerista não significaria apenas a asfixia da Polônia, mas uma derrota talvez decisiva para as democracias ocidentais<sup>97</sup>.

Ao chegarem aos seus destinos na Europa, os exilados brasileiros se depararam com arbitrariedades cometidas por diferentes governos. Naquele momento, a Europa vivia um cenário de crescente repressão aos direitos humanos, marcado pelo avanço do autoritarismo e, em grande medida, pela restrição à liberdade de expressão.

Muitos governos reprimiam seus dissidentes, mesmo que isso implicasse uma significativa perda intelectual. Na Itália fascista, Antonio Gramsci foi alvo de um processo severo de repressão e silenciamento. Permaneceu anos preso por sua recusa em aceitar as imposições do regime coordenado por Benito Mussolini e por sua postura crítica e independente. Mesmo depois de ser libertado sob rígidas

---

<sup>97</sup> COLLOR, Lindolfo. **Europa 1939**. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Paulo de Couto Silva; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 222.

condições, não resistiu às sequelas deixadas pelos anos de cárcere e faleceu aos 46 anos, debilitado pelos problemas de saúde adquiridos durante sua prisão.

Assim como ocorreu com Gramsci, outros intelectuais europeus também não conseguiram escapar das perseguições políticas e ideológicas que marcaram o período. Um caso particularmente comovente é o do filósofo judeu Walter Benjamin, que, diante da intensificação das ações antissemitas na Alemanha, foi obrigado a abandonar o país e buscar refúgio em diferentes nações europeias. Chegou a ser preso em Paris, mas conseguiu escapar com a ajuda de amigos. Contudo, ao tentar atravessar a fronteira com a Espanha, foi interceptado por soldados espanhóis. Exausto pelas constantes fugas e pela sensação de cerco iminente, tudo indica que Benjamin acabou cometendo suicídio. Outro destino igualmente trágico foi o do historiador Marc Bloch. Envolvido na resistência francesa contra a ocupação nazista, Bloch foi capturado em 1944, submetido a tortura e, posteriormente, executado em um campo de concentração.

Esses episódios evidenciam que os horrores da guerra não se limitaram à supressão das liberdades individuais, mas também resultaram em perdas irreparáveis para o pensamento e o conhecimento humano. Ainda assim, foi apenas nas décadas seguintes que a reflexão histórica sobre o papel dos intelectuais começou a ganhar legitimidade dentro do campo historiográfico.

Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram o interesse da corporação dos historiadores<sup>98</sup>.

Tal reconhecimento historiográfico permite compreender de forma mais ampla a relevância desses pensadores e o impacto profundo de suas perdas para a cultura e a memória intelectual europeia.

O cenário político que os exilados brasileiros enfrentaram no exterior revelou-se repleto de desafios. Aqueles que se estabeleceram em Paris conviviam com a constante tensão provocada pela proximidade da guerra e pelas incertezas que ela trazia. Já os que encontraram refúgio em Portugal enfrentavam a vigilância e o controle rígido do regime salazarista. Ainda assim, muitos conseguiram garantir a

---

<sup>98</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 237.

sobrevivência, adaptando-se como podiam às novas condições. Apesar das adversidades, mantiveram-se articulados, impulsionados pela esperança de, um dia, regressar à pátria e recuperar as liberdades que lhes haviam sido suprimidas.

## 2.1 Armando de Salles Oliveira: da construção civil à política

Creio que, dentro do atual panorama do mundo, o problema brasileiro  
está posto em termos de sua independência.  
Acima de tudo, creio no Brasil. Esse Brasil é democrático.  
(O “Credo Político”, de Armando de Salles Oliveira<sup>99</sup>)

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo, Armando de Salles Oliveira construiu uma sólida carreira como engenheiro antes de ingressar na vida política. Foi responsável por diversas obras de grande relevância – atuou, por exemplo, na construção de um dos trechos da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e na direção da Central Elétrica de Icem. Sua trajetória técnica e sua atuação em projetos de infraestrutura pública contribuíram, ao longo do tempo, para aproximá-lo do cenário político, no qual se tornaria uma figura influente, tanto em São Paulo quanto no Brasil.

Quando Armando de Salles Oliveira iniciou sua carreira política em São Paulo, o país passava por mudanças. As oligarquias<sup>100</sup> estaduais eram contestadas e uma modernização política era vislumbrada. O PD (Partido Democrático) foi fundado justamente na esteira dessas mudanças, além de contestar a mesmice do PRP, seus membros propunham uma modernização. Nesse contexto político, Armando de Salles Oliveira se filiou ao PD e passou não só a se envolver diretamente com a política, mas a ser um dos protagonistas de eventos decisivos para o estado de São Paulo e para o país.

---

<sup>99</sup> *Apud*: SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 160.

<sup>100</sup> O termo “oligarquia” é usado nos jornais oposicionistas com um sentido diverso do usado pela historiografia em geral: é oligarquia o grupo que está no governo, que maneja sozinho o poder, no plano federal ou estadual. Realmente, no período estudado, de 1926 a 1930, é contra o PRP que eles se batem. É um termo com clara conotação negativa. Usam-no como uma pecha; só o seu emprego já é considerado uma denúncia. É, portanto, um emprego bem diferente; o PD é visto como a oligarquia dissidente, parte da mesma classe dominante, com os mesmos interesses econômicos e a mesma ideologia, pois é também, fundamentalmente, parte do setor agroexportador. São, portanto, dois grupos opostos semelhantes, agindo dentro da mesma classe, que possui o predomínio do Brasil. BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 26.

Na disputa pelo poder em São Paulo, o PD vai apresentar uma tática de “modernização” da máquina eleitoral, pois, com o controle dela nas mãos do PRP, as eleições estariam irremediavelmente perdidas. E, numa visão liberal-democrática, as eleições são muito importantes como legitimação do poder. A modernização é feita mais para fins táticos do que realmente por divergências no campo ideológico<sup>101</sup>.

Como um homem empreendedor e de evidência, Armando de Salles Oliveira tornou-se um dos frequentadores da elite paulista. Nesse contexto, conheceu Raquel Cerqueira César Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Pouco tempo depois, Raquel Mesquita e Salles Oliveira se enamoraram e vieram a se casar. O casamento, de certo modo, funcionou como um passaporte privilegiado para que as pretensões políticas de Armando de Salles Oliveira ganhassem força, ao inseri-lo em um círculo familiar de grande prestígio e influência. A construção de uma forte amizade com seu sogro, Júlio de Mesquita, e com seu cunhado, Júlio de Mesquita Filho, foi determinante e acompanhou toda a sua trajetória política.

Figura 8 – Armando de Salles Oliveira



Fonte: Memória da Eletricidade<sup>102</sup>

Por ser seu sogro o diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Armando de Salles Oliveira passou a ter acesso a uma das principais estratégias de

---

<sup>101</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 26.

<sup>102</sup> MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Armando de Salles Oliveira. **Memória da Eletricidade**, Acervo, Personalidades, c.2024. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31619/armando-de-salles-oliveira>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ação política, a mídia. Ter acesso a um jornal de tal envergadura significava contar com um meio de poder e influências expressivas, principalmente paulistas.

Por contingências, antes de se destacar como uma figura central da política paulista, Armando de Salles Oliveira assumiu a direção do jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos veículos de imprensa mais influentes do país. O período em que esteve à frente do periódico foi marcado por um posicionamento firme em defesa da modernização do Brasil e pela crítica aos excessos do poder centralizado. O jornal, sob sua liderança, consolidou-se como um espaço de debate político e expressão das ideias liberais e constitucionalistas, desempenhando um papel relevante na formação da opinião pública paulista, especialmente durante os anos que antecederam a Revolução Constitucionalista. Pela trajetória que foi construindo, passou a fazer parte da elite<sup>103</sup> paulista.

Ao longo de sua trajetória política, em determinados momentos, Armando de Salles Oliveira esteve alinhado a Getúlio Vargas, compartilhando do objetivo de romper com a hegemonia de certos grupos políticos e instaurar uma ordem democrática no país. No entanto, as medidas adotadas por Vargas enquanto presidente do governo provisório acabaram por afastá-lo dos paulistas, colocando-os em campos opostos no cenário político nacional.

Armando de Salles Oliveira foi um dos articuladores da aliança que se formou entre políticos do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PD (Partido Democrático), união que teve como consequência a formação da FUP (Frente Única Paulista), associação que permitiu um fortalecimento das ideias e ações políticas paulistas.

Com o agravamento gradual da hostilidade em relação ao governo Vargas, tornou-se inviável a manutenção do apoio político, levando Salles Oliveira a romper com o presidente e a assumir um papel central na luta constitucionalista, consolidando-se como uma voz de oposição firme. Inicialmente, os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais uniram-se na exigência por uma nova Constituição para o país. No entanto, as lideranças paulistas optaram por medidas mais radicais, aderindo ao confronto armado, o que resultou na perda do apoio dos demais estados.

---

<sup>103</sup> Costuma ser aplicada aos agentes sociais que se destacam nas suas atividades e se tornam eminentes numa determinada esfera. Temos assim uma pluralidade de elites: intelectual, artística, esportiva, religiosa, técnica, empresarial, partidária, sindical, aristocrática, tecnocrática etc. SROUR, Robert Henry. **Classes, regimes, ideologias**. São Paulo: Ática, 1987, p. 156.

A chamada Revolução Constitucionalista<sup>104</sup>, como foi nomeado o conflito, teve como consequência a derrota do estado de São Paulo. A vitória das tropas getulistas, de certa forma, abafou os ânimos paulistas, pois, além de serem cerceados do poder político, foram obrigados a aceitar as imposições getulistas. Nesse contexto, a Revolução Constitucionalista revelou-se uma iniciativa mal calculada por parte dos paulistas, já que acabou contribuindo para o fortalecimento do poder político vigente.

Nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais entre outros, formaram-se frentes únicas que se opunham a Vargas. O centro irradiador dessa oposição era São Paulo. Uma crescente agitação tomou conta da cidade. Em março de 1932, mais de 100 mil operários haviam cruzado os braços e promovido a guerra, exigindo melhorias de condições de trabalho. As leis trabalhistas do governo federal foram vistas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) como defensoras das greves dos operários, associadas aos tenentes e ao governo de Vargas<sup>105</sup>.

Com o fim do conflito e a derrota, os paulistas foram cerceados do poder político brasileiro, entretanto, Vargas, em uma atitude estratégica, anunciou a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. Iniciadas as tratativas para as eleições que formariam a Assembleia Constituinte em 1933, no estado de São Paulo a oposição formou a “Chapa Única por um São Paulo Unido”. Essa chapa foi a composição de uma aliança entre o PD, o PRP e a Liga Eleitoral Católica, combinação que conseguiu obter 17 das 22 cadeiras ofertadas ao estado. Posteriormente, os paulistas se articularam para conseguir uma participação efetiva na Assembleia Constituinte. Armando de Salles Oliveira esteve à frente da fundação do Partido Constitucionalista, criado em 1934, que contou com a participação de membros do antigo Partido Democrático (PD) e uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP).

Instituída a Constituição de 1934, após a realização das eleições indiretas, Getúlio Vargas foi confirmado como presidente, conseguiu prolongar sua estadia na presidência por mais quatro anos. Todavia, ficou estabelecido na nova Constituição

---

<sup>104</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 configurou-se como um movimento paulista que, embora se apresentasse como uma luta em defesa da reconstitucionalização do país, representava, em grande medida, uma reação à perda de poder político de São Paulo no cenário nacional. O discurso constitucionalista serviu como instrumento para legitimar a tentativa de retomada da hegemonia paulista, que, diante do insucesso das vias políticas, recorreu à mobilização militar. Nesse processo, os líderes do movimento não hesitaram em desencadear uma guerra civil, justificando-a como meio de impedir a consolidação de uma ditadura, ainda que o objetivo final fosse a restauração de um governo de caráter oligárquico.

<sup>105</sup> TOTA, Antonio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal?** (1930-1945). São Paulo: Contexto, 2025, p. 44.

que, em 1938, deveriam ocorrer eleições diretas para a presidência da República e a participação de Vargas estaria vetada.

Prosseguindo com sua estratégia de apaziguar os ânimos em São Paulo, Vargas indicou Armando de Salles Oliveira como interventor no Estado. Ele já se apresentava como um influente representante paulista e, apesar de algumas oposições, aceitou o cargo. Promoveu então uma reorganização da administração paulista, além de realizar talvez seu grande feito como interventor: foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo. Um dos objetivos com a fundação de uma universidade paulista era demonstrar o protagonismo de São Paulo em todas as áreas, inclusive na educacional e intelectual.

Armando compreendeu, melhor do que ninguém, a função predominante que deveria caber às Universidades na formação de um povo de tradições democráticas. Para ele, sem uma cultura liberal, que concorresse para desvencilhar o homem das servidões externas e internas, a que vive quase sempre subordinado, ninguém poderia elevar-se acima da mediocridade<sup>106</sup>.

Com uma administração considerada competente, Salles Oliveira sedimentou sua trajetória política e se apresentou como representante dos paulistas nas eleições presidenciais que deveriam ocorrer em 1938. Para tanto, conversou com Vargas e se mostrou interessado em se candidatar, mas foi desaconselhado. Mesmo assim, decidiu lançar sua candidatura, considerava-se apto para exercer o cargo e enxergava oportunidades reais de chegar à presidência. Talvez a intenção em comunicar Vargas sobre sua candidatura seria, quem sabe, a obtenção de apoio por parte do presidente.

Em seu diário, Vargas comenta a respeito dos possíveis candidatos à presidência.

Na conversa com o Juraci, assentei que, de passagem por São Paulo, ele conversasse com o Armando, convidando-o a aceitar o exame de outros nomes e não fazer questão do seu. Esses nomes seriam, porém, indicados ao exame após uma consulta às principais correntes políticas. Não me parece que só São Paulo ou São Paulo e Bahia possam indicar os nomes entre os quais deva ser escolhido o candidato<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 119.

<sup>107</sup> VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas – Diário**. Vol. II - 1937-1942. São Paulo: Siciiano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 15.

Com a data das eleições se aproximando, os candidatos à presidência foram se revelando: Armando de Salles Oliveira confirmou sua candidatura, com apoio dos jornalistas; foi apresentado o candidato paraibano José Américo de Almeida; os integralistas lançaram o nome de Plínio Salgado. As movimentações políticas estavam intensas, as campanhas em andamento e Vargas não mostrava muito apreço pelos candidatos, nem mesmo por José Américo de Almeida, ex-Ministro no governo varguista.

Ao que parece, quem tinha possibilidades de chegar à presidência era Armando de Salles Oliveira, todavia, o jogo foi interrompido e, através de articulações políticas bem amarradas, foi implantado o Estado Novo. As eleições presidenciais foram suspensas e iniciou-se o período mais autoritário do governo Vargas.

Armando Salles, antes de renunciar ao cargo de Governador do Estado, a 28 de dezembro de 1936, havia previamente consultado o Presidente da República, que lhe deu, nessa ocasião, ainda uma vez, a certeza do seu propósito inabalável de presidir, com a maior imparcialidade, as eleições que deveriam realizar-se de acordo com disposição expressa na Carta Constitucional em vigor, por ele mesmo outorgada<sup>108</sup>.

Instaurado o Estado Novo, Armando de Salles Oliveira permaneceu por quase um ano em reclusão, obteve autorização para deixar o país, partindo para Paris, onde iniciou um exílio que se estenderia por cerca de sete anos. Durante o período de exílio, viveu em três países, primeiramente França - Paris, posteriormente se transferiu para os Estados Unidos - Nova Iorque e, por fim, Argentina - Buenos Aires. Em todos os países em que esteve durante o exílio, não perdeu seus contatos políticos, ou melhor, manteve intensa articulação a fim de conseguir de alguma forma minar, resistir e, se possível, derrubar a ditadura que havia sido implantada. Tal feito não foi possível, mas as articulações de oposição realizadas pelo grupo de exilados do qual fazia parte auxiliava na compreensão do momento e do jogo político que era praticado.

Assim que chegou ao exílio em Paris, iniciou-se a formação de uma rede de contatos políticos que tinham o mesmo objetivo: a resistência, a oposição, mesmo que no exterior, ao governo Vargas. Os protagonistas políticos que se encontravam naquele momento no exílio nem sempre comungavam das mesmas ideias, entretanto, muitos desses exilados compartilhavam do mesmo desejo: a resistência e pôr fim ao

---

<sup>108</sup> SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 138.

autoritarismo getulista. Sendo assim, foram postas de lado as divergências que pudessem existir e passaram a traçar estratégias para realizar uma oposição ao governo Vargas a partir do exílio.

Dali em diante, a troca de correspondências entre os exilados assumiu papel central na consolidação da Rede, tornando-se o principal meio de comunicação e de articulação política entre eles. Essas cartas não apenas permitiram a manutenção dos vínculos pessoais e intelectuais, mas também possibilitaram a coordenação de estratégias comuns, o compartilhamento de informações e a difusão de ideias oposicionistas ao regime vigente no Brasil. Foi nesse contexto que Paris se destacou como núcleo inicial dessa articulação, sobretudo com a presença de Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho. Ainda assim, os caminhos seguidos pelos demais integrantes da Rede foram diversos, estendendo-se dos Estados Unidos a diferentes países da América do Sul, o que contribuiu para ampliar o alcance e a complexidade dessas conexões.

O estudo das redes tem como base a mobilidade, o movimento, de pessoas, de coisas, de conhecimentos de todo tipo, de ideias e de costumes. As mesmo tempo, essa mobilidade promove o contato entre grupos sociais diferentes [...] <sup>109</sup>

No interior dessa Rede de exilados, fortalecida pelas trocas de correspondência e pela circulação de ideias entre diferentes países, destacou-se Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte, cuja atuação foi decisiva nas articulações de oposição ao regime varguista. Antes mesmo de ocupar cargos políticos, Duarte já se afirmava como jornalista, escritor e intelectual profundamente envolvido com as artes e a vida cultural brasileira. Essa experiência anterior ao exílio contribuiu para moldar sua atuação fora do país, sua formação humanista e seu trânsito no meio intelectual permitiram-lhe compreender a dimensão simbólica da cultura como instrumento de resistência política. Assim, suas ações no exílio ultrapassaram o campo estritamente político, articulando-se também em torno da defesa da liberdade de pensamento e da crítica ao autoritarismo instaurado no Brasil.

---

<sup>109</sup> FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Redes*. In: TACLA, Adriene Baron; SOUZA, Camila Diogo de; MORAES, Alexandre Santos de (org.). **Dicionário Conceitual de Circuitos e Interações da Antiguidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024, p. 171.

## 2.2 Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte: entre a cultura e a denúncia

Paulo Duarte destacou-se como uma das figuras mais proeminentes na complexa trama política tecida no exílio durante o Estado Novo varguista. Foi um dos protagonistas da Rede de exilados formada a partir de Paris e um dos membros mais ativos e influentes nas ações empreendidas contra o regime. Sua relevância não se limitou aos textos que produzia, marcados por uma intensa crítica ao autoritarismo, também se estendia às conexões que estabeleceu com outros políticos e intelectuais exilados. Homem de convicções firmes e de intensa atuação, Duarte chegou a colocar a própria vida em risco na defesa dos ideais em que acreditava, evidenciando o caráter combativo e comprometido de sua trajetória.

Graças à sua intensa ligação com o universo cultural, Duarte rapidamente teceu uma rede de contatos em Paris e passou a atuar no Museu do Homem (*Musée de l'Homme*), importante centro de produção científica e intelectual da capital francesa.

Figura 9 – Paulo Duarte



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (Prefeitura de São Paulo)<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. **Biografia do patrono Paulo Duarte**. 5 set. 2007. Disponível em: [https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas\\_bairro/bibliotecas\\_m\\_z/pauloduarte/193](https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/pauloduarte/193). Acesso: 20 nov. 2024.

Paulo Duarte nasceu em São Paulo, em 1899, multifacetado, bacharelou-se em Direito em 1924 e, ainda como estudante, enveredou-se pelo jornalismo. Trabalhou como repórter no jornal *O Estado de S. Paulo* e foi alçado ao cargo de redator-chefe. Chegou a desempenhar outras atividades, como arqueólogo, professor universitário, poeta, entre outros ofícios.

Logo quando começou a cursar Direito, Paulo Duarte se envolveu com a política, mostrou-se contrário às oligarquias paulistas. Esteve presente na revolta tenentista de 1924, sendo um dos interlocutores. Posteriormente, junto com outros políticos, entre eles Armando de Salles Oliveira, atuou para a fundação do Partido Democrático (PD). Também foi um dos organizadores da Aliança Liberal, grupo formado por aqueles que não queriam o continuísmo da política que vigorava no Brasil e que tinha como mandatários principalmente dissidentes da oligarquia paulista.

Os grupos políticos dissidentes organizaram-se em torno da Aliança Liberal, associação que tinha como propósito romper com o arranjo político que, havia décadas, sustentava a alternância de poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Para isso, lançaram à presidência o candidato de oposição Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul. Embora as eleições tenham resultado em sua derrota, o descontentamento com o processo eleitoral levou os aliancistas a contestarem os resultados e articularem um levante armado, cujo objetivo era pôr fim à chamada “política do café com leite”.

A despeito da sua heterogeneidade, no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam a anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais<sup>111</sup>.

Paulo Duarte, de certo modo, seguiu o caminho de muitos paulistas que buscavam o fim do domínio oligárquico no país e, por isso, apoiou inicialmente a candidatura de Getúlio Vargas. Com a derrota nas eleições, um grupo de paulistas passou a defender o movimento de 1930. Após a vitória do levante, Vargas assumiu

---

<sup>111</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 16.

provisoriamente a presidência, mas suas ações de caráter continuísta despertaram a insatisfação de muitos dos antigos aliados paulistas, que então passaram a se opor ao novo governo.

Paulo Duarte, que integrou a Aliança Liberal e apoiou o movimento de 1930, tornou-se posteriormente um dos opositores ao governo, após as medidas continuístas de Vargas. Como um dos membros mais ativos do Partido Democrático (PD), associou-se aos paulistas e participou da Revolução Constitucionalista de 1932. Com a derrota do movimento, foi preso e, em seguida, partiu para Portugal, dando início ao seu primeiro exílio.

Sobre seu primeiro exílio, escreveu Paulo Duarte em seu livro:

Se o exilado é uma figura sem menor importância política ou cultural, o raciocínio no estrangeiro é evidentemente contra um país que, para viver em paz, precisa expulsar elementos sem significância. E se o exilado é uma figura significativa ou um homem ilustre, o raciocínio é igualmente contrário: que espécie de país é esse que exila os seus melhores elementos intelectuais?<sup>112</sup>

Paulo Duarte foi um sujeito histórico ímpar, político e amante das artes, em sua trajetória foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Constitucionalista, período em que se envolveu de maneira intensa na criação e no desenvolvimento do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Justamente por sua ligação com a arte e a cultura, quando foi instituído o Estado Novo, em 1937, teve de seguir para seu segundo exílio. Entre as atividades desempenhadas para conseguir seu sustento, trabalhou no Museu do Homem, em Paris, local onde também estabeleceu vários contatos que seriam importantes na sua trajetória intelectual, entre eles, Paul Rivet<sup>113</sup>.

Coagido pela violência, deixei o Brasil, trazendo como meus companheiros de viagem apenas a altivez, o meu passado irreprochável e a minha pobreza. Encontro-me hoje num país estrangeiro, olhos voltados com tristeza para a nossa terra, não pelo mal que seus homens de governo me fizeram, mas pelo mal que, no estrangeiro, eles continuam a perpetrar contra ela. De fato, os destinos políticos e administrativos repercutem profundamente até na Europa, cuja instabilidade social fá-la ver com alegria as provas que damos da nossa incapacidade de usufruir uma soberania de país livre<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> DUARTE, Paulo. **Memórias**: raízes profundas. São Paulo: Hucitec, 1975, p. 22.

<sup>113</sup> Etnólogo francês, autor da teoria segundo a qual os ameríndios da América do Sul vieram da Austrália e da Melanésia. Durante a ocupação alemã na França, Rivet atuou como um dos líderes da resistência francesa e escapou por pouco da prisão por parte dos alemães.

<sup>114</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, exílio, luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p.146.

Com a ocupação alemã na França, Paulo Duarte foi obrigado a seguir para Nova Iorque, onde deu continuidade às suas articulações políticas. Atuou como figura importante na comunicação entre os exilados e publicou artigos denunciando a ditadura varguista. Esse segundo período de exílio foi particularmente doloroso, estendendo-se por cerca de nove anos, marcado por diversos desafios, entre eles, as dificuldades para garantir a própria subsistência.

Em Nova Iorque, Paulo Duarte desempenhou várias funções, inclusive foi correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Uma das atividades pelas quais mais tinha apreço era a colocação no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Entretanto, ao que tudo indica, passou por momentos de dificuldades financeiras e teve de buscar estratégias para garantir seu sustento. Chegou a ser uma espécie de representante, comercializando vinho do Porto e vinho da Ilha da Madeira em Nova Iorque.

Em carta aos cuidados do Sr. Francisco Sampaio, Paulo Duarte, em Nova Iorque, demonstrou seu interesse em exportações de vinhos da Ilha da Madeira:

Muito me interessaria o negócio dos vinhos da Madeira, uma vez nas condições discriminadas na carta ao dr. Murias. A pessoa com a qual estou em contacto para esse assumpto está disposta a levantar o capital necessário à propaganda intensa, uma propaganda à americana, na certeza de que só assim poderá tornar amplamente aceito nos Estados Unidos um produto, excelente embora, mas relativamente pouco conhecido aqui<sup>115</sup>.

Quando Paulo Duarte chegou à Europa para seu segundo exílio, a tensão no continente já era evidente, a Alemanha havia anexado a Áustria e se preparava para novas investidas militares. Em 1939, com a conivência de potências europeias, os alemães invadiram a Tchecoslováquia e, no mesmo ano, após a invasão da Polônia, deram início à Segunda Guerra Mundial, conflito que se estenderia até 1945.

Paulo Duarte, que já estava no continente desde 1938, acompanhou de perto a escalada do autoritarismo e o avanço nazista. O temor de um confronto direto entre a Alemanha e a França o levou a deixar suas atividades no Museu do Homem e seguir para Portugal. Assim, além das dores e incertezas do exílio, teve também de conviver com os temores e ameaças constantes de uma guerra em curso.

---

<sup>115</sup> DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Sampaio. Nova Iorque, 1940. CEDAE - Centro de Documentação Cultural "Alexandre Eulalio" – Unicamp.

Amante das artes e envolvido em estudos culturais, provavelmente Paulo Duarte também sofreu por posteriormente saber que os museus franceses estavam sendo saqueados pelos alemães.

Mais tarde, nos anos de guerra, o nazismo confiscou todos os acervos dos grandes museus das cidades invadidas pela Alemanha. As obras selecionadas por Hitler eram guardadas; aquelas consideradas indesejáveis eram destruídas ou vendidas para financiar o Reich<sup>116</sup>.

Logo após sua transferência para Portugal, Paulo Duarte enfrentou dificuldades decorrentes do regime vigente no país. O Estado Novo, instaurado por António de Oliveira Salazar, implementava uma rigorosa política de censura e exercia forte repressão sobre aqueles considerados opositores políticos.

Embora não haja registros específicos sobre perseguições diretas a Paulo Duarte durante sua estadia em Portugal, ele chegou a sentir-se pressionado enquanto fazia palestras naquele país. É plausível pensar que ele tenha enfrentado dificuldades típicas de exilados políticos nesse contexto, como vigilância constante, restrições à liberdade de expressão e limitações em suas atividades políticas. Além disso, o ambiente político repressivo português e a proximidade geográfica com os conflitos na Europa provavelmente intensificaram seus desafios.

Posteriormente, Paulo Duarte se transferiu para Nova Iorque, onde chegou a escrever para vários jornais e revistas alertando para o fato de o Brasil estar vivendo uma ditadura. No entanto, sem obter nenhum tipo de sensibilização ou pronunciamento, denunciou o governo norte-americano por omissão em relação à ditadura brasileira.

A partir de sua vida no exílio, Paulo Duarte teve de se adaptar forçosamente a várias culturas, entre elas: a portuguesa, a francesa, a estadunidense. Presenciou a implantação da ditadura varguista, a eclosão, intensificação e os malefícios produzidos pela Segunda Guerra Mundial. Chegou a exercer um papel inusitado, investigou as relações entre o governo varguista e a Alemanha nazista e descobriu parte do projeto de Hitler em relação ao Brasil. Nos Estados Unidos, em determinada ocasião, foi impedido de deixar o país por ser considerado inimigo dos países aliados.

---

<sup>116</sup> BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. **A arte dos regimes totalitários do século XX**: Rússia e Alemanha. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 64.

Em fins de 1944, de volta de minha missão, quando me preparava para regressar à França afim de retomar meu posto no Musée de l'Homme, o Department of State recusou minha saída do país sob pretexto que eu, inimigo de Vargas, era, por consequência, inimigo da causa aliada! Só se me concederia permissão para vir ao Brasil, o único lugar fechado para mim, como a gente do Departamento não ignorava<sup>117</sup>.

Com a anistia e o fim de seu exílio, Paulo Duarte retornou ao Brasil, onde, tempos depois, presenciou a implantação do regime militar (1964-1985), período em que teve seus direitos políticos cassados. Apesar dessas restrições, sua trajetória permaneceu marcada por um engajamento constante na esfera política e intelectual, demonstrando resiliência e compromisso com os ideais democráticos. Ao longo da vida, Duarte enfrentou desafios significativos e protagonizou episódios que, pela intensidade de suas experiências, poderiam facilmente compor o enredo de um filme, revelando o caráter combativo e a determinação que nortearam suas ações.

Os protagonistas que integraram a Rede de exilados oposicionistas ao governo Vargas são apresentados ao longo destas páginas, revelando aspectos de suas trajetórias e a relevância de suas atuações para este estudo. Nesse contexto, Paulo Duarte ocupa posição singular: não apenas participou ativamente das articulações políticas da Rede, mas também se firmou como um importante articulador intelectual, combinando reflexão crítica e ação prática. Sua atuação demonstrou consistência e comprometimento, deixando evidente como suas iniciativas e decisões contribuíram de maneira decisiva para os objetivos coletivos da oposição ao regime varguista.

Em termos simples, a confiança entre membros de uma rede não é uma característica biológica natural, nem mesmo no interior de ego redes onde os laços de amizade e parentesco poderiam forçar o indivíduo a respeitar as regras e convenções do grupo para que o índice de confiança aumentasse. Confiança é, portanto, uma característica individual que é construída com o tempo e radica no comportamento sistemático e rotineiro, de respeito pelos princípios e leis que regem a sociabilidade do grupo<sup>118</sup>.

Nem só de paulistas se constituía a Rede de exilados, políticos de outros estados que também não concordaram com a implantação do Estado Novo foram aprisionados e, posteriormente, tiveram de seguir para o exílio, como no caso do baiano Otávio Mangabeira.

---

<sup>117</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, exílio, luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 11.

<sup>118</sup> ANTUNES, C. A história da análise de redes e a análise de redes em História. **História** - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto (Portugal), v. 2, 2012, p. 11-22, p. 18.

### 2.3 Otávio Mangabeira: de diplomata a oposição

O soteropolitano Otávio Mangabeira se formou em Engenharia pela Escola Politécnica da Bahia, mas se mostrou interessado pela política muito cedo. Talvez seu gosto pela política tenha sido despertado em detrimento da influência de seu irmão, João Mangabeira, que se elegeu Deputado Federal pela Bahia em 1909.

Desde muito cedo, Otávio Mangabeira se mostrou de forte opinião política. Em 1909, quando da ocorrência da campanha presidencial, fundou a Comissão Republicana, apoiando a chapa eleitoral – Hermes da Fonseca e Venceslau Brás. Nessa época, Otávio Mangabeira divergiu de seu irmão, João Mangabeira, que apoiava o PRB (Partido Republicano Baiano), partido que defendia os interesses dos coronéis, ou seja, as oligarquias agrárias.

Figura 10 – Otávio Mangabeira



Fonte: Os Divergentes<sup>119</sup>

Logo após a ocorrência das eleições, e com a vitória de Hermes da Fonseca, Otávio Mangabeira juntamente com outros membros da Comissão Republicana criaram o PRD (Partido Republicano Democrata), partido pelo qual, em 1911, concorreu nas eleições para o cargo de Deputado Federal, sendo eleito. No mesmo

---

<sup>119</sup> SARNEY, José. Otávio Mangabeira. **Os Divergentes**, 10 abr. 2022. Disponível em: <https://osdivergentes.com.br/outras-palavras/otavio-mangabeira/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

período, também através de uma aliança política, Otávio Mangabeira passou a dirigir o PRC (Partido Republicano Conservador).

Político talentoso, Mangabeira não teve problemas em transitar por diversos partidos, sendo eleito em mais de uma vez para o cargo de Deputado Federal. Foi também ministro das Relações Exteriores durante o governo de Washington Luís. Por fazer parte de tal governo, Otávio Mangabeira apoiou Júlio Prestes em sua candidatura para a presidência do Brasil, no entanto, mesmo vitorioso no pleito, Júlio Prestes não pôde assumir o cargo devido ao movimento de 1930. Por ser considerado uma das lideranças políticas do governo deposto, Otávio Mangabeira foi preso pelo então chefe de polícia, João Baptista Luzardo. Na sequência, teve de deixar o Brasil e se dirigir para o seu primeiro exílio na Europa, escolhendo a França como sua nova morada.

Com seu retorno ao Brasil, Otávio Mangabeira participou das eleições para a Assembleia Constituinte de 1934, foi eleito e se tornou um dos principais líderes dentro do Congresso. Nos anos que se seguiram, fez parte de uma oposição ferrenha ao governo Vargas. No início das campanhas para ocorrência das eleições de 1938, apoiou Armando de Salles Oliveira para presidente. Com o golpe e a implantação do Estado Novo, novamente teve de seguir para o exílio, fazendo parte da Rede de exilados que articularam uma oposição a Getúlio Vargas fora do Brasil.

Quando seguia para o seu segundo exílio, Otávio Mangabeira não tardou em restabelecer contato com amigos e antigos colaboradores, entre eles Euvaldo Soares de Pinho, superintendente da Agrícola Una S.A. Na carta transcrita a seguir, enviada a bordo do navio *San Martin*, observa-se não apenas o relato tranquilo da viagem, mas também a preocupação em criar uma estratégia para burlar a vigilância e a possível interceptação de correspondências pela polícia política varguista. Mangabeira orienta o destinatário a adotar um código simples, assinar as cartas com a letra “B”, como forma de garantir a continuidade da comunicação sem comprometer sua rede de contatos<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> A correspondência revela a preocupação constante dos exilados com a vigilância exercida pelo aparato repressivo varguista. Ao sugerir o uso de uma letra como código de identificação, Mangabeira demonstra consciência sobre a possibilidade de interceptação das cartas e busca meios de preservar a segurança de seus interlocutores. O episódio ilustra a dimensão política da escrita epistolar no exílio. Mais do que simples comunicação pessoal, as cartas tornavam-se instrumentos de articulação e resistência, em um contexto em que a palavra escrita assumia também a função de sobrevivência política. MANGABEIRA, Otávio. [Correspondência]. Destinatário: Euvaldo Soares de Pinho. Funchal (a bordo do navio San Martin), 9 nov. 1938. Fundação Casa de Rui Barbosa.

BORDO DO SAN MARTIN, FUNCHAL, 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Euvaldo,

A viagem no San Martin foi melhor do que eu previa. Tudo correu muito bem. Estamos hoje na Ilha da Madeira. Depois de amanhã, Lisboa, onde aguardarei os companheiros. Pude escrever a bordo alguma coisa...

Dêem minhas notícias aos amigos.

Se você quiser, ao escrever-me, assine com a letra B. Já aqui saberei de quem se trata. Quando a carta contiver alguma coisa que lhe possa comprometer. Datilografado já se vê.

Saudades, para todos,

De Mangabeira<sup>121</sup>

Já em 1945, quando os políticos que estavam no exílio conquistaram anistia, Otávio Mangabeira retornou ao Brasil e manteve-se engajado na política, foi eleito Deputado Federal, governador do Estado da Bahia e Senador. Manteve-se ligado à União Democrática Nacional (UDN), chegando a ocupar por um período a presidência do partido. Com a renúncia de Getúlio Vargas, a UDN buscou, de diferentes formas, alcançar o Poder Executivo, mas teve êxito apenas nas eleições de 1960, quando apoiou a candidatura de Jânio Quadros. Entretanto, a vitória revelou-se efêmera, pouco depois de assumir a presidência, Jânio rompeu com o partido, frustrando as expectativas dos udenistas.

Um dos episódios mais marcantes da trajetória política de Otávio Mangabeira ocorreu em 1946, quando foi escolhido para discursar em uma cerimônia em homenagem ao general norte-americano Dwight Eisenhower. Ao final do evento, Mangabeira ajoelhou-se e beijou a mão do general, gesto que causou grande repercussão. A atitude foi amplamente divulgada e gerou intensas críticas. Muitos questionaram se o gesto não teria representado uma humilhação para o Brasil, sobretudo em um contexto de afirmação nacional no cenário internacional.

---

<sup>121</sup> SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira - Cartas do Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Calmon, 2017, p. 30.

Figura 11 – Otávio Mangabeira cumprimentando Dwight D. Eisenhower, em fotografia publicada n' *O Globo* (9 ago. 1946)



Fonte: Acervo O Globo (Foto de Ibrahim Sued)<sup>122</sup>

A Rede de exilados foi gradualmente ampliando seu alcance, incorporando figuras de projeção política e intelectual. Muitos de seus integrantes possuíam ampla popularidade, além de uma rede de contatos e influência que favorecia suas articulações no exterior. Entre esses protagonistas, destacou-se Júlio de Mesquita Filho, cuja atuação no campo jornalístico, especialmente à frente do periódico *O Estado de S. Paulo*, conferiu-lhe expressiva visibilidade e papel central nas iniciativas políticas promovidas pelos exilados. Sua trajetória e sua participação nas articulações oposicionistas serão analisadas a seguir.

#### 2.4 Júlio de Mesquita Filho: mídia e censura

Júlio de Mesquita Filho nasceu na cidade de São Paulo, em 1892. Como um dos herdeiros do jornal *O Estado de S. Paulo*, teve uma condição de vida privilegiada, usufruindo de uma educação esmerada. Além de estudar na capital paulista, Júlio de Mesquita Filho também estudou na Europa, mais especificamente em Portugal e em

<sup>122</sup> GRUPO GLOBO - HISTÓRIA. **Ibrahim Sued**. Especiais, O Globo 100 anos. 30 jun. 2025. Disponível em: <https://historia.globo.com/especiais/o-globo-100-anos/colonismo-social/noticia/ibrahim-sued.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Genebra - Suíça. Depois de concluir seus estudos na Europa, retornou ao Brasil e ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, bacharelando-se em 1917. No período em que cursava Direito, Júlio de Mesquita Filho começou a se envolver com questões políticas, talvez uma herança de família advinda de seu pai, Júlio César de Mesquita, que chegou a ser Deputado Estadual em São Paulo.

Logo depois de se formar em Direito, Júlio de Mesquita Filho começou a advogar, coincidentemente no mesmo período estavam ocorrendo várias greves pelo estado de São Paulo, o movimento de trabalhadores em busca de direitos estava intenso. Naquele contexto, Júlio de Mesquita assumiu a defesa dos trabalhadores, algo que contrariava os interesses da elite industrial de São Paulo. Para ele, se houvesse uma mediação entre os empresários e os trabalhadores, seria possível chegar a um consenso e, dessa forma, impedir a organização e formação de novas greves, fazendo com que o movimento grevista fosse desarticulado.

Figura 12 – Júlio de Mesquita Filho



Fonte: Estadão Conteúdo/AE <sup>123</sup>

Juntamente com suas atribuições de advogado, Júlio de Mesquita Filho passou a atuar também no jornal *O Estado de S. Paulo*, aos poucos foi se apropriando da estrutura e do funcionamento do periódico, nessa mesma época iniciou a

---

<sup>123</sup> MARCOLIN, Neldson. A Rocky Road. **Revista Pesquisa Fapesp**, dez. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/en/a-rocky-road/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

publicação de alguns artigos. Em 1927, assumiu a direção do jornal e, ao comandar um dos principais meios de comunicação de São Paulo, passou a exercer influência crescente sobre a vida pública paulista.

Em 1927, quando Júlio de Mesquita falece, a nova sociedade anônima é constituída pelo presidente Armando de Sales Oliveira (futuro interventor no Estado de São Paulo, em 1934, e candidato à presidência do país em 1937), pelos diretores Francisco de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Carolino de Motta e Silva, Antônio de Mendonça e Carlos Vieira de Carvalho, todos ligados por laços familiares. O redator-chefe era Plínio Barreto. O E.S.P. era a empresa jornalística mais bem sucedida no período enfocado; ela parece bem enquadrar-se dentro da classificação de Fernando Henrique Cardoso de “empresa clânica”<sup>124</sup>.

Quando Armando de Salles Oliveira e Raquel Mesquita, irmã do mandatário do jornal *O Estado de S. Paulo*, se casaram, houve uma aproximação entre ambos e se desenvolveu uma amizade que rendeu frutos: Júlio de Mesquita Filho e Salles Oliveira, por influência mútua, passaram a defender os mesmos interesses. Já com grande influência no estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho, ao lado de muitos paulistas, entre eles seu cunhado Armando de Salles Oliveira, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República durante o movimento de 1930. Com a derrota de Vargas nas urnas, envolveu-se ativamente nas articulações que levaram à deposição de Washington Luís, consolidando-se como um dos apoiadores decisivos daquele processo político.

Após a instauração do novo governo liderado por Getúlio Vargas, Júlio de Mesquita Filho, assim como outros representantes políticos paulistas, inicialmente ofereceu apoio à nova administração. No entanto, diante das medidas centralizadoras e autoritárias adotadas por Vargas, rompeu com o governo e passou a se destacar como uma das principais vozes da oposição. Nesse contexto, teve participação ativa na Revolução Constitucionalista de 1932. Com a derrota do movimento, foi preso e posteriormente exilado em Lisboa, período em que se afastou da direção do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Quando estava no exílio em Portugal, Júlio de Mesquita Filho começou a elaborar o planejamento da fundação de uma universidade paulista. Essa ideia ele já havia cogitado anteriormente, motivo pelo qual antes mesmo do exílio se aproximara

---

<sup>124</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 32.

de Fernando de Azevedo<sup>125</sup>. A ideia era, através de uma universidade paulista, entre vários aspectos, mostrar o avanço do estado não só na economia, mas também na educação. O período de exílio em Lisboa foi fundamental para o planejamento, pois visitou algumas universidades e pôde ter parâmetros para trilhar os caminhos que deveriam ser seguidos no intuito da fundação de uma universidade paulista.

De volta ao país após a redemocratização em 1933, Júlio de Mesquita Filho procurou colocar em prática a ideia que vinha cogitando havia tempos, a fundação de uma universidade paulista. Para tanto, contou com a ajuda do interventor paulista na época e seu cunhado, Armando de Salles Oliveira. O planejamento teve prosseguimento, o projeto elaborado por Fernando Azevedo obteve aprovação e, em 1934, finalmente aconteceria a fundação da Universidade de São Paulo.

Júlio de Mesquita Filho pode ser considerado um intelectual no sentido amplo do termo, um homem de ideias e de ação, cuja atuação ultrapassou o campo estritamente jornalístico para se projetar no debate político e cultural do país. Liberal convicto e defensor da democracia representativa, utilizou o jornal *O Estado de S. Paulo*, do qual era um dos diretores, como espaço privilegiado de expressão e difusão de seus ideais políticos. Sua influência no cenário paulista derivava não apenas de sua posição como dirigente de um importante veículo de comunicação, mas também de sua capacidade de articular pensamento e ação, tornando-se, assim, uma voz formadora de opinião e participante ativa das disputas políticas de seu tempo.

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento<sup>126</sup>.

Após seu primeiro exílio, e de volta à frente do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho procurou, nos anos subsequentes, combater os movimentos

---

<sup>125</sup> Formado em Direito, é considerado um dos grandes educadores brasileiros. Foi responsável pela criação do Ministério da Educação em 1930, da primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação, do projeto de Reforma Universitária (1968), além de ser responsável pelo projeto que deu origem à Universidade de São Paulo (1934), entre outros feitos.

<sup>126</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 242.

de esquerda. Entretanto, as ameaças mais sérias vinham de outro lado, do governo vigente, e não tardou a chegar o golpe.

Getúlio Vargas procurava se eternizar no poder e, para tanto, decretou o Estado Novo. Como uma pessoa de influência no cenário político paulista, Júlio de Mesquita Filho passou a ser oposição ao regime instaurado, afinal, era cunhado do então candidato à presidência Armando de Salles Oliveira. Por sua posição política, Mesquita Filho foi preso por diversas vezes, até ser obrigado a seguir para seu segundo exílio. Dessa vez, seu destino foi a França, transferindo-se posteriormente para Nova Iorque e, finalmente, Buenos Aires.

Por meio das breves biografias dos políticos que seguiram para o exílio, busca-se delinear os principais integrantes da Rede de exilados formada com o propósito de organizar e articular a oposição ao governo Vargas a partir do exterior. Inicialmente composta por um núcleo restrito de opositores, essa Rede gradualmente se ampliou, incorporando novos participantes estabelecidos em diferentes países e contextos políticos. Com o tempo, consolidaram-se canais de comunicação e cooperação que permitiram a coordenação de ações e o fortalecimento dos vínculos entre os exilados, transformando a dispersão geográfica em um espaço de articulação política e de resistência ao regime varguista.

É igualmente relevante destacar alguns agentes políticos vinculados ao varguismo que exerceram funções estratégicas no interior do governo, contribuindo diretamente para a consolidação dos mecanismos de vigilância e repressão estatal. Entre esses nomes, sobressai o de Baptista Luzardo, cuja atuação aparece com frequência nos documentos pesquisados. Ocupando diferentes cargos ao longo do Estado Novo, Luzardo manteve comunicação constante com o presidente, encaminhando relatórios minuciosos sobre a conjuntura política e as movimentações da oposição no exterior. Esses documentos abordavam desde questões de caráter geopolítico até investigações destinadas a monitorar as ações planejadas pelos exilados políticos. Um desses relatórios, transcrito a seguir, ilustra a amplitude da vigilância exercida e o nível de informação que chegava diretamente a Vargas:

Flores e Armando Salles continuam em grande agitação. Piza Sobrinho esteve aqui em conferência com o Flores, no dia 29, regressando no dia seguinte. Lelinho foi ante-ontem para Buenos Aires, regressando ontem, depois de longa conferência com Armando Salles e Mesquita. Vicente Ráo, esperado amanhã em Buenos Aires, virá aqui imediatamente entender-se com Flores, que convidou também Armando. Ambos pretendem, conforme

me foi comunicado muito reservadamente, desenvolver um plano de conspiração no Brasil para o que contarão ainda com grandes elementos<sup>127</sup>.

O trecho do telegrama enviado por Baptista Luzardo também evidencia a atuação de outro personagem central da Rede de exilados, José Antônio Flores da Cunha. Ex-governador do Rio Grande do Sul, foi o último chefe do Executivo estadual a manter uma posição de resistência ao governo Vargas, até ser compelido a renunciar, com a implantação do Estado Novo.

## 2.5 José Antônio Flores da Cunha: gaúcho da peleia

Natural de Livramento, José Antônio Flores da Cunha foi um dos políticos mais influentes do Rio Grande do Sul. Ao longo de sua trajetória, seus posicionamentos firmes e, por vezes, controversos levaram-no a ocupar lugar de destaque no cenário político nacional, mas também a enfrentar momentos de forte tensão, que resultaram em prisões e, posteriormente, em anos de exílio. Mesmo afastado do país e instalado em Montevideú, manteve-se politicamente ativo, articulando diversas tentativas de levante contra o governo Vargas.

Proveniente de uma família de ampla inserção social e política, Flores da Cunha descendia de José Antônio Martins, seu bisavô, agraciado por D. Pedro I com a Sesmaria de Boa Vista, símbolo do poder fundiário e político consolidado no período imperial. Essa tradição familiar de envolvimento na vida pública manteve-se nas gerações seguintes, seu irmão, Francisco Flores da Cunha, exerceu os cargos de Deputado Federal e Senador pelo Rio Grande do Sul.

A trajetória de Flores da Cunha reflete as contradições de seu tempo, marcado pela permanência de estruturas oligárquicas herdadas do Império e pela lenta transformação da República brasileira. Sua formação política e suas práticas de governo expressam os valores de uma elite<sup>128</sup> regional que buscava preservar sua

---

<sup>127</sup> LUZARDO, Baptista. [Telegrama]. Destinatário: Getúlio Vargas. Montevideú, 3 mar. 1940. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, GV c 1940.04.03/1.

<sup>128</sup> O termo *elite* é aqui empregado em sentido relacional, aproximando-se da concepção de Pierre Bourdieu, segundo a qual as estruturas de poder se distribuem entre diferentes campos – político, econômico, intelectual e cultural –, cada um deles dotado de capitais específicos que conferem prestígio, influência e autoridade. Assim, entende-se por *elite* o conjunto de agentes que concentram elevado volume de capitais (econômico, social, cultural ou simbólico) e que, por meio deles, exercem capacidade de intervenção e de reprodução das hierarquias sociais. Nesse sentido, as elites analisadas neste trabalho se constituem não apenas pelo poder político que detinham, mas também pela

autonomia diante das tentativas de centralização do poder promovidas pelo governo Vargas.

Figura 13 – José Antônio Flores da Cunha



Fonte: Câmara dos Deputados<sup>129</sup>

Na construção de sua formação política e social, Flores da Cunha seguiu o percurso característico dos integrantes da elite, cuja posição privilegiada garantia acesso a redes de influência, educação de qualidade e oportunidades de inserção nas esferas decisórias. Iniciou os estudos em Engenharia, mas posteriormente voltou-se ao Direito, campo tradicionalmente associado à produção de lideranças políticas e à legitimação de poder no Brasil republicano. Tal escolha não apenas revela o prestígio simbólico dessas profissões, como também demonstra que o capital cultural era mobilizado como instrumento de distinção e reprodução das hierarquias sociais.

Com o objetivo de se tornar advogado, Flores da Cunha se dirigiu para São Paulo, onde ingressou na Faculdade de Direito. Já na capital paulista e cursando Direito, esteve envolvido com articulações políticas diversas. Foi membro da juventude acadêmica, fator que lhe proporcionou experiência e um grupo de amigos

---

legitimidade simbólica que lhes permitia atuar como formadoras de opinião e mediadoras culturais no contexto do Estado Novo. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>129</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Flores da Cunha**. Biografia. c.2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130616/biografia>. Acesso: 20 nov. 2024.

essenciais para sua carreira política. Ainda em São Paulo, para conseguir melhorar sua estadia, conseguiu emprego em um jornal como repórter e passou a prestar serviços ao periódico. Esse fator ajudou-o a moldar seus caminhos, ele participou da juventude acadêmica paulista e esteve presente em reuniões do Partido Republicano Paulista.

Por seu envolvimento em movimentos políticos dentro e fora da faculdade, Flores da Cunha se tornou um desafeto do diretor da instituição. Essa tensão o obrigou a transferir-se para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde conseguiu concluir seus estudos. A trajetória de Flores da Cunha mostra que, por ser parte de uma elite, contou com suporte, infraestrutura que o auxiliou a se inserir na política, estudou Direito em dois estados influentes, estados onde as articulações políticas fervilhavam e que o ajudaram em sua formação, até porque ele circulava entre os grupos políticos, primeiro como interessado em política, depois como repórter e, por fim, como estudante de Direito.

Durante o período em que Flores da Cunha realizou seus estudos em São Paulo e no Rio de Janeiro, o cenário político brasileiro era marcado pela consolidação do pacto oligárquico que assegurava a alternância do poder entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais. No início do século XX, o estado de São Paulo, sustentado por sua força econômica vinculada à cafeicultura, exercia expressiva influência sobre os rumos políticos nacionais. As articulações entre as elites regionais eram constantes, e os líderes paulistas, ainda que nem sempre ocupassem isoladamente o centro do poder, figuravam entre os principais protagonistas da cena política republicana.

Naquele contexto, o Rio de Janeiro ainda exercia a função de capital federal, concentrando as principais decisões políticas do país, embora os paulistas mantivessem significativa influência. Flores da Cunha teve, portanto, a oportunidade de vivenciar de perto os dois polos políticos mais relevantes da época. Ao transitar entre São Paulo e Rio de Janeiro, acompanhou de maneira direta os desdobramentos que moldariam os rumos do cenário nacional.

Depois de completar seus estudos, Flores da Cunha ainda permaneceu no Rio de Janeiro por algum tempo e, posteriormente, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde passou a exercer a profissão de advogado. Entretanto, não demorou muito para que se entregasse à política, candidatou-se e foi eleito em vários momentos para os cargos de Deputado Federal e Senador. Fez parte de um grupo de políticos gaúchos

que movimentaram e mudaram a história política do país, seu nome é associado aos de Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, entre outros.

A Revolução de 1930, de certa forma, foi gestada no Rio Grande do Sul, e começou a brotar muito tempo antes, seu embrião está no que os gaúchos chamam de Revolução de 1923. Durante as três primeiras décadas do século XX, o estado esteve dividido politicamente em dois grupos, cujas tensões em muitos momentos se acentuaram, levando-os a conflitos armados. Essas disputas políticas e militares forjaram as lideranças políticas do Rio Grande do Sul, calejaram seus protagonistas, que, posteriormente, usaram de toda a sua experiência em anos de disputa política e militar para se unir e chegar ao Palácio do Catete.

O final da década de 1920 foi um período de intensas articulações, havia um desgaste da hegemonia paulista e da combinação política que se praticava, outros Estados pleiteavam uma maior participação nas decisões do país. A ação que desencadeou e acelerou o rompimento do arranjo político que vigorava se deu quando o presidente paulista em exercício, Washington Luís<sup>130</sup>, indicou outro paulista para concorrer à presidência. Essa atitude rompeu com o acordo que existia entre paulistas e mineiros.

A insistência de Washington Luís em manter sua indicação à sucessão presidencial acabou isolando os paulistas no cenário político nacional. Essa postura provocou a reação do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, que, nutrindo aspirações em relação ao cargo, passou a articular uma oposição. Nesse movimento, aproximou-se das lideranças gaúchas e decidiu apoiar a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República.

Na busca por articulações com o intuito de fortalecer o candidato de oposição, o governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, apoiou a formação da Aliança Liberal<sup>131</sup>. Essa associação fortaleceu a oposição, pois contava com políticos e militares no seu agrupamento, suscitando a esperança de romper com a hegemonia política que se perpetuava.

---

<sup>130</sup> Washington Luís nasceu em Macaé, Rio de Janeiro, porém construiu sua carreira política em São Paulo, até por isso um dos apelidos que recebeu foi "*Paulista de Macaé*". Ele foi presidente do Estado de São Paulo, cargo que equivale hoje a governador. Também chegou a ser prefeito da cidade de São Paulo.

<sup>131</sup> Nome dado à aliança política realizada principalmente entre políticos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o intuito era pôr fim à "política do café com leite". Os políticos que fizeram parte dessa aliança apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, em oposição a Júlio Prestes, candidato alicerçado pelo presidente Washington Luís.

A afirmação do protagonismo do Rio Grande do Sul e de seus atores na Revolução de 1930 se baseia no fato de as lideranças políticas daquele estado terem participado de vários movimentos políticos e armados na disputa pelo poder, ou seja, os gaúchos tinham experiência em articulações e disputas políticas. A união de vários líderes políticos gaúchos através da Aliança Libertadora, associação constituída logo após a ocorrência da Revolução de 1923<sup>132</sup>, é um dos aspectos que merecem ser mencionados, pois mostra a organização política dos gaúchos, que colaborou na estruturação do movimento de 1930 e ajudou a pôr fim à política nacional vigente naquele momento.

A união das forças gaúchas em torno do objetivo de encerrar o longo governo de Borges de Medeiros, bem como as disputas políticas e os conflitos armados vivenciados no estado constituíram fatores decisivos para a formação de uma geração de lideranças no Rio Grande do Sul. Essas experiências contribuíram para que os gaúchos assumissem papel de destaque na Revolução de 1930 e, posteriormente, alcançassem projeção na esfera nacional. De uma condição historicamente marginalizada no cenário de decisão nacional, quando comparado a São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul passou a ocupar posição de proeminência política. Os líderes gaúchos foram centrais tanto na articulação da Revolução de 1930 quanto na estruturação do novo governo, com nomes como Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e o próprio Flores da Cunha figurando entre os principais ocupantes de postos estratégicos do poder.

Aspecto pertinente é que Flores da Cunha esteve ao lado de Getúlio Vargas durante e após a Revolução Constitucionalista de 1932. Enquanto parte dos políticos gaúchos apoiou o movimento paulista, Flores da Cunha, que havia se tornado interventor no Rio Grande do Sul, e Oswaldo Aranha, que pertenceu ao governo, mantiveram apoio ao presidente. Contudo, as interferências e opiniões de Flores da Cunha em relação ao governo Vargas foram aos poucos minando a relação entre os dois. Flores da Cunha chegou a intervir nas eleições ao governo de alguns estados, nem sempre obtendo resultados satisfatórios, mas acabou por desestabilizar em alguns momentos as pretensões de Vargas.

Em 1935, depois de encerrar o período como interventor, Flores da Cunha foi eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul, consolidando sua liderança

---

<sup>132</sup> Ação política e armada que teve como objetivo retirar Borges Medeiros do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Borges Medeiros foi governador por aproximadamente 25 anos.

política no estado. A partir desse momento, buscou ampliar sua influência nacional, adotando uma postura autônoma em relação ao governo federal e interferindo, em diversas ocasiões, nas decisões e articulações políticas de Getúlio Vargas. Essa conduta, marcada por ambição e independência, acabou por tensionar profundamente as relações entre ambos, culminando em um rompimento político. O próprio Vargas registrou em seu diário as queixas e divergências que mantinha com o governador gaúcho, revelando o grau de desconfiança e rivalidade que permeava essa relação:

Os principais motivos de queixa que tenho contra o Flores são os seguintes: 1º) O constante trabalho oficial que faz no Rio Grande, dizendo que o governo federal nada fez por aquele estado; 2º) A mania de estar, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política federal, agitando precipitadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros estados; 3º) Quando estive em Porto Alegre, minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o almirante Protógenes me dirigia. 4º) Apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passado a mim, divulgou-o para que fosse publicado. 5º) E, por fim, inventou ou admitiu a invenção de que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo<sup>133</sup>.

O rompimento entre Vargas e o então governador gaúcho desencadeou uma série de reconfigurações no cenário político nacional, com estratégias e alianças sendo revistas de ambos os lados. A própria Frente Única Gaúcha, que anteriormente havia se posicionado contra Vargas durante o movimento constitucionalista de 1932, acabou voltando-se contra seu antigo aliado Flores da Cunha, declarando apoio ao presidente. Em meio a esse contexto de tensões e rearranjos políticos, Flores da Cunha aproximou-se de Armando de Salles Oliveira, candidato à presidência, unindo-se a ele em torno de um objetivo comum: combater a concentração de poder nas mãos de Getúlio Vargas. Assim, antigos adversários encontraram terreno de convergência na defesa de um projeto político descentralizador.

Pressionado por Vargas, que tinha o apoio direto do General Góis Monteiro, inimigo declarado de Flores da Cunha, o governador do Estado gaúcho resistiu o quanto pode, conseguiu em vários momentos ludibriar as manobras para derrubá-lo, entre elas, a abertura de um processo de impeachment e uma tentativa de intervenção

---

<sup>133</sup> VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas – Diário**. Vol. I - 1937-1942. São Paulo: Siciiano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 426.

militar que foi abortada às vésperas. Isolado politicamente, acuado, preferiu uma saída que considerava honrosa: a renúncia.

Góes, com anuência de Dutra, ministro da Guerra, fez um detalhado plano para desarmar o governo gaúcho e depor Flores. Os chefes militares tinham informações seguras de que o governador do Rio Grande do Sul estava formando grupos chamados *provisórios*, núcleos paramilitares armados pelo governo do estado, com a intenção clara de interferir no jogo da sucessão presidencial do país<sup>134</sup>.

Após a queda de Flores da Cunha, talvez a principal força militar que poderia fazer oposição a Getúlio Vargas estava debelada. O presidente nomeou, então, como interventor do Estado do Rio Grande do Sul o General Daltro Filho. Assim que renunciou, a alternativa que se apresentou mais viável naquele momento para Flores da Cunha foi seguir para o exílio no Uruguai, onde permaneceu até 1942. Durante esse período, foi observado de perto por Baptista Luzardo, embaixador brasileiro naquele país e, ao mesmo tempo, “espião” do governo Vargas.

No exílio, Flores da Cunha estabeleceu contatos com a Rede de exilados que se formou a partir da implantação do Estado Novo. Essa Rede manteve-se conectada e ativa mesmo que seus participantes se encontrassem em locais/países diferentes.

Após várias tentativas frustradas de minar o governo Vargas, o gaúcho Flores da Cunha decidiu voltar para o país, o ano era 1942, contudo, logo que colocou os pés em solo brasileiro, foi aprisionado e conduzido para Ilha Grande, onde cumpriu pena de nove meses de prisão.

Na maioria dos casos, os exilados, mesmo sem manter uma proximidade ou compactuar das mesmas ideias políticas, eram cordiais uns com os outros e conservavam uma comunidade que por vezes se ocupava das questões do cotidiano. O fragmento de uma das correspondências enviadas por Plínio Salgado a seu genro, José Loureiro Junior, mostra essa convivência. No caso, trata-se de um convite de casamento, Lindolfo Collor convidava Plínio Salgado para a cerimônia de casamento de sua filha.

A outra novidade é que realizou-se aqui o casamento de Arnon de Mello, jornalista dois Associados, representando aqui a imprensa brasileira, com a

---

<sup>134</sup> TOTA, Antônio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal?** 1930-1945. São Paulo: Contexto, 2025, p. 72.

filha do Lindolfo Collor. A recepção foi na embaixada. Mandaram-nos convite. Enviei uma corbelha, e mandei o Lins e D. Rosa nos representarem<sup>135</sup>.

Com destacada atuação política de oposição a Vargas em momentos diferentes, Lindolfo Collor<sup>136</sup> foi mais um dos participantes da Rede política. Democrata e liberal, assumiu perspectivas diferentes daquelas demonstradas pelo integralista Plínio Salgado, porém, isso não era impedimento para que mantivessem um respeito mútuo e uma cordialidade.

## 2.6 Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor: de aliado a dissidente

Figura 14 – Lindolfo Collor



Fonte: Academia Brasileira de Direito do Trabalho<sup>137</sup>

Lindolfo Collor, nascido no Rio Grande do Sul, descendente dos primeiros colonos alemães a chegarem ao Brasil, teve sua trajetória marcada por vários fatos distintos que influenciaram sua vida e, de certa forma, a história brasileira. Seu nome completo é Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor. Seu pai, João Boeckel, faleceu quando

<sup>135</sup> SALGADO, Plínio. **Tempos de Exílio** - Correspondência familiar 1. São Paulo: Voz do Oeste, 1980, p. 91.

<sup>136</sup> Lindolfo Collor teve seu sobrenome popularizado na história do país quando seu neto, Fernando Collor de Mello, tornou-se presidente do Brasil e foi apontado como um dos protagonistas de um esquema de corrupção que abalou o país. Porém, cabe ressaltar que as atuações e posturas na política brasileira são bem dissonantes, Lindolfo e Fernando Collor parecem se distanciar quanto a moralidade e ética.

<sup>137</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO. **Lindolfo Collor**. c.2024. Disponível em: <https://andt.org.br/academicos/lindolfo-collor/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Lindolfo ainda era muito pequeno; sua mãe, Leopoldina Schreiner, veio a se casar novamente depois de se tornar viúva; contraiu matrimônio com João Antônio Collor. Com o convívio, Lindolfo e seu padrasto desenvolveram uma afeição e uma admiração mútua, e por conta disso Lindolfo resolveu adotar o sobrenome do padrasto, Collor.

O político combativo Lindolfo Collor teve sua primeira formação na Escola de Farmácia de Porto Alegre. Por ter frequentado o seminário e ter sido membro da direção de um Boletim Mensal da Igreja da Trindade, Lindolfo desenvolveu sua escrita, o que lhe valeu uma oportunidade na área jornalística: trabalhou no jornal *O Dever*, publicação da cidade de Bagé. Nesse mesmo período, conseguiu a publicação de vários livros de poemas. Tempos depois, Lindolfo se transferiu para o Rio de Janeiro, efervescente espaço político, foi o ambiente ideal para que desenvolvesse seu gosto por política e passasse a trabalhar para algumas publicações. Colaborou no jornal *O Paiz*, posteriormente no *Jornal do Comércio*, nos quais exprimia suas opiniões a respeito do emaranhado jogo político.

Não sei porquê – suponho que por escassos recursos financeiros – [Lindolfo Collor] se diplomara na escola de farmácia, então anexa à Faculdade de Medicina. A primeira vez que o vi foi numa daquelas tumultuosas assembleias da Federação dos Estudantes, no Salão da Leopoldina. Não me recordo mais o tema que mantinha acesa a discussão. De repente, pediu a palavra um rapaz magro, de óculos, exprimindo-se com modelar clareza e acentuada lógica na sua argumentação. Era Collor<sup>138</sup>.

A entrada de Lindolfo Collor na política realizou-se através do jornalismo. Suas opiniões fortes sobre a política nacional chamaram atenção e lhe proporcionaram popularidade suficiente para concorrer ao cargo de Deputado Estadual. Ambicioso, não se contentou com uma função estadual, concorreu a um cargo federal e foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul.

Como Deputado Federal, Lindolfo Collor participou ativamente do processo político que pôs fim ao acordo oligárquico que assegurava a hegemonia das elites paulista e mineira na condução da República. Nesse contexto, posicionou-se na oposição, integrando a Aliança Liberal e alinhando-se a Getúlio Vargas. Após a vitória do movimento de 1930, Collor foi nomeado ministro do recém-criado Ministério do

---

<sup>138</sup> FONTOURA, J. N. da. **Memórias**: Borges Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 241.

Trabalho, Indústria e Comércio, no qual ganhou destaque pela implantação de uma série de leis trabalhistas.

Apesar da posição de destaque que ocupou no governo provisório, Lindolfo Collor acabou se afastando de Vargas em razão de divergências políticas e pessoais que se acentuaram ao longo da década de 1930. O antigo ministro discordava dos rumos centralizadores e autoritários assumidos pelo governo. O rompimento definitivo ocorreu com a instauração do Estado Novo, quando Collor passou a figurar entre os opositores do regime, sendo obrigado a deixar o país.

Em seu período de exílio, Lindolfo Collor não esteve somente em um país europeu. Por ser descendente de alemães e ter fluência na língua daquele país, seguiu para a Alemanha, onde pôde constatar a ascensão do regime totalitário e a força que o partido nazista havia conquistado, momento em que manifestou a convicção de que aquela forma de governo seria prejudicial não somente para a Alemanha, mas para o mundo.

Homem de notável perspicácia e senso político apurado, Lindolfo Collor percebeu precocemente os perigos da ascensão nazista na Europa. Deixou Paris e seguiu para Portugal, onde permaneceu até 1942, ano que marcou o fim de seu exílio. Com o apoio de amigos influentes, obteve autorização para regressar ao Brasil ainda durante o Estado Novo. Pouco tempo após sua chegada, concedeu uma entrevista ao semanário *Diretrizes*, publicada em 2 de julho de 1942<sup>139</sup>, na qual manifestou firmemente sua repulsa a qualquer forma de ditadura. As declarações provocaram reação imediata do governo, resultando em sua prisão. Durante o período em que esteve encarcerado, contraiu pneumonia; já muito debilitado, foi libertado e veio a falecer no mesmo ano, em 1942.

\*\*\*\*\*

Com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a estrutura e a dinâmica da Rede de exilados, foi desenvolvida uma representação gráfica que busca tornar visíveis as conexões estabelecidas entre alguns de seus principais integrantes. Essa visualização permite identificar não somente determinados personagens nas articulações políticas e intelectuais observadas, mas também a complexidade das relações que sustentavam a coesão do grupo no exílio. A imagem destaca figuras recorrentes nas correspondências, nos artigos e nos demais documentos analisados,

---

<sup>139</sup> DIRETRIZES. Assim falou... Lindolfo Collor. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 105, 2 jul. 1942, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163880&pagfis=4239>.

evidenciando a intensidade dos vínculos e a circulação de ideias entre diferentes espaços de exílio, como Paris, Lisboa, Montevidéu e Buenos Aires.

Convém sublinhar, contudo, que a Rede não se restringia aos nomes mais frequentemente mencionados, ela se estruturava por uma multiplicidade de laços políticos, afetivos e intelectuais que, mesmo quando menos recorrentes, contribuíam para a consolidação de um campo de oposição ao Estado Novo. Dessa forma, a representação gráfica não se limita a ilustrar o material empírico, mas constitui um instrumento analítico que auxilia na visualização das interdependências e na compreensão da tessitura social e política que caracterizou essa Rede de exilados.

Figura 15 - Rede de exilados

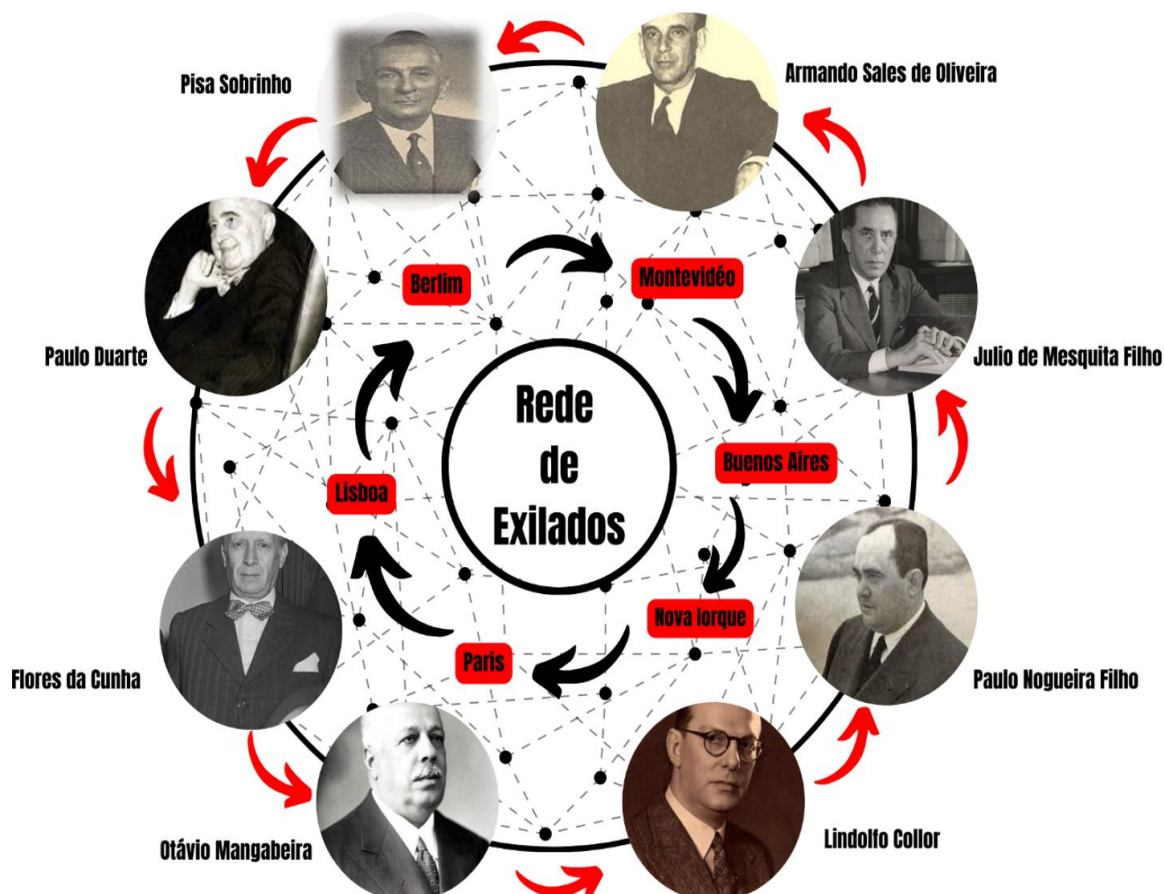


Gráfico elaborado pelo autor

À primeira vista, a análise do gráfico pode sugerir que se trata de uma Rede política de baixa complexidade. No entanto, os nomes que ali figuram pertencem a um grupo seleto de personalidades políticas renomadas e amplamente reconhecidas no

cenário político brasileiro. Esse prestígio ampliava consideravelmente o poder da Rede, convertendo-a em uma ameaça real ao governo Vargas.

Em razão de sua projeção pública, os exilados dispunham de um vasto e diversificado conjunto de conexões políticas e sociais que, quando mobilizado de forma estratégica, possuía capacidade para sustentar uma oposição de considerável envergadura. Tal configuração se explicava pelo fato de que os integrantes da Rede de exilados provinham de regiões distintas do país e haviam exercido funções de relevo, tanto nos âmbitos locais quanto na esfera federal, o que lhes conferia trânsito e influência em múltiplos níveis do aparelho estatal.

Entre os nomes que figuram na representação gráfica da Rede de exilados encontra-se Paulo Nogueira Filho, cuja trajetória política, embora ainda não mencionada, revela aspectos significativos da composição social e das articulações do grupo. Oriundo da tradicional oligarquia paulista, Nogueira Filho estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, espaço historicamente associado à formação das elites políticas e intelectuais do estado. Durante sua vida acadêmica, envolveu-se ativamente em movimentos estudantis e em iniciativas de caráter político, experiências que lhe proporcionaram inserção nos círculos dirigentes paulistas e pavimentaram o caminho para sua posterior participação nas disputas e alianças que marcaram o período. Sua presença na Rede evidencia a permanência de vínculos entre setores da antiga elite política e as frentes oposicionistas articuladas no exílio, demonstrando que o movimento de resistência ao Estado Novo não se limitou às rupturas ideológicas, mas também abarcou continuidades de ordem social e relacional.

## **2.7 Paulo Nogueira Filho: um dos filhos da oligarquia paulista**

Paulo Nogueira Filho foi um dos fundadores do Partido Democrático e de seu jornal associado, *O Diário Nacional*. O Partido Democrático exerceu uma influência decisiva na política brasileira, sendo responsável pela criação de outras agremiações partidárias, como o Partido Democrático Brasileiro e, mais tarde, o Partido Libertador, uma organização que surgiu no Rio Grande do Sul e adotou o programa do Partido Democrático Brasileiro.

Figura 16 – Paulo Nogueira Filho



Fonte: Acervo Cosmopolense<sup>140</sup>

Paulo Nogueira Filho apoiou o movimento de 1930, ajudou a dar posse a Getúlio Vargas no governo provisório. Entretanto, com os desmandos políticos e a perda da autonomia do Estado de São Paulo, Paulo Nogueira rompeu com o governo Vargas e adotou a defesa das ideias paulistas, exigindo a reconstitucionalização do país. Associou-se à FUP (Frente Única Paulista) e fez parte das trincheiras paulistas quando ocorreu a deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932.

A união oligárquica, que então se concretiza, parece ser causada por uma posição contra a centralização, que traz a perda da autonomia de São Paulo. A perda se dá seja no plano político (com a nomeação de interventores, com a presença de “forasteiros” na direção do Estado...) seja no plano econômico (com a alteração do imposto de exportação...) <sup>141</sup>.

Com a derrota dos paulistas, Paulo Nogueira Filho teve de seguir para o exílio, onde permaneceu por um breve período. Com a anistia, e de volta ao Brasil, candidatou-se e foi eleito em 1934 para o cargo de Deputado Federal, posicionando-se como opositor ao governo Vargas. Em 1937, apoiou a candidatura de Armando de Salles Oliveira, mas, com a implantação do Estado Novo, foi preso e novamente

---

<sup>140</sup> ROCHA, Adriano da. Esther: filha, esposa, mãe, avó, referência e exemplo de mulher. **Acervo Cosmopolense**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://acervocosmopolense.blogspot.com/2021/03/esther-filha-mae-e-avo-referencia-e.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>141</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 189.

forçado ao exílio, tornando-se um dos integrantes da Rede de exilados que se formou no exterior.

[...] o feriado 9 de julho permanece, não para comemorar uma vitória militar, que não houve, mas a “força moral” dos paulistas que, segundo a narrativa pós-guerra, lutaram pela democracia e pela autonomia do governo estadual. Não foi difícil apropriar-se das palavras revolução e constitucionalista. A “Revolução Constitucionalista”, movimento iniciado em São Paulo na noite de 9 de julho de 1932, foi uma rebelião contra a Revolução de 1930. Os paulistas queriam uma Constituição que devolvesse o poder que tinham antes de 1930<sup>142</sup>.

A partir do exílio, os protagonistas políticos passaram a articular estratégias de reconexão com o cenário interno, buscando apoio entre simpatizantes e estabelecendo contatos com figuras que haviam sido marginalizadas do poder após os acontecimentos de 1930 e, posteriormente, a Revolução Constitucionalista de 1932. Entre esses grupos, a antiga oligarquia paulista demonstrava particular empenho em recuperar a influência perdida e restabelecer sua posição de destaque na arena política nacional. Embora divergissem das orientações e do projeto de centralização de Getúlio Vargas, muitos desses aliados permaneceram no Brasil, atuando como mediadores e colaboradores nas iniciativas articuladas a partir do exterior. Dessa forma, o exílio não representou um rompimento absoluto com o espaço político interno, mas antes uma extensão das disputas e alianças que continuavam a moldar o jogo de forças no país.

À medida que a Rede de exilados se consolidava, os vínculos estabelecidos com apoiadores no Brasil tornavam-se cada vez mais consistentes, sustentando um fluxo constante de informações, solidariedade e cooperação política. A convivência entre compatriotas, marcada pela partilha de ideais e pela comunhão de experiências, constituiu um importante mecanismo de resistência, capaz de amenizar os efeitos do afastamento e reforçar o compromisso coletivo com a oposição ao Estado Novo. Nesse contexto de articulações e permanências, outros protagonistas políticos surgem justamente por sua capacidade de manter ativa a interlocução entre o exílio e o cenário político nacional, como Luís de Toledo Piza Sobrinho, cuja trajetória oferece novos elementos para compreender a amplitude e a diversidade dessa rede de relações.

---

<sup>142</sup> TOTA, Antônio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal?** 1930-1945. São Paulo: Contexto, 2025, p. 51.

## 2.8 Luís de Toledo Piza Sobrinho: liberalismo sob vigilância

Entre os protagonistas políticos que fizeram parte da Rede de exilados e contribuíram de alguma forma para sua articulação está Luís de Toledo Piza Sobrinho. Natural de São Paulo e nascido em 1888, ele desempenhou diversas funções ao longo de sua trajetória. Foi secretário do jornal *A Luz*, atividade que o levou a atuar como redator no periódico *O Estado de S. Paulo*. Em 1914, formou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e, logo após, assumiu o cargo de promotor público. Sua vida política teve início quando foi eleito vereador pela cidade de Pirajuí, onde também exerceu o cargo de prefeito.

Figura 17 – Luís de Toledo Piza Sobrinho



Fonte: SBICafé<sup>143</sup>

Piza Sobrinho foi Deputado Estadual e Federal, sendo reeleito por diversas vezes. Com a ocorrência da Revolução Constitucionalista, e estando ao lado dos paulistas que foram derrotados, Piza Sobrinho foi obrigado a seguir para seu primeiro exílio, em Lisboa. Com a anistia, e de volta ao Brasil, concorreu e foi eleito Deputado Federal em 1934, também participou do governo do Estado de São Paulo, como

---

<sup>143</sup> A RURAL. Café – 1929-30 e 1958-59. **A Rural**, São Paulo, p. 10-11, jul. 1959. Disponível em: <https://sbicafe.ufv.br/items/5ac5c0de-2409-4e24-bd17-7b8c5184e570>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Secretário de Agricultura e Comércio, durante o mandato de Armando de Salles Oliveira.

Piza Sobrinho pertenceu ao Partido Democrático Brasileiro e apoiou a candidatura de Armando de Salles Oliveira para as eleições presidenciais de 1938. Com o golpe e a instauração do Estado Novo, seguiu para o exílio na França e, posteriormente, para os Estados Unidos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a renúncia de Getúlio Vargas, Piza Sobrinho retornou ao Brasil e retomou sua trajetória política. Foi eleito novamente Deputado Federal, integrando a Assembleia Constituinte e participando da elaboração da Constituição de 1946.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, muitos dos exilados retornaram ao Brasil, trazendo consigo não apenas a experiência política acumulada no exterior, mas também as marcas das transformações ocorridas no cenário internacional. Todavia, o contexto em que regressaram já não era o mesmo que haviam deixado, o mundo se reorganizava sob novas tensões e alinhamentos.

A ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como potências hegemônicas inaugurava um período de polarização ideológica que ultrapassava fronteiras e influenciava diretamente as dinâmicas internas das nações. Para os exilados que buscavam retomar a atuação política, essa nova conjuntura significou enfrentar outras formas de conflito e redefinir estratégias diante das novas clivagens que começavam a dividir o mundo.

No ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. Os EUA planejaram intervir militarmente se os comunistas vencessem as eleições de 1948 na Itália. A URSS fez o mesmo eliminando os não-comunistas de suas “democracias populares” multipartidárias, daí em diante reclassificadas como “ditaduras do proletariado”, isto é, dos “partidos comunistas”<sup>144</sup>.

No período imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país vivenciava um clima de democracia, mas ações arbitrárias eram constantemente percebidas. A herança do autoritarismo, ou mesmo de um conservadorismo arraigado, fazia-se presente. O liberal Piza Sobrinho foi a favor de colocar o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade e da cassação dos mandatos de deputados comunistas eleitos em 1945.

---

<sup>144</sup> HOSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 235.

Embora o tema do comunismo não mobilizasse de forma homogênea a sociedade brasileira, entre as elites políticas e intelectuais liberais crescia a preocupação com sua possível expansão, especialmente à medida que o cenário internacional se reorganizava sob a lógica bipolar da Guerra Fria. O início desse novo período foi marcado pela intensificação do discurso anticomunista e pela retomada de estratégias de contenção ideológica, que buscavam reafirmar o alinhamento do país aos valores do mundo ocidental e democrático.

Embora este capítulo se concentre nos exilados que se opuseram ao regime varguista, a menção a Baptista Luzardo se justifica por sua atuação no sentido oposto, a de conter, vigiar e neutralizar as ações desses mesmos exilados. Incluir sua trajetória aqui permite compreender de modo mais amplo a dinâmica política do período, revelando como o governo de Vargas também articulava redes próprias de controle e informação no exterior.

Figura de confiança do presidente, Luzardo desempenhou múltiplas funções ao longo do Estado Novo, foi chefe de polícia, diplomata e agente político, sempre demonstrando fidelidade ao projeto varguista. Sua atuação ultrapassava os limites da administração pública, inserindo-se no campo da vigilância política e da espionagem. Entre suas atribuições, destacou-se o acompanhamento próximo de Flores da Cunha, buscando impedir qualquer tentativa de articulação conspiratória contra o governo. Assim, ao observar a trajetória de Baptista Luzardo, torna-se possível perceber como a repressão aos exilados não se restringiu ao território nacional, mas se estendeu para além das fronteiras, compondo um sistema de controle que visava preservar a estabilidade do regime.

## **2.9 João Baptista Luzardo: um agente varguista**

Entre os diversos colaboradores que contribuíram para a consolidação do Estado Novo e que, em contrapartida, foram favorecidos por Getúlio Vargas, João Baptista Luzardo destacou-se como um dos mais atuantes agentes do regime. Durante o Estado Novo, foi encarregado de executar ações que iam além das atribuições formais de um diplomata, atuando como peça fundamental no sistema de vigilância política montado por Vargas. A partir de postos estratégicos, especialmente em Montevideú, coordenou o monitoramento de exilados brasileiros, acompanhando sua movimentação, correspondência e eventuais tentativas de reorganização política.

Relatórios e comunicações enviadas ao governo brasileiro revelam seu empenho em identificar possíveis alianças entre opositores e governos estrangeiros, além de desarticular iniciativas que pudessem ameaçar a estabilidade do regime. Essa dimensão de sua atuação evidencia como o Estado Novo estendeu seus mecanismos de repressão para além do território nacional, transformando o corpo diplomático em um instrumento de controle político e ideológico.

Figura 18 – Baptista Luzardo



Fonte: Câmara dos Deputados<sup>145</sup>

João Baptista Luzardo, nascido em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, não só fez parte de uma geração que ajudou a pôr fim no arranjo político entre paulistas e mineiros, como também vivenciou o período em que os gaúchos estiveram na liderança do Brasil e direcionaram a política nacional.

Baptista Luzardo, como era chamado, foi herdeiro de uma família de comerciantes que, no decorrer das décadas, acumulou poder econômico e, conseqüentemente, político. Seu pai, Severo Luzardo, foi coronel da Guarda Nacional e, em razão de seu poder econômico e sua posição social, pôde ofertar uma educação esmerada a seu filho, que primeiramente cursou e se graduou em Medicina e, posteriormente, em Direito. Com sua atuação na área da saúde, principalmente no

---

<sup>145</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Baptista Lusardo**. Biografia. c.2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130345/biografia>. Acesso em: 20 nov. 2024.

combate à peste bubônica e à gripe espanhola, Baptista Luzardo ganhou popularidade em seu estado, o que lhe garantiu o ingresso na política.

A vida política de Luzardo foi longa e cheia de nuances. Foi Deputado Federal em várias oportunidades, também chegou a exercer cargos destacados dentro da política nacional, como presidente de partido, Chefe de Polícia do Distrito Federal, embaixador no Uruguai e na Argentina, presidente da Caixa Econômica Federal, entre outros. Na construção de sua carreira política, esteve em diferentes frentes, chegou inclusive a pegar em armas mais de uma vez para defender seus ideais, fez parte de um grupo que era contra o longo governo de Borges Medeiros e a possibilidade de uma reeleição, oposição que gerou a Revolução de 1923.

Um episódio curioso ocorreu em 1922, quando Baptista Luzardo e Flores da Cunha quase se enfrentaram em um duelo. O desentendimento teve origem em divergências políticas, intensificadas após críticas públicas feitas por Flores da Cunha à atuação de Luzardo por meio da imprensa. À época, Flores da Cunha exercia o cargo de intendente de Uruguaiana, função equivalente à de prefeito, e o embate entre ambos marcou o início de uma rivalidade política que se prolongaria por muitos anos.

Baptista Luzardo percorreu uma trajetória marcada por contradições e redefinições no interior da política brasileira da primeira metade do século XX. Inicialmente envolvido nas disputas regionais do Rio Grande do Sul, participou ativamente da Revolução de 1923, empunhando armas em defesa de seus ideais. Anos depois, alinhou-se aos paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, engajando-se novamente em um movimento armado, dessa vez em nome da restauração da ordem constitucional. A derrota dos paulistas o levou ao exílio no Uruguai, destino comum entre opositores do governo Vargas. No entanto, ao regressar ao Brasil, Luzardo passou por um processo de acomodação política, de crítico do regime, gradualmente, aproximou-se do poder central, aderindo às diretrizes do governo Vargas. Essa inflexão ilustra a complexa rede de alianças e rupturas que caracterizou a política brasileira no período, na qual antigos adversários acabaram integrando a estrutura do Estado varguista.

Nas eleições realizadas no Rio Grande do Sul, em 1935, Flores da Cunha, antigo desafeto de Baptista Luzardo, foi eleito governador do Estado. Discordando das posturas políticas do novo governador e, possivelmente, movido também por ressentimentos do passado, Baptista Luzardo adotou uma postura de oposição ferrenha a Flores da Cunha. Essa atitude agradou a Getúlio Vargas, que viu nele um

aliado estratégico no enfraquecimento de um adversário político. Assim, de opositor do governo federal, alinhou-se aos interesses de Vargas, que, naquele momento, tinha grande interesse em provocar a queda política de Flores da Cunha.

A reaproximação com Getúlio Vargas resultou em benefícios concretos para Baptista Luzardo, que foi nomeado embaixador do Brasil no Uruguai. A escolha não se limitava a uma retribuição política pelo apoio concedido ao governo, também refletia a familiaridade de Luzardo com a região fronteiriça. Natural de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, possuía amplo conhecimento sobre as dinâmicas sociais e políticas do país vizinho. Sua nomeação, portanto, combinava conveniência política e estratégia diplomática, reforçando os laços de confiança entre Vargas e um colaborador cuja trajetória revelava lealdade e capacidade de articulação em contextos sensíveis.

No Uruguai, Baptista Luzardo organizou uma vigilância ostensiva a Flores da Cunha e a outros políticos que se encontravam ou se dirigiam para Montevidéu, entre eles Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho, que fizeram parte da Rede de exilados e colaboraram com as tramas de Flores da Cunha. As trocas de mensagens internacionais e os encontros entre políticos no Uruguai eram acompanhados de perto pela vigilância organizada por Baptista Luzardo, qualquer ameaça ao governo brasileiro era reportada a Getúlio Vargas.

É possível perceber a vigilância constante a Flores da Cunha através de um telegrama enviado por Baptista Luzardo a Vargas.

Da Embaixada de Montevidéu

Em/3/3/IV/40

CONFIDENCIAL

Flores e Armando Salles continuam em grande agitação. Piza Sobrinho esteve aqui em conferência com o Flores, no dia 29, regressando no dia seguinte. Lelinho foi ante-ontem para Buenos Aires, regressando ontem, depois de longa conferência com Armando Salles e Mesquita. Vicente Ráo, esperado amanhã em Buenos Aires, virá aqui imediatamente entender-se com Flores, que convidou também Armando.

Ambos pretendem, conforme me foi comunicado muito reservadamente, desenvolver um plano de conspiração no Brasil para o que contarão ainda com grandes elementos. Salles teria trazido dos Estados Unidos da América o plano aprovado por Flores, para ser executado no Brasil, que se precederia de campanha jornalística em Buenos Aires e em Montevidéu com os recursos pecuniários trazidos pelo mesmo. Comunistas brasileiros civis e militares, que estiveram na Revolução da Espanha, estão chegando aqui e em Buenos Aires.

O chefe de Polícia de Fray Bentos comunicou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que se encontraram alí hospedando-se no hotel Uruguai, Heron Canabarro, outros brasileiros que se supõe seja Alexandre Cunha Ribeiro e uma terceira pessoa que seria Costa Leite, procedendo êste da

República Argentina. Lembro a conveniência do Major Filinto Muller destacar para Buenos Aires investigadores capazes de exercer vigilância constante aqueles elementos.

Em vista do que acabo de expor. Comuniquei ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que Flores continuará internado em Montevideu até segunda ordem.

Baptista Lusardo<sup>146</sup>

A influência de Baptista Luzardo durante o Estado Novo foi considerável, além de embaixador no Uruguai, seguiu com sua carreira, exercendo também o cargo de embaixador brasileiro na Argentina. Após a saída de Vargas do poder, em 1945, Baptista Luzardo voltou à Câmara dos Deputados, contudo, teve uma participação modesta. Com o passar dos anos, foi perdendo força política, mesmo tendo participado do governo direto de Getúlio Vargas em 1951.

\*\*\*\*\*

Neste capítulo foram apresentados alguns dos principais protagonistas que compuseram a Rede de exilados, grupo caracterizado pela constante mobilidade e pela diversidade de experiências políticas. Essa mobilidade expressava as condições instáveis do exílio – os deslocamentos eram motivados tanto por perseguições quanto por estratégias de sobrevivência e articulação política. Além disso, a Rede não possuía fronteiras fixas, seus integrantes tinham diferentes graus de envolvimento, transitando entre períodos de intensa colaboração e momentos de afastamento, sem que isso diminuísse a relevância de suas contribuições para a manutenção de uma oposição ativa ao Estado Novo.

A inclusão de João Baptista Luzardo nesse contexto constitui uma exceção metodológica justificada. Embora tenha se alinhado posteriormente ao varguismo, sua trajetória o colocou em contato direto com vários membros da Rede de exilados, inclusive antes de aderir ao regime. Sua presença permite compreender uma dimensão complementar do fenômeno aqui estudado, a dos agentes do governo que, no exterior, atuaram como instrumentos de vigilância e contenção das ações oposicionistas. Assim, ao observar a figura de Luzardo, evidencia-se que o embate político do período ultrapassava as fronteiras nacionais, configurando uma disputa que se travava também nos espaços transnacionais do exílio.

---

<sup>146</sup> LUZARDO, Baptista. Relatório Confidencial a Getúlio Vargas. Montevideu, 3 abr. 1940. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, GV c 1940.04.03/1.

A análise que se segue busca compreender o processo de formação da Rede de exilados, examinando como seus integrantes estabeleceram contato entre si e as dificuldades encontradas nesse percurso. Procura-se ainda identificar as estratégias adotadas para assegurar a coesão entre seus membros e as articulações políticas empreendidas em diferentes contextos nacionais e internacionais. Ao observar essas dinâmicas, será possível compreender de que modo a atuação dos exilados se configurou como uma forma de resistência ao autoritarismo do Estado Novo, projetando sua influência para além das fronteiras brasileiras.

A próxima etapa da pesquisa concentra-se na compreensão do processo de estruturação da Rede de exilados brasileiros durante o Estado Novo, em estreita relação com os objetivos centrais deste estudo. Busca-se examinar as formas de contato estabelecidas entre seus integrantes, os desafios impostos pela dispersão geográfica e pelas restrições políticas do período, bem como as estratégias de resistência formuladas para enfraquecer o governo Vargas. A análise também abrange as articulações políticas e culturais desenvolvidas no exterior, permitindo compreender como o exílio se tornou um espaço de ação e de construção de uma oposição transnacional ao autoritarismo varguista.

Entretanto, o exílio também se apresenta como uma dimensão essencial a ser compreendida, pois deixou marcas profundas na trajetória e na subjetividade daqueles que o vivenciaram. Ao regressarem ao Brasil, muitos exilados encontraram um país social, política e simbolicamente distinto daquele que haviam deixado. Esse reencontro com a pátria revelou sentimentos ambíguos – se, por um lado, o retorno despertava a alegria de retomar as origens, por outro, emergia o estranhamento e, em certos casos, o ressentimento diante das rupturas provocadas pelo tempo e pela história. A reintegração à nova realidade não se deu de maneira uniforme, e é nesse processo de readaptação que se inscrevem as memórias do exílio, ora associadas à esperança de reconstrução, ora à frustração de uma experiência interrompida.

Ao tratar da condição dos refugiados e apátridas no período entreguerras, Arendt descreve com rara força a experiência de desenraizamento que acompanha a perda de um mundo comum, sentimento que, embora não nomeado como exílio, aproxima-se profundamente dessa experiência.

Perdemos nosso lar, o que significa a perda da familiaridade da vida cotidiana.

Perdemos nossa ocupação, o que significa a perda da confiança de que ainda somos de alguma utilidade neste mundo.

Perdemos nossa língua, o que significa a perda da naturalidade nas reações, da simplicidade dos gestos e da expressão não afetada dos sentimentos<sup>147</sup>.

O exílio, mais do que uma condição geográfica, configurou-se como uma experiência existencial marcada pela perda, pelo deslocamento e pela consciência da derrota. Ser exilado significou não apenas afastar-se da terra natal, mas também ver suspensos projetos, laços afetivos e referências culturais. Essa experiência de desenraizamento produziu feridas duradouras, porém também impulsionou formas singulares de resistência e solidariedade. É nesse entrelaçamento de dor e ação política que se inscreve o próximo momento desta análise, que busca compreender como, a partir dessa condição de desterro, os exilados reorganizaram suas redes de contato, criaram espaços de comunicação e desenvolveram estratégias de enfrentamento ao autoritarismo do Estado Novo.

---

<sup>147</sup> ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. New York: Harcourt Brace, 1973, p. 302. Tradução nossa. "We lost our home, which means the familiarity of daily life. We lost our occupation, which means the confidence that we are of some use in this world. We lost our language, which means the naturalness of reactions, the simplicity of gestures, the unaffected expression of feelings." Este fragmento não aparece literalmente na tradução brasileira ("Origens do totalitarismo", 1989), embora o conteúdo conceitual seja equivalente. Opta-se por essa versão pela clareza da descrição da experiência de perda e desenraizamento, aspectos centrais para a compreensão do sentimento de exílio em Arendt.

### 3 – AÇÕES E RESISTÊNCIA DOS EXILADOS

No presente capítulo, analisa-se o processo de formação da Rede de exilados que, a partir do exterior, articulou diferentes iniciativas de oposição ao governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. O objetivo central é compreender como essa Rede se constituiu, quem foram seus participantes e de que maneira se estruturaram as estratégias e ações mobilizadas na tentativa de minar um regime percebido por parte desses agentes como autoritário e, em alguns casos, explicitamente associado a experiências fascistas contemporâneas.

A análise fundamenta-se, sobretudo, em um conjunto diversificado de documentos e correspondências produzidos no exílio, os quais permitem acompanhar não apenas os vínculos políticos estabelecidos entre os opositores, mas também as formas de circulação de informações, os deslocamentos constantes e os esforços de coordenação empreendidos a partir de diferentes centros de exílio. As cartas, em especial, revelam a dimensão prática e cotidiana da ação política no exterior, evidenciando tanto os limites quanto as possibilidades de atuação desses indivíduos.

Ao longo das páginas seguintes, emergem os nomes dos principais protagonistas políticos do cenário examinado, que aparecem de forma recorrente nas fontes analisadas. Contudo, o capítulo busca ir além de uma abordagem centrada exclusivamente nas figuras mais visíveis da oposição, incorporando também aquelas e aquelas cuja atuação se deu de maneira menos proeminente, muitas vezes nos bastidores, mas que foram fundamentais para a manutenção e o funcionamento da Rede de exilados.

Nesse sentido, destaca-se a participação das mulheres que, ao acompanharem ou se manterem ligadas aos maridos no exílio, desempenharam papel decisivo na sustentação material, afetiva e organizacional dessas trajetórias. Embora nem sempre reconhecidas como agentes políticas diretas, suas experiências permitem ampliar a compreensão do exílio como vivência compartilhada e prolongada no interior das relações familiares.

Por fim, o capítulo examina as estratégias e ações concebidas e executadas de forma contínua por essa Rede, que incluíram a produção e difusão de denúncias no exterior, o contato com governos e instituições estrangeiras, bem como tentativas de influenciar a opinião pública internacional. Ainda que tais iniciativas nem sempre tenham alcançado os resultados esperados, elas evidenciam a persistência de uma

oposição organizada que, mesmo fragmentada e dispersa geograficamente, buscou, senão pôr fim, ao menos tensionar e fragilizar o governo Vargas a partir do exílio.

Assim que o Estado Novo foi instaurado, aqueles considerados inimigos do governo passaram a ser sistematicamente perseguidos. Muitos foram presos, alguns por curtos períodos, embora em diversas ocasiões tenham sido detidos mais de uma vez. Já os que contavam com redes de apoio, influência ou maior visibilidade pública conseguiram seguir para o exílio.

A nova fase do governo representou o momento de maior autoritarismo varguista, marcado pelo endurecimento dos mecanismos de controle e pela presença constante da censura nas rádios, nos jornais, teatros, cinemas, músicas e em quaisquer outros meios de comunicação. Nesse contexto, a vigilância mais estreita tinha como objetivo controlar a circulação das informações, restringindo conteúdos não alinhados e promovendo apenas aquilo que se enquadrava nos padrões discursivos definidos pelo Estado<sup>148</sup>.

No mesmo dia do golpe, Júlio de Mesquita Filho foi preso e logo libertado – mas essa foi somente a primeira de dezessete prisões sucessivas até seu embarque para o novo exílio, em 10 de novembro do ano seguinte, no navio francês “Lipari”.

Júlio foi exilado com vários correligionários, entre eles seu cunhado Armando Sales de Oliveira, com quem permaneceu na França até abril de 1939, onde manteve encontros com vários políticos, entre os quais o general Pétain, herói da Primeira Guerra, que lhe disse que, apesar da Alemanha ter o melhor exército da época, ainda preferia a cavalaria montada à mecanizada<sup>149</sup>.

O contato de Júlio de Mesquita Filho com o general Philippe Pétain chama atenção não apenas pela relevância da figura do militar francês, mas também pela afirmação que esse lhe dirigiu. Ao sustentar que a cavalaria montada poderia conter o ímpeto do exército alemão, Pétain revelou um grave equívoco estratégico. Essa confiança em táticas ultrapassadas refletia a dificuldade de parte do comando francês em compreender as transformações da guerra moderna, e acabou sendo um dos fatores que contribuíram para a rápida vitória da Alemanha nazista sobre a França em 1940.

---

<sup>148</sup> ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. **Cultura amordaçada**: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. COSTA, Cristina. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

<sup>149</sup> MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 63.

Ao longo dos quase oito anos de vigência do Estado Novo, Getúlio Vargas concentrou de forma crescente o poder político, exercendo rígido controle sobre diferentes setores da vida nacional. Um dos pilares de sua estratégia de legitimação foi a construção de uma imagem pessoal fortemente associada ao Estado e à nação. O personalismo, nesse sentido, transformou-se em um recurso político central, seu simbolismo era onipresente, seja nas repartições públicas, onde fotografias do presidente ocupavam lugar de destaque, seja nas grandes celebrações cívicas, como o Dia da Independência ou o 1º de Maio. Nessas ocasiões, desfiles de estudantes e trabalhadores exibindo retratos de Vargas reforçavam a identificação entre o chefe de Estado e o destino da pátria<sup>150</sup>.

Em estádios de futebol apinhados de gente, o 1º de maio tornou-se o altar no qual Getúlio recebia agradecimentos pelo amor e pelos cuidados que dispensava aos brasileiros comuns. Todo o espetáculo era fielmente registrado pelas câmeras do DIP e apresentado em trailers nos cinemas, tanto para os que queriam reviver a magia como para aqueles interessados no filme em cartaz<sup>151</sup>.

A propaganda governamental também se valeu intensamente dos meios de comunicação modernos. Nos cinemas, antes das sessões, os espectadores eram expostos a cinejornais que enalteciam as realizações do governo, como cerimônias de inauguração de obras públicas, acordos diplomáticos firmados no exterior e iniciativas que simbolizavam progresso e modernização. Esses recursos consolidavam a imagem de Vargas como líder incansável e próximo do povo, bem como funcionavam como instrumento de persuasão política, integrando a lógica autoritária do regime. A combinação entre vigilância<sup>152</sup>, censura e propaganda buscava moldar uma narrativa oficial em que o presidente se apresentava como guia indispensável da nação, apagando espaços para a contestação e restringindo o pluralismo político.

Neste capítulo, a análise se concentra, sobretudo, nas correspondências trocadas entre os integrantes da Rede de exilados, destacando seu processo de formação, a estruturação da “teia” de comunicação e as estratégias mobilizadas com

---

<sup>150</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Estudos de História Política e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2019, p. 157.

<sup>151</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil, 1930–1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 159.

<sup>152</sup> *Idem*. **O homem mais perigoso do país**: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

o propósito de minar o governo Vargas. Também são abordadas as formas de participação das mulheres na Rede, cuja atuação, apesar da recorrente invisibilização no contexto social da época, permaneceu ativa e decisiva para a articulação e o funcionamento das iniciativas desenvolvidas no exílio.

Nos anos 20 e 30, a figura da “mãe cívica” passa a ser exaltada como exemplo daquela que prepara física, intelectualmente e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação. A imagem de Santa Maria foi fortemente valorizada, enquanto nas artes a figura da “mulher fatal”, poderosa, ameaçadora e demoníaca, como Salomé, invadia o palco e fazia grande sucesso<sup>153</sup>.

A passagem evidencia que, embora submetidas a processos de invisibilização, as mulheres se faziam presentes e atuantes em diferentes segmentos sociais, inclusive o político. As tensões entre os modelos normativos como o da “mãe cívica” e as representações que lhes atribuíam força e autonomia ajudam a compreender a complexidade de sua participação na vida pública do período.

### 3.1 Formação da Rede oposicionista no exílio

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre<sup>154</sup>.

Não foram poucos os opositores ao governo Vargas que seguiram para o exílio. Alguns que se sentiam ameaçados e tinham condições saíram do país voluntariamente, mas, em sua maioria, os que supostamente apresentavam um risco para o governo acabaram sendo aprisionados e, posteriormente, convidados a sair do país, isso quando não tinham destino mais violento.

No Brasil não havíamos atingido a sangueira pública. Até nos países inteiramente fascistas ela exigia aparência de legalidade, ainda se receava a opinião pública. Entre nós execuções de aparato eram inexequíveis: a

<sup>153</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 502.

<sup>154</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46.

covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos. Isso se aplicava a sujeitos mais ou menos comprometidos no barulho de 1935. Mas que diabo tinha eu com ele? Certamente não me pregariam agulhas nas unhas nem me fariam saltar de uma janela de andar alto. Quanto a mim achava-me tranqüilo. E não me recordava de haver piado uma sílaba que ofendesse a autoridade<sup>155</sup>.

Os exilados foram construindo suas histórias nos países que os acolheram. Muitos aceitaram e conseguiram resistir aos anos de afastamento, desenvolveram formas de sustento, enfrentaram a angústia da distância e a saudade da família, da terra natal e de tudo aquilo que sempre tiveram, mas que naquele momento lhes era cerceado. A isso somava-se, em muitos casos, a humilhação de ver sua condição reduzida pela perda abrupta de direitos, reconhecimento social e autonomia, elementos profundamente sentidos naquele contexto de deslocamento forçado.

No entanto, nem todos suportaram os desafios impostos, alguns sucumbiram e voltaram ao Brasil ainda durante o Estado Novo, mesmo correndo o risco de serem presos. Entre esses casos, merecem destaque Lindolfo Collor e Flores da Cunha.

O jornalista e político Lindolfo Collor, compelido ao exílio, esteve inicialmente em Berlim, posteriormente seguiu para Paris e, mais tarde, para Portugal, seu último destino em território europeu. A escolha do primeiro destino, Berlim, estava ligada à sua descendência alemã. Todavia, após algum tempo na capital da Alemanha, Collor constatou o avanço nazista e um ambiente cada vez mais hostil. Decidiu então se organizar para deixar o país<sup>156</sup>.

Durante sua permanência na Alemanha, os artigos publicados por Lindolfo Collor retratando o avanço do totalitarismo repercutiram de forma significativa. Suas críticas ao regime emergente tensionaram sua relação com o ambiente político local e também despertaram a vigilância das autoridades nazistas, que passaram a monitorá-lo de perto por meio de agentes do governo. Essa observação sistemática revela tanto a sensibilidade do regime diante de vozes dissidentes quanto o grau de risco a que Collor esteve submetido naquele contexto de crescente repressão política.

Lindolfo Collor regressou ao Brasil em 1941, antes mesmo do fim do Estado Novo. Seu retorno de forma antecipada contou com a influência de Baptista Luzardo e do amigo João Daudt de Oliveira. Assim que retornou ao Brasil, em uma entrevista, fez declarações que desagradaram às autoridades do governo, afirmando ser contra

---

<sup>155</sup> RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 1953, p. 52.

<sup>156</sup> TOTA, Antônio Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 362-363.

qualquer forma de ditadura. A polícia política considerou o episódio um insulto e interpretou-o como uma crítica direta ao regime de Vargas. Lindolfo acabou preso, e sua saúde, já fragilizada à época, deteriorou-se gravemente durante o cárcere. Morreu pouco tempo depois de ser libertado, em 1942.

Outro destino para os exilados foi o Uruguai, em especial Montevideu, que acolheu de maneira temporária ou definitiva diversos protagonistas da Rede. A proximidade geográfica com o Brasil favorecia a comunicação e facilitava a articulação política. Entre os que buscaram refúgio nesse país, destacou-se o ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que foi o último a resistir às investidas do Estado Novo. Sua saída para o exílio ocorreu após frustradas tentativas de conter os avanços de Vargas, incluindo esforços de aproximação com setores militares para barrar o golpe.

A partir do Uruguai, Flores da Cunha articulou várias maneiras de minar o governo Vargas. Entre as conjecturas realizadas, avaliou-se a possibilidade de intervenções armadas, ação que seria uma forma de desestabilizar ou pôr fim ao governo. Para tanto, Flores da Cunha não fazia questão de que seus aliados seguissem as mesmas ideias políticas que ele, o objetivo naquele momento era obter o máximo de apoio e promover a derrocada do governo Vargas.

Todos sabiam que Flores da Cunha não era simpatizante do comunismo e muito menos comunista, mas se aliava a quem quer que fosse para afastar Vargas da presidência. E isso estava custando caro para o Brasil e, em especial, ao Exército que tinha a pretensão de garantir o processo democrático e constitucional. Era só pretensão?<sup>157</sup>

A comunicação entre os membros da Rede de exilados era intensa, realizada tanto por meio de cartas quanto através de encontros pessoais. Essa dinâmica despertava preocupação constante no governo Vargas, especialmente em relação a Flores da Cunha. O agente varguista no Uruguai, Baptista Luzardo, adversário político de Flores, enviava relatórios frequentes a Vargas descrevendo as movimentações, as articulações e contatos dos exilados em Montevideu. Para Luzardo, acompanhar de perto o ex-governador do Rio Grande do Sul era mais do que uma obrigação diplomática, tratava-se também de uma disputa pessoal, marcada por ressentimentos políticos acumulados ao longo dos anos.

---

<sup>157</sup> TOTA, Antônio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal?** 1930–1945. São Paulo: Contexto, 2025, p. 76-77.

Os protagonistas políticos pertencentes à Rede de exilados procuravam se encontrar pessoalmente, sempre que possível, para discutir formas de oposição e ações. O relatório de Baptista Luzardo, escrito em agosto de 1939, fornece detalhes a respeito de um dos encontros ocorridos em Montevideú.

Reunião em Montevideo a 4 do corrente – Compareceram Júlio de Mesquita Filho, Piza Sobrinho, Flores da Cunha, Nestor Contreiras Rodrigues e Barbosa Lima (este companheiro do Belmiro Valverde) – As reuniões duraram dois dias consecutivos: 4 e 5 de Agosto<sup>158</sup>.

O relatório elaborado por Baptista Luzardo evidencia não apenas a movimentação política dos exilados, mas também a intenção de estruturar uma frente única de caráter civil-militar. Mais do que registrar as ações individuais dos protagonistas envolvidos na Rede de exilados, o documento confirma a existência de articulações concretas e aponta para uma das estratégias pensadas a fim de consolidar uma oposição efetiva ao governo Vargas.

Setor Riograndense – Nêsse setor cabe a tarefa ao Flores e ao Nestor Contreiras – Flores prometeu todo seu apoio: atividades que pretende desenvolver no sentido de organizar no Estado a mencionada frente-única civil e militar – Emissário que espera e que vai mandar ao Rio Grande; espera um dos seus filhos até 20 do corrente – Comunicam-se conforme expuz no meu último relatório, de Pôrto Alegre para Montevideú pela Rádio Farroupilha, e de Montevideú para Pôrto Alegre por uma estação emissora de rádio-amador<sup>159</sup>.

Observa-se que as comunicações entre Rio Grande do Sul e Uruguai não se restringiam a meras trocas informativas, faziam parte de uma estratégia coordenada, sinalizando um esforço deliberado para estruturar uma frente civil-militar de oposição ao governo Vargas.

Flores da Cunha permaneceu exilado no Uruguai até 1942, quando decidiu retornar ao Brasil, em um contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo fortalecimento do regime varguista. A prolongada distância de sua base política no Rio Grande do Sul somada às dificuldades financeiras enfrentadas no exílio, aos problemas de saúde e à percepção de que suas articulações no exterior dificilmente

---

<sup>158</sup> LUSARDO, Baptista. [Relatório-Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 1939. Relatório descrevendo encontro de exilados em Montevideú e possíveis ações “subversivas”. CPDOC-FGV, LV c 1939.08.00.

<sup>159</sup> LUSARDO, Baptista. [Relatório-Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 1939. Relatório descrevendo encontro de exilados em Montevideú e possíveis ações “subversivas”. CPDOC-FGV, LV c 1939.08.00.

produziriam efeitos decisivos contribuíram para essa decisão. No entanto, seu retorno foi imediatamente seguido pela prisão, permanecendo por cerca de nove meses na Colônia Agrícola de Dois Rios, na Ilha Grande.

Depois de receber indulto concedido por Getúlio Vargas, Flores da Cunha retomou a vida pública e buscou reatar vínculos políticos e restabelecer sua influência regional. Contudo, encontrou um ambiente político adverso. Suas posições críticas em relação ao governo e a memória de sua resistência ao Estado Novo mantiveram-no sob constante vigilância, resultando em um progressivo esvaziamento de seu papel político e afastamento da cena pública até o fim do regime.

Os casos de Lindolfo Collor e Flores da Cunha ilustram os limites enfrentados por determinados exilados, que, diante de dificuldades financeiras, isolamento político e vigilância constante, acabaram por retornar antes do fim do Estado Novo. Contudo, a volta não significou o esvaziamento da oposição no exterior. Pelo contrário, ao mesmo tempo que alguns regressavam, novos nomes se somavam à Rede, ampliando sua abrangência e fortalecendo suas conexões transnacionais.

Com o passar do tempo, a Rede foi ampliando sua abrangência, alimentada pelo crescimento do número de opositores ao regime que buscavam refúgio no exterior. Essa expansão intensificou o volume de vozes contrárias a Vargas e fortaleceu a capacidade de articulação entre os exilados.

Nesse contexto, merece destaque a chegada a Paris, por volta de 1938, de Armando de Salles Oliveira e Júlio de Mesquita Filho, acompanhados de suas esposas. Ambos possuíam ampla projeção seja no campo político, seja em esferas culturais e intelectuais, fruto de suas trajetórias públicas e de suas conexões com projetos como a fundação da Universidade de São Paulo. Ao se inserirem no ambiente intelectual e diplomático europeu, mobilizaram redes de sociabilidade já consolidadas e estabeleceram novos contatos internacionais, ampliando os canais de interlocução da oposição no exílio. Essa atuação conferiu maior densidade política, cultural e organizativa à Rede de exilados, impulsionando seu dinamismo e aprofundando os laços transnacionais que sustentaram as iniciativas de resistência ao Estado Novo.

### **3.2 Interligação e a montagem das comunicações**

A necessidade de coordenação entre os dispersos membros da Rede de exilados tornou-se imperativa diante do novo quadro político interno e das limitações

do cenário internacional. A instauração do Estado Novo (1937) ampliou os mecanismos de censura e repressão, enquanto a conjuntura internacional – com ascensão de regimes autoritários na Europa e uma postura de neutralidade por parte dos Estados Unidos – reduzia a capacidade de repercussão das denúncias contra o regime. Nesse contexto adverso, jornais, boletins, correspondências e redes pessoais transformaram-se em instrumentos centrais para articular a resistência, manter contatos e projetar críticas para além das fronteiras brasileiras. No entanto, os relatos sobre a implantação da ditadura no Brasil raramente despertavam interesse, mesmo nos Estados Unidos, passando muitas vezes a impressão de normalidade.

Essa percepção está presente em um artigo publicado no jornal *The New York Times*, no dia 11 de outubro de 1937, um dia após o anúncio e a implantação do Estado Novo. O correspondente do periódico, Frank M. Garcia, afirmava que os brasileiros estavam felizes e haviam aceitado a instauração do novo regime.

Os brasileiros parecem felizes, diz repórter por telefone

Em uma conversa telefônica na manhã de hoje do Rio de Janeiro com *The New York Times*, Frank M. Garcia, correspondente do jornal na capital brasileira, disse ontem que o golpe do presidente Getúlio Vargas foi realizado sem qualquer incidente da população.

“As pessoas parecem estar muito felizes”, disse o Sr. Garcia. “Elas gostaram da mudança. Não houve tumultos e é pouco provável que haja. Os negócios continuaram normalmente.”

“Posso dizer que, embora haja uma censura, não tive dificuldade em enviar minhas reportagens para *The New York Times*. Elas foram transmitidas sem nenhum problema.”

“Esta nova Constituição estabelece um Estado algo fascista, mas não inteiramente. É mais democrática que o fascismo. Na verdade, é nacionalista”<sup>160</sup>.

O artigo de Frank M. Garcia apresenta pontos instigantes, entre os quais se destaca a alegada satisfação popular diante dos acontecimentos. Tal afirmação conduz a um questionamento central: tratava-se de uma adesão genuína da sociedade aos rumos políticos do país ou de um golpe cuidadosamente arquitetado, capaz de neutralizar qualquer forma de oposição antes mesmo de sua manifestação?

Os indícios sugerem que a preparação para a implantação do Estado Novo foi bem articulada. Vargas mobilizou representantes para atuar nos diferentes estados, encarregando-os de conseguir o apoio dos governadores, sendo que aqueles que resistiam eram gradualmente marginalizados e excluídos da arena política. Soma-

---

<sup>160</sup> GARCIA, Frank M. Brazilians Happy Over New Regime. *The New York Times*, New York, 11 oct. 1937.

se a isso o papel crucial das Forças Armadas, cujo suporte garantiu a viabilidade do golpe e ainda a consolidação do poder varguista<sup>161</sup>.

A atuação de Vargas no campo social foi decisiva para consolidar sua popularidade, especialmente entre amplos segmentos das classes trabalhadoras urbanas, que passaram a reconhecer nas políticas estatais de regulamentação do trabalho e de ampliação de direitos uma forma concreta de proteção social. O acesso a uma série de direitos até então inéditos no país, com destaque para a legislação trabalhista, cujas bases foram estabelecidas sobretudo durante a gestão de Lindolfo Collor à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, contribuiu para a manutenção da passividade política necessária à consolidação do governo Vargas.

As tradições econômicas, políticas e culturais dos trabalhadores e a importância da lógica simbólica na vida social cedem lugar a um enfoque que privilegia a lógica material nas relações com o Estado: os trabalhadores, no primeiro governo de Vargas, tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios da legislação por submissão política. Assim, incapazes de pensar por si mesmos, fracos diante das investidas ideológicas das classes dominantes, recebendo passivamente e sem críticas a doutrinação política, os trabalhadores brasileiros, destituídos de tradições de luta, organização e consciência, passaram a idolatrar Vargas e, desde 1945, a eleger, outros líderes “populistas” e a votar no PTB<sup>162</sup>.

Um aspecto relevante apontado por Frank M. Garcia é que, embora o povo aparentasse aceitar com entusiasmo o novo regime, a censura e o controle político haviam se intensificado. O correspondente também se refere à nova Constituição, destacando que o texto incorporava princípios de caráter fascista e nacionalista.

Pouco tempo depois de ser anunciado o Estado Novo, muitas pessoas acabaram presas, líderes políticos opositoristas não foram poupados e experimentaram o encarceramento. Aqueles que obtiveram autorização para sair do país, assim que possível, seguiram para o exílio.

Entre os que foram presos encontravam-se os notáveis escritores Graciliano Ramos e Monteiro Lobato. Por ter escrito uma carta na qual criticava a política do petróleo de Vargas como “malévola”, Lobato foi preso em casa às quatro

---

<sup>161</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil, 1930–1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 149.

<sup>162</sup> FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 15.

da manhã e condenado a cinco meses de cadeia. Os brasileiros comuns também foram vítimas de indignidades<sup>163</sup>.

Apesar de seguirem trajetórias distintas durante o exílio, os opositores do Estado Novo conseguiram estabelecer uma rede de comunicação dinâmica, capaz de mantê-los conectados mesmo estando em diferentes países da Europa e da América. Lindolfo Collor encontrava-se na Alemanha, Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte inicialmente estavam na França, enquanto Plínio Salgado residia em Portugal. Embora as diferenças de ideias impedissem sua integração formal à Rede, Salgado manteve contatos e trocas de ideias políticas com alguns membros, muitos dos quais estiveram em Portugal, ainda que por períodos breves, como foi o caso de Paulo Duarte, Lindolfo Collor e Júlio de Mesquita Filho. A dispersão geográfica não fragmentou a Rede, pelo contrário, ampliou o alcance de suas articulações e favoreceu a circulação de ideias políticas em diferentes contextos internacionais.

A Rede de exilados não era fixa, em diferentes momentos e por múltiplas razões, seus integrantes precisaram se deslocar entre distintos países. Esses movimentos estavam relacionados à busca de condições de subsistência, oportunidades de trabalho, necessidade de maior segurança e, em alguns casos, à intensificação da vigilância política exercida por regimes autoritários. Nesse contexto, o caso já citado de Lindolfo Collor é particularmente ilustrativo. Vivendo em uma Alemanha às vésperas da guerra, encontrava-se sob constante monitoramento de agentes nazistas, situação que evidencia como fatores externos e pressões políticas frequentemente impunham novas rotas aos protagonistas no exílio.

Vários eram os motivos de deslocamentos. Havia quem buscasse locais que oferecessem melhores condições de adaptação, seja pela presença de uma comunidade brasileira já estabelecida, seja por fatores culturais ou sociais. Somavam-se a isso motivações políticas, já que estar em determinados países poderia facilitar articulações e ações contra o governo Vargas.

Fui designado para assistente do Museu do Homem e quando ia ser nomeado – Paris caiu. Vegetei por 4 meses em Portugal e vim para cá e aqui estou por tempo que ainda não sei. Laramie, cujas informações você pede, é uma cidade universitária do estado de Wyoming, em pleno centro dos Estados Unidos, o celebre “Far West” dos cow-boys, que conheci de perto, onde se

---

<sup>163</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 89.

encontram também os não menos celebres Montes Rochosos que conheci de pertíssimo<sup>164</sup>.

O trecho da carta de Paulo Duarte revela as adversidades enfrentadas pelos exilados e os constantes deslocamentos a que eram submetidos. Ele relata os locais pelos quais passou: a Paris prestes a ser ocupada pelos nazistas; uma breve estadia em Portugal, onde esteve sob vigilância do governo de Salazar; e uma pequena cidade norte-americana, Laramie, no estado de Wyoming, localizada no coração do famoso “Far West” e próxima aos notórios Montes Rochosos, onde viveu antes de se mudar novamente, dessa vez para Nova Iorque.

Entre os protagonistas políticos que compunham a Rede, a maioria se identificava com ideais liberais e democráticos. No entanto, o grupo não excluiu apoiadores provenientes de outras correntes, como republicanos paulistas, conservadores e até mesmo integralistas ou comunistas, cujas concepções políticas, em muitos casos, distanciavam-se das defendidas pelos principais articuladores do exílio. As conexões em torno da Rede de exilados formavam-se, sobretudo, a partir de um objetivo comum: enfraquecer o governo Vargas e, se possível, provocar sua queda. Em outras palavras, as convicções ideológicas eram, por vezes, relativizadas em nome de um propósito considerado maior, o fim da ditadura getulista.

A Rede de exilados se caracterizava por uma composição heterogênea, marcada por diferentes níveis de engajamento político. Havia aqueles que se dedicavam de forma integral às articulações contra o governo Vargas, enquanto outros atuavam apenas de maneira episódica, colaborando em situações específicas, em momentos estratégicos ou de oportunidade, sem manter uma participação contínua. Essa diversidade incluía protagonistas políticos que permaneceram no Brasil e, mesmo sob o risco de perseguição e prisão, articularam ações em sintonia com os exilados, ampliando o alcance da resistência, evidenciando que a oposição não se restringia ao espaço do exílio, uma vez que abrangia uma rede de conexões transnacionais e internas.

A heterogeneidade das trajetórias individuais e do comprometimento político, aliada à ampla dispersão geográfica dos exilados por diferentes países da Europa e da América, impunha a necessidade de estruturar formas de articulação capazes de assegurar a coerência e a continuidade da atuação coletiva no exterior. Mais do que

---

<sup>164</sup> DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Nino Galo. 1941. CPDOC-FGV, LV c 1941.09.21.

a simples partilha de ideais comuns, tratava-se de articular estratégias conjuntas a partir de cenários políticos e sociais profundamente distintos. Nesse contexto, a comunicação adquiriu um papel central, tornando-se o elo que sustentava a Rede de exilados.

A constituição da Rede de exilados foi um processo gradual, intensificado nos anos que se seguiram à instauração do Estado Novo e ao consequente aumento do número de opositores forçados ao exílio. A concentração em determinados centros urbanos foi decisiva para esse movimento, Paris foi uma das cidades de referência na montagem da Rede. A “Cidade Luz” acolheu um contingente expressivo de exilados, como também ofereceu condições para que suas experiências e estratégias se entrelaçassem. Alguns exilados, inclusive, já estavam estabelecidos na cidade quando Vargas anunciou o “novo regime”. Foi o caso de Washington Luís, presidente deposto em 1930, cuja queda abriu caminho para a ascensão política do próprio Vargas<sup>165</sup>.

Entretanto, a própria dinâmica do exílio mostra que essa Rede não poderia se articular de maneira imediata. Muitos dos que deixaram o Brasil o fizeram de forma apressada e desorganizada, motivados sobretudo pela necessidade de sobrevivência e pelo medo diante da repressão política. Ao chegarem aos países de destino, os exilados buscavam conexões, contatos que lhes permitissem se adaptar a um território muitas vezes desconhecido e construir condições mínimas para a continuidade da resistência política. Nesse momento inicial, o apoio de compatriotas já estabelecidos nesses locais assumia um papel decisivo, oferecendo acolhimento, orientação e uma base a partir da qual pudessem reorganizar suas ações e sua vida cotidiana no exílio.

Posteriormente, a circulação de cartas ampliaria de modo significativo esse horizonte inicial de sociabilidade e apoio mútuo. A correspondência permitia manter vínculos afetivos e atualizar informações sobre diferentes frentes de atuação, assim, também se consolidava como um instrumento estratégico de articulação política. Por meio dessas cartas, negociavam-se oportunidades de trabalho, organizavam-se deslocamentos, identificavam-se possibilidades de moradia e, sobretudo, construíam-se redes de confiança que sustentaram a expansão e a coesão da Rede de exilados.

---

<sup>165</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Dessa forma, a escrita epistolar atuou como mediadora entre o cotidiano da sobrevivência e os projetos mais amplos de resistência ao Estado Novo.

Ao ter acesso a estes fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual pública e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva<sup>166</sup>.

Neste ponto, faz-se necessário abrir um parêntese metodológico para explicitar a utilização das cartas como fonte e destacar sua importância para a presente pesquisa.

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos<sup>167</sup>.

Nas últimas décadas, a chamada escrita de si tem ocupado lugar de destaque na historiografia, ampliando o interesse por documentos de caráter pessoal, como cartas, diários e memórias, reconhecidos não apenas como registros íntimos, mas como espaços de elaboração de experiências históricas, políticas e afetivas. Conforme assinala Ângela de Castro Gomes, tais escritos constituem práticas sociais situadas, nas quais os sujeitos constroem narrativas sobre si e sobre o mundo em que estão inseridos. A publicação de correspondências entre intelectuais, como no caso das trocas epistolares entre Mário de Andrade e Paulo Duarte, evidencia como as cartas permitem apreender redes de sociabilidade, trajetórias individuais e formas de intervenção no espaço público. Nesse sentido, a análise das correspondências dos exilados mobilizadas neste trabalho insere-se em um campo historiográfico consolidado, que reconhece esses documentos como fontes privilegiadas para compreender experiências de deslocamento, exílio e engajamento político.

Além de sua função narrativa, as cartas também serviram como mecanismos de sustentação emocional e política para aqueles que estavam distantes de sua pátria. Elas permitiram a continuação das ações coletivas, mesmo a distância, e

---

<sup>166</sup> MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 200.

<sup>167</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 10.

desempenharam um papel essencial na manutenção de uma rede de apoio que transcendia as fronteiras do exílio, tornando-se uma forma de resistência contra a desinformação imposta pelo regime Vargas. Essa dimensão relacional do exílio, marcada pela fragilidade dos laços sociais e pela necessidade de sua reconstrução, foi analisada por Hannah Arendt ao refletir sobre a condição dos refugiados no contexto das perseguições do século XX:

O homem é um animal social e a vida não é fácil para este quando as ligações são cortadas. Os padrões morais são muito mais fáceis de manter na textura da sociedade. Muito poucos indivíduos têm força para conservar a sua própria integridade se o seu estatuto social, político e legal estiver completamente confuso. Faltando a coragem para lutar pelo nosso estatuto social e legal, decidimos, em vez disso, tentar mudar de identidade. E este comportamento curioso torna as questões bem piores. A confusão em que vivemos é, em parte, da nossa própria responsabilidade<sup>168</sup>.

Nesse sentido, a correspondência entre os exilados pode ser compreendida como um esforço contínuo de recomposição dessas ligações rompidas, permitindo a preservação da integridade subjetiva, bem como a conformação de práticas políticas coletivas, em um contexto marcado pela dispersão, pela vigilância e pela precariedade.

Os vínculos que se consolidaram no exílio, inicialmente motivados por necessidades imediatas de sobrevivência, logo assumiram uma dimensão mais ampla. Os encontros pessoais nas cidades de acolhida e, sobretudo, a intensa troca de cartas entre lideranças dispersas passaram a constituir um verdadeiro canal de articulação política. A correspondência permitia a circulação de análises sobre o cenário brasileiro e, ao mesmo tempo, alimentava o sentimento de urgência em organizar uma oposição efetiva ao regime. Desse modo, o que começou como um esforço de adaptação à vida fora do país, rapidamente se transformou em um movimento que buscava coordenar ações e dar forma a uma resistência ao autoritarismo varguista, ainda que conduzida a partir do exílio.

A comunicação entre os exilados foi se intensificando e não se limitava apenas às cartas, em alguns casos se apoiava em intermediários que transitavam entre o Brasil e o exterior. Amigos, familiares ou simpatizantes assumiam a função de mensageiros, transportando recados e documentos que dificilmente chegariam ao

---

<sup>168</sup> ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 16.

destino pelos canais tradicionais. Mais do que garantir a circulação de informações, esses deslocamentos reforçavam a lógica de rede, pois dependiam de vínculos de confiança e lealdade, essenciais para a sobrevivência política dos exilados. Além disso, ao driblar a vigilância do regime, esse sistema informal de transmissão de mensagens contribuiu para ampliar os canais de articulação, permitindo que ideias e estratégias circulassem com maior segurança entre aqueles que buscavam resistir ao autoritarismo varguista.

Meu prezado e querido Am<sup>o</sup> Dr. Otávio Esta lhe será entregue pelo meu colega e particular amigo Dr. Raimundo Barbosa Lima, um amigo e amigo também do Belmiro. Ele lhe dirá o que conversamos. Nesta lhe deixo a minha leal e afetuosa visita, numa viva demonstração de continuada solidariedade ao meu e nosso velho ponto de vista. Não transijo e lá no nosso Brasil, no Rio, Rua Nascimento Silva nº 471- Ipanema – sou o velho am<sup>o</sup> e grande admirador de sempre.  
Receba o meu grande e sincero abraço, muito afetosamente.  
Asdrúbal Rocha<sup>169</sup>

Os laços entre os protagonistas políticos aos poucos foram se fortalecendo, suas ações passaram a se organizar em torno de objetivos claros, que seriam minar o governo Vargas, denunciar o autoritarismo implantado no Brasil e conquistar apoio internacional. Embora a ideia de um levante armado tenha sido cogitada, as limitações práticas rapidamente evidenciaram que seus esforços seriam mais eficazes se concentrados na produção de textos e análises políticas. Artigos publicados em jornais estrangeiros passaram a cumprir um duplo papel: informar autoridades internacionais sobre a situação política do Brasil e construir uma narrativa que expusesse o regime como totalitário, na esperança de mobilizar solidariedade externa e apoio diplomático. Assim, a Rede não se restringia à sobrevivência ou à troca de informações, cada carta, cada intermediário e cada artigo tornava-se parte de uma estratégia coordenada, demonstrando que, mesmo no exílio, os membros eram capazes de projetar ações políticas concretas e exercer influência sobre o cenário internacional.

Como já citado, Paris funcionou como um dos principais núcleos da Rede de exilados, mas sua influência rapidamente se expandiu para outros centros urbanos, refletindo a mobilidade e a adaptabilidade do grupo. Obviamente, os protagonistas políticos que dispunham de melhores condições financeiras conseguiam se deslocar

---

<sup>169</sup> Cf.: SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 31. Carta enviada a Otávio Mangabeira, explícita a troca de mensagens sigilosas entre os protagonistas políticos.

com maior facilidade, seja diante de ameaças ou da necessidade de manter uma comunicação pessoal. Esses movimentos evidenciam que a Rede de exilados não era apenas móvel, mas estruturada como um sistema de articulação internacional. Cada centro de exílio operava como um elo estratégico, possibilitando a circulação de informações, a manutenção de vínculos de confiança e a coordenação de ações políticas. A produção de textos e publicações, a troca de cartas e o uso de intermediários consolidavam a influência da Rede, tornando-a capaz de projetar sua resistência e denunciar o autoritarismo varguista no Brasil e no cenário internacional. Assim, sua dinâmica expressava a capacidade de adaptação a diferentes contextos, fortalecendo a coesão interna, ampliando o alcance geográfico e assegurando a continuidade de seus objetivos políticos mesmo a distância.

### 3.3 Atuação da Rede de exilados

As ações desenvolvidas pela Rede de exilados não se limitaram ao estabelecimento de vínculos pessoais, ela foi se ampliando e passou a desenvolver formas próprias de atuação. Com o passar do tempo, houve a percepção de que levantes armados seriam inviáveis, devido à vigilância e ao controle rigoroso<sup>170</sup> por parte do governo getulista, além de outros fatores, como a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de manter sigilo em operações de maior envergadura.

Isto é, na prática a hegemonia<sup>171</sup> não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> Como observa Raymond Williams, em um sistema hegemônico, “o dominante pressiona, limita e redefine as práticas alternativas”, moldando o campo do possível. No caso da Rede de exilados, embora tenha desenvolvido estratégias próprias, sua atuação era continuamente restringida pelo controle rigoroso do Estado Novo, pela vigilância permanente e pela falta de recursos.

<sup>171</sup> Para Raymond Williams, a hegemonia se define como “todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e de nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores — constitutivo e constituidor — que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente”. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 113.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 155.

A Rede de exilados utilizou estratégias viáveis naquele contexto, produziu artigos para informar o público estrangeiro sobre a situação política no Brasil, enviou cartas a autoridades, elaborou manifestos e, sempre que possível, estabeleceu contatos com diplomatas. O objetivo era conquistar apoio internacional que pudesse gerar pressão sobre o governo brasileiro e favorecer a abertura política. A circulação entre diferentes centros, de Paris a Buenos Aires e de Lisboa a Nova Iorque, ampliava as possibilidades de alianças com grupos democráticos, antifascistas e liberais, transformando a Rede em um espaço de articulação que transcendia a política “doméstica”.

Embora nem sempre tenham obtido os resultados almejados, a Rede de exilados conseguiu se consolidar e estruturar uma oposição que, após o fim do governo Vargas e o retorno de seus membros ao país, revelaria a experiência política acumulada no exterior. Esses sujeitos históricos preservaram a legitimidade da oposição, deram visibilidade às vozes defensoras da causa democrática e contribuíram para inserir o debate sobre a democracia brasileira no cenário internacional.

Um dos protagonistas políticos que teve mobilidade constante foi Paulo Duarte, cuja trajetória individual evidencia uma destacada atuação oposicionista no exílio. Duarte percorreu diversos países não apenas por escolha própria, mas em razão das circunstâncias impostas pelo contexto político, o que, paradoxalmente, ampliou suas oportunidades de estabelecer contatos em diferentes locais. Durante esse período, publicou artigos com o objetivo de conscientizar públicos estrangeiros sobre o autoritarismo instalado no Brasil e, ao mesmo tempo, favoreceu a conexão entre os membros da Rede de exilados espalhados pelo exterior, atuando como uma espécie de “carteiro político”, facilitando a circulação de informações e estratégias.

Logo que aqui aportei estive com a pessoa a quem me recomendou. A ella dei um exemplar do manifesto do dr. Armando de Sales Oliveira, no qual vem um capítulo de Analyse da actual politica exterior brasileira inteiramente favoravel á Alemanha. Essa orientação tem-se desenvolvida de maneira revoltante principalmente para a opinião pública brasileira, impossibilitada de manifestar-se por causa da censura severa reinante em meu pobre paiz<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Gill. 1941. Carta em que Paulo Duarte informa ao amigo sobre sua chegada em Nova Iorque e o estabelecimento de contato. CPDOC-FGV, LV c 1941.18.02.

Paulo Duarte representa um caso emblemático de como a ação individual podia reforçar a atuação coletiva da Rede de exilados. Mesmo diante das limitações impostas pelo exílio, Duarte utilizou a escrita como principal instrumento de resistência política e conscientização internacional.

Um de seus artigos foi publicado na revista *A Nação*, de Nova Iorque. Trata-se de um texto extenso, que aborda diversos temas, alguns deles bastante polêmicos. Entre eles, destaca-se a acusação de que o governo Vargas abrigava admiradores do nazismo, a ponto de o autor sugerir que, em caso de aliança, Hitler não encontraria dificuldade para moldar o Brasil segundo seus princípios. No mesmo artigo, Duarte também menciona a corrupção no país e chama atenção para o fato de a imprensa norte-americana noticiar frequentemente o governo Vargas, quase sempre exaltando suas realizações, algo que lhe causava estranhamento, já que o Brasil vivia sob uma ditadura. A seguir, apresenta-se um fragmento do texto:

Raramente se passa um dia sem que os jornais mais importantes dos Estados Unidos publiquem longos artigos sobre a situação política do Brasil. Causa estranheza é que esses artigos, com raras exceções, descrevem um Brasil que é inteiramente desconhecido dos brasileiros e dos demais que bem conhecem essa importante nação sul-americana. O louvor dado ao DITADOR e ao seu regime e ao ponto de vista de política brasileira, indicam que a fonte de informação só pode ser o escritório de propaganda do próprio governo, prodigamente mantido com o fim de evitar que outros países conheçam a verdade sobre o Brasil durante este momento de crise para a América e para o mundo<sup>174</sup>.

Mesmo antes de seguir para o exílio, Paulo Duarte se manifestava criticamente na imprensa brasileira, como no artigo intitulado “Contra o vandalismo e o extermínio”, publicado em *O Estado de S. Paulo* (11 jun. 1937), deixando evidente um perfil consistente de oposição ao autoritarismo varguista<sup>175</sup>. Essas iniciativas individuais, a produção de textos críticos, o envio de correspondências a autoridades e a articulação de contatos internacionais inseriam-se em uma estratégia mais ampla da Rede de exilados, que buscava mobilizar apoio estrangeiro, divulgar informações relacionadas à situação política brasileira e manter viva a causa democrática. A análise da trajetória de Duarte permite compreender não apenas a dimensão pessoal

---

<sup>174</sup> DUARTE, Paulo. **O mau vizinho Vargas**. Nova York, 1941. Artigo sobre Getúlio Vargas e sua política administrativa. Arquivo Getúlio Vargas (GV), Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Classificação: GV confid. 1941.00.00/3. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

<sup>175</sup> DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1937. Manifestação de oposição, atuação crítica de Duarte antes do exílio e a continuidade de sua posição política.

da oposição, mas como tais ações reforçavam o trabalho coletivo da Rede de exilados, estendendo sua visibilidade e influência internacional.

Cada um dos protagonistas políticos mobilizava as habilidades que possuía para articular ações de oposição ao governo Vargas. Aqueles que dominavam a escrita utilizavam esse recurso como instrumento central, buscando sensibilizar os países defensores da democracia para o fato de que o Brasil vivia sob uma ditadura. Os principais destinos desses artigos de “conscientização” eram Inglaterra, França, Estados Unidos e, na América Latina, Uruguai e Argentina. No entanto, outros países também chegaram a receber e divulgar tais textos, entre eles Portugal e Chile.

Entre os exilados que mais produziram artigos, manifestos e intervenções públicas denunciando a situação política brasileira, destacam-se Paulo Duarte, Júlio de Mesquita Filho, Otávio Mangabeira, Armando de Salles Oliveira e Lindolfo Collor, entre outros. Esses “escritores” não dependiam apenas da circulação de seus textos, por serem, em grande parte, intelectuais, estabeleciam redes de contato nos países em que se encontravam, o que muitas vezes lhes permitia publicar seus trabalhos e obter diferentes formas de apoio, como oportunidades de trabalho, acolhimento institucional e auxílio para moradia.

Além daqueles que atuavam principalmente por meio da escrita, outros protagonistas da Rede de exilados desempenhavam uma variedade de atividades destinadas a sustentar e ampliar a oposição ao governo Vargas. Esses atores promoviam articulações, estabeleciam contatos com possíveis apoiadores e, muitas vezes, entregavam pessoalmente informações estratégicas, seja a autoridades estrangeiras, seja a interlocutores da própria rede. Assim, além de respaldo político, buscavam também apoio material que permitisse a continuidade das atividades no exílio, desde recursos para deslocamentos e subsistência até o financiamento de iniciativas mais ambiciosas.

Entre essas iniciativas, discutia-se por vezes a possibilidade de organizar ações de caráter insurrecional. Contudo, a efetivação de qualquer empreendimento dessa natureza revelava-se extremamente difícil. Para além das limitações financeiras e da ausência de apoio político consistente, tratava-se de operações de grande envergadura, que exigiriam sigilo, logística complexa e coordenação internacional, condições praticamente inviáveis diante da vigilância constante e do controle rigoroso exercido pelo Estado Novo. Assim, tais projetos raramente avançavam para além do

plano teórico, permanecendo como expressão dos limites concretos enfrentados pela oposição no exílio.

Embora tais planos raramente ultrapassassem o terreno das possibilidades abstratas, a correspondência trocada entre os próprios exilados revela o imaginário político que alimentava essas discussões, bem como o estado de vigilância constante, de expectativa e de mobilização simbólica que marcava o grupo. Nesse sentido, uma carta enviada por Flores da Cunha a Otávio Mangabeira, em junho de 1939, ilustra de maneira eloquente a combinação de esperança, disposição para a ação e consciência das dificuldades que circunscreviam qualquer tentativa de reação organizada.

Da gente do meu Estado tenho recebido constantes provas de lealdade e de adesão. As deserções, que foram insignificantes, eram inevitáveis. Sempre foi assim em toda a parte! Os meus companheiros do Rio Grande do Sul estão alertados e prontos para a reação. Espero restabelecer-me completamente para poder agir e montar a cavalo. Aguardarei, com sincera alegria, as tuas notícias. Muitas felicidades e um grande abraço do amigo certo. Flores Cunha<sup>176</sup>.

O estabelecimento de contatos também tinha como finalidade garantir condições mínimas de estadia e segurança para os exilados, algo fundamental para a continuidade de suas atividades políticas. Em diversos casos, amigos e simpatizantes da causa disponibilizavam hospedagem temporária, criando uma rede de apoio material que funcionava paralelamente às articulações políticas. Lindolfo Collor é um exemplo expressivo desse tipo de solidariedade. Durante sua permanência no exílio, ele e sua família foram acolhidos em uma quinta em Portugal oferecida por parceiros ligados à Rede de exilados. Esse tipo de suporte evidencia como a teia de relações construída no exterior operava não apenas no plano político, mas também no cotidiano dos exilados, permitindo que eles mantivessem alguma estabilidade em meio à ruptura provocada pela expulsão do país.

### **3.4 Participação feminina e os desafios da distância**

Os desafios enfrentados pela Rede de exilados eram numerosos e complexos. Antes mesmo de organizarem articulações políticas ou ações de oposição ao governo Vargas, muitos precisavam lidar com questões básicas de sobrevivência.

---

<sup>176</sup> SILVA, Paulo Santos (Org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 73.

Os que dispunham de melhores condições financeiras costumavam levar consigo parte da família, em especial a esposa, que compartilhava as incertezas e privações do exílio. Já aqueles com recursos limitados experimentavam de forma mais aguda os efeitos da ruptura, a busca por moradia, alimentação e trabalho tornava-se uma preocupação constante. Ao chegarem aos destinos de exílio, frequentemente dependiam da solidariedade de compatriotas que haviam passado pela mesma situação. Indicações de emprego, empréstimos e ajuda material eram estratégias essenciais para enfrentar as dificuldades do cotidiano e reconstruir minimamente as condições de vida fora do país.

O exílio é uma condição ciumenta. O que você consegue é exatamente o que você não tem vontade de compartilhar, e é ao traçar linhas ao seu redor e ao redor de seus compatriotas que os aspectos menos atraentes de estar no exílio emergem: um sentimento exagerado de solidariedade de grupo e uma hostilidade exaltada em relação aos de fora do grupo, mesmo aqueles que podem, na verdade, estar na mesma situação que você<sup>177</sup>.

Essas condições adversas contribuíram, paradoxalmente, para fortalecer os vínculos de solidariedade entre os exilados. Não importava o destino, seja em Paris, Nova Iorque, Lisboa, Buenos Aires, Montevideu, os brasileiros formaram pequenos círculos de convivência e cooperação, que se tornaram fundamentais para a sobrevivência material, o apoio sentimental e a manutenção de um projeto político comum.

A correspondência trocada nesse período também evidencia como essas redes de convivência ultrapassavam o âmbito político e afetivo, alcançando dimensões práticas da vida cotidiana no exílio. Recomendações profissionais, indicações de trabalho e pequenas oportunidades surgiam justamente por meio desses laços construídos fora do Brasil, permitindo que muitos exilados encontrassem meios de subsistir enquanto permaneciam afastados de suas carreiras originais. Um exemplo disso aparece em uma carta recebida em outubro de 1943 por Otávio Mangabeira, na qual se oferece a ele a possibilidade de atuar como tradutor de materiais técnicos produzidos para o Exército Brasileiro, revelando a forma concreta como essas conexões operavam.

---

<sup>177</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 51.

Caro Senhor,

Foi trazido à minha atenção que você poderia estar interessado em traduzir para o português alguns dos filmes de treinamento que estão sendo preparados para uso do Exército Brasileiro.

Ouvi sobre o excelente trabalho de tradução que você fez para The Reader's Digest. As traduções que estamos fazendo aqui, contudo, demandam um conhecimento variado de alta tecnologia que você pode ou não possuir. Por essa razão, estou listando abaixo os assuntos de vários filmes que nós gostaríamos que fossem traduzidos no momento. Se você estiver interessado em fazer este trabalho, e se você sentir que está preparado para lidar com alguns dos temas, eu ficaria feliz que entrasse em contato comigo para que possamos marcar uma reunião e discutir o assunto mais detalhadamente.

O pagamento do trabalho é de \$15 por bobina, e os filmes consistem de uma ou mais bobinas<sup>178</sup>.

Paulo Duarte menciona em suas memórias o distanciamento da terra natal e todo o sentimento de tristeza pela distância e pela situação política em que se encontrava o país. Cita ainda a necessidade de apoio mútuo entre conterrâneos e a importância dos encontros em cafés ou residências, nos quais se discutiam tanto as dificuldades da vida fora do país quanto os rumos da política brasileira.

Coagido pela violência, deixei o Brasil, trazendo como meus companheiros de viagem apenas minha altivez, o meu passado irreprochável e a minha pobreza. Encontro-me hoje num país estrangeiro, olhos voltados com tristeza para a nossa terra, não pelo mal que os seus homens de governo me fizeram, mas pelo mal que, no estrangeiro, eles continuam a perpetrar contra ela<sup>179</sup>.

Situação semelhante é descrita por Otávio Mangabeira, que, a partir de Paris e, posteriormente, de Nova Iorque, manteve intensa correspondência com outros exilados, articulando a troca de informações e a publicação de artigos em jornais estrangeiros como forma de denúncia contra o regime varguista. Ou seja, as relações pessoais e de sociabilidade que emergiam do exílio acabaram se convertendo em instrumentos de resistência política, transformando a experiência individual de desterro em uma forma coletiva de oposição.

Dois ou três amigos dedicados insistem por minha ida aos Estados Unidos, onde estão. Chegam mesmo a oferecer-me algumas facilidades. Volto, porém, ao ponto de partida. A não ser que me decida a fixar-me, de vez, no estrangeiro, não posso viver no ar por tempo indefinido. Os próprios azes da aviação nunca puderam fazê-lo. O Armando Sales, salvo nova resolução, vai para lá nestes dias. Os companheiros aqui não deixam de estar animados com as cartas que recebem. São neófitos no ofício... O "estado novo" está

---

<sup>178</sup> SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 347.

<sup>179</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio e Luta**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946, p. 149.

podre... A situação econômica é terrível... O Osvaldo sai... O Góes faz... O Dutra acontece, etc, etc, etc.<sup>180</sup>

Cabe observar que os exilados que dispunham de melhores condições financeiras vivenciaram o exílio de forma distinta. Sua posição econômica lhes permitia realizar deslocamentos mais frequentes entre países e continentes, o que dinamizava a circulação de informações e fortalecia as articulações no interior da Rede de exilados. Esse nível de mobilidade, inacessível aos que enfrentavam maiores limitações materiais, evidencia como os recursos econômicos condicionavam as possibilidades de atuação política e o próprio alcance das estratégias mobilizadas no exterior.

A presença política das mulheres durante o Estado Novo foi marcada por um intenso processo de invisibilização e silenciamento, agravado pela suspensão do direito ao voto, após o golpe de 1937. Ainda assim, sua atuação não se restringiu à oposição ao regime. Mesmo em um contexto autoritário que limitava o reconhecimento formal da participação feminina como prática política legítima, muitas mulheres estiveram ativamente envolvidas em diferentes frentes, seja na mobilização social, em organizações civis, em espaços institucionais tolerados pelo regime ou na sustentação cotidiana de projetos políticos que moldaram a vida pública do período.

No caso específico da Rede de exilados, observa-se que a participação feminina se deu de maneiras diversas e nem sempre associada ao exílio diretamente. Muitas mulheres não foram banidas pelo regime, mas, dispendo de condições materiais para realizar viagens ou deslocamentos entre países, desempenharam papéis fundamentais no fluxo de informações. Aquelas que possuíam melhores condições financeiras conseguiam manter contatos presenciais mais frequentes com seus maridos ou demais integrantes da Rede, tornando-se, assim, uma conexão estratégica entre diferentes pontos da articulação. Ao transportarem mensagens, documentos e recados, prática que servia, inclusive, para burlar a vigilância do Estado varguista, contribuía para a manutenção de canais de comunicação seguros e para a continuidade das ações oposicionistas.

Dar visibilidade a essa atuação significa reconhecer que a participação das mulheres na Rede de exilados foi condicionada por estruturas sociais que, à época,

---

<sup>180</sup> SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 41.

limitavam o reconhecimento pleno de suas ações políticas. Embora sua contribuição fosse essencial para a circulação de informações e a manutenção da articulação oposicionista, essas mulheres frequentemente deixavam de receber o devido destaque nos registros históricos. Uma análise mais cuidadosa, entretanto, evidencia que suas atividades ultrapassaram o apoio imediato aos familiares e integraram, de forma decisiva, os esforços de resistência ao Estado Novo.

O silenciamento presente na documentação contribuiu para que os registros sobre o protagonismo feminino fossem escassos, exceção feita a algumas correspondências. Ainda assim, é fundamental reconhecer tanto as mulheres que acompanharam seus maridos no exílio quanto aquelas que permaneceram no Brasil e, de diferentes maneiras, colaboraram para sustentar os vínculos e as ações da Rede de exilados.

Embora o foco das atividades políticas recaísse majoritariamente sobre os homens, essas mulheres desempenharam papéis estratégicos para o funcionamento da articulação oposicionista e para a própria vivência do exílio. Suas contribuições, frequentemente invisibilizadas, foram essenciais para a circulação de informações, o apoio logístico e a continuidade das iniciativas da Rede.

A contribuição feminina ultrapassou amplamente o auxílio cotidiano à Rede de exilados. Em muitos casos, coube às mulheres a responsabilidade pela manutenção da vida doméstica, pela educação dos filhos e pela gestão das tarefas que garantiam a continuidade da rotina familiar. Esse conjunto de atribuições, embora frequentemente naturalizado, assegurava condições mínimas para que os integrantes da Rede pudessem dedicar-se à articulação política no exterior.

Muitas mulheres desempenharam um papel ativo na circulação de informações, mantendo contato constante com seus companheiros e transmitindo análises, notícias e impressões sobre o cenário político brasileiro. Entre aquelas com maior formação ou engajamento político, essa comunicação assumiu caráter estratégico, funcionando como um elo essencial para atualizar os exilados em um contexto de vigilância rígida e comunicação lenta. Dessa forma, a participação feminina não apenas sustentou a estrutura cotidiana da Rede, mas também reforçou suas possibilidades de ação e resistência.

Recebi sua carta ontem. Você quer saber a repercussão do discurso de Roosevelt no governo brasileiro. Se você soubesse como é custoso saber alguma coisa nessa terra! Os nossos amigos pouco aparecem. Alguns ainda

nem vi. Chiquinho cada vez fala menos. O marido da ciumenta está no Rio, desde minha chegada. Diz Chiquinho que ele foge bem dos nossos. Diz o Lambary que os Estados Unidos já tomaram conta de todas as partes do norte. Que estão fazendo bases navais em todos os pontos estratégicos e que para aí já foram mandadas várias forças do nosso exército. Que o governo vai mobilizar várias classes e que o custeio disso tudo corre por conta dos Estados Unidos<sup>181</sup>.

Outro aspecto relevante diz respeito à influência que muitas esposas exerciam sobre as decisões de seus maridos no exílio. O desejo de manter a família unida levava-as, com frequência, a solicitar que buscassem destinos mais próximos do Brasil, onde a comunicação e as visitas supostamente seriam mais viáveis. Esse é o caso de Dona Marina, esposa de Júlio de Mesquita Filho, que em diversas cartas insistia para que o marido se transferisse para Buenos Aires, cidade que oferecia maior proximidade geográfica e emocional. Uma visita ao seu marido na Europa implicava uma viagem de navio que levava no mínimo 20 dias, ou seja, além de custosa, demorada.

A saudade da terra natal e dos vínculos familiares, especialmente da esposa, compunha um conjunto de afetos que, muitas vezes, pesava significativamente na definição dos rumos do exílio.

São Paulo 12 a 18 de maio de 1939

Julinho

Sexta, 12 – Mais um correio aéreo que chega e mais um desaponto que levo. Há duas noites que não consigo dormir. Hoje à tarde vou telegrafar. Acho incrível que você não tenha escrito. Ao mesmo tempo, se você estivesse doente havia meios de vir uma palavrinha ao menos. Estou no auge!

Trate de ver o mais depressa possível esta terra tão formidável e zarpar para Buenos Aires. Lá irei ter de muito bom grado. Todo mundo acha que pra lá é que devemos ir. A vida no Uruguai está incomparavelmente mais cara do que na Argentina. Vamos pois começar por lá. Depois, com calma, a gente se instala até quando Deus quiser. Nos Estados Unidos é impossível a gente ficar. Graças a Deus, porque eu não tenho a menor vontade de me instalar em terras estranhas. Pense, tome a resolução e me escreva a respeito<sup>182</sup>.

Por integrarem famílias de projeção em São Paulo, algumas dessas mulheres alcançaram maior visibilidade no contexto do exílio. É o caso de Dona Marina, esposa de Júlio de Mesquita Filho, herdeiro do jornal *O Estado de S. Paulo*, e de Dona Raquel de Mesquita Oliveira, também ligada à família Mesquita e casada com Armando de

<sup>181</sup> Cf.: MESQUITA FILHO, Ruy de. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 242. Carta de Dona Marina (1º a 13 de junho de 1941), esposa de Júlio de Mesquita Filho, atualizando o marido em relação às notícias que circulavam no Brasil naquele momento.

<sup>182</sup> Cf.: *Ibidem*, p. 97.

Salles Oliveira, ex-candidato à presidência da República. A posição social que ocupavam contribuiu para que suas correspondências fossem alvo de vigilância constante, levando à interceptação de diversas cartas por parte dos agentes do governo Vargas.

Essas mulheres, esposas de exilados, romperam, em alguma medida, com os costumes de uma época em que ainda prevaleciam convenções rígidas impostas por uma sociedade marcadamente machista, embora já em processo de transformação.

O romance de Mario de Andrade *Amar, verbo intransitivo*, publicado em 1927, reflete o amadurecimento da família burguesa, que aparece com todas as suas características. O mundo familiar burguês é um mundo em si mesmo, não tem grandes laços com a sociedade inclusiva; é auto-suficiente, socialmente falando, e isolado. Os membros da família não conversam senão sobre coisas banais e sobre a educação dos filhos. O chefe da casa, o novo patriarca, o patriarca burguês, investido de doçura e compreensão, determina todas as coisas que devem acontecer<sup>183</sup>.

A atuação dessas mulheres foi fundamental para manter os exilados informados em relação aos acontecimentos políticos brasileiros e da América Latina, seja por meio da escrita, seja exercendo a função de mensageiras quando se deslocavam. Quando suas cartas passavam pela vigilância varguista, além de levar informações do cotidiano familiar, também transmitiam informações úteis para a Rede de exilados.

São Paulo 29 de maio de 1939

Julinho

A situação de Getúlio é cada vez pior. A agitação nos meios militares é um fato, cresce dia a dia. Em vão ele tenta acalmar a soldadesca com promoções e mudanças de postos, eles estão em polvorosa. Falam abertamente contra o regime e seu chefe. Esse descontentamento vai de general a soldado raso. Os que se manifestam, é invariavelmente para censurar. O Getúlio, sentindo faltar-lhe esse apoio, tentou comprar o dos integralistas com promessa de postos e embaixadas. Errou redondamente o golpe. O Plínio caiu e publicou aquele triste manifesto que mandei a você; mas com ele fez o Dutra bufar e dar ordem ao chefe dos camisas-verdes que saísse do Brasil em quarta acelerada<sup>184</sup>.

<sup>183</sup> D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORI, Mary Del (org.). **A História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 239.

<sup>184</sup> Cf.: MESQUITA FILHO. Ruy de. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 109. Carta enviada por Dona Marina (29 maio 1939), ao seu esposo Júlio de Mesquita Filho contando sobre a situação política brasileira.

No trecho da carta apresentado, Dona Marina relata sua percepção sobre os acontecimentos políticos brasileiros, incluindo o exílio de Plínio Salgado. Essas informações foram, em diversos momentos, fundamentais para que a Rede de exilados estabelecesse conexões e definisse diretrizes.

À sua maneira, essas mulheres foram protagonistas da experiência do exílio. Ainda que não tivessem sido diretamente condenadas a ele, compartilharam das consequências impostas a seus maridos e familiares. Muitas enfrentaram a separação forçada, acompanhando-os para além das fronteiras nacionais ou, quando impedidas de segui-los, lidando com a saudade e a distância. Viveram, portanto, um exílio que não lhes era destinado formalmente, mas que se impôs em suas vidas por meio da ausência, dos deslocamentos constantes e da ruptura de uma convivência familiar plena. Apesar das adversidades, a maioria não esmoreceu, mantiveram-se firmes no apoio aos seus e contribuíram, de diferentes formas, para a sustentação das articulações da Rede de exilados<sup>185</sup>.

Embora as mulheres mencionadas anteriormente estivessem vinculadas à Rede de exilados sobretudo na condição de esposas que compartilharam as dificuldades e incertezas do exílio, é necessário destacar uma exceção, o protagonismo de Rosalina Coelho Lisboa. Diferentemente desse grupo, Rosalina se notabilizou por suas articulações e por sua sensibilidade política em apoio ao governo Vargas, assumindo um papel ativo no fortalecimento do projeto varguista.

Jornalista de projeção, participou da Revolução de 1930 e manteve estreito apoio a Getúlio Vargas. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, consolidou-se como uma agente atuante do varguismo, tanto na difusão de informações no exterior quanto na produção de artigos elogiosos ao regime, publicados em jornais estrangeiros. Em diversas ocasiões, representou o governo brasileiro em eventos internacionais, ampliando sua visibilidade pública. Sua trajetória evidencia ações de destaque na política e no jornalismo, colaborando na construção das imagens do Brasil internacionalmente.

---

<sup>185</sup> Ainda que o estudo se concentre na imigração feminina, os elementos destacados pela autora, como a vivência do deslocamento, a recomposição da vida cotidiana e o papel das mulheres na sustentação dos laços familiares e políticos, permitem estabelecer um diálogo direto com a experiência do exílio político feminino aqui analisada. Cf.: MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: História, Cidade e Trabalho. São Paulo: e-Manuscrito, 2019, p. 103.

Figura 19 – Participação de Rosalina Coelho Lisboa na Assembleia da ONU, representando o Brasil



Fonte: Mulheres do Acervo/ FGV<sup>186</sup>

As experiências dessas mulheres ilustram trajetórias políticas distintas no contexto do Estado Novo. Enquanto as integrantes da Rede de exilados contribuíram para a circulação de informações, a manutenção dos laços políticos e o funcionamento da articulação oposicionista no exterior, Rosalina Coelho Lisboa seguiu um caminho diverso, que a inseriu em outra dinâmica do período. Em conjunto, essas vivências revelam a pluralidade da atuação feminina na década de 1930 e a complexidade de seus modos de participação na vida política do período.

### 3.5 Relações com a imprensa internacional

Ao recorrer à imprensa internacional, os exilados conseguiram ampliar o alcance das denúncias dirigidas ao regime de Getúlio Vargas, tornando públicos episódios de autoritarismo frequentemente silenciados no Brasil. Ainda que os jornais estrangeiros nem sempre se mostrassem receptivos ou demonstrassem interesse pela política brasileira, os exilados compreenderam rapidamente que a opinião pública internacional poderia se tornar um instrumento de pressão sobre o governo. Se, por

---

<sup>186</sup> FGV. Rosalina Lisboa representou o Brasil na Assembleia da ONU e a Paraíba em Congresso Internacional. **FGV**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/rosalina-lisboa-representou-brasil-assembleia-onu-e-paraiba-congresso-internacional>. Acesso em: 7 out. 2025.

um lado, periódicos de grande circulação, como *The New York Times*, em certos momentos reproduziam a narrativa oficial construída pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>187</sup>, por outro, veículos menores e algumas publicações de orientação antifascista abriram espaço para a crítica ao Estado Novo. Essa ambivalência revela tanto os limites quanto as oportunidades do uso da imprensa estrangeira como ferramenta de resistência política.

A diplomata Roberta Maria Lima Ferreira acentua que, em linhas gerais, três pilares sustentavam a propaganda e a difusão cultural do Brasil no exterior: o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Ministério da Educação e Saúde e o Itamaraty, sendo o primeiro, o principal responsável pela instrumentalização da indústria cultural para fins de propaganda, tanto envio de farto material de divulgação às embaixadas brasileiras, quanto pelo ato de ciceronear estrangeiros em visita ao país, “sobretudo quando em missão cultural ou se envolvidos na produção de filmes, livros e reportagens”<sup>188</sup>.

Entre as diversas estratégias adotadas pelos integrantes da Rede de exilados, destacou-se o apoio de jornalistas estrangeiros que, críticos ao autoritarismo, publicavam artigos denunciando a rigidez do regime instaurado pelo Estado Novo de Vargas. Por meio dessa colaboração, os exilados buscavam manter viva a oposição ao governo, mesmo distantes da terra natal.

Getulio Vargas's dramatic establishment of a corporate State in Brazil a few days ago was the most spectacular act of his political career, but it was by no means his first dictatorial move. Vargas rode into power at the head of a revolution in 1930, nipped a dozen counter-revolutions and put down one civil war. As Provisional and later as President he has ruled Brazil by force almost seven years.

Vargas was a dictator two years before Hitler came into power. He insists that his new regime is not European Fascist in pattern and that it will not Join European nations in ideological pacts. Brazil, he declares, will remain true to American ideals and will adhere to President Roosevelt's good-neighbor policy. Certainly Vargas bears little resemblance to Hitler or Mussolini either

---

<sup>187</sup> Sobre o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na construção e difusão da narrativa oficial do Estado Novo, Maria Helena Capelato demonstra como o órgão atuou de forma sistemática no controle da informação, influenciando a cobertura da imprensa estrangeira sobre o governo Vargas. Ainda que a autora não trate especificamente da atuação dos exilados, sua análise permite compreender os limites e as disputas em torno da circulação de notícias sobre o Brasil no exterior. Cf.: CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998, p. 70.

<sup>188</sup> FERREIRA, Roberta. Difusão cultural e projeção internacional: o Brasil na América Latina (1937-1945) *In*: LINS, Lindercy Francisco Tome de Souza. **To sell a product or to sell an idea**: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 49.

in appearance or manner. He is the true copy of the traditional type of successful South American dictator, a little man, short, stocky<sup>189</sup>.

Embora artigos críticos ao regime varguista fossem publicados, a máquina governamental agiu de forma intensa. Criou-se um amplo aparato para promover a imagem de Vargas no exterior, e textos elogiosos circulavam com frequência. As supostas benesses do governo eram divulgadas de maneira estratégica, capazes de despertar a admiração de leitores diante do avanço que estaria sendo, ao menos oficialmente, alcançado.

O cenário geopolítico internacional mostrava-se desfavorável às articulações da Rede de exilados, que em muitos aspectos caminhava “na contramão” das tendências predominantes. As ideias liberais e democráticas, que poderiam dar sustentação às suas reivindicações, encontravam pouco espaço no continente europeu da década de 1930. Os regimes totalitários se expandiram e angariaram simpatizantes, o fascismo italiano consolidou-se como modelo de mobilização política, enquanto o nazismo alemão ganhou crescente adesão popular e apoio de setores estratégicos. A extrema direita consolidou sua presença na Península Ibérica, impulsionada pela vitória de Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola, viabilizada pelo apoio militar de Hitler e Mussolini, processo que culminou na consolidação de um regime autoritário. Paralelamente, o Estado Novo salazarista firmava-se como um regime marcadamente centralizador e repressivo, sustentado por estreitas articulações com a Igreja Católica<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> WHITE, John W. Getulio Vargas's dramatic establishment of a corporate State in Brazil. **The New York Times**, Buenos Aires, 21 nov. 1937. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/1937/11/21/archives/vargas-of-brazil-varies-the-dictators-role-to-his-seven-years.html>. Acesso em: 29 set. 2025. Tradução nossa – “O dramático estabelecimento de um Estado corporativo no Brasil por Getúlio Vargas, há alguns dias, foi o ato mais espetacular de sua carreira política, mas não foi de forma alguma seu primeiro movimento ditatorial. Vargas chegou ao poder à frente de uma revolução em 1930, eliminou uma dúzia de contrarrevoluções e reprimiu uma guerra civil. Como Presidente Provisório e, posteriormente, como Presidente, ele governou o Brasil à força por quase sete anos.

Vargas foi um ditador dois anos antes de Hitler assumir o poder. Ele insiste que seu novo regime não tem um padrão fascista europeu e que não se unirá às nações europeias em pactos ideológicos. O Brasil, ele declara, permanecerá fiel aos ideais americanos e aderirá à política de boa vizinhança do presidente Roosevelt. Certamente, Vargas tem pouca semelhança com Hitler ou Mussolini, seja na aparência ou no comportamento. Ele é a cópia fiel do tipo tradicional de homenzinho sul-americano bem-sucedido, baixo, atarracado, ditador.”

<sup>190</sup> Leandro Pereira observa que, durante seu exílio, Plínio Salgado foi fortemente influenciado pela estreita relação do Estado salazarista com a Igreja Católica. Essa aproximação reforçou a dimensão religiosa do integralismo, contribuindo para que Salgado fosse rotulado como “lusobrasileiro”, identidade que marcou sua trajetória até 1975, consolidando uma matriz corporativista inspirada no modelo português, em que autoritarismo, centralização e religiosidade estavam intimamente

Ou seja, os exilados brasileiros atuavam em um ambiente internacional marcado pelo predomínio de movimentos antiliberais, no qual governos autoritários avançavam na Europa, disseminando sua influência para além do continente.

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara<sup>191</sup>.

Assim que chegou ao exílio, Lindolfo Collor, um dos protagonistas políticos que pertenceu à Rede de exilados, passou a acompanhar o contexto político europeu, tentando interpretar suas nuances. Em um primeiro momento, esteve em Paris, depois seguiu para Berlim, onde conheceu de perto a organização da Alemanha hitlerista. Nessa ocasião, Lindolfo Collor manteve comunicação constante com o Brasil, enviando artigos a diversos jornais. Entre eles, o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, foi o que mais publicou seus textos escritos na Europa. Alguns de seus artigos publicados no Rio de Janeiro acabaram sendo reproduzidos sem autorização por outros jornais. Esse aspecto corrobora a relevância de Lindolfo Collor como jornalista e de seus escritos transmitindo informações de uma Alemanha que se preparava para a guerra.

Para além de sua atuação política na Rede de exilados, o político e jornalista brasileiro buscou compreender os rumos da política europeia. Chegou a acompanhar Sessões do Reichstag alemão, registrando suas impressões sobre os debates e as decisões que, naquele momento, moldariam o futuro da Alemanha e do continente. Seus relatos, posteriormente publicados, foram fundamentais para transmitir aos leitores brasileiros uma visão crítica do avanço do nazismo e das tensões internacionais, possibilitando acesso a informações detalhadas a respeito dos acontecimentos que precederam a Segunda Guerra Mundial.

---

articulados. GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: fim da ação integralista brasileira e prisão de Plínio Salgado. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014, p. 154.

<sup>191</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115.

Os embaixadores da Itália e do Japão, o representante da Hungria e talvez o de Portugal também levantam os braços na saudação ao *Führer* acaba de entrar por uma porta lateral em companhia de dez ou doze pessoas, entre elas o Sr. Goering, que o aguardara à entrada do teatro. O *Führer*, à cabeça do seu pequeno séquito, caminha a passos rápidos e também de braços levantado.

As aclamações continuam. Os membros do governo tomam assento, o *Führer* com eles, modestamente na ponta do primeiro banco. O Feld-Marechal Goering destaca-se do grupo e vai ocupar a cadeira da presidência.

- "Está aberta a sessão, a primeira sessão plenária do Reichstag da Grande Alemanha!"<sup>192</sup>

Lindolfo Collor, embora estivesse inserido na Rede de exilados brasileiros, não escapou das dificuldades que a condição do exílio impunha. Além dos desafios materiais para se manter economicamente fora do país, enfrentou pressões decorrentes de sua postura política, marcada pela crítica aos regimes autoritários e pela defesa da democracia. Em 1938, viajou à Alemanha e acompanhou o ambiente de crescente militarização que precedia a Segunda Guerra Mundial.

Durante sua permanência em Berlim, passou a ser monitorado por agentes nazistas, em razão de suas posições públicas contrárias a Hitler, o que o levou a deixar a cidade quando se tornou claro o risco que corria. Refugiou-se em Portugal, onde encontrou outro cenário adverso, o regime autoritário de Salazar. Essa trajetória evidencia como, nas décadas de 1930 e 1940, muitos daqueles que se engajaram na defesa do liberalismo e da democracia viveram sob constante vigilância, perseguição e incertezas, tanto na Europa quanto na América Latina.

A perseverança dos membros da Rede de exilados foi decisiva para manter as articulações contra o regime, ainda que muitos de seus esforços imediatos não alcançassem os resultados esperados. Sem se deixar abater, esses opositores insistiam em sustentar a chama da resistência, promovendo contatos e tecendo redes de solidariedade política no exterior. Essas conexões, embora inicialmente frágeis e de alcance limitado, funcionaram como um embrião de alianças que se revelariam fundamentais no cenário pós-Estado Novo. Assim, mesmo sem atingir o objetivo almejado, que seria derrubar o governo antidemocrático varguista, a atuação da Rede de exilados contribuiu para a formação de uma base política consistente, cujos vínculos reapareceriam com força na reorganização do campo democrático brasileiro.

---

<sup>192</sup> COLLOR, Lindolfo. **Europa 1939**. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva; Fundação Casa Rui Barbosa, 1989, p. 28.

A ausência de uma liderança formal na Rede de exilados relacionava-se diretamente à presença de figuras proeminentes do cenário político e intelectual<sup>193</sup> brasileiro, cuja força de caráter e dedicação à causa comum dispensavam a centralização em um único nome. Um dos protagonistas políticos foi Armando de Salles Oliveira, que iniciou ainda em território brasileiro uma reação contra o golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas. Dois dias antes do golpe, já com a certeza de que tal evento iria ocorrer, Salles Oliveira publicou e divulgou um Manifesto à Nação, objetivando conseguir apoio para uma resistência e, assim, salvar a nação da imposição de uma ditadura. O apelo era dirigido principalmente aos militares, mal sabia que esses já estavam comprometidos com Vargas.

As palavras que nesta carta dirijo aos chefes militares são o profundo e veemente apelo de um brasileiro sincero, cheio de emoção e de amargura ante o panorama nacional. Serão um grito de desespero, se quiserem, mas que, pelo seu puro acento, não poderá deixar insensíveis os que escutarem: nele se exprimem as inquietações dos que sentem que outros graves perigos, além do comunismo, conspiram contra o Brasil. Se alguma força poderosa não intervir a tempo de impedir que se cumpra os meus pressentimentos que hoje anuviam a alma brasileira, um golpe terrível sacudirá de repente a Nação, abalando seus fundamentos até as últimas camadas e mutilando cruelmente as suas feições – aqueles traços conhecidos que, através dos tempos, se vêm incorporando na essência da nossa formação moral<sup>194</sup>.

No extenso manifesto que redigiu, Armando de Salles Oliveira apelava pelo apoio necessário para evitar o que, pouco depois, se concretizou, o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo varguista. No próprio dia da ruptura institucional, foi preso em sua residência e, após um breve período de deslocamentos, recebeu a ordem de deixar o país. As autoridades entregaram-lhe um passaporte válido apenas para a Europa e os Estados Unidos, o que impedia sua permanência em países vizinhos da América do Sul, distanciando-o estrategicamente das fronteiras brasileiras. Em 1939, partiu com a família para um exílio prolongado, marcado por inúmeras dificuldades, entre elas a necessidade constante de mudar de país, o que acentuou a instabilidade e a dureza de sua vida fora do Brasil.

---

<sup>193</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>194</sup> Fragmento do Manifesto escrito por Armando de Salles Oliveira e divulgado à nação em 8 de outubro de 1937. SILVA, A. C. Pacheco. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 143-144.

Entre esses protagonistas políticos, Paulo Duarte distinguiu-se como um dos mais atuantes opositores no exterior. Intelectual envolvido no campo cultural, ele aproveitou o exílio para articular contatos estratégicos, difundir ideias por meio de artigos críticos ao governo Vargas e, ao mesmo tempo, assumir funções práticas de mediação e comunicação dentro da Rede de exilados. Sua atuação foi intensa e, em determinados momentos, chegou a colocar a própria vida em risco, como quando buscou um encontro com o general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra do governo Vargas. Assim, Duarte articulou a conjunção entre militância política e engajamento cultural que caracterizou a atuação da Rede no período.

Em seu livro “Prisão, Exílio e Luta”, Paulo Duarte observa que, embora os Estados Unidos fossem considerados na época um país democrático, com jornais aparentemente desfrutando de liberdade ilimitada, essa liberdade era, na prática, restrita. O Department of State promovia, frequentemente, intervenções nos veículos de comunicação, limitando sua atuação. Como consequência, a Rede de exilados teve suas ações políticas e comunicacionais significativamente cerceadas.

Assim, nos Estados Unidos, apenas duas publicações permaneceram abertas aos exilados brasileiros: “The Nation”, a excelente revista dirigida por essa magnífica Freda Kirchwey e “Free World”, órgão oficial da associação com o mesmo nome, na qual entramos, Armando de Sales Oliveira, Octávio Mangabeira e eu, pelas mãos de Henri Bonnet e de Júlio Alvarez Del Vayo<sup>195</sup>.

Paulo Duarte chegou a publicar diversos artigos em periódicos estrangeiros, nos quais denunciava o autoritarismo instaurado no Brasil e buscava sensibilizar a opinião pública internacional quanto à política praticada no país sob Vargas. Entretanto, quando esses textos repercutiam no Brasil, a recepção nos jornais nacionais nem sempre era favorável. Frequentemente surgiam críticas desqualificando suas análises ou questionando sua legitimidade como opositor. Há indícios de que essas reações não se restringiam a manifestações espontâneas de discordância política, expressavam também os efeitos da censura e das diretrizes de controle impostas pelo governo Vargas à imprensa, que moldavam o tom das publicações e restringiam a circulação de ideias contrárias ao regime<sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946, p. 13.

<sup>196</sup> “Aí que publiquei os meus artigos de combate à ditadura, os quais me valeram os maiores insultos pela ridícula Hora do Brasil e pelas colunas de certos jornais do Rio e de São Paulo.” *Ibidem*, p. 12.

Além de denunciar o Estado Novo, os protagonistas políticos brasileiros no exílio buscavam constantemente formas de ação e articulação capazes de fragilizar o governo Vargas. Entre essas estratégias estavam os contatos com lideranças estrangeiras e a tentativa de sensibilizar a opinião pública internacional para a situação política do Brasil. Foi nesse contexto que os exilados instalados nos Estados Unidos tomaram conhecimento da visita oficial àquele país de Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores brasileiro. Percebendo a oportunidade de chamar a atenção das autoridades norte-americanas, eles decidiram agir. Lideranças ligadas à Rede de exilados, entre elas nomes como Paulo Duarte, Armando de Salles Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Otávio Mangabeira, redigiram uma mensagem endereçada diretamente ao presidente Franklin Delano Roosevelt. O documento alertava para a natureza autoritária do regime instaurado no Brasil, buscando, ao mesmo tempo, informar o governo norte-americano e estimular algum grau de engajamento político contra Vargas.

A mensagem dos exilados ao presidente Roosevelt originou-se das primeiras manifestações do chefe de Estado norte-americano contra o fascismo da Europa. Infelizmente, as palavras do grande presidente democrático dirigiam-se apenas à Europa, pois o seu governo foi um dos mais eficientes sustentáculos dos fascistas da América Latina.

O telegrama ao Press Club, de Washington, motivou-se pela visita oficial do Ministro do exterior do Brasil que, com a fantasia liberal, ali apareceu para engulir um almoço e dizer que o governo do Rio de Janeiro era mais democrata do que o de Washington<sup>197</sup>.

Percebe-se que as iniciativas da Rede de exilados esbarravam em sérios obstáculos para conquistar apoio político junto ao governo norte-americano. O acesso aos principais jornais dos Estados Unidos permanecia amplamente bloqueado, o que dificultava a divulgação das denúncias contra o Estado Novo e restringia a formação de uma opinião pública favorável à causa dos exilados. Paralelamente, a postura de Washington em relação à América Latina revelava as ambiguidades de sua política externa, ora marcada pelo isolacionismo característico do período entreguerras, ora pela disposição de apoiar regimes autoritários desde que estivessem alinhados com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Nesse cenário, a luta dos exilados brasileiros para sensibilizar o governo norte-americano encontrava barreiras tanto no controle editorial da imprensa quanto nas prioridades diplomáticas de Roosevelt, mais

---

<sup>197</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946, p. 13.

voltadas à estabilidade regional do que à defesa de valores democráticos no subcontinente.

A Rede de exilados foi dinâmica, atuou em diferentes países e estabeleceu contatos estratégicos, visando abalar o governo Vargas. Entre seus protagonistas, Otávio Mangabeira se destaca, sua atuação no exílio foi marcada por articulações diplomáticas e pelo esforço em mobilizar apoio internacional contra o autoritarismo. Mangabeira manteve contatos com líderes estrangeiros, participou de reuniões e redigiu documentos que buscavam sensibilizar governos e organizações internacionais para a gravidade do regime instaurado.

Por ter ocupado cargos de destaque na política brasileira antes de se exilar, Otávio Mangabeira dispunha de uma ampla rede de contatos tanto em âmbito nacional quanto em seu estado natal, a Bahia. Em determinado momento, conseguiu o apoio de integrantes da administração do governo baiano, e há indícios de que recursos financeiros, sob certo controle desses colaboradores, teriam sido destinados a ele para serem empregados em ações de oposição ao governo Vargas. Tal articulação demonstra a aptidão dos exilados para reunir apoios e empreender ações estratégicas que lhes permitissem manter algum grau de influência política, ainda que estivessem distantes.

As ações de Otávio Mangabeira, junto a outros membros da Rede, evidenciam o esforço coordenado dos exilados em criar uma rede de influência política e comunicação, mesmo diante de obstáculos como a censura e a dificuldade de acesso aos grandes meios de informação.

As cartas que dirigiste ao opaco general Dutra, foram, por mim, em grande escala, distribuídas, tanto no Brasil como aqui. Além disso, o nosso jovem Companheiro Dr. Heron Canabarro, que também se acha aqui internado, fê-las insertas na democracia, hebdomadário liberal, e impresso em português, que se publicava em Rivera, neste país, e que, vencendo inúmeras dificuldades, conseguimos fazer entrar no Brasil, inclusive no Rio e em São Paulo, onde, como deves saber, a censura postal e o rigor da vigilância policial impedem a divulgação de tudo quanto é infenso e desagradável ao tirano e ao chamado Estado Novo. A impressão que causaram as tuas cartas não podia ser melhor: na fronteira, durante os dias que ali passei, todos as comentavam com merecidos elogios a ti e tinham ainda palavras de admiração para tua atitude ativa e desassombrada<sup>198</sup>.

---

<sup>198</sup> Cf.: SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017. Carta enviada de Buenos Aires para Paris, escrita por Flores da Cunha e endereçada a Otávio Mangabeira, em 23 de jun. 1939.

A carta escrita por Flores da Cunha, endereçada a Otávio Mangabeira, faz o relato de um documento escrito em que havia crítica ao governo Vargas e que foi divulgado tanto no exterior quanto no Brasil. Tal documento havia sido elaborado por Otávio Mangabeira. Os contatos entre a Rede de exilados eram dinâmicos, tendo como objetivo principal minar de alguma forma o governo varguista.

Como já deve saber, o meu Chefe Plínio Salgado embarcou a 21 deste para a Europa, constando que para Portugal.

Não tenho certeza, mas parece que, sob promessa de ser dada a anistia, preocupado que se achava com a situação do nosso querido Belmiro e dos demais, ele lançou aquele manifesto, com o conhecimento prévio do Getúlio, segundo me informou a Rosalina, e no entanto, paradoxalmente, inexplicavelmente, mandaram prendê-lo, internando-o na Santa Cruz, por ordem do Dutra, que, informou à esposa do Chefe que, além da descoberta de uma conspiração, em São Paulo, na qual se supunha ele estivesse colaborando, também havia a razão humanitária de garantir a sua vida, ameaçada pelos próprios integralistas. Não é preciso fazer comentário, diante de tanto cinismo...

O manifesto teve uma grande vantagem: mostrar que o nosso pessoal está desperto e alerta, aguardando tão somente a varinha de condão, para agir...<sup>199</sup>

O conteúdo da carta revela a complexidade das interações que compunham a Rede de exilados. Ao se dirigir a Otávio Mangabeira, o integralista Raimundo de Oliveira Barbosa Sobrinho evidencia a existência de canais de comunicação que ultrapassavam alinhamentos ideológicos estritos. Esses contatos heterogêneos indicam um esforço deliberado de coordenação política, no qual divergências doutrinárias eram temporariamente relativizadas em nome de um propósito estratégico compartilhado: enfraquecer o governo Vargas. A carta apresenta informações relacionadas ao exílio de Plínio Salgado e cita o nome de Rosalina Coelho Lisboa, poetisa e jornalista que havia participado do movimento integralista e, posteriormente, passou a ser informante de Getúlio Vargas.

Julinho e o Piza já nos deixaram. Partiram para Buenos Aires, no dia 24, pelo Pacífico. O Paulo Nogueira segue com o mesmo destino a 7 de julho. O Carlos continuará em New York. Por isso as minhas cartas, até indicação em contrário, podem continuar a ser dirigidas para o San-Carlos.

O seu manifesto está excelente: simples, direto, claro e muito bem impresso. Recebi dois pacotes deles. Os exemplares do primeiro pacote, já no correio

---

<sup>199</sup> Cf.: SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 76. Carta enviada de Montevideu para Paris, escrita por Barbosa Sobrinho e endereçada a Otávio Mangabeira, em 24 jun. 1939.

no ponto mais conveniente da rota para o Pacífico. Os do segundo pacote, o Carlos os remeterá daqui<sup>200</sup>.

O trecho analisado corresponde a uma carta de Armando de Salles Oliveira dirigida a Otávio Mangabeira, na qual se evidencia a mobilidade constante da Rede de exilados. Os deslocamentos eram motivados por diferentes razões, desde necessidades de segurança até novas oportunidades de articulação política. Nesse contexto, Salles Oliveira relata a mudança de Júlio de Mesquita Filho e de Piza Sobrinho, que passariam a residir em Buenos Aires, cidade que se consolidava como um dos polos de organização da oposição ao governo Vargas.

O segundo parágrafo da carta ganha destaque ao mencionar o manifesto redigido por Mangabeira, intitulado “*Pela Honra, Pelos Direitos, Pela Soberania do Brasil: Palavras aos brasileiros, ao completar-se ano e meio sobre o ‘golpe’ de 10 de novembro*”, datado de 10 de maio de 1939. Esse documento circulou inclusive em território brasileiro, revelando a capacidade dos exilados de romper barreiras impostas pela censura e fazer chegar sua mensagem à população. A divulgação de manifestos, somada às articulações políticas e à intensa correspondência mantida entre os opositores, constituía parte essencial das estratégias para manter viva a resistência contra o Estado Novo e para reforçar a legitimidade de sua luta<sup>201</sup>.

Ao longo das cartas e dos manifestos produzidos no exílio, nota-se que, embora todos tivessem em comum o objetivo de fragilizar o governo Vargas, cada iniciativa revelava nuances distintas. Alguns documentos evidenciam esforços diplomáticos, como a busca de Júlio de Mesquita Filho por interlocução com políticos estrangeiros, outros apontam para tentativas de sensibilizar a opinião pública internacional, como os escritos de Armando de Salles Oliveira enviados a jornais e personalidades fora do Brasil. Essa variedade de estratégias ultrapassava a mera repetição de um propósito comum, os exilados testaram diferentes vias para ampliar alianças e conferir legitimidade à sua oposição, embora, na prática, os resultados tenham permanecido restritos.

Como já salientado, não havia resistência em manter contato com aqueles que defendiam projetos distintos, pois o que prevalecia era a busca por alianças

---

<sup>200</sup> Cf.: SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 83. Carta enviada de Nova Iorque para Paris, escrita por Armando de Salles Oliveira e endereçada a Otávio Mangabeira, em 26 jun. 1939.

<sup>201</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 124.

capazes de fortalecer a causa comum contra o Estado Novo. Nesse sentido, o relato de Jorge Amado é particularmente revelador. Escritor brasileiro de projeção literária e comunista convicto, Amado destacou sua aproximação com Júlio de Mesquita Filho, representante tradicional do liberalismo paulista. O vínculo entre ambos evidencia como, no exílio, diferenças de orientação política foram relativizadas em prol da construção de uma frente mais ampla de oposição, na qual a convivência e a troca de experiências se tornaram instrumentos fundamentais de resistência ao autoritarismo varguista.

Meu relacionamento com Júlio de Mesquita se iniciou em 1941 quando cheguei a Buenos Aires para escrever *O Cavaleiro da Esperança* e o Partido me deu a tarefa de tratar com “os liberais, a gente de Armando de Sales Oliveira”, a hora era de alianças na luta contra o fascismo e de convivência com os políticos que rotulávamos de liberais com menosprezo e desconfiança. De início apenas cordial, com o passar do tempo e a repetição dos encontros o conhecimento se transformou em estima, deu lugar à amizade<sup>202</sup>.

Por ocuparem posições de relevo, alguns desses protagonistas tinham influência no cenário político e cultural. Em vários casos, tratava-se de relações de amplo alcance, encontrando-se relacionados aos circuitos políticos e de poder que conseguiam acessar. Uma dessas conexões foi a estabelecida por Júlio de Mesquita Filho com o jornalista e analista político Walter Lippmann, que viria a receber duas vezes o Prêmio Pulitzer.

Acabo de ler, nos jornais desta manhã, um resumo de seu admirável comentário publicado pelo *Herald Tribune*, sobre o verdadeiro significado das palavras do ditador Getúlio Vargas, pronunciadas no dia seguinte ao discurso de Roosevelt aos alunos da Universidade da Virgínia. Para mostrar-lhe quão justa foi a sua visão, peço sua permissão para enviar-lhe, anexo, um exemplar da revista *Espirit Internacional*, de Paris, contendo um artigo no qual eu analisava a posição da América Latina em fase de um eventual conflito entre as potências totalitárias e as democracias e, de modo especial, a do governo brasileiro. Poderá verificar, prezado senhor, que já no mês de fevereiro de 1939 eu não tinha nenhuma dúvida sobre a atitude do ditador brasileiro diante de uma guerra e que, para mim, a adesão de Getúlio Vargas ao eixo Berlim-Roma não dependeria de quaisquer vitórias dos exércitos totalitários<sup>203</sup>.

<sup>202</sup> Cf.: MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 363. Apontamentos realizados por Jorge Amado, quando estava no processo de escrita do livro “Navegação de cabotagem”.

<sup>203</sup> Cf.: *Ibidem*, p. 166. Carta escrita em Buenos Aires por Júlio de Mesquita Filho e enviada para New York, ao jornalista Walter Lippmann (1940). Na carta Mesquita faz referência a um possível alinhamento do governo Vargas com o Eixo.

O conteúdo da carta revela diferentes dimensões da atuação de Júlio de Mesquita Filho no exílio. Em primeiro lugar, evidencia sua permanente atividade política e intelectual, expressa tanto no contato estabelecido com o renomado jornalista norte-americano Walter Lippmann quanto na divulgação de suas ideias em espaços de prestígio internacional, como a revista *Esprit*, de Paris. Nessa correspondência, Mesquita retoma argumentos já defendidos anteriormente em artigo publicado na revista, no qual analisava a posição do governo Vargas diante de um possível conflito mundial. Chama a atenção a convicção com que afirma que o Brasil, sob a liderança de Getúlio Vargas, tenderia a alinhar-se ao Eixo Berlim-Roma. Tal previsão, entretanto, não se confirmou, pois, após um período de ambiguidade diplomática, Vargas optou por uma aliança com os Aliados. Ainda assim, a convicção de Mesquita pode ser compreendida no contexto de um regime que reproduzia práticas e símbolos autoritários inspirados no fascismo italiano e no nazismo alemão, o que tornava plausível, naquele momento, a leitura de que o Estado Novo caminhava para uma aproximação definitiva com as potências totalitárias.

Os organizadores das propagandas varguistas e peronistas, atentos observadores da política de propaganda nazi-facista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e de persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os às realidades brasileira e argentina<sup>204</sup>.

Em uma outra carta escrita por Júlio de Mesquita Filho enquanto ainda estava em Buenos Aires e endereçada a Armando de Salles Oliveira, que se encontrava em New York, Mesquita passava sua impressão sobre a população da Argentina em relação à Segunda Guerra.

A repercussão aqui foi enorme. A opinião pública Argentina reagiu vigorosamente, colocando-se de modo decidido a favor dos Estados Unidos. Ao contrário do governo, que cada vez mais se mostra disposto a conservar-se equidistante dos grupos em luta e em atitude de franca benevolência para com os embaixadores do Eixo aqui acreditados<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 66.

<sup>205</sup> Cf.: MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 288. Carta escrita em Buenos Aires por Júlio de Mesquita Filho e enviada para New York, ao seu cunhado Armando de Salles Oliveira (1941). Na carta Mesquita faz referência ao posicionamento do governo argentino ante a Segunda Guerra Mundial.

Um elemento particularmente significativo é que os protagonistas da Rede de exilados não limitavam sua atuação ao contexto nacional, uma vez que se mantinham atentos à dinâmica da política internacional e procuravam situar suas iniciativas em um quadro político mais amplo. Nas cartas, surgem análises sobre a posição da Argentina, cuja atuação não se caracterizava por uma neutralidade plena, mas sim pela simpatia de parte do governo em relação às potências do Eixo. Ao registrar e comentar essa tendência, os exilados revelavam interesse pelos rumos da geopolítica e uma percepção das possíveis consequências para a América do Sul.

A leitura de Júlio de Mesquita Filho mostrou-se pertinente, já que, após a derrota do nazismo, a Argentina de fato se tornou um dos refúgios utilizados por criminosos de guerra que buscavam escapar das punições impostas pelos Aliados. Na mesma carta, comunica a Armando de Salles Oliveira uma perda significativa para a Rede de exilados: o retorno de Flores da Cunha ao Brasil. Figura de destaque nas articulações políticas do grupo, sua decisão de abandonar o exílio e regressar à terra natal resultou em rápida prisão logo após sua chegada.

Infelizmente, os acontecimentos se precipitaram e a guerra rebentou no Pacífico, antes de que a minha iniciativa lograsse inteiro êxito. Resultado: o Flores, sob pretexto de estar ao lado do Brasil, acaba de pública e oficialmente aderir ao Getúlio. Você poderá ver pelo manifesto que junto a esta lhe remeto. Pelo menos é esta a impressão que tive da leitura desse triste documento. Era fatal. Dispersos, hesitantes, sem uma orientação firme, nem resolução, não poderemos senão esperar reveses como este. É profundamente acabrunhador, mas a verdade é que estamos em face dos nossos inimigos na mesmíssima disposição de espírito em que a França oficial se achou ante a Alemanha de Hitler<sup>206</sup>.

O afastamento de Flores da Cunha, que optou por suspender sua atuação política no exílio, em parte devido ao agravamento de sua saúde, marcou um momento sensível para a Rede de exilados. Embora não ocupasse uma posição central, sua participação tinha relevância nas articulações do grupo, de modo que sua ausência representou um desafio adicional para a coordenação das iniciativas coletivas.

No entanto, as correspondências de Júlio de Mesquita Filho evidenciam que os exilados mantiveram firme o propósito de sustentar suas iniciativas, reorganizando contatos, fortalecendo vínculos no exterior e elaborando novas estratégias de atuação política. Esses intercâmbios escritos revelam a resiliência do grupo diante dos

---

<sup>206</sup> Cf.: MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do Exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 288.

contratempos e ressaltam a importância da comunicação epistolar como instrumento de articulação e planejamento das ações de oposição ao Estado Novo.

### 3.6 Diplomacia e vigilância externa

O governo Vargas empenhou-se em anular, por todos os meios disponíveis, as iniciativas promovidas pelos exilados políticos. O aparato estatal projetava sua vigilância além das fronteiras brasileiras, buscando conter e silenciar qualquer forma de articulação contrária ao regime. Os protagonistas da Rede de exilados eram monitorados de perto, seja por agentes enviados oficialmente, seja por simpatizantes do governo que, no exterior, atuavam como informantes. Essa rede de controle refletia a preocupação do Estado Novo em evitar que a oposição no exílio ganhasse força ou encontrasse apoio internacional capaz de fragilizar sua legitimidade.

Entre os simpatizantes do governo Vargas que auxiliaram na vigilância sobre os exilados políticos, destacou-se Rosalina Coelho Lisboa<sup>207</sup>, jornalista de atuação expressiva e com forte envolvimento político. Sua visibilidade profissional levou-a a assumir a função de correspondente internacional de uma revista, o que lhe proporcionou diversas viagens ao exterior. Nesse contexto, e em razão da amizade que cultivava com o presidente Vargas, Rosalina enviava-lhe cartas, nas quais relatava informações sobre os exilados, contribuindo diretamente para o monitoramento de suas atividades.

Além de informar a respeito dos “passos” de determinados exilados nos países em que esteve presente, Rosalina também escreveu artigos em que exaltava, elogiava as ações do governo Vargas. Esse expediente funcionava como uma forma de neutralizar uma das principais estratégias da Rede de exilados: textos publicados em veículos de comunicação estrangeiros denunciando o caráter autoritário do regime instaurado no Brasil.

Logo após o anúncio e a instauração do Estado Novo, Rosalina Coelho Lisboa enviou uma carta a Getúlio Vargas, escrita de próprio punho, na qual expressava suas congratulações pela instituição do novo regime e manifestava apoio entusiástico às medidas tomadas. O gesto, além de revelar sua proximidade com o presidente, evidencia o alinhamento que ela mantinha com o projeto político do Estado Novo,

---

<sup>207</sup> Sobre Rosalina Coelho Lisboa, ver item 3.4, p. 142.

baseado na centralização do poder e na ideia de reconstrução nacional sob a figura de Vargas. Essa demonstração pública de lealdade, registrada ainda nos primeiros momentos do regime, reforça o papel de Rosalina como colaboradora ativa do governo, tanto no campo simbólico quanto no informativo, especialmente no contexto de vigilância e propaganda que se consolidava naquele período<sup>208</sup>.

Essa atuação de indivíduos próximos ao governo ilustra como a vigilância não se restringia a mecanismos oficiais, abrangendo também contatos pessoais de confiança. O alcance da repressão varguista projetou-se para além das fronteiras nacionais. Através da diplomacia e de agentes especialmente designados, o governo buscou acompanhar de perto as movimentações da Rede de exilados em diferentes países.

Um dos procedimentos utilizados para obtenção de informações era o envio de relatórios a Vargas, por agentes, como no caso de Baptista Luzardo<sup>209</sup>, que remetia documentos a partir de Montevidéu. Esses pareceres evidenciam que a vigilância sobre opositores era constante e frequentemente ultrapassava os limites estritamente diplomáticos, assumindo o caráter de disputa política pessoal. A atuação de representantes do Itamaraty, somada à prática de interceptação de correspondências, revela o esforço do Estado Novo em neutralizar a oposição interna e, ao mesmo tempo, evitar que sua imagem fosse comprometida no exterior. A “máquina” política organizada por Vargas foi administrada com eficiência, resultando no silenciamento sistemático das vozes dissidentes<sup>210</sup>.

Esse controle se manifestou tanto pela via da coerção direta – como por meio de prisões, torturas, desaparecimentos e outras formas de violência física – quanto pela adoção de estratégias mais sutis e funcionais. Entre estas, destacava-se o envio de opositores ao exílio, a nomeação de antigos adversários para cargos administrativos no próprio governo, o rígido controle exercido pela censura e o financiamento seletivo a instituições culturais, como companhias teatrais e órgãos de imprensa, que pudessem representar focos potenciais de contestação e outras

---

<sup>208</sup> LISBOA, Rosalina Coelho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 9 dez. 1937. CPDOC-FGV, GV c 1937.12.09/2.

<sup>209</sup> Sobre João Baptista Luzardo, ver capítulo 2, item 2.9.

<sup>210</sup> ROSE, R. S. **O homem mais perigoso do país**: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papyrus, 1998. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

estratégias que por vezes pareciam inocentes. Dessa forma, o regime construiu um aparato político e simbólico capaz de neutralizar resistências e consolidar a hegemonia varguista.

Desde a queda de Müller até o final de outubro de 1945, Vargas recomporia as responsabilidades da Polícia Civil do Distrito Federal, mudaria seu nome e trocava as chefias quatro vezes. Tudo isso fazia parte de um plano para impedir manobras suspeitas contra o regime, quer viessem de inimigos estrangeiros potenciais, quer de inimigos domésticos<sup>211</sup>.

A vigilância realizada no exterior buscava informações amplas, tanto acerca da situação política dos países em que os informantes se encontravam como relacionadas aos exilados políticos que representavam alguma forma de resistência. Vargas conseguiu montar um pequeno grupo de informantes pessoais, ou seja, pessoas próximas que se reportavam diretamente a ele, sem nenhuma intermediação. Embora esses informantes fossem de sua confiança, Vargas não se deixava enganar e, desconfiado, buscava cruzar as informações que recebia, ou seja, tentava comprovar a veracidade de tais informações.

Por fim, devo dizer que surpreende o quanto Vargas estabeleceu serviços de informação e atuação confidencial quanto à gestão de sua política externa com 10 informantes por, aproximadamente, 15 anos de seu governo, ou seja, esses 10 foram parte do círculo mais próximo do poder durante a gestão de sua política externa. Foram eles: Alzira Vargas, Egydio Câmara Souza, João Pinto da Silva, Joaquim José Muniz de Aragão, José Bernardino Câmara Canto, Luís Fernandes Vergara, Oswaldo Aranha, Paulo Haslocher, Rosalina Lisboa, Orlando Leite Ribeiro<sup>212</sup>.

O serviço de informações do Estado varguista, obviamente, não se limitava a simpatizantes e indivíduos que mantinham contato pessoal com Vargas e citados anteriormente, o aparato de informantes e vigilância era bem maior e diversificado. Órgãos governamentais eram cada vez mais organizados, aparelhados e geravam respostas positivas no que diz respeito a informações e ações contra os exilados políticos.

Nem todos os ideólogos ou adeptos do Estado Novo declaravam-se simpatizantes do nazi-fascismo, mas alguns explicitaram a sua admiração por

---

<sup>211</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil / 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 188.

<sup>212</sup> CAMPOS, Filipe Queiroz de. **Bastidores da política externa brasileira (1930-1945)**: Getúlio Vargas e seus informantes. 2023. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023, p. 270.

esses regimes como foi o caso de Filinto Müller, chefe da polícia política, encarregado da repressão aos opositores, e de Lorival Fontes, diretor do DIP, que exercia o controle sobre os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e pela divulgação da propaganda estadonovista<sup>213</sup>.

Entre os principais mecanismos formais criados e utilizados pelo Estado Novo, destacou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável tanto pela censura e pelo controle de informações quanto pelo monitoramento das manifestações de oposição no Brasil e no exterior. O DIP mantinha correspondência constante com representações diplomáticas, solicitando informações sobre exilados que publicavam artigos em jornais estrangeiros ou participavam de atividades políticas contra o regime. Em determinados momentos, exemplares de periódicos editados fora do país foram apreendidos na alfândega ou simplesmente proibidos de circular, como ocorreu com edições de jornais publicados em Buenos Aires que veiculavam artigos de opositores brasileiros.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi, talvez, um dos mais sofisticados mecanismos ideológicos do Estado Novo, que tinha por fim “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa [...]”. Ao departamento cabia também “fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas [...], da radiodifusão e da imprensa [...]”<sup>214</sup>.

Mais um dos órgãos fundamentais para a atualização de informações era o Ministério das Relações Exteriores, através do Itamaraty, o governo Vargas mantinha contato com embaixadas e consulados de vários países, articulando os dados obtidos a partir de diversos informantes espalhados pelo mundo. Muitos diplomatas enviavam relatos diretamente para o Rio de Janeiro, contribuindo com informações relacionadas aos exilados políticos.

Nesses relatórios por vezes havia informações relacionadas a possíveis encontros dos exilados com representantes políticos de vários países. Outro ponto mencionado incluía referências a artigos publicados no exterior pela Rede de exilados, além de informações variadas sobre deslocamentos, encontros e demais atividades desenvolvidas por esses protagonistas políticos.

---

<sup>213</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papirus, 1998, p. 66.

<sup>214</sup> TOTA, Antonio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal?** 1930-1945. São Paulo: Contexto, 2025, p. 84.

Outra forma eficiente de monitorar a Rede de exilados foi através da DESPS<sup>215</sup> (Delegacia Especial de Segurança Política e Social). Esse órgão mantinha uma fiscalização constante de todos os documentos que chegavam ao país, principalmente das cartas enviadas do exterior. Em muitos casos, os agentes interceptavam as cartas e obtinham informações relevantes relacionadas à Rede de exilados, como acerca de deslocamentos dos protagonistas políticos exilados, encontros para organização de atividades diversas que pudessem vir a abalar o governo Vargas, ou até mesmo aspectos mais “cirúrgicos”, a situação econômica ou de saúde de alguns dos protagonistas políticos. A preocupação em acompanhar de perto esses movimentos evidencia que o Estado Novo concebia a oposição no exterior não apenas como uma ameaça difusa, mas como um inimigo a ser neutralizado. A polícia política varguista trocava informações com órgãos equivalentes em países europeus, inclusive Portugal, Espanha e Itália, além de países da América do Sul, entre eles Argentina e Uruguai. Relacionado a isso, Vargas comenta em seu diário:

Despachos com a Justiça e Educação, audiências, regresso ao Guanabara. Aí encontrei o dr. Botelho, regressando de Buenos Aires e Montevideú, trazendo relatos escritos e informações verbais sobre as atividades revolucionárias do Flores, Piza Sobrinho, Paulo Duarte e vários outros, todos sob a chefia de Armando Sales, atuando nos Estados Unidos. Trabalho de boatos, propaganda pelo rádio e pela imprensa e conspirações. Todos os elementos comunistas, integralistas e políticos apeados das posições<sup>216</sup>.

A conjugação de todos esses esforços entre órgãos oficiais e simpatizantes do regime político instaurado no país mostra um sistema coordenado e estruturado com um objetivo comum: manter o controle e silenciar vozes dissonantes. Chama atenção a amplitude desses mecanismos de vigilância, revelando que o regime ultrapassava as fronteiras brasileiras, buscando limitar qualquer possibilidade de reorganização política dos exilados no exterior.

\*\*\*\*\*

A análise empreendida neste capítulo evidencia de que maneira a Rede de exilados se organizou, atuou e resistiu ao governo Vargas a partir do exterior, evidenciando que o exílio não representou um afastamento da política, ao contrário,

---

<sup>215</sup> ROSE, R. S. **O homem mais perigoso do país**: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 95.

<sup>216</sup> VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas – Diário**. Vol. II - 1937-1942. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 247. Anotação de Getúlio Vargas em seu diário, realizada em 14 ago. 1939.

significou a reconfiguração de suas formas de ação. A análise das correspondências, dos deslocamentos e das iniciativas articuladas a partir de diferentes centros de exílio permitiu demonstrar que essa Rede operou por meio de conexões múltiplas, articulações transnacionais e tramas políticas que sustentaram uma oposição ativa, ainda que marcada por limitações materiais, vigilância constante e dispersão geográfica.

Em diálogo com a reflexão que abre este capítulo, o exílio revelou-se, simultaneamente, como fratura e como espaço de reinvenção. A dor da separação, a instabilidade e a precariedade atravessaram as experiências desses sujeitos, mas não impediram a construção de vínculos duradouros e de estratégias políticas compartilhadas. As cartas analisadas expõem justamente essa tensão, ao mesmo tempo que registram o cotidiano da sobrevivência e as angústias individuais, também funcionam como instrumentos centrais de comunicação, coordenação e manutenção da coesão da Rede. Assim, a escrita epistolar emerge como prática política fundamental, capaz de recompor ligações rompidas e sustentar ações coletivas em um contexto adverso.

Este capítulo contribui, portanto, para deslocar a compreensão do exílio para além de uma condição passiva ou meramente biográfica. Ao evidenciar as conexões estabelecidas entre seus protagonistas, as articulações com a imprensa internacional, o papel das mulheres e os esforços de inserção no cenário diplomático, demonstrase que a Rede de exilados constituiu um espaço dinâmico de resistência ao autoritarismo varguista. Ainda que seus resultados tenham sido, em muitos casos, limitados, suas ações revelam a persistência de um projeto político que buscou tensionar o regime e preservar a legitimidade da oposição democrática no exterior.

Se este capítulo destacou as práticas, as articulações e as estratégias que sustentaram a Rede de exilados enquanto experiência política coletiva, o capítulo seguinte desloca o foco para as consequências subjetivas e simbólicas dessa trajetória. Ao tratar do retorno, das expectativas frustradas e das memórias feridas, será possível compreender como o ressentimento se inscreveu nas narrativas desses sujeitos, revelando os impactos duradouros do exílio sobre suas identidades, suas trajetórias políticas e sua relação com o Brasil do pós-Estado Novo.

#### 4 – MEMÓRIAS FERIDAS: CONSEQUÊNCIAS DE VIDAS NO EXÍLIO

A história contemporânea criou um novo tipo de seres humanos, o tipo dos que são postos em campos de concentração pelos seus inimigos e nos campos de internamento pelos seus amigos.  
(Hannah Arendt<sup>217</sup>)

O presente capítulo corresponde à etapa final desta investigação. Após a análise das trajetórias, da formação, da organização e das ações da Rede de exilados brasileiros no exterior, desloca-se agora o foco para o momento do retorno e para os desdobramentos da experiência do exílio. Busca-se compreender as consequências de uma vida marcada pelo afastamento forçado do país, atentando para os impactos políticos, profissionais e, sobretudo, subjetivos produzidos por uma longa permanência fora do Brasil.

O retorno da maioria desses protagonistas políticos somente se tornou possível a partir da anistia concedida ainda sob o governo Vargas. Longe de representar uma ruptura com o autoritarismo do Estado Novo, a medida integrou um conjunto de estratégias de acomodação política, impondo limites claros à reintegração plena dos antigos opositores. É nesse contexto que se inscrevem as experiências de retorno analisadas neste capítulo.

Mais do que descrever o reencontro físico dos exilados com o Brasil, este capítulo examina a complexidade dessa experiência, marcada por expectativas, rupturas e ambiguidades. O fim do Estado Novo (1945) e a “reabertura democrática” não significaram, para muitos deles, a imediata reintegração às origens. Ao contrário, o retorno revelou um país transformado pela guerra, envolto em novas dinâmicas políticas e por uma sociedade que, em grande medida, havia se reorganizado sem a presença desses opositores<sup>218</sup>.

Alguns dos exilados haviam passado anos fora do Brasil, e o retorno ensejava expectativas do próprio exilado e também de amigos, parentes e, por vezes, antigos companheiros de luta política. Entretanto, a alegria do regresso não foi plena para todos, para alguns, a perspectiva de futuro se mostrava incerta. Esse foi o caso de

---

<sup>217</sup> ARENDT, Hannah. **Nós, os Refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 9.

<sup>218</sup> Sobre o exílio como experiência marcada por uma ruptura duradoura, cujos efeitos não se desfazem necessariamente com o fim do afastamento físico, ver: SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Para uma reflexão sobre os limites da reintegração política e do pertencimento no retorno, ver: ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Especialmente as seções dedicadas à condição dos apátridas.

Armando de Salles Oliveira, ex-governador de São Paulo, que, ao chegar à sua terra natal, foi recepcionado por uma multidão entusiasmada, mas já não se encontrava em boas condições de saúde.

Ao defrontar a multidão que o aplaudia, ao rever tantos e fiéis amigos que não via a anos, o seu semblante se alegrou. Sorriu e acenou para todos com uma pequenina bandeira brasileira que lhe haviam oferecido ao embarcar em Buenos Aires e foi, lentamente e com dificuldade, amparado pela sua esposa desvelada, e pela sua dedicada médica e grande amiga Dra. Carlota Pereira Queiroz, descendo as escadas do avião<sup>219</sup>.

Dessa forma, este capítulo analisa como os exilados vivenciaram esse processo de retorno, quais obstáculos enfrentaram, como se reposicionaram politicamente e de que maneira elaboraram seus ressentimentos, frustrações e releituras de si. Parte-se do princípio de que o exílio não se encerra com a travessia de fronteiras, continua a reverberar nas identidades, nas memórias e nas possibilidades de ação política dos que retornam. É sob essa perspectiva que considera o retorno como etapa final, mas também como recomeço que se desenvolvem as discussões a seguir.

#### **4.1 O retorno: encontrando um Brasil desconhecido**

O período em que os integrantes da Rede de exilados permaneceram afastados coincidiu com transformações profundas tanto no cenário internacional quanto no nacional. Do lado ocidental do Atlântico e em países americanos como Estados Unidos, Argentina, Uruguai, entre outros, parte dos opositores acompanhou a distância a eclosão e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, um conflito que redefiniu alianças políticas, acelerou mudanças ideológicas e alterou por completo a ordem global. O Brasil, inserido nesse contexto, passou por reconfigurações decisivas, cuja intensidade se tornaria ainda mais evidente no momento do retorno desses exilados.

A maior parte dos opositores permaneceu no exterior por mais de cinco anos, período suficiente para que, ao regressarem, se deparassem com um país diferente daquele que haviam sido compelidos a deixar. No período de ausência desses

---

<sup>219</sup> SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo; Parma: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 166.

protagonistas políticos, Getúlio Vargas manteve-se no poder por meio de estratégias políticas complexas, consolidando o Estado Novo e ampliando mecanismos de controle. Sua permanência estendeu-se até outubro de 1945, quando pressões internas e externas o levaram à renúncia, ocorrida poucas semanas após o fim da Segunda Guerra, decretada com a rendição incondicional do Japão.

O governo Vargas lançou mão de várias estratégias para se manter no poder, e nem mesmo indivíduos de sua confiança estavam a salvo de mudanças.

Desde a queda de Müller até o final de outubro de 1945, Vargas recomporia as responsabilidades da Polícia Civil do Distrito Federal, mudaria seu nome e trocava as chefias quatro vezes. Tudo isso fazia parte de um plano para impedir manobras suspeitas contra o regime, quer viessem de inimigos estrangeiros potenciais, quer de inimigos domésticos<sup>220</sup>.

O impacto do conflito mundial também se manifestou na recepção dos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que retornavam das frentes de combate na Itália, celebrados como heróis nacionais. Embora o comando das tropas no exterior estivesse a cargo do general João Baptista Mascarenhas de Moraes, o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, emergiu como uma das figuras influentes. Sua posição estratégica no governo, sua visibilidade durante a participação brasileira na guerra e a imagem de disciplina e ordem associada ao seu nome contribuíram para seu fortalecimento político no momento da transição.

O processo de abertura política que se desenhou nos momentos finais do Estado Novo esteve diretamente associado à reorganização do sistema partidário brasileiro. Com o enfraquecimento do regime autoritário e a retomada das liberdades políticas formais, a criação e a legalização de partidos passaram a estruturar o novo cenário institucional da transição. Essa reorganização, contudo, ocorreu sob condições específicas, marcadas tanto pela herança das estruturas construídas durante o varguismo quanto pelas tensões próprias de um processo de redemocratização conduzido de forma controlada.

Nesse contexto, consolidaram-se três grandes forças partidárias que passaram a organizar o campo político nacional. O Partido Social Democrático (PSD) reuniu interventores, burocratas e lideranças regionais vinculadas ao Estado Novo, funcionando como um herdeiro institucional das engrenagens administrativas e

---

<sup>220</sup> ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil - 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 188.

políticas do regime. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por sua vez, foi criado com o objetivo de canalizar politicamente os setores urbanos e sindicais incorporados ao projeto trabalhista varguista, preservando vínculos diretos com a base social construída durante o período autoritário.

Em oposição a essas forças, formou-se a União Democrática Nacional (UDN), que agregou distintos grupos contrários ao Estado Novo, incluindo liberais, conservadores e antigos opositores do governo Vargas, entre eles políticos que haviam vivido o exílio durante o regime. A UDN apresentou-se como a principal expressão do discurso antiditatorial e da defesa da moralização da vida pública, embora fosse marcada por forte heterogeneidade interna e por divergências quanto aos rumos da reorganização política do país.

Paralelamente, a abertura política possibilitou a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), que saiu da clandestinidade após anos de repressão e passou a atuar de forma pública e organizada. A legalidade permitiu ao partido ampliar sua presença no debate político, sobretudo nos meios urbanos e sindicais, e participar ativamente das eleições de 1945. Ainda que não se configurasse como força majoritária, o PCB desempenhou papel relevante no processo de redemocratização, expressando demandas por reformas políticas e sociais e contribuindo para a ampliação do espectro de vozes presentes no novo cenário partidário.

Para os exilados políticos que retornaram ao país após a anistia, essa reorganização do sistema partidário representou tanto uma oportunidade quanto um desafio. Se, por um lado, a reabertura institucional criou canais formais para a retomada da atuação política, por outro, impôs a necessidade de inserção em um campo já parcialmente estruturado, no qual as heranças do Estado Novo permaneciam influentes. A reintegração desses sujeitos ocorreu, assim, em um ambiente político caracterizado por continuidades e disputas, em que antigos opositores precisaram redefinir estratégias e espaços de atuação.

A realização das eleições presidenciais de 1945 inscreveu-se no contexto da reorganização partidária e da redefinição das forças políticas após o fim do Estado Novo. Três candidaturas principais estruturaram a disputa. O general Eurico Gaspar Dutra concorreu com o apoio do Partido Social Democrático (PSD) e de setores expressivos das Forças Armadas, apresentando-se como uma alternativa de transição controlada. Essa candidatura foi ainda fortalecida pelo apoio decisivo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pela manifestação pública de apoio de Getúlio Vargas,

evidenciando a permanência de sua influência política mesmo após a deposição do governo. Pela União Democrática Nacional (UDN), lançou-se o brigadeiro Eduardo Gomes, cuja candidatura mobilizou o discurso liberal e antiditatorial, reunindo antigos opositores do varguismo, inclusive políticos retornados do exílio. Por sua vez, o Partido Comunista do Brasil (PCB), recém-legalizado, apoiou a candidatura de Yedo Fiúza, que expressava uma plataforma voltada à ampliação das liberdades políticas e à defesa de reformas sociais, ainda que sem dispor de força eleitoral suficiente para disputar efetivamente a presidência<sup>221</sup>.

A vitória de Eurico Gaspar Dutra nas eleições presidenciais de 1945 deve ser compreendida como resultado de uma convergência política que articulou as estruturas administrativas herdadas do Estado Novo e o apoio de setores decisivos das Forças Armadas. Apresentado como um nome capaz de assegurar estabilidade no processo de transição, Dutra reuniu condições políticas que se mostraram suficientes para derrotar a candidatura oposicionista udenista, abrindo caminho para a continuidade da influência varguista no novo cenário institucional.

O regime caiu sem resistência. Mas a história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência de amplos setores sociais, populares principalmente. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a Presidência da República o seu candidato Eurico Gaspar Dutra, vencendo o candidato da oposição udenista Eduardo Gomes<sup>222</sup>.

Outro fator que contribuiu para a popularidade de Dutra foram as condições internacionais do pós-guerra. Em um mundo polarizado e marcado pela ascensão dos Estados Unidos, o ex-ministro da Guerra representava uma alternativa moderada e anticomunista, capaz de manter o país integrado ao bloco ocidental. Sua candidatura ainda se beneficiou da ambiguidade do varguismo, pois, embora Vargas tivesse renunciado, parte de sua base política migrou para apoiá-lo, percebendo-o como um “candidato de transição” que não romperia completamente com a obra do Estado Novo. Desse modo, sustentado por prestígio institucional, alianças políticas amplas e

---

<sup>221</sup> O Partido de Representação Popular (PRP), fundado em 1945 a partir da reorganização de antigos integralistas ligados a Plínio Salgado, não lançou candidatura própria à presidência naquele pleito, optando por apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Apenas em 1955 o partido apresentaria Plínio Salgado como candidato à Presidência da República.

<sup>222</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 139.

pela percepção pública de que sua figura simbolizava ordem, continuidade e segurança em um momento de incertezas, Dutra venceu as eleições de 1945 e inaugurou uma nova etapa da vida política brasileira.

Para os exilados, o retorno ocorreu em um ambiente marcado por mudanças aceleradas e expectativas contrastantes. Encontraram um país que havia se envolvido diretamente na guerra, buscava se reconfigurar no plano político e simbólico e atravessava um processo de transição institucional, no qual novos heróis nacionais eram produzidos. Tratava-se de uma sociedade marcada por memórias recentes, disputas intensas e sensibilidades políticas em transformação. O descompasso entre o Brasil imaginado durante o exílio e aquele reencontrado no retorno constitui, assim, uma chave interpretativa fundamental para compreender as experiências, tensões e ressentimentos que caracterizam o período pós-exílio.

Embora talvez pareça estranho falar dos prazeres do exílio, há certas coisas positivas para se dizer sobre algumas de suas condições. Ver “o mundo inteiro como uma terra estrangeira” possibilita a originalidade da visão. A maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas, uma consciência que – para tomar emprestado uma palavra da música – contrapontística<sup>223</sup>.

Embora o exílio seja predominantemente associado a dor e ruptura, determinadas experiências vividas nesse contexto podem adquirir sentidos positivos, abrigando dimensões relevantes e até enriquecedoras. No caso dos exilados brasileiros, ao retornarem, muitos, mesmo sem plena consciência disso, haviam desenvolvido competências capazes de auxiliá-los a recuperar o espaço político perdido quando da partida. Além disso, em algumas situações, o amadurecimento intelectual e a experiência internacional acumulados no exílio contribuíram para que voltassem como protagonistas políticos mais experientes e com repertórios ampliados.

Assim, para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. E esta formulação – que consideramos uma nova maneira de encarar a unidade da espécie – permitiu a Geertz afirmar que “um dos mais significativos fatos sobre nós pode ser finalmente a constatação de que todos nascemos com equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma

---

<sup>223</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 59.

só!” Em outras palavras, a criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente. Esta amplitude de possibilidades, entretanto, será limitada pelo contexto real e específico onde de fato ela crescer<sup>224</sup>.

Aprofundando essa discussão, enfatiza-se que, embora todo ser humano nasça com a capacidade de viver “mil vidas”, ou seja, de ser moldado por qualquer cultura existente, por vezes, apenas uma dessas possibilidades se concretiza plenamente. Ao relacionar essa ideia à experiência dos exilados, percebe-se como o contato com outros contextos culturais ampliou suas percepções e seus repertórios, ainda que cada trajetória tenha permanecido ancorada nas circunstâncias históricas específicas que tornaram possível e, em alguns casos, limitaram essas transformações.

O retorno, para a maior parte dos exilados, foi marcado por uma conjunção de sentimentos: euforia, entusiasmo, esperança... Após tantos anos afastados, reencontrar a terra natal assumia um significado singular, representava a possibilidade de recuperar referências pessoais e sociais que, em muitos casos, haviam se diluído no período de afastamento. No Brasil, aqueles que partiram eram identificados por sua atuação profissional, pelas ideias que defendiam ou pela posição de prestígio que ocupavam. No exílio, parte dessas referências se esvaiu, permanecendo apenas, em situações específicas, para algumas figuras cuja notoriedade ultrapassava as fronteiras nacionais.

Para esses opositores do varguismo, a volta significou um encontro ambivalente com a própria história. Ao mesmo tempo que recuperavam a possibilidade de participação política e de reinserção social, percebiam que o país havia seguido caminhos distintos daqueles observados durante o exílio. Essa discrepância produziu sentimentos contraditórios, entusiasmo e esperança, mas também frustração e ressentimento. Nesse sentido, a observação de que “faz parte da moralidade não se sentir em casa na própria casa”<sup>225</sup> ajuda a compreender o estranhamento vivido por exilados que retornavam a um país profundamente transformado em sua ausência.

De certa forma, o exílio não terminou com o retorno físico desses protagonistas políticos, diversos fatores contribuíram para que persistisse a sensação

---

<sup>224</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, em conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 66.

<sup>225</sup> ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada**. Tradução: Luiz Eduardo Bicca. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

de permanecer em exílio. Após tantos anos de afastamento, o país reencontrado já não era o mesmo, as transformações ocorridas produziam desconforto, revelavam desconhecimento e exigiam uma nova adaptação, um “segundo exílio”. Talvez essa readaptação fosse menos árdua do que a partida forçada, mas ainda assim envolvia obstáculos que precisavam ser enfrentados e superados.

Perdemos a nossa casa, o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação, o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua, o que significa a naturalidade das reacções, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixámos os nossos familiares [...] e isso significa a ruptura das nossas vidas privadas<sup>226</sup>.

Alguns dos protagonistas políticos conseguiram voltar pouco tempo antes de se findar o Estado Novo, um deles foi Paulo Duarte, que escreveu em um de seus livros a ideia da chegada à terra natal.

Necessito de retomar contacto com o meu país do qual fui expulso por persistir em querer pensar por conta própria. Preciso recordar o Brasil. Depois disso, então sim, desejo falar afim de que fique bem patente que as vicissitudes da luta e do exílio não foram suficientes para me abater<sup>227</sup>.

Decorridos aproximadamente sete anos desde a partida de Paulo Duarte, no retorno, em entrevista coletiva quando da sua chegada ao Rio de Janeiro, tornou explícito o descontentamento que nutria em relação a Getúlio Vargas. Tal postura, contudo, não pode ser atribuída exclusivamente à divergência política, sendo plausível supor que o período de exílio, marcado pela imposição de seu afastamento do país de origem, tenha contribuído de forma significativa para o agravamento desse descontentamento.

Chego pois quase no escuro. Sei que o Brasil abomina a ditadura: mas isso já sabia quando daqui parti: sei que um déspota que vive por ai a qualquer momento será obrigado a deixar o poder completamente desmoralizado, mas já o era antes e ademais nunca duvidei de sua queda, afogado numa enxurrada de ridículo – maldição fatal sôbre a cabeça de quem perdera o respeito de tudo, inclusive de si próprio<sup>228</sup>.

---

<sup>226</sup> HANNAH, Arendt. **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. Textos Clássicos de Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013, p. 8.

<sup>227</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 275.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 275.

Para muitos, o retorno à terra natal não se mostrou algo fácil, precisaram se reinventar e se adaptar às transformações. Tarefas aparentemente triviais exigiam tempo e esforço, entre elas, estabelecer moradia, recolocar-se no mercado de trabalho, reconstruir redes de sociabilidade ou retomar vínculos que haviam se rompido ao longo dos anos. Quanto mais rápido fosse esse processo de readaptação, melhor seria a retomada da vida no país de origem.

A análise das trajetórias dos integrantes da chamada Rede de exilados revela a existência de perfis sociais distintos, especialmente no que diz respeito às condições materiais enfrentadas durante o exílio. Aqueles que dispunham de maior capital econômico e relacional, em geral vinculados a posições políticas de maior projeção antes de 1937, puderam deslocar-se entre diferentes países, manter contatos familiares e assegurar sua subsistência com relativa estabilidade. Em contraste, outros exilados, desprovidos desses recursos, viram-se obrigados a recorrer a formas variadas de trabalho e, não raramente, ao apoio interno da própria Rede, seja por meio de auxílios financeiros, seja por indicações que possibilitassem inserção profissional. Essas diferenças evidenciam que, embora articulada politicamente, a experiência do exílio foi marcada por desigualdades concretas no plano social e econômico.

Após cerca de quinze anos sob o governo de Getúlio Vargas, período em grande parte estruturado em bases autoritárias, o fim do Estado Novo abriu um processo de redefinição do campo político brasileiro. A reorganização dos partidos, extintos desde 1937, revelou a emergência de novas legendas e a reconfiguração das alianças e das formas de participação política, em um cenário marcado por expectativas de abertura e por disputas em torno da herança varguista.

Com a saída dele, muitos dos novos partidos e alianças políticas correram a preencher o vazio. Alguns eram remanescentes dos velhos tempos; outros representavam novas alianças e procuravam conquistar um eleitorado já mais amplo. O Partido Trabalhista fora criado para os trabalhadores leais a Vargas, a quem agora chamavam “o Velho”<sup>229</sup>.

Nesse processo, Vargas não se manteve à margem da reorganização política. Ao contrário, soube manejar os novos arranjos institucionais e estabelecer vínculos estratégicos com duas das principais legendas recém-criadas: o Partido Social

---

<sup>229</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 113.

Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua presença, ainda que formalmente afastada do poder, revelou-se decisiva para a articulação de alianças e para a definição dos rumos eleitorais no imediato pós-Estado Novo.

O Partido Trabalhista Brasileiro estabeleceu-se logo a seguir, por iniciativa dos correligionários de Vargas, a ele cabendo a presidência do partido. Em julho, a direção do PSD também convidou Getúlio Vargas para assumir a presidência dessa agremiação. A presidência dos dois partidos evidencia a força política do líder do Estado Novo e seu prestígio tornou-se ainda mais visível a partir dos seguintes episódios: nesse mesmo mês houve uma manifestação dos comunistas, realizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, na qual o líder Luís Carlos Prestes lançou a campanha da “Constituinte com Getúlio” e em agosto surgiu o movimento “queremista”, lançado por líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho, que, em passeata pública, gritavam “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!”<sup>230</sup>.

A eleição de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, em 1945, deve ser compreendida à luz desse contexto. O apoio explícito de Vargas, sua vinculação simbólica às principais legendas do período e as manifestações públicas de prestígio político evidenciaram que, embora derrotado enquanto regime, o varguismo permanecia como força central na vida política nacional, criando as condições para que o próprio Vargas articulasse, de forma gradual, seu retorno ao poder.

Um aspecto particularmente intrigante foi o apoio de Luís Carlos Prestes a Getúlio Vargas no período imediatamente posterior ao Estado Novo. À primeira vista, trata-se de uma posição difícil de conciliar com sua trajetória. Prestes permaneceu longos anos preso pelo regime varguista, e sua companheira, Olga Benário, foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha nazista, onde morreu em um campo de extermínio. Diante desse passado, o alinhamento de Prestes a Vargas causa estranhamento, indica-se que essa postura se vinculava à leitura então adotada pelo PCB de que Vargas encarnava um projeto de fortalecimento nacional baseado na industrialização, no protagonismo do Estado e na defesa da soberania brasileira. Essa compreensão do varguismo como força nacionalista e estatizante contribui para explicar o apoio concedido. Ainda assim, permanece a dificuldade de compreender

---

<sup>230</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 138-139.

integralmente a atitude de Prestes, dadas as implicações pessoais e políticas do conflito que o opôs a Vargas<sup>231</sup>.

Para surpresa geral, Prestes anunciou uma reviravolta política completa na posição dos comunistas: declarou apoio incondicional ao governo Getúlio, reivindicou a convocação de uma Assembleia Constituinte e defendeu o adiamento das eleições presidenciais. A linha do seu argumento podia até seguir rente com a orientação de Moscou, que recomendava aos comunistas a aliança com seus governos nacionais desde que, durante a guerra, esses governos estivessem alinhados à URSS, como era o caso do Brasil<sup>232</sup>.

A derrota dos regimes fascista e nazista contribuiu para a revalorização do liberalismo político como referência normativa nos debates do pós-guerra, especialmente no que se refere à defesa das liberdades civis, do constitucionalismo e da legitimidade eleitoral, ainda que tais princípios tenham convivido com regimes autoritários em diferentes partes da Europa<sup>233</sup>.

No Brasil, o fim do Estado Novo não significou uma ruptura imediata com as estruturas políticas construídas ao longo do governo Vargas, mas inaugurou um período de transição marcado por ambiguidades e continuidades. A abertura iniciada em 1945 sinalizou a possibilidade de uma experiência democrática, ainda que assentada em bases institucionais, administrativas e políticas forjadas no período anterior. Nesse contexto, havia certo sentimento de triunfo entre os integrantes da Rede de exilados, mesmo de modo cauteloso, associado à queda do regime. Tal percepção, contudo, precisa ser relativizada. Embora as ações, articulações políticas, manifestos e produção intelectual crítica desses sujeitos tenham contribuído para manter ativo um discurso oposicionista no exterior, a derrocada do Estado Novo resultou fundamentalmente de dinâmicas internas, como o desgaste do apoio militar e as pressões do cenário internacional do pós-guerra, que acabaram por conduzir Getúlio Vargas à renúncia. A preservação de parte significativa das estruturas políticas e das bases de apoio construídas no período explica, em grande medida, a

---

<sup>231</sup> Interpretação presente, entre outros, em análises de Jorge Ferreira e Boris Fausto, que destacam a leitura, então dominante no PCB, do varguismo como expressão de um projeto nacionalista, estatizante e de fortalecimento do Estado brasileiro no contexto do pós-guerra.

<sup>232</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 389.

<sup>233</sup> Para uma análise do pós-guerra europeu e da revalorização do liberalismo político como referência normativa, mesmo diante da permanência de regimes autoritários, ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115.

capacidade de Vargas de permanecer como ator central na vida política nacional e de viabilizar seu retorno à Presidência da República em 1951.

Embora o Brasil para o qual retornaram fosse distinto daquele que haviam deixado, os ex-exilados traziam consigo um repertório afetivo que resistira ao tempo e às rupturas impostas pela experiência do desterro. Aos poucos, à medida que retomavam a convivência com familiares, antigos amigos e novos interlocutores, emergiam memórias sensoriais e emocionais, os sabores, os cheiros, as paisagens e o aconchego dos vínculos pessoais que davam densidade à reintegração ao país. Essa redescoberta do cotidiano não se deu de forma imediata, tratou-se de um processo gradual, no qual recordações idealizadas se confrontaram com um Brasil em transformação, pautado por novas dinâmicas políticas e sociais.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si<sup>234</sup>.

Ainda assim, essas memórias desempenharam papel central na reconstrução de suas subjetividades e na reconfiguração de seus projetos públicos e privados, elementos fundamentais para compreender como se reorganizaram e de que maneira buscaram reinserir-se na vida política nacional após o retorno.

## 4.2 Futuro político: entre a reconstrução e a marginalização

A trajetória é definida como a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente em um espaço social historicamente estruturado. (Pierre Bourdieu<sup>235</sup>)

Com a aprovação da anistia<sup>236</sup> e a proximidade do fim do Estado Novo, a transição política em curso ganhou maior densidade e visibilidade. Nesse contexto, os exilados que ainda permaneciam no exterior passaram a organizar de forma mais

<sup>234</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

<sup>235</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 189.

<sup>236</sup> A anistia representou não somente a volta dos exilados, mas também a libertação de alguns presos políticos, entre eles Luís Carlos Prestes. No dia 18 de abril de 1945, com a anistia assinada, uma multidão se acotovelou em frente ao portão principal da Penitenciária Central, na rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, para saudar Prestes. SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 389.

sistemática seu retorno ao Brasil, atentos às mudanças institucionais em andamento e às possibilidades abertas pelo novo cenário político.

O retorno da maior parte dos exilados políticos brasileiros analisados nesta pesquisa esteve diretamente vinculado à concessão da anistia, decretada ainda sob o governo de Getúlio Vargas, em abril de 1945, por meio do Decreto-Lei n.º 7.474. Longe de representar uma ruptura com o regime autoritário instaurado em 1937, a medida deve ser compreendida no interior das estratégias de reacomodação política do Estado Novo em seus momentos finais, quando o governo buscava administrar pressões internas e externas crescentes sem abdicar plenamente dos mecanismos de controle construídos ao longo da década.

A presença popular é, sem dúvida, o fato político novo na etapa democrática que se inicia em 1945.

Pela primeira vez na história brasileira as massas urbanas aparecem livremente no cenário político. Liberdade relativa, por certo, e só possível dentro dos limites de uma estrutura de poder cuja composição de forças permanece, nos seus aspectos fundamentais, a mesma do período anterior<sup>237</sup>.

A anistia inseriu-se em um contexto marcado pelo desgaste do regime, pela erosão do apoio militar e pela intensificação das pressões políticas decorrentes do pós-Segunda Guerra Mundial. A contradição entre a participação brasileira no conflito ao lado das potências aliadas e a manutenção de um governo autoritário no plano interno tornou-se cada vez mais evidente, contribuindo para a ampliação das demandas por abertura política. Nesse cenário, a concessão da anistia pode ser interpretada como um gesto calculado de distensão, parte de uma estratégia mais ampla de Vargas para controlar o ritmo da transição, redefinir alianças e preservar margem de manobra política diante da inevitabilidade das mudanças institucionais.

A anistia, nesse sentido, não significou a reintegração automática ou plena dos antigos opositores à vida política nacional. Ao contrário, operou de maneira seletiva e condicionada, permitindo o retorno físico ao território brasileiro, mas mantendo restrições formais e informais à atuação política daqueles que haviam se destacado na oposição ao regime. Para muitos exilados, o retorno ocorreu em uma conjuntura de vigilância, desconfiança e limitações institucionais, o que contribuiu para a frustração das expectativas nutridas durante os anos de afastamento forçado.

---

<sup>237</sup> WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 85.

Assim, a anistia assumiu um significado profundamente ambíguo. Se, por um lado, representou a possibilidade concreta de retorno ao país e de reencontros familiares, profissionais e afetivos, por outro, evidenciou os limites da recomposição política e social após anos de exílio. As experiências de retorno analisadas neste capítulo revelam que a anistia não apagou as marcas do afastamento forçado nem restituiu plenamente posições, trajetórias e expectativas interrompidas pela repressão do Estado Novo.

É nesse quadro que se inscrevem os relatos de frustração, ressentimento e deslocamento expressos nas correspondências e nos escritos produzidos por esses sujeitos no pós-retorno. Mais do que um simples ato jurídico, a anistia configurou-se como um momento de passagem caracterizado por continuidades autoritárias, cujos efeitos se projetaram de maneira duradoura sobre as trajetórias dos antigos exilados.

Alguns deles não conseguiram permanecer no exterior, seja pela nostalgia da terra natal, seja pela dificuldade em garantir meios de subsistência, e retornaram antes mesmo de decretada a anistia. Entre esses casos chama a atenção Lindolfo Collor e Flores da Cunha. Ambos, ao retornarem ao Brasil, enfrentaram imediata repressão.

Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos. Privados de uma comunidade política que os reconhecesse, esses indivíduos deixavam de ser protegidos por qualquer ordem jurídica e passavam a existir apenas como seres humanos 'em geral', isto é, desprovidos de garantias concretas. Nessa condição, tornavam-se o refúgio da terra, expostos à arbitrariedade e à exclusão, sem que houvesse uma instância capaz de assegurar-lhes direitos efetivos<sup>238</sup>.

Lindolfo Collor<sup>239</sup>, com o apoio de aliados, obteve autorização do governo brasileiro para retornar ao país em 1941. No entanto, devido a declarações críticas a regimes autoritários, acabou sendo preso aproximadamente 20 dias depois de seu retorno. O período de encarceramento revelou como o exílio e a repressão política deixam marcas duradouras. Mesmo após o retorno, as tensões e vigilâncias sobre antigos opositores persistiam, afetando sua saúde e seu engajamento político. O agravamento de seu estado físico durante a prisão levou Lindolfo Collor à morte em

---

<sup>238</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 369.

<sup>239</sup> FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lindolfo-leopoldo-boekel-collor>. Acesso em: 5 dez. 2025.

1942. Sua trajetória com a experiência do exílio e da repressão pode moldar a percepção do indivíduo sobre sua pátria, sua atuação política e sua relação com o espaço público<sup>240</sup>.

Outro exilado que retornou ao país antes da assinatura da anistia foi Flores da Cunha, sua volta se deu em 1943. Assim que chegou, enfrentou a mobilização de adversários políticos, que atuaram para restringir sua liberdade, o que resultou em sua prisão na Ilha Grande. Esse episódio evidencia como as experiências de desterro frequentemente produzem rupturas biográficas que não se dissipam com o retorno, reaparecem em novas formas de vigilância e conflito político<sup>241</sup>. Depois de ganhar liberdade, retomou sua carreira política, elegendo-se ao cargo de Deputado Federal para a Assembleia Constituinte de 1946, onde desempenhou papel relevante.

Entre suas atuações políticas no pós-Estado Novo destaca-se o apoio à posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, em um contexto marcado por forte tensão institucional e por tentativas de impedir a ascensão do presidente eleito. No mesmo período, exerceu a presidência da Câmara dos Deputados, consolidando sua reinserção no cenário político nacional. Flores da Cunha manteve-se politicamente ativo até o fim da vida, falecendo em 1959, aos 73 anos. Ao longo desses anos, acompanhou de perto o retorno de Getúlio Vargas ao poder, o desfecho trágico de seu segundo governo, em 1954, e posicionou-se, em diferentes momentos, em defesa da ordem constitucional e da legalidade democrática.

De exilado a aliado, Paulo Nogueira Filho<sup>242</sup>, mais um dos protagonistas políticos que viveram apartados de seu país de origem, diferentemente de Flores da Cunha e Lindolfo Collor, permaneceu no exílio por aproximadamente sete anos após a implantação do Estado Novo. Nogueira Filho viveu de forma intensa sua permanência fora do país. A experiência prolongada do exílio produziu uma tensão recorrente entre a memória preservada a distância e a realidade transformada no momento do retorno. Tal descompasso, comum a indivíduos submetidos a longos períodos de afastamento, manifesta-se no confronto com um país que já não

---

<sup>240</sup> SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. In: *Idem. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-60.

<sup>241</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204-220.

<sup>242</sup> FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nogueira-filho-paulo>. Acesso em: 6 dez. 2025.

corresponde ao imaginário elaborado durante a permanência no exterior<sup>243</sup>. Quando retornou ao Brasil, em 1945, encontrou uma nação remodelada pelos impactos de uma guerra mundial e pelas mudanças estruturais implementadas durante o governo autoritário, o que exigiu dele a reconstrução de vínculos e referências, movimento que reflete a necessidade de recompor subjetividades após períodos de ruptura e deslocamento.

Logo após seu retorno, reinseriu-se no cenário político nacional, filiou-se à UDN (União Democrática Nacional), adequando-se às novas dinâmicas que emergiam com a reconstrução institucional do pós-Estado Novo. Eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 1945, teve atuação destacada na elaboração da nova carta Constitucional brasileira de 1946.

Em 1948, diante de divergências em relação à orientação assumida pela União Democrática Nacional (UDN), rompeu com a legenda e ingressou no Partido Social Progressista (PSP), que posteriormente se alinharia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse deslocamento partidário implicou uma reconfiguração significativa de suas alianças políticas, inserindo-o no bloco que apoiaria a candidatura e, posteriormente, o governo de Getúlio Vargas. Sua trajetória no pós-guerra sintetiza, assim, uma inflexão expressiva, de exilado político a aliado daquele mesmo líder cuja prática autoritária havia contribuído decisivamente para sua expulsão do país anos antes.

Sua trajetória no período não se limitou ao simples retorno de um exilado à vida pública, mas evidenciou a capacidade de adaptação, negociação e recomposição política de sujeitos que, após o afastamento forçado, precisaram reconstruir seus lugares no interior de uma ordem institucional profundamente reconfigurada. Uma de suas últimas intervenções na vida pública ocorreu quando apoiou o movimento político-militar que levou à deposição de João Goulart, em 1964, posicionamento que marcou sua derradeira participação relevante no cenário nacional. Poucos anos depois, em 1969, Paulo Nogueira Filho veio a falecer, encerrando uma trajetória política atravessada por exílios, recomposição de alianças e profundas transformações no país.

---

<sup>243</sup> SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Falar de história de vida é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das “sucessivas emboscadas dos concursos e dos exames”), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estréia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história<sup>244</sup>.

As trajetórias pós-exílio vão se delineando uma a uma ao longo deste item, entre elas a de Luís de Toledo Piza Sobrinho<sup>245</sup>, outro protagonista político que regressou ao Brasil em 1945. A implantação do Estado Novo o obrigara a deixar o país, sobretudo por sua vinculação à campanha presidencial de Armando de Salles Oliveira e por sua atuação firme na oposição ao governo Vargas. Partiu para a França, permanecendo no exílio por aproximadamente sete anos, período marcado por articulações políticas.

Em 1945, Piza Sobrinho retornou ao Brasil e reinseriu-se na vida política. Foi eleito deputado nas eleições de 1945 e participou dos trabalhos que culminaram na elaboração da nova Constituição, contribuindo para redesenhar as bases democráticas do pós-Estado Novo. Durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, na ocasião em que se discutiu no Congresso a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, Piza Sobrinho assumiu posição contrária à medida, reafirmando um compromisso com princípios democráticos e com a preservação das garantias parlamentares, postura que marcou sua trajetória política no período.

Em maio de 1947, por três votos a dois, os juizes do Tribunal Superior Eleitoral cassaram o registro do PC sob dupla alegação: a primeira acusava o Partido Comunista do Brasil de ser um partido estrangeiro – o nome “do Brasil” em vez de “brasileiro” estaria nomeando uma seção da Internacional Comunista, cuja sede estava em Moscou; a segunda manejava o critério ideológico, embutido no Ato Adicional de 1946, para definir a atuação dos

<sup>244</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

<sup>245</sup> FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/piza-sobrinho-luis-de-toledo>. Acesso em: 6 dez. 2025.

comunistas como antidemocráticos: “insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem”<sup>246</sup>.

Após seu retorno ao Brasil, Piza Sobrinho continuou a desempenhar funções na administração pública. Assumiu diferentes postos, entre eles a presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), e manteve presença ativa em debates sobre políticas setoriais. Ao longo desses anos, publicou obras em que registrou sua experiência política e analisou temas centrais da vida nacional, especialmente aqueles ligados ao setor cafeeiro e ao meio agrário. Depois de uma extensa carreira dedicada à vida pública, faleceu em 1983, encerrando uma trajetória marcada por engajamento contínuo e pela defesa de princípios democráticos.

A Rede de exilados reunia figuras oriundas de diferentes regiões do país, cujas trajetórias, embora atravessadas pelos mesmos processos de repressão e desterro, carregavam marcas específicas de seus contextos de origem. Entre esses protagonistas, destaca-se o baiano Otávio Mangabeira<sup>247</sup>, cuja presença parece deslocar o leitor do eixo mais conhecido das oposições paulistas e sulinas, revelando a amplitude nacional da resistência ao Estado Novo. Ex-ministro e parlamentar de longa carreira, Mangabeira tornou-se um dos articuladores mais constantes da Rede, movimentando contatos, escrevendo, intervindo e buscando manter vivas no exterior as alternativas democráticas que o regime tentava suprimir dentro do país. A figura de Mangabeira, portanto, abre caminho para compreender como o exílio não foi apenas uma experiência de dispersão, mas também de convergências políticas, capaz de unir vozes separadas por milhares de quilômetros.

Ao tempo em que ruía o nazi-fascismo tornara-se nítido o declínio de Vargas, cujas tentativas para ganhar tempo e contornar a maré montante da democracia se revelariam inúteis. Na crista dessa onda democrática, Mangabeira, garantido por um *haheas corpus*, retornou ao Brasil. Era o termo de longo exílio, durante o qual ele se fizera sempre maior. Crescera na adversidade. Enfrentara a força com pertinácia e bravura invulgares, conquistando a admiração e o reconhecimento da nacionalidade<sup>248</sup>.

---

<sup>246</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 398.

<sup>247</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Otávio Mangabeira**. Biografia. c.2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130667/biografia>. Acesso em: 6 dez. 2025.

<sup>248</sup> VIANA FILHO, Luiz. **Otávio Mangabeira: um homem na tempestade**. Brasília: Senado Federal, 1986, p. 16. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91415>. Acesso em: 6 dez. 2025.

Otávio Mangabeira, como outros protagonistas políticos de sua geração, conheceu o exílio mais de uma vez, mas foi durante o Estado Novo que viveu seu afastamento mais prolongado e politicamente significativo. Com a reabertura do cenário institucional, em 1945, retornou à Bahia e reintegrou-se rapidamente à vida pública. Filiado à UDN, candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte e foi eleito, desempenhando papel relevante nos debates que resultaram na Constituição democrática de 1946.

Sua trajetória pós-exílio não perdeu fôlego, elegeu-se governador da Bahia, em 1947, permanecendo no cargo até 1951, consolidando sua influência regional; posteriormente, assumiu uma cadeira no Senado, onde continuou a atuar com firmeza nas discussões centrais da política nacional. Até sua morte, em 1960, Mangabeira não foi um intelectual sistemático, como um ensaísta profissional, mas produziu uma obra escrita relevante, sobretudo memorialística, política e de reflexão liberal, muito ligada à experiência do exílio, da oposição a Vargas e da vida pública<sup>249</sup>. Inclusive ocupou a cadeira de número 16 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Membro destacado da Rede de exilados contrária ao Estado Novo, Júlio de Mesquita Filho retornou ao Brasil ainda durante o período autoritário, antes mesmo da decretação da anistia. Ao desembarcar no país, em 1943, foi imediatamente detido pelas autoridades, embora tenha obtido autorização para cumprir o confinamento em sua fazenda, situada no município de Louveira. Com a progressiva abertura política, Mesquita Filho recuperou o controle do jornal de sua família, *O Estado de S. Paulo*, que desde 1940 permanecia sob intervenção direta do governo Vargas.

Com a restituição plena de seus direitos civis, retomou a atuação pública, mantendo-se ligado à União Democrática Nacional (UDN), e reassumiu a direção editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*. A partir desse posto, publicou de maneira constante artigos de forte teor político, discutindo tanto a conjuntura nacional quanto temas internacionais. Mantendo-se fiel à sua postura oposicionista, continuou a criticar Getúlio Vargas, mesmo após o fim do Estado Novo, durante o período em que o presidente retornou ao poder pelo voto direto. Essa oposição se estendeu até a crise

---

<sup>249</sup> Entre suas obras, destacam-se “Crítica do Estado Novo” (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1945), que reúne textos e reflexões críticas ao autoritarismo varguista; e “Oração aos Moços” (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943), em que organizou e escreveu textos em torno da famosa obra de Rui Barbosa.

que marcou o segundo governo varguista, encerrado abruptamente com o suicídio de Vargas, em 1954.

#### UM DIA DE FESTAS NO “ESTADO”

Carinhosas manifestações aos antigos diretores reintegrados nas suas funções

Assinado ontem o decreto-lei n. 15273 que autorizou a Fazenda do Estado a transferir a propriedade das ações S.A. “O Estado de São Paulo” a seu antigo proprietário, marcou-se para as 16 horas, nos escritórios dessa folha, a lavratura dos respectivos termos.

A essa hora, todas as dependências dos escritórios e redação desta folha já se achavam repletos de senhoras e cavalheiros que, sabedores da grata notícia, haviam ocorrido a nos trazer a manifestação de seu regozijo<sup>250</sup>.

Sempre envolvido com as questões políticas brasileiras, Júlio de Mesquita Filho apoiou o golpe militar de 1964, que resultou na destituição do presidente João Goulart. Contudo, esse posicionamento possivelmente lhe causou arrependimento, uma vez que o periódico *O Estado de S. Paulo* passou a sofrer censura. Com a decretação do AI-5, Mesquita Filho deixou de redigir artigos. Pouco tempo depois, acometido por problemas de saúde, veio a falecer em 1969.

A censura ad hoc, que surgira mal coordenada em dezembro de 1968, foi regularizada em março de 1969 por um decreto que tornava ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas. Como se quisessem indicar de onde achavam que se originava a oposição, os arquitetos da censura também proibiram a publicação de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes. Toda a mídia foi colocada sob supervisão dos tribunais militares<sup>251</sup>.

Um dos elementos centrais para a formação e consolidação da Rede de exilados foi a proximidade preexistente de seus membros. Entre os protagonistas políticos mais articuladores e influentes destaca-se Armando de Salles Oliveira<sup>252</sup>, que, juntamente com seu cunhado, Júlio de Mesquita Filho, partiu para o exílio e coordenou esforços conjuntos para promover ações de oposição ao governo Vargas.

O ex-governador de São Paulo gozava de ampla consideração no meio político. A participação em movimentos políticos nacionais, como o apoio à Revolução de 1930, a atuação direta na Revolução Constitucionalista de 1932 e a candidatura à

<sup>250</sup> MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio**: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 354.

<sup>251</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167.

<sup>252</sup> SÃO PAULO (Estado). Arquivo do Estado de São Paulo. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo, c.2026. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/armando-de-salles-oliveira-2>. Acesso em: 6 dez. 2025.

presidência nas eleições de 1938 consolidaram sua popularidade, criando condições favoráveis para o estabelecimento de alianças estratégicas. Essa base de prestígio foi decisiva para viabilizar iniciativas oposicionistas, mesmo a partir do exterior, reforçando seu papel dentro da Rede de exilados.

Armando de Salles Oliveira partiu para o exílio em 1938, deslocando-se por diferentes cidades e países ao longo de sua trajetória. Inicialmente, residiu em Paris, imerso na vida intelectual europeia; posteriormente, transferiu-se para Nova Iorque; e, por fim, estabeleceu-se em Buenos Aires, onde permaneceu até seu retorno ao Brasil. Com a aprovação da anistia, em 1945, Salles Oliveira pôde regressar, mas sua estada no país foi breve. Já debilitado fisicamente, não teve oportunidade de rever completamente a nação nem de se confrontar plenamente com as transformações ocorridas durante sua ausência. Faleceu pouco mais de um mês após sua chegada, encerrando uma trajetória caracterizada pelo engajamento político e pela persistente atuação de oposição ao governo Vargas.

Armando compreendeu, melhor do que ninguém, a função predominante que deve caber às Universidades na formação de um povo de tradições democráticas. Para ele, sem uma cultura liberal, que concorresse para desvencilhar o homem das servidões externas e internas, a que vive quase sempre subordinado, ninguém poderia elevar-se acima da mediocridade<sup>253</sup>.

Armando de Salles Oliveira deixou um legado político duradouro. Sua atuação como líder oposicionista durante o período do Estado Novo consolidou sua relevância no cenário nacional, enquanto sua contribuição decisiva à fundação da Universidade de São Paulo, no período em que atuou como interventor estadual, reforçou sua influência na formação institucional e intelectual do país. Mesmo após anos de exílio e de intensa atuação política no exterior, Salles Oliveira continuou a ser uma referência de engajamento cívico, demonstrando como experiências de deslocamento forçado podem ser convertidas em capital político e cultural para a nação.

Paulo é um gourmet, um refinado conhecedor de vinhos, bem como um contador de estórias anedóticas cujas personagens são de ordinários seus coestaduanos paulistas – tanto os caipiras como os “quatrocentões”. Nunca foi, porém, homem de tomar a palavra e durante largos minutos ou mesmo horas ficar falando de si mesmo. Possui em alto grau essa qualidade tão rara

---

<sup>253</sup> SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo; Parma: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 119.

no latino-americano, isto é, a capacidade de ouvir com atenção o que os outros dizem<sup>254</sup>.

A citação destacada, extraída do prefácio de um dos livros de Paulo Duarte e redigida por Érico Veríssimo, oferece um primeiro vislumbre de um dos protagonistas políticos da Rede de exilados. Veríssimo ressalta a erudição e o preparo intelectual de Duarte, sua capacidade de diálogo e a qualidade de suas relações interpessoais, atributos que consolidaram seu papel nas articulações políticas durante o exílio. Essa introdução permite compreender que a atuação de Duarte não se restringiu à esfera política formal, sua influência manifestou-se igualmente por meio de uma presença pessoal marcante, conferindo-lhe prestígio entre pares e aliados e fortalecendo a Rede de exilados na resistência ao autoritarismo do Estado Novo.

Talvez em decorrência de seu intenso envolvimento com questões culturais, Paulo Duarte destacou-se como um dos protagonistas políticos mais cultos e eruditos da Rede de exilados. Essa afirmação encontra respaldo em sua trajetória profissional: atuou no Museu do Homem em Paris, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e procurou fundar o Museu do Homem no Brasil, além de diversas outras contribuições no campo cultural. Tais experiências reforçam a dimensão intelectual e o engajamento cultural que marcaram sua vida e sua atuação política.

O período de exílio intensificou ainda mais seu vínculo com a Europa, especialmente com Paris e o Museu do Homem. Admirador de Paul Rivet, e influenciado pelo ambiente cultural europeu, Duarte manifestou repetidamente seu apreço por essas experiências, revelando uma relação marcada pela tensão entre seu retorno ao Brasil e o fascínio pelas culturas estrangeiras. Nota-se, assim, como o exílio moldou sua perspectiva política e ensejou uma sensibilidade cultural que atravessou toda a sua trajetória.

Paulo Alfeu Junqueira Duarte<sup>255</sup> permaneceu por um longo período no exílio. Com a aprovação da anistia, retornou ao país e reintegrou-se ao cotidiano da terra natal, reassumindo o cargo de redator-chefe do jornal *O Estado de S. Paulo* e retomando suas atividades de ensino na Universidade de São Paulo. Em 1950, fundou

---

<sup>254</sup> VERÍSSIMO, Érico. Apresentação. In: DUARTE, Paulo. **Memórias**: As raízes profundas. São Paulo: Hucitec, 1974, p. XIV–XV.

<sup>255</sup> FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-alfeu-junqueira-de-monteiro-duarte>. Acesso em: 6 dez. 2025.

a revista *Anhembi*<sup>256</sup>, publicação que se manteve ativa até 1962, corroborando sua atuação tanto no campo acadêmico quanto no cultural.

Como democrata convicto, Paulo Duarte posicionou-se contra o movimento político-militar de 1964, o que lhe rendeu prisões em algumas ocasiões. Com a promulgação do Ato Institucional n.º 5, teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado compulsoriamente do cargo de professor na Universidade de São Paulo, marcando mais uma etapa de repressão em sua trajetória de resistência.

Nesse contexto de crescente controle político e ideológico, que se estendia também ao campo educacional, alguns intelectuais passaram a observar com preocupação a crescente influência de modelos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos, na formulação de políticas educacionais brasileiras.

A USAID também buscava trabalhar nessa área por meio de um acordo de reforma global do sistema educacional brasileiro, que seria objeto de inúmeras controvérsias quando se tornou estigmatizado como suspeito e conhecido pelo epíteto de “acordo MEC-USAID”<sup>257</sup>, verdadeiro *slogan* cujo simples enunciado pelo movimento estudantil bastava para carrear forte antiamericanismo<sup>258</sup>.

Paulo Duarte constituiu uma obra intelectual expressiva<sup>259</sup> e posicionou-se de forma contundente contra diferentes experiências autoritárias. Por meio de seus escritos, denunciou práticas coercitivas durante o governo Vargas e manifestou oposição explícita à instauração da ditadura militar em 1964, mobilizando a escrita como instrumento de crítica política e resistência intelectual. Faleceu em 1984,

---

<sup>256</sup> Para uma análise histórica da revista *Anhembi* (1950-1962), criada por Paulo Duarte no contexto de sua trajetória intelectual e política, como espaço de articulação entre ciência, cultura e debate público no pós-guerra, ver: MENDES, Marta Ferreira Abdala. Reflexões históricas sobre a *Revista Anhembi*: a relação entre política científica, ciência e cultura. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, São Paulo, v. 12, 2015.

<sup>257</sup> Ministério da Educação e Cultura (MEC) - United States Agency for International Development (USAID)

<sup>258</sup> FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 201.

<sup>259</sup> Compôs uma obra intelectual marcada pela combinação entre escrita memorialística, ensaio político e intervenção cultural. Destacam-se suas “*Memórias*”, nas quais reconstrói retrospectivamente sua atuação intelectual e política, incluindo a experiência do exílio, bem como ensaios como “O drama do nosso tempo” e “Contra o vandalismo e o extermínio”, nos quais defende a democracia, a valorização da cultura e a preservação do patrimônio histórico. Deve-se mencionar ainda sua atuação como organizador e editor da correspondência com Mário de Andrade, publicada em “*Cartas de Mário de Andrade a Paulo Duarte*”, obra fundamental para a compreensão das redes intelectuais modernistas e dos debates sobre política cultural no período, embora marcada pelas mediações editoriais do próprio Duarte.

deixando um legado intelectual e político que permite situá-lo como uma das personalidades mais originais e influentes da história de São Paulo e do Brasil.

Tanto mais que, para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema de seu papel e de seu “poder”, problema que, de uma forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento? Uma pergunta como esta, assim formulada, teria bastado, em certas décadas em que o acontecimento estava banido do ecúmeno dos historiadores, para desqualificar quem o fizesse<sup>260</sup>.

A análise conjunta das trajetórias desses protagonistas mostra que sua atuação política não pode ser dissociada de seu lugar no universo intelectual. Ao circular entre Paris, Nova Iorque, Montevideu, Buenos Aires e Lisboa, produzir artigos para a imprensa estrangeira, participar de debates acadêmicos e manter correspondência constante entre si, constituíram uma rede intelectual transnacional cuja força residia justamente na articulação de experiência política e produção simbólica. Suas intervenções no espaço público buscavam influenciar percepções, moldar diagnósticos e pressionar pela erosão do Estado Novo. Assim, questionar sobre a capacidade dos intelectuais de incidir nos acontecimentos permite reconhecer que a ação desses exilados, dispersa geograficamente, mas coesa em seus objetivos, configurou uma estratégia deliberada de intervenção no curso da vida política brasileira.

A experiência desses exilados deve ser entendida também levando em conta a condição intelectual de muitos deles no campo político e cultural brasileiro. Longe de atuar apenas como opositores deslocados de sua base partidária, mobilizavam instrumentos próprios de engajamento intelectual: produção de artigos, intervenção na imprensa estrangeira, circulação de manifestos e recomposição de vínculos com redes transnacionais. Nesse sentido, a atuação desses “intelectuais de engajamento”<sup>261</sup> ultrapassa a esfera institucional e se projeta na construção de discursos públicos capazes de tensionar regimes autoritários. No exílio, esses opositores encontraram tanto espaço para difundir críticas ao Estado Novo quanto a necessidade de reorganizar suas perspectivas políticas após o rompimento provocado pela perseguição e pela obrigatoriedade da partida, experiência marcada por

---

<sup>260</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 235.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 231-254.

processos de ruptura e ressignificação vividos por grupos deslocados de forma coercitiva<sup>262</sup>.

É a partir da década de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como um corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social<sup>263</sup>.

A partir dessa leitura, é possível compreender como uma parcela significativa dos intelectuais brasileiros redefiniu seu papel na década de 1930. Ao se aproximar do Estado e assumir funções de direção moral e política, passaram a se perceber como detentores de uma visão totalizante da sociedade, legitimando uma autoridade quase orgânica sobre o chamado “corpo social”. Sua interpretação permite entender por que tantos deles<sup>264</sup>, mesmo quando distantes fisicamente do Brasil durante o exílio, mantiveram a convicção de que lhes cabia intervir, orientar e influenciar os rumos da vida pública.

Por tudo isso, ao se observar em conjunto as trajetórias desses protagonistas, fica evidente que a Rede de exilados não se formou apenas a partir de vínculos políticos, mas também de uma forte presença intelectual. Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte, Otávio Mangabeira e Armando de Salles Oliveira, entre outros, atuaram no exterior mobilizando suas experiências públicas, bem como a autoridade que possuíam como produtores de ideias, gestores de jornais, articulistas e homens profundamente inseridos no mundo das letras. Essa dimensão intelectual que atravessava suas biografias muito antes do exílio foi fundamental para que pudessem intervir nos debates sobre o Brasil a distância, elaborar diagnósticos, construir interpretações e tentar influenciar os rumos do país mesmo longe. Assim, a força da Rede de exilados que constituíram resulta justamente dessa combinação entre ação política e atuação intelectual, que conferiu ao grupo uma capacidade singular de fazer circular críticas, projetos e visões de futuro em diferentes espaços transnacionais.

---

<sup>262</sup> Sobre experiências de ruptura biográfica, deslocamento forçado e processos de ressignificação vividos por grupos submetidos à coerção política, ver: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 200-212.

<sup>263</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 148.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 148.

### 4.3 Ressentimentos e arrependimentos

A palavra *ressentimento* é uma categoria complexa, marcada por disputas conceituais e múltiplas camadas de interpretação ao longo do tempo. Não possui uma definição única ou definitiva, ao contrário, sua compreensão resulta de debates que permeiam a filosofia, a psicologia e a própria historiografia.

Em termos gerais, o ressentimento pode ser entendido como um sentimento que se prolonga, que não se encerra no momento do agravo, ele retorna e se reorganiza continuamente, transformando-se em força interpretativa capaz de moldar narrativas, identidades e percepções de mundo. Desde Nietzsche<sup>265</sup>, que o associou à incapacidade de superar uma experiência de ofensa e à tendência de reinterpretar o passado a partir de uma lógica de culpabilização, até Max Scheler, que destacou seu caráter moral e social, o ressentimento é visto não apenas como uma emoção que decorre de um acontecimento, mas que estrutura, no presente, formas de lembrar, justificar e agir.

Na perspectiva da História, especialmente da História das emoções e da memória, o ressentimento é analisado como um sentimento que se cristaliza em narrativas políticas, orienta a construção de inimigos, legitima ações e sustenta interpretações retrospectivas do passado. Assim, ao abordar o ressentimento no contexto dos exilados do Estado Novo, para além de uma emoção individual, compreendemos um mecanismo narrativo e identitário, capaz de organizar a memória, reforçar a culpabilização e produzir leituras duradouras sobre o autoritarismo varguista.

A historiografia das emoções tem destacado que o ressentimento não deve ser confundido com outras emoções negativas, como mágoa, rancor ou indignação. A mágoa pode ser entendida como ferida afetiva localizada, geralmente vinculada a um acontecimento específico; o rancor, por sua vez, implica a manutenção hostil de um sentimento de ofensa, mas sem necessariamente produzir uma narrativa elaborada sobre o passado. A indignação tende a ser momentânea e voltada a

---

<sup>265</sup> O conceito de ressentimento possui longa tradição interpretativa. Em “Genealogia da moral”, Friedrich Nietzsche descreve o ressentimento como um sentimento reativo, marcado pela impossibilidade de superar a ofensa e pela necessidade de reorganizar o passado por meio de um sistema de culpabilizações. Max Scheler, em “O ressentimento na moral”, aprofunda o caráter social e moral desse processo, destacando como o ressentimento se cristaliza em julgamentos, justificações e formas de autorrepresentação. Ambos os autores enfatizam o modo como o ressentimento opera não apenas como emoção, mas como estrutura interpretativa.

injustiças percebidas, frequentemente associada a uma ação imediata. O ressentimento, ao contrário, envolve um processo prolongado de reelaboração do agravo, capaz de transformar a memória individual e coletiva. Ele funciona como uma emoção organizada, que se incorpora à identidade, produz explicações sobre o passado e orienta ações futuras. É justamente essa dimensão estruturante, mais do que simplesmente afetiva, que torna o ressentimento tão relevante na análise de trajetórias políticas marcadas pelo exílio e pela disputa interpretativa do passado.

O ressentimento que marcou a experiência dos exilados políticos da Era Vargas não emerge de uma única fonte de injustiça, e sim de uma sobreposição complexa de violências que operaram simultaneamente em diferentes níveis: o político, o subjetivo e o histórico. Compreender o ressentimento desses atores exige, portanto, uma análise que revele essas camadas, mostrando como cada uma delas contribuiu para estruturar uma experiência de injustiça que se perpetuou mesmo após o retorno ao Brasil.

Esta discussão parte da ideia de que o ressentimento manifestado pelos exilados durante o Estado Novo não deve ser reduzido a uma reação emocional. Ele nasce de experiências concretas de injustiça, que tocaram tanto sua vida política quanto suas relações pessoais. As fontes disponíveis – cartas, memórias, artigos – deixam claro que essas injustiças se estenderam por diversas camadas, produzindo percepções que acompanharam esses atores mesmo muito tempo depois do fim do regime.

No plano político, o afastamento promovido pelo governo Vargas representou mais que uma punição momentânea. Para muitos desses homens, significou uma interrupção abrupta da vida pública, construída ao longo de anos de atuação. O exílio não surgiu como consequência de conflitos passageiros, mas como parte de um processo intencional de silenciamento, destinado a retirar da arena política justamente aqueles que faziam oposição às imposições do novo governo. A sensação de terem sido retirados da disputa de maneira ilegítima atravessa grande parte dos relatos deixados por eles.

O retorno ao Brasil, para quem pôde regressar, trouxe uma decepção difícil de ser contornada. Era comum o sentimento de que as estruturas que haviam sustentado o autoritarismo permaneciam praticamente as mesmas. O fim formal do Estado Novo não significou, para muitos, o fim das práticas que lhes haviam tirado o lugar na cena política. Era como se o sacrifício experimentado no exterior fosse progressivamente destituído de sentido.

Essa sensação ganhou força após a eleição presidencial de 1950. Ver Vargas novamente à frente do país pelo voto direto reacendeu feridas que muitos imaginavam já cicatrizadas. A volta do antigo adversário ao centro do poder parecia, para esses ex-exilados, confirmar que todas as perdas decorrentes não haviam produzido nenhuma mudança efetiva. O ressentimento, nesse contexto, reaparecia com novo vigor, alimentado pela impressão de que sua luta fora anulada pela própria dinâmica da política brasileira.

O ressentimento não se limitou ao plano institucional, ele também se formou a partir das perdas pessoais provocadas pelo exílio. A separação familiar é um tema recorrente nas memórias desses sujeitos históricos. Não era apenas a distância física, o afastamento interrompia convivências, impedia pais de acompanhar o crescimento dos filhos e colocava cônjuges em situação de incerteza prolongada. Muitos laços não resistiram ao tempo e à distância, e essas rupturas pesavam de forma intensa sobre si, estando expressas nas suas narrativas posteriores.

A perda de bens também aparece com frequência. Alguns tiveram propriedades confiscadas, outros viram negócios arruinados ou patrimônios desaparecerem rapidamente. Essas perdas materiais não eram apenas questões financeiras, simbolizavam a destruição de bases de segurança e estabilidade que haviam sido construídas ao longo de toda uma vida. Mesmo quem conseguiu se reerguer carregava a marca dessas rupturas.

Outro ponto sensível foi a desarticulação das redes profissionais e sociais que sustentavam a atuação pública desses exilados. No caso de Júlio de Mesquita Filho, sua influência dependia intensamente da interação diária com políticos, intelectuais e jornalistas. O exílio o afastava fisicamente desses circuitos de interlocução e até mesmo os rompia. Essa percepção de que tudo aquilo que havia sido construído ao longo de décadas se desfazia de uma hora para outra aparece de maneira forte em vários depoimentos.

Diversos relatos mencionam a mágoa, a decepção causada por antigos aliados que se aproximaram do governo, aceitaram cargos ou simplesmente se calaram diante das perseguições. Essa mudança de postura, que poderia ser lida apenas como reposicionamento político, foi vivida como ferida pessoal, ampliando a sensação de isolamento vivida durante o exílio.

Ao contrário das injustiças políticas, que, em certa medida, poderiam ser reconsideradas posteriormente por meio de anistias ou revisões, as perdas pessoais eram quase sempre irreparáveis. Os anos afastados não retornariam, a infância dos filhos não se repetiria e muitas relações desgastadas pela distância jamais recuperariam sua forma original. A isso se somava a convicção de que um projeto de país havia sido derrotado. Esses exilados não eram apenas opositores individuais, eram representantes de correntes políticas que defendiam limites constitucionais ao poder, instituições mais robustas e uma vida pública alicerçada na “democracia representativa”. Ver tais projetos interrompidos pelo Estado Novo significava assistir ao colapso de expectativas que vinham sendo formuladas havia décadas. O ressentimento, nesse sentido, não se limitava ao passado pessoal de cada um, estendia-se a uma visão de futuro que, para eles, fora violentamente barrada.

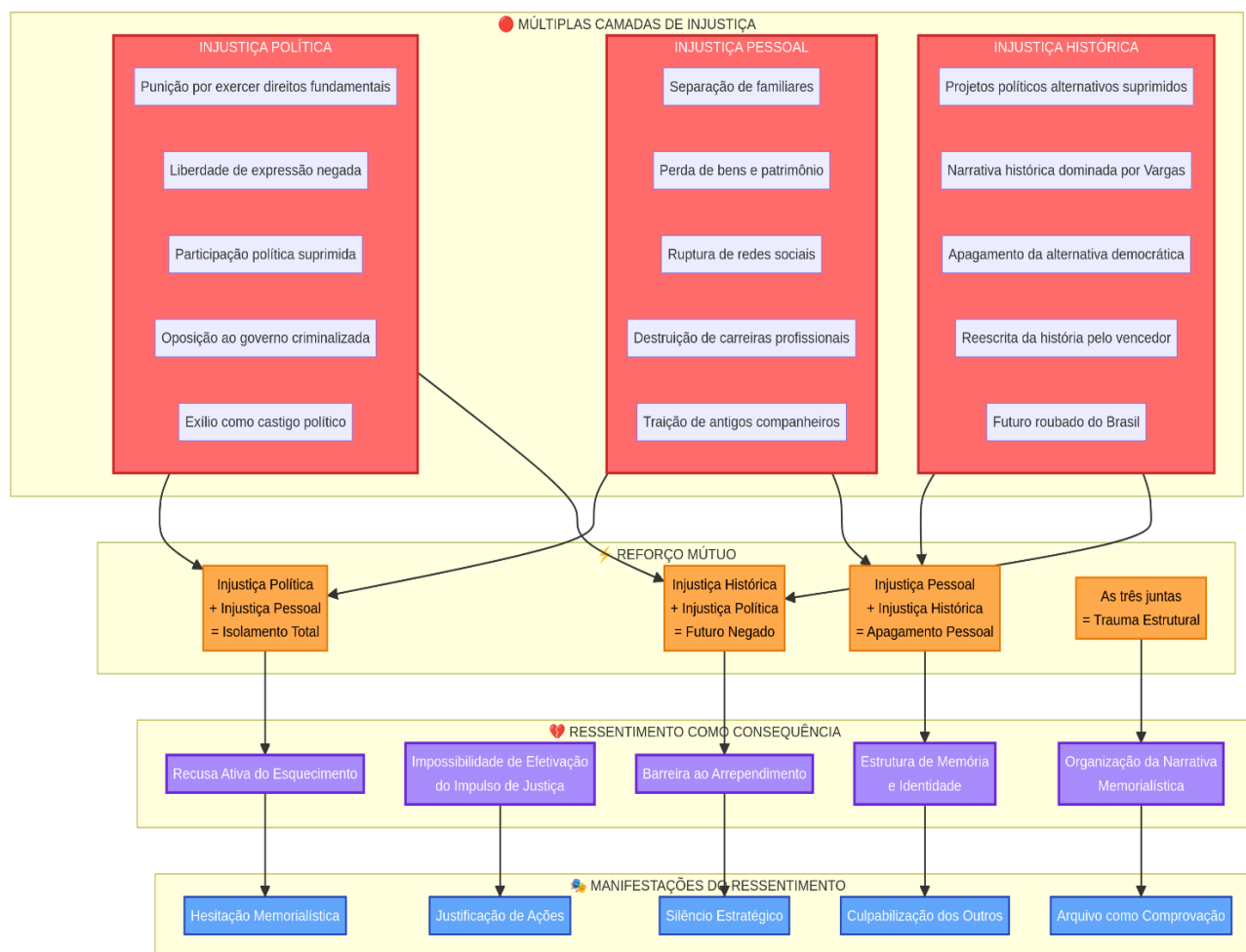
A lembrança de uma injustiça sofrida pode tornar-se o núcleo em torno do qual se reconstróem identidades, redefinem-se alianças e se organizam resistências. O ressentimento, nesse sentido, não apenas conserva viva a memória de um mal experimentado, mas fornece também uma chave interpretativa para o mundo social e político. Ele permite aos indivíduos e grupos conferir sentido às suas experiências passadas, ao mesmo tempo em que orienta suas expectativas e ações futuras. Por isso, os ressentimentos desempenham um papel tão consistente na história política: eles transformam sofrimentos privados em motivos públicos de ação<sup>266</sup>.

A fim de ilustrar o argumento desenvolvido anteriormente, o diagrama exibido a seguir sintetiza as três camadas de injustiça discutidas (pessoal, histórica e política), permitindo uma compreensão mais imediata de suas relações.

---

<sup>266</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 17-18.

Figura 20 – Camadas de injustiças que atingiram os exilados



Fonte: Diagrama produzido pelo autor

No caso dos exilados políticos do Estado Novo, o ressentimento adquire uma função ainda mais expressiva. A experiência do afastamento forçado, combinada às perdas políticas e simbólicas, intensifica a necessidade de atribuir sentido ao passado e de identificar responsáveis claros pelas rupturas vividas. Nesse contexto, o ressentimento se apresenta como uma estrutura de sentido memorial e política, um mecanismo narrativo que organiza a memória, sustenta a culpabilização de Vargas e legitima retrospectivamente as escolhas políticas realizadas antes e durante o exílio. Ao reconstituir suas trajetórias, figuras como Paulo Duarte, Otávio Mangabeira e Júlio de Mesquita Filho recorreram ao ressentimento como chave interpretativa fundamental, convertendo o adversário político em antagonista central e reforçando um ciclo contínuo de justificações, no qual emoção e narrativa se alimentam mutuamente.

O homem é um animal social e a vida não é fácil para este quando as ligações são cortadas. Os padrões morais são muito mais fáceis de manter na textura da sociedade. Muitos poucos indivíduos têm força para conservar a sua própria integridade se o seu estatuto social, político e legal estiver completamente confuso. Faltando a coragem para lutar pelo nosso estatuto social e legal, decidimos, em vez disso, tantos de nós, tentar mudar de identidade. E este comportamento curioso torna as questões bem piores. A confusão em que vivemos é, em parte, da nossa própria responsabilidade<sup>267</sup>.

A experiência do exílio deixou marcas emocionais profundas que, mesmo após o retorno ao Brasil, continuaram a orientar a forma como muitos desses protagonistas políticos reinterpretavam a própria trajetória e os rumos do país. Entre os elementos mais recorrentes nas fontes, destaca-se o ressentimento dirigido ao governo Vargas. Ele se manifesta sobretudo nas críticas ao processo de anistia, percebido como incompleto ou estrategicamente limitado, bem como na frustração diante da permanência de estruturas administrativas e práticas políticas associadas ao período autoritário. Para vários exilados, retornar ao país significava enfrentar a sensação de que sua luta havia resultado não em uma vitória moral, mas em uma derrota prolongada, um sentimento que se enraíza justamente na dificuldade de conciliar expectativas políticas com a realidade institucional encontrada.

Hoje, porém, que este se pulverizou até oficialmente, o Brasil continua ainda segregado por uma muralha de confusão, recurso de que o ditador, com uma cínica uniformidade, lança mão todas as vezes em que sente o chão faltar-lhe aos pés, e deseja meditar sobre uma velhacaria qualquer que o permita continuar no poder<sup>268</sup>.

O ressentimento não se limitou à relação com o Estado. As memórias do exílio também revelam tensões no interior do próprio campo oposicionista, marcadas por sentimentos de injustiça, deslealdade e infidelidade. Muitos exilados registraram mágoas relacionadas a alianças rompidas, solidariedades frágeis e à percepção de traições políticas, morais e afetivas. Em seus relatos posteriores, emergem episódios nos quais antigos aliados se aproximaram do governo Vargas, aceitaram cargos, colaboraram de forma indireta ou simplesmente optaram pelo silêncio nos momentos de maior repressão. A ferida, nesse caso, ultrapassa o plano estritamente político, ela atravessa laços familiares, amizades de longa duração e compromissos que se julgavam inquebráveis, revelando como a experiência do exílio reorganiza os afetos,

---

<sup>267</sup> ARENDT, Hannah, **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 15-16.

<sup>268</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 275.

expõe infidelidades antes impensáveis e redefine os critérios de confiança e pertencimento.

O ilustre deputado sentiu-se altamente ofendido. E para uma melhor definição de atitudes declarou, não me lembro se na ocasião ou depois, que preferia tocar na mão de um leproso a tocar a do sr. Getúlio Vargas. E eu voltei à neutralidade mantida sempre nos debates em que se metia o nome do traidor da Aliança Liberal. Pouco tempo depois, talvez nem meio ano, êsse mesmo agitado parlamentar, após um curto período de adaptação intensiva, era nomeado interventor de São Paulo, ou melhor, segundo as suas próprias palavras, recebia São Paulo de Vargas como presente de aniversário e, coisa que ninguém sabia embora se tornasse lógica posteriormente, declarava-se aluno do mestre, cuja mão era mais repugnante do que a de um leproso<sup>269</sup>.

Nesse ponto, torna-se evidente que a memória, longe de ser um registro neutro, participa ativamente da reconstrução dessas experiências.

Como já vimos, mesmo que seja potencialmente positiva, nem sempre a memória é imparcial. Ao contrário, seu exercício frequentemente encoraja a pretensão a se instalar no papel da vítima, papel que coloca o resto do mundo na posição de devedor<sup>270</sup>.

Um aspecto central que emerge da análise do ressentimento entre os exilados é a sua complexa articulação com a ação política. Longe de constituir apenas uma experiência emocional negativa, o ressentimento pode converter-se em energia de mobilização, funcionando como uma matriz de reconfiguração moral: diante da impotência, grupos subjugados produzem valores alternativos, transformando a dor em critério ético e instrumento de intervenção no mundo<sup>271</sup>. Assim, o que poderia parecer paralisia emocional, frequentemente, converte-se em impulso de ação.

Entre muitos exilados brasileiros, foi justamente o ressentimento que impediu a inércia. Ele se manifestou na organização de jornais publicados no exterior, na articulação de redes oposicionistas, em denúncias internacionais contra o regime Vargas e na busca persistente por apoio diplomático. Não se tratava de uma emoção estéril, mas de uma força orientadora.

<sup>269</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 20-21.

<sup>270</sup> LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. *In*: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 23.

<sup>271</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Júlio de Mesquita Filho, preso 17 vezes e enviado ao exílio em duas ocasiões, converteu seu ressentimento em defesa intransigente da liberdade de imprensa e da ordem constitucional. Sua resistência não assumiu nenhuma forma de passividade, ao contrário, estruturou-se como prática combativa, alimentada pela convicção de que fora vítima de injustiça e de que, por isso mesmo, tinha o dever político de enfrentar aqueles que a produziram<sup>272</sup>.

O estudo do ressentimento e do arrependimento não se limita à exploração de emoções privadas ou à dimensão subjetiva da experiência individual. Trata-se de investigar de que modo sujeitos políticos que vivenciaram situações traumáticas elaboram sentidos para sua participação na experiência histórica. Nesse processo, as emoções não aparecem como elementos acessórios, mas como componentes estruturantes da memória, que se organiza em narrativas capazes de moldar a própria compreensão histórica do passado. Assim, analisar ressentimento significa compreender os mecanismos pelos quais emoção, memória e narrativa se articulam na produção de interpretações históricas socialmente significativas.

Essas tensões convivem com um outro eixo fundamental, o arrependimento. Há exilados que, ao revisitar suas trajetórias, passam a expressar um sentimento de culpa pela partida; outros realizam balanços retrospectivos mais amplos, questionando decisões tomadas ainda antes do exílio e ponderando se determinadas escolhas políticas teriam sido precipitadas ou se contribuíram, inadvertidamente, para o próprio isolamento político.

O ressentimento dos exilados, por sua vez, não pode ser observado como irracional ou injustificado; em vez disso, emerge como resposta legítima a injustiças concretas vividas no exílio, como a perda de poder, a separação de familiares e a supressão de direitos políticos. De modo semelhante, o arrependimento não se apresenta como fraqueza ou falta de convicção, e sim como expressão de uma reflexão crítica sobre as próprias ações e escolhas, revelando uma disposição de interrogar a si próprios mesmo diante da adversidade. Quando considerados no registro da escrita de si, tais sentimentos podem ser compreendidos como parte de

---

<sup>272</sup> SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome/Albatroz, 2009.

um trabalho de ordenação e significação do passado, no qual o sujeito reorganiza sua experiência e constrói narrativamente sua trajetória<sup>273</sup>.

Tal abordagem converge com a ideia de se entender escrita de si como tendo “editores” e não autores propriamente ditos. É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa<sup>274</sup>.

Assim, as “memórias feridas” dos exilados da Era Vargas não são simplesmente documentos do passado. São testemunhos de como o exílio marcou profundamente aqueles que o viveram, de como ressentimento e arrependimento estruturam a memória e a identidade, de como sujeitos políticos elaboram sentido para suas experiências traumáticas. Ao estudar essas memórias feridas, além da história do exílio, compreendem-se aspectos fundamentais da história política brasileira do século XX.

Os ressentimentos não são simplesmente lembranças de acontecimentos dolorosos; são formas duráveis de memória que permanecem ativas e se impõem como referência constante para a interpretação do presente. A ferida, mesmo antiga, continua a organizar as percepções, a modelar as identidades e a orientar comportamentos individuais e coletivos. Assim, aquilo que poderia parecer apenas um episódio passado torna-se um elemento estruturante da vida emocional e política, revelando como certas experiências traumáticas resistem ao esquecimento e se transformam em forças que moldam a ação histórica<sup>275</sup>.

Todas essas emoções e esses sentimentos se condensam no modo como esses indivíduos constroem suas narrativas de si. Quando se examinam cartas, memórias e artigos escritos anos após os fatos, percebe-se que ressentimentos e arrependimentos não aparecem como emoções dispersas, e sim como categorias que fundamentam a interpretação do passado, estrutura da memória. É justamente nesse ponto que se abre um diálogo fecundo entre indivíduo e sociedade: ao mesmo tempo que registram experiências pessoais, esses documentos expressam tensões coletivas vividas pela oposição ao Estado Novo, materializando nas histórias individuais os conflitos da política brasileira do período. Assim, ao tratar das “memórias feridas”,

---

<sup>273</sup> Para a compreensão da escrita de si como prática reflexiva e de atribuição de sentido à experiência histórica, ver: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>275</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 14-15.

além de dramas íntimos, investiga-se a maneira como sujeitos políticos que vivenciaram o exílio e o retorno elaboram um sentido para sua participação na história.

Grande parte da vida de um exilado é ocupada em compensar a perda desorientadora, criando um novo mundo para governar. Não surpreende que tantos exilados sejam romancistas, jogadores de xadrez, ativistas políticos e intelectuais. Essas ocupações exigem um investimento mínimo em objetos e dão um grande valor à mobilidade e à perícia<sup>276</sup>.

A maior parte dos protagonistas políticos que compuseram a Rede de exilados se manteve na oposição a Vargas mesmo após o fim do Estado Novo. A eleição de 1950, que marcou o retorno de Vargas ao poder, reacendeu entre muitos deles sentimentos dolorosos e o temor de que práticas autoritárias do passado pudessem ressurgir.

Já reinseridos na vida política nacional, e ocupando posições relevantes sobretudo no interior da UDN, esses ex-exilados passaram a desempenhar um papel ativo na articulação da oposição ao governo. Em 1954, suas ações e seus discursos se somaram a um ambiente de crescente hostilidade, contribuindo para o clima de pressão que envolveu Vargas nos meses que antecederam seu suicídio. Ainda que não tenham sido os únicos responsáveis pelo agravamento da crise, sua participação reforçou o cerco político que marcou aquele desfecho dramático.

Não odeio Vargas como não odeio ninguém. Acho-o horroroso como material humano, pela sua insensibilidade e principalmente pela destruição espiritual que realizou no Brasil. Tão grande que nem a maioria dos brasileiros dá conta dela. Pelo que me fez, a mim e outros, recolhendo-me, sem processo, pelo arbítrio apenas, a inúmeras prisões onde permaneci por mais de dois anos, privando-me por duas vezes de viver em meu país, com uma condenação sumária e policial, de cerca de dez anos de exílio, apenas lastimo<sup>277</sup>.

Embora figuras como Paulo Duarte, Júlio de Mesquita Filho e Otávio Mangabeira<sup>278</sup> tenham sido protagonistas de longa data na oposição ao varguismo, não foi possível localizar, no âmbito desta pesquisa, registros públicos consistentes de declarações diretas desses atores a respeito do suicídio de Getúlio Vargas. Isso

<sup>276</sup> SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 54.

<sup>277</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 21.

<sup>278</sup> "O silêncio, longe de ser um simples vazio, é parte integrante da memória: ele indica tanto aquilo que foi reprimido quanto o que foi estrategicamente guardado." POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992: p. 201-212.

não exclui a possibilidade de que tais manifestações tenham existido em outros suportes documentais ou em acervos ainda não acessados, mas indica que, ao menos nas fontes consultadas, o episódio não gerou posicionamentos explicitamente registrados por parte desses opositores históricos.

Em um ambiente carregado de tensões, em que a comoção popular se impunha como força política e simbólica, tais protagonistas políticos, acostumados ao enfrentamento intelectual e à crítica dura, podem ter encontrado no não dito uma forma de se proteger, de resguardar a coerência de suas interpretações históricas ou, simplesmente, de evitar o risco de ver suas palavras instrumentalizadas em um momento explosivo. Esse suposto silêncio, portanto, não é uma ausência de significado, revela a complexidade emocional e moral dos ex-exilados em um momento histórico que, de certa forma, validava suas lutas passadas.

A observação das manifestações emocionais e dos repertórios narrativos de Paulo Duarte, Otávio Mangabeira e Júlio de Mesquita Filho, três vozes proeminentes da Rede de exilados, permite compreender como suas trajetórias políticas e subjetivas no exterior foram marcadas por um sentimento persistente de ressentimento. As cartas, memórias, artigos e depoimentos que produziram registram as violências e arbitrariedades impostas pelo Estado Novo, bem como o esforço contínuo de cada um em construir uma narrativa de si capaz de dar sentido ao desenraizamento, justificar escolhas e reafirmar sua autoridade moral na oposição ao regime.

A opção por concentrar a análise nesses três protagonistas decorre de razões que ultrapassam a mera representatividade. Eles deixaram acervos documentais excepcionalmente vastos e diversificados, que permitem acompanhar com nitidez tanto a elaboração intelectual quanto a dimensão afetiva do exílio. Além disso, cada um deles ocupava posição de destaque no jornalismo, na diplomacia, na política e na vida intelectual, o que lhes conferia não só visibilidade pública, mas também capacidade singular de articular discursos que influenciaram outros exilados e moldaram percepções sobre o regime varguista. Por isso, suas produções escritas se tornam um campo privilegiado para compreender como ressentimentos, arrependimentos e memórias feridas foram construídos, negociados e politizados no interior da Rede de exilados.

Nesse sentido, é possível identificar a formação de um ciclo de justificação, no qual a figura de Getúlio Vargas ocupa papel central como agente causal e moral do sofrimento vivido. Atribui-se a ele a responsabilidade pelas perdas políticas, materiais e pessoais associadas ao exílio, culpabilização que, ao mesmo tempo, alimenta e é alimentada pelo ressentimento. Esse processo narrativo opera como um mecanismo dual: por um lado, reforça a legitimidade das ações tomadas pelos exilados antes e durante o afastamento, por outro, reduz o espaço para qualquer forma de autocrítica ou arrependimento. O resultado é a manutenção de um circuito emocional fechado, no qual ressentimento, culpabilização e justificação se retroalimentam, produzindo uma narrativa coerente e estável, mas também rígida sobre si e sobre o passado político do país.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. [...] Esse último elemento da memória — a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento — mostra que a memória é um fenômeno construído. [...] O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização<sup>279</sup>.

A culpabilização inicial e, depois, continuamente reafirmada ocupa lugar central nas trajetórias e nos escritos dos protagonistas políticos da Rede de exilados. No caso de Paulo Duarte, essa dinâmica aparece de maneira particular. Em suas memórias, Vargas é convertido em figura nuclear da narrativa, responsável pelo golpe de 1937 e pela imposição do exílio aos opositores, mas também pela interrupção de projetos políticos, pelas frustrações acumuladas ao longo de décadas e pelas formas de perseguição que, segundo Duarte, continuaram a atingi-lo mesmo fora do país.

Ao elaborar sua experiência sob esse eixo interpretativo, Duarte transforma a luta contra Vargas em um princípio estruturante de sua própria opção política e, em certa medida, de sua trajetória de vida. Essa centralidade atribuída ao antagonista opera como motor que alimenta e renova o ressentimento, reforçando o ciclo de justificação que orienta sua escrita e a interpretação de seu passado.

---

<sup>279</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Govêrno que cuspiu sobre os mais comesinhos princípios da dignidade humana, que aboliu todas as liberdades públicas do Brasil, entra numa guerra defensora desses mesmos princípios e liberdades! E, milagre dos milagres, entra vibrando com seu entusiasmo gritado pelas mesmas bocas que se abriram para pregar o fascismo e para comer banquetes, almoços e chás oferecidos como prêmio pela Embaixada alemã no Rio de Janeiro<sup>280</sup>.

No caso de Otávio Mangabeira, a centralidade atribuída a Vargas assume contornos ainda mais amplos. Para ele, o chefe do Estado Novo não era apenas o responsável direto pela instalação do regime autoritário, mas constituía-se como o inimigo político fundamental, aquele cuja ação representava a negação mesma da ordem democrática que Mangabeira dizia defender. Em seus discursos e escritos, Vargas aparece como o agente que suprimiu instituições republicanas, impôs um sistema de poder baseado na concentração pessoal da autoridade e instrumentalizou o anticomunismo como justificativa para perseguir adversários de diferentes matizes.

Se inicialmente a rivalidade entre Otávio Mangabeira e Vargas poderia ser lida a partir de tensões regionais – com Bahia e São Paulo confrontando o centro de poder varguista –, o exílio reconfigurou essa percepção. Vargas deixou de ser um competidor no cenário político nacional para se tornar o inimigo nacional por excelência, responsável pela derrocada da democracia, pela dissolução das antigas alianças e pela necessidade do próprio exílio. Assim como em Duarte, essa figuração do antagonista não apenas sustenta a narrativa política, mas alimenta o ressentimento e legitima retrospectivamente as escolhas, reforçando o ciclo interpretativo que organiza a memória de Mangabeira.

Para reforçar essa percepção de Vargas como responsável direto pela erosão das liberdades, Mangabeira recorre constantemente, em sua correspondência, a exemplos concretos de arbitrariedade e repressão intelectual. Em carta enviada ao presidente da Academia Brasileira de Letras, Cláudio Justiniano de Souza, o exilado denuncia o alcance da censura e das punições impostas pelo Estado Novo, apresentando o regime como um poder que perseguia ações e, sobretudo, ideias, exatamente o oposto da ordem democrática que defendia. O fragmento reproduzido a seguir sintetiza como Mangabeira atribuía a Vargas a destruição dos fundamentos republicanos:

---

<sup>280</sup> DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 276.

Livro algum pode ser publicado, se incorrer, de qualquer modo, na reprovação do governo. Sob a situação Getúlio Vargas, já livros houve queimados por determinação da autoridade; e consta de documento oficial, como justificativa da prisão de cidadãos brasileiros, na capital da República, isto é, na própria sede do governo – são palavras textuais – a das “ideias professadas” pelos referidos cidadãos. Quer dizer: prisão, não por ter cometido algum crime, nas leis penais, mas pelo “crime” de professar ou adotar determinadas ideias<sup>281</sup>.

Na interpretação de Júlio de Mesquita Filho, a figura de Getúlio Vargas assume contornos ainda mais íntimos e personalizados. Para um dos herdeiros d’ *O Estado de S. Paulo*, Vargas, além de líder do regime autoritário, era um inimigo pessoal, cuja ação atingiu diretamente sua família, sua empresa jornalística e sua própria posição social e política. As medidas repressivas do Estado Novo – da censura sistemática à imprensa à intervenção crescente sobre a autonomia editorial – culminaram na ocupação militar do jornal, episódio que Mesquita Filho interpretou como violação deliberada de sua liberdade e de seu patrimônio simbólico.

Esses acontecimentos transformaram o confronto político em conflito vivido no plano individual, reforçando uma narrativa na qual o chefe de governo encarnava o autoritarismo e aparecia como responsável direto pelos danos sofridos. Assim, a experiência de Júlio de Mesquita Filho contribui para consolidar outra vertente do ciclo de ressentimento dos exilados, na qual a culpabilização constante de Vargas se articula a um sentido profundo de agravo pessoal e à legitimação da oposição ao regime.

A imprensa censurada promovia também os feitos governamentais. As vozes opositoras foram abafadas, como aconteceu com o jornal *O Estado de São Paulo*, de propriedade da família Mesquita, cuja sede foi invadida pela polícia em março de 1940, permanecendo o jornal sob intervenção até o fim do Estado Novo<sup>282</sup>.

Para sustentar a responsabilização de Getúlio Vargas por uma ampla gama de episódios políticos e pessoais, os protagonistas da Rede de exilados recorreram à produção e à preservação de um conjunto diversificado de documentos. Além de registrar a memória concebida aqui como um verdadeiro monumento construído, esses materiais tinham também a função de assegurar a continuidade da narrativa que atribuía a Vargas a origem das perdas, rupturas e injustiças vividas. Cartas,

---

<sup>281</sup> SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio** (1938-1945). Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017, p. 69.

<sup>282</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 125.

dossiês, recortes de imprensa e arquivos pessoais foram organizados com o propósito de fixar essa culpabilização, funcionando como instrumentos de legitimação retrospectiva.

No caso de Paulo Duarte, essa dinâmica aparece de modo particular e evidente. Ele criou, ao longo de décadas, um arquivo como comprovação, reuniu de forma sistemática documentos para testemunhar as perseguições de que se dizia vítima e, ao final da vida, ao doar seu arquivo pessoal à Unicamp, consolidou a permanência de sua interpretação dos fatos, garantindo que sua versão do passado permanecesse inscrita no espaço público e na memória histórica.

No que tange a Otávio Mangabeira, a preservação de sua vasta correspondência desempenha papel central na construção de sua memória política. Muitas das cartas redigidas durante o exílio revelam não apenas sua oposição contínua ao Estado Novo, mas também a forma como ele registrava, de maneira sistemática, os episódios de perseguição que afirmava sofrer. A manutenção e a organização desse conjunto documental funcionaram como uma estratégia deliberada de comprovação das arbitrariedades vividas ao longo de sua trajetória, permitindo que sua versão dos acontecimentos fosse transmitida, legitimada e integrada ao repertório memorialístico da oposição a Vargas.

A ferramenta mais poderosa de oposição dentro da Rede de exilados encontrava-se sob influência de Júlio de Mesquita Filho, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Por meio dele, críticas contundentes ao governo foram continuamente difundidas, sustentando uma postura editorial firmemente contrária ao varguismo e marcada por uma recusa persistente a qualquer forma de conciliação. O periódico, pela sua capilaridade nacional e pela autoridade acumulada ao longo de décadas, converteu-se em um arquivo vivo de resistência política. Atualmente, o diário funciona como um arquivo vivo de resistência, mantendo uma memória institucional de oposição a Vargas.

O exílio, como se observou ao longo deste capítulo, não foi apenas um tempo de espera ou de suspensão da vida política, mas um momento decisivo de elaboração do passado e de reconstrução de sentidos. Ao lado dos textos públicos produzidos no curso da luta política – artigos, manifestos e denúncias voltados a alertar sobre o caráter autoritário do Estado Novo –, as reflexões posteriores revelam um outro registro, mais introspectivo e retrospectivo, no qual ressentimento e arrependimento emergem como formas de interrogação da própria trajetória. Longe de expressar

fragilidade ou inconsistência, tais sentimentos apontam para um movimento reflexivo de reavaliação da própria trajetória, no qual perdas, escolhas e fraturas são continuamente reorganizadas no plano da memória e da narrativa. Nesse movimento, memória, emoção e narrativa se entrelaçam, compondo um espaço no qual a experiência política é continuamente reinterpretada, reorganizada e reinscrita a partir da ruptura vivida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, torna-se possível retomar as questões que orientaram a investigação desde o seu início: como os exilados políticos brasileiros se organizaram durante o Estado Novo; quem e quais foram os protagonistas dessa Rede; de que modo se articularam no exterior; e quais estratégias políticas conceberam e executaram. Embora diretas em sua formulação, tais questões se revelaram complexas em suas respostas, exigindo uma análise atenta das trajetórias individuais, das formas de sociabilidade política e dos múltiplos contextos nos quais o exílio se materializou. Revisitadas ao longo do trabalho, essas interrogações nortearam as reflexões teóricas e também a busca sistemática por documentação em diferentes arquivos, permitindo reconstruir ações, vínculos e experiências até então pouco explorados pela historiografia.

Esta tese buscou compreender como os exilados políticos brasileiros, durante o Estado Novo, articularam formas de oposição ao governo Vargas, tanto no plano político quanto no simbólico e subjetivo. Para alcançar esse objetivo, foi necessário situar o contexto político que culminou na instauração do regime autoritário, com atenção ao papel de São Paulo, às disputas políticas anteriores a 1937 e às reações de determinados protagonistas diante do golpe do Estado Novo. Esse percurso inicial evidenciou quem foram os sujeitos históricos que, ao se oporem à centralização política imposta pelo governo Vargas, acabaram aprisionados e, em seguida, compelidos ao exílio, experiência que redefiniu profundamente suas trajetórias pessoais e políticas.

A partir da identificação desses protagonistas, tornou-se fundamental analisar suas trajetórias intelectuais e políticas, bem como suas conexões estabelecidas ainda no Brasil, a fim de compreender de que maneira tais vínculos puderam ser acionados no exterior. A pesquisa demonstrou que o exílio não significou afastamento da vida política, antes, foi a reconfiguração das formas de atuação. Por meio de correspondências, encontros, deslocamentos e publicações, esses exilados construíram canais de comunicação que possibilitaram a elaboração de estratégias, o planejamento de ações e a manutenção de uma oposição ativa ao governo Vargas, ainda que a distância.

A investigação buscou prestar uma contribuição historiográfica através da identificação e análise da formação de uma Rede de exilados políticos que, mesmo fora do território nacional, visou se manter politicamente organizada e atuante. Trata-se de um aspecto que não estava claramente delineado em estudos anteriores, os quais, em geral, privilegiaram o exílio como experiência individual ou enfatizaram seus efeitos emocionais e traumáticos. A pesquisa aponta que tais exilados despertaram o interesse e a vigilância do próprio governo varguista, evidenciando o alcance e a efetividade de suas ações no exterior.

A Rede de exilados constituída durante o Estado Novo revelou-se mais complexa e estruturada do que se supunha. Para além da articulação política propriamente dita, essa Rede funcionou também como uma teia de apoio material e simbólico. Os protagonistas auxiliavam-se mutuamente na obtenção de trabalho, moradia, recursos financeiros e deslocamentos entre cidades e países, aspectos fundamentais para a sobrevivência no exílio e para a continuidade da atuação política. Essas práticas de solidariedade foram decisivas para que a oposição se mantivesse ativa e relativamente coesa, conferindo à Rede uma intensidade e um alcance que ultrapassavam o mero intercâmbio de informações.

O exílio, nesse sentido, configurou-se como uma experiência profundamente ambígua. Embora frequentemente associado à perda, ao afastamento e à marginalização política, ele também gerou efeitos positivos para seus protagonistas. A vivência no exterior proporcionou novas experiências, ampliou repertórios políticos e culturais e possibilitou a construção de aprendizados que dificilmente teriam sido alcançados no contexto nacional. Para parte desses exilados, o retorno ao Brasil foi acompanhado de um capital político e intelectual sedimentado ao longo dos anos, que se mostrou relevante no processo de redemocratização e na reorganização da vida política do país.

Entretanto, o afastamento da terra natal produziu sentimentos complexos e duradouros. Saudade, frustração e ressentimento atravessaram a experiência do exílio e se intensificaram, em muitos casos, no momento do retorno. O reencontro com um país transformado, muitas vezes pouco reconhecível, exigiu processos de readaptação marcados pelo estranhamento. Para alguns ex-exilados, o retorno de Getúlio Vargas, eleito em 1950, aprofundou a sensação de derrota e a percepção de que os anos de luta no exterior não haviam gerado os efeitos esperados. O ressentimento, nesse contexto, emerge não apenas como um sentimento individual,

mas como uma chave interpretativa que expressa expectativas políticas frustradas e reconfigura a memória da própria experiência de exílio.

Esses sentimentos encontram-se registrados nas cartas, nos artigos e nas obras produzidas por alguns dos protagonistas analisados. Ainda que nem todos tenham deixado arquivos pessoais sistematizados, a documentação disponível e os estudos sobre suas trajetórias permitem compreender como a escrita de si se tornou um espaço privilegiado para a elaboração da experiência do exílio, articulando ação política, memória e subjetividade. Assim, o último capítulo da tese buscou evidenciar que a dimensão emocional não se dissocia da prática política, ela a atravessa e a condiciona.

O presente estudo dialoga com um contexto mais amplo, marcado pela ascensão de regimes autoritários na primeira metade do século XX, período em que o liberalismo perdeu parte de sua influência e o exílio, a expatriação e as migrações forçadas tornaram-se experiências recorrentes. Nesse cenário, as articulações transnacionais e a formação de redes de apoio assumiram papel central, permitindo que exilados, expatriados e imigrantes buscassem acolhimento, solidariedade e reconhecimento entre aqueles que compartilhavam experiências e referências comuns.

O recorte histórico analisado nesta pesquisa evidencia dinâmicas que ainda suscitam questionamentos relevantes. Persistem lacunas a serem exploradas, especialmente no que diz respeito às formas de organização política no exílio e às redes de sociabilidade que sustentaram tanto a sobrevivência quanto a resistência ao autoritarismo. Estudar essas redes foi um desafio para a compreensão de aspectos fundamentais da história política brasileira e para compreender como, mesmo em contextos de repressão e afastamento forçado, a ação política encontrou caminhos para se reorganizar e perdurar.

Este estudo contribui para a historiografia não por esgotar os múltiplos questionamentos que atravessam o tema, mas por abrir novas possibilidades de compreensão de momentos relevantes do passado que, embora amplamente estudados, ainda demandam aprofundamento. Ao destacar as dimensões transnacionais do exílio e, sobretudo, a formação de uma Rede de resistência política articulada no exterior, associada à experiência humana de seus protagonistas, a pesquisa propõe um deslocamento do olhar historiográfico. Ao evidenciar sujeitos tradicionalmente percebidos apenas a partir de posições de prestígio político e

intelectual também em sua condição de fragilidade, vulnerabilidade e reinvenção, este trabalho aponta para perspectivas analíticas que merecem ser exploradas de maneira mais detida em investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

- A RURAL. Café – 1929-30 e 1958-59. **A Rural**, São Paulo, p. 10-11, jul. 1959. Disponível em: <https://sbicafe.ufv.br/items/5ac5c0de-2409-4e24-bd17-7b8c5184e570>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- AARÃO, Reis Daniel. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO. **Lindolfo Collor**. c.2024. Disponível em: <https://andt.org.br/academicos/lindolfo-collor/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. José Mindlin - Biografia. **Academia Brasileira de Letras**, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-mindlin/biografia>.
- ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução: Luiz Eduardo Bicca. Rio de Janeiro: Beca do Azougue, 2008.
- ANDRADE, Mario de. **Paulicea desvairada**: dezembro de 1920 a dezembro de 1921. São Paulo: Casa Mayença, 1922.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. **Cultura amordaçada**: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: ABEU - Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2019.
- ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. New York: Harcourt Brace, 1973.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013.
- BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de Populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTLEY, Gabriel. Já imaginou o Anhangabaú sem o Viaduto do Chá? **Veja São Paulo**, 26 fev. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/memoria/ja-imaginou-o-anhangabau-sem-o-viaduto-do-cha/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. **A arte dos regimes totalitários do século XX: Rússia e Alemanha**. São Paulo: Annablume, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Baptista Lusardo**. Biografia. c.2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130345/biografia>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Flores da Cunha**. Biografia. c.2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130616/biografia>. Acesso: 20 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Otávio Mangabeira**. Biografia. c.2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130667/biografia>. Acesso em: 6 dez. 2025.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da Conciliação ao Maquiavelismo. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CAMPOS, Filipi Queiroz de. **Bastidores da política externa brasileira (1930-1945). Getúlio Vargas e seus informantes**. 2023. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Kelson Carlos de Carvalho. Otávio Mangabeira: projeto político e disputas em torno do passado (1930-1937). *In*: SEMINÁRIO de Pesquisa da Pós Graduação em História, II. **Anais do [...]**. Universidade Federal de Goiânia, Goiás, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COLLOR, Lindolfo. **Europa 1939**. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva; Fundação Casa Rui Barbosa, 1989.

COSTA, Cristina. **Censura em cena: Teatro e Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

COSTA, Cristina. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: Edusp, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. São Paulo: Schwarcz/ Companhia das Letras, 2000.

DE DECA, Edgard. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIRETRIZES. Assim falou... Lindolfo Collor. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 105, 2 jul. 1942, p. 2. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163880&pagfis=4239>.

DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1937.

DUARTE, Paulo. **O mau vizinho Vargas**. Nova York, 1941. Artigo sobre Getúlio Vargas e sua política administrativa. Arquivo Getúlio Vargas (GV), Fundação Getúlio Vargas - CPDOC. Classificação: GV confid. 1941.00.00/3. Disponível em:  
<https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 27 maio 2025.

DUARTE, Paulo. **O drama do nosso tempo**. São Paulo: Anhembi, 1945.

DUARTE, Paulo. **Prisão, Exílio, Luta...** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

DUARTE, Paulo. **Contra o vandalismo e o extermínio**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1958.

DUARTE, Paulo. **Memórias: As raízes profundas**. São Paulo: Hucitec, 1974.

DUARTE, Paulo. **Memórias**. 3 vols. São Paulo: Hucitec, 1974-1978.

DUARTE, Paulo (org.). **Cartas de Mário de Andrade a Paulo Duarte**. São Paulo: Hucitec, 1985.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.15.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945–1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Roberta. Difusão cultural e projeção internacional: o Brasil na América Latina (1937-1945). *In*: LINS, Lindercy Francisco Tome de Souza. **To sell a product or to sell an idea**: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 5 e 6 dez. 2025.

FGV. Rosalina Lisbôa representou o Brasil na Assembleia da ONU e a Paraíba em Congresso Internacional. **FGV**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/rosalina-lisboa-representou-brasil-assembleia-onu-e-paraiba-congresso-internacional>. Acesso em: 7 out. 2025.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGES, Orlando. **A tragédia de um Povo**: a Revolução Russa - 1891–1924. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTOURA, J. N. da. **Memórias**: Borges Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Redes. *In*: TACLA, Adriene Baron; SOUZA, Camila Diogo de; MORAES, Alexandre Santos de (org.). **Dicionário Conceitual de Circuitos e Interações da Antiguidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

FREDRIGO, Fabiane de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (org.). **Escritas da história**: arte, cultura e memória. Vol. 1. Goiânia: UCG, 2009.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. O que é Democracia Orgânica? **Integralismo.org.br**, 22 out. 2021. Disponível em: [https://integralismo.org.br/helpie\\_faq/o-que-e-democracia-organica/](https://integralismo.org.br/helpie_faq/o-que-e-democracia-organica/).

GARCIA, Frank M. Brazilians Happy Over New Regime. **The New York Times**, New York, 11 Oct. 1937.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângelo de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. *In*: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA,

Maria de Fátima S. (org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultura, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. **Estudos de História Política e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: fim da ação integralista brasileira e prisão de Plínio Salgado. *In*: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

GRUPO GLOBO - HISTÓRIA. **Ibrahim Sued**. Especiais, O Globo 100 anos. 30 jun. 2025. Disponível em: <https://historia.globo.com/especiais/o-globo-100-anos/colonismo-social/noticia/ibrahim-sued.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HISTÓRIA ILUSTRADA. Getúlio Vargas: 3 razões para amar (ou odiar) o que ele fez com o Brasil que você vive hoje. **História Ilustrada**, 27 maio 2015. Disponível em: <https://www.historiaillustrada.com.br/2015/05/getulio-vargas-amar-ou-odiar.html>. Acesso em: 13 mai. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, em conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LINS, Lindericy Francisco Tome de Souza. **To sell a product or to sell an idea**: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. *In*: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2: O tempo do nacional

estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARCOLIN, Neldson. A Rocky Road. **Revista Pesquisa Fapesp**, dez. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/en/a-rocky-road/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MAYRINK, José Maria. ‘Trincheiras foram a pia batismal da democracia’, afirma poeta sobre Revolução de 32. **Estadão**, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/trincheiras-foram-a-pia-batismal-da-democracia-afirma-poeta-sobre-revolucao-de-32>. Acesso em: 13 mai. 2025.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. Armando de Salles Oliveira. **Memória da Eletricidade**, Acervo, Personalidades, c.2024. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31619/armando-de-salles-oliveira>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. Reflexões históricas sobre a Revista Anhembi: a relação entre política científica, ciência e cultura. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, São Paulo, v. 12, p. 95-113, 2015.

MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do Exílio: a troca de correspondências entre Marina e Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 11-21, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3798>. Acesso em: 21 jul. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. Exilados portugueses na militância contra Salazar. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, Ano VIII, n. 16, 1º sem. 2007.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origem da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULA, Jeziel de. **1932 - Imagens construindo a História**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.). **A História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

RAGO FILHO, Antonio. **A crítica romântica à miséria brasileira**: o Integralismo de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Memória do Cárcere**: viagens. 45. ed. São Paulo: Record, 2011.

ROCHA, Adriano da. Esther: filha, esposa, mãe, avó, referência e exemplo de mulher. **Acervo Cosmopolense**, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://acervocosmopolense.blogspot.com/2021/03/esther-filha-mae-e-avo-referencia-e.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil - 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROSE, R. S. **O homem mais perigoso do país**: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAITO, Hiroshi (org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.

SALGADO, Plínio. **Tempos de Exílio** - Correspondência familiar 1. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALGADO, Plínio. **Minha segunda prisão e exílio**. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Terceiro Nome/ Albatroz, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Arquivo do Estado de São Paulo. Armando de Salles Oliveira. São Paulo, c.2026. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/armando-de-salles-oliveira-2>. Acesso em: 6 dez. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. **Biografia do patrono Paulo Duarte**. 5 set. 2007. Disponível em: [https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas\\_bairro/bibliotecas\\_m\\_z/pauloduarte/193](https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/pauloduarte/193). Acesso: 20 nov. 2024.

SARNEY, José. Otávio Mangabeira. **Os Divergentes**, 10 abr. 2022. Disponível em: <https://osdivergentes.com.br/outras-palavras/otavio-mangabeira/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SCHELER, Max. **O ressentimento na formação da moral**. Tradução: João Azenha Jr. São Paulo: É Realizações, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, A. C. Pacheco e. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SILVA, Giselda Brito. Plínio Salgado no exílio em Portugal, uma abordagem preliminar. *In*: SIMPÓSIO Nacional de História - ANPUH, XXVI. **Anais do [...]**. São Paulo, jul. 2011.

SILVA, Paulo Santos (org.). **Otávio Mangabeira, Cartas do 2º Exílio (1938-1945)**. Vol. 3. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2017.

SILVA, Thaíla Mateus da. Hospedaria de Histórias: Escola, Hospital, Restaurante ou Hospedaria? **Museu da Imigração**, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://memorialdoimigrante.org.br/en/blog/conhecendo-o-acervo/hospedaria-de-historias-escola-hospital-restaurante-ou-hospedaria>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume, 2003.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011.

THE NEW YORK TIMES. Disponível em: <https://www.nytimes.com/>.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900**. São Paulo: Objetiva, 2003.

TOTA, Antônio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TOTA, Antônio Pedro. Segunda Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 355-389.

TOTA, Antônio Pedro. **Quem foi Vargas, afinal? 1930-1945**. São Paulo: Contexto, 2025.

TRINDADE, Henrique. Hospedaria de Histórias: As mais de 70 nacionalidades. **Museu da Imigração**, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/hospedaria-de-historias-as-mais-de-70-nacionalidades>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VARES, Sidnei Ferreira de. **Democracia em migalhas**. São Paulo: Fibra, 2022.

VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas - Diário**. Vol. I - 1930-1936. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas – Diário**. Vol. II - 1937-1942. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANA FILHO, Luiz. **Octávio Mangabeira: um homem na tempestade**. Brasília: Senado Federal, 1986. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91415>. Acesso em: 6 dez. 2025.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVEZ, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2014.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WHITE, John W. Getulio Vargas's dramatic establishment of a corporate State in Brazil.... **The New York Times**, Buenos Aires, 21 nov. 1937. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1937/11/21/archives/vargas-of-brazil-varies-the-dictators-role-to-his-seven-years.html>. Acesso em: 29 set. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WITTMANN, Angelina. O impacto do Nacionalismo de Getúlio Vargas no Vale do Itajaí, antiga Colônia Blumenau. 15 jul. 2016. **Angelina Wittmann - Arte, Cultura, História, Antropologia**, 30 nov. 2025. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2016/07/nacionalismo-no-vale-do-itajai-partir.html>. Acesso em: 13 mai. 2025.

## Cartas

DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Sr. Francisco Sampaio. Nova Iorque, 1940. CEDAE - Centro de Documentação Cultural "Alexandre Eulalio" – Unicamp.

DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Nino Galo. 1941. Carta em que Paulo Duarte relata seus deslocamentos entre países. CPDOC-FGV, LV c 1941.09.21.

DUARTE, Paulo. [Correspondência]. Destinatário: Gill. 1941. Carta em que Paulo Duarte informa ao amigo sobre sua chegada em Nova Iorque e o estabelecimento de contato. CPDOC-FGV, LV c 1941.18.02.

LISBOA, Rosalina Coelho. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. 9 dez. 1937. CPDOC-FGV, GV c 1937.12.09/2.

LUZARDO, Baptista. Relatório Confidencial a Getúlio Vargas. Montevideu, 3 abr. 1940. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, GV c 1940.04.03/1.

MANGABEIRA, Otávio. [Correspondência]. Destinatário: Euvaldo Soares de Pinho. Funchal (a bordo do navio San Martin), 9 nov. 1938. Fundação Casa de Rui Barbosa.